

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 08/2022
26 de abril a 9 de maio de 2022



Autoria: Anja Rozen

Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 12 de maio de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
10	Neste admirável mundo louco, quem fará a diferença? - <i>Santiago Alcázar</i>	
14	A socialdemocracia Europeia e a guerra - <i>José Luís Fiori</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
17	AGNU e Conselho de Segurança – <i>Santiago Alcázar</i>	
19	Conselho de Direitos Humanos da ONU, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
34	Maio, o mês quente da Diplomacia em Saúde: o que está por vir - <i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>	
43	O Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente e suas interfaces com a saúde - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
54	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
59	Fim de um ciclo e perspectivas de novos direcionamentos do PNUD - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
62	Ameaças à saúde das crianças: risco para surto global de sarampo, indústria de fórmulas infantis e hepatite aguda - <i>Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora de Sousa Mendes Gomes</i>	
69	Para além da FAO e do WFP: O foco da segurança alimentar - <i>Denise Oliveira e Silva</i>	
72	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
76	Dados, vacinas e patentes: Informe sobre a OMC, a OMPI e a UNCTAD - <i>Claudia Chamas</i>	
84	“Leave no child behind”: informe sobre o relatório global da UNESCO sobre o abandono escolar – <i>Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
87	Instituições da Sociedade Civil - <i>Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patricia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza</i>	
<u>Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países</u>		
100	G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Regina Ungerer</i>	
116	G7, G20 e OCDE: os ricos longe da meta na Agenda 2030 - <i>Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar</i>	

- 121 O BRICS como modelo alternativo de desenvolvimento, distinto do atual, que assume o domínio do Ocidente; Cooperação dos BRICS em saúde e CT&I - *Claudia Hoirisch*
- 124 Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe - Edición especial para el Curso y Proceso de Capacitación en Salud Global y Diplomacia en Salud - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 143 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá e Felix Rosenberg*
- 161 Governança em saúde na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 166 Oriente Médio e Ásia Pacífico: similaridades os aproximam na nova ordem mundial - *Lúcia Marques*
- 185 Caderno China - *André Costa Lobato*
- 189 Notas sobre os desafios da pós pandemia da COVID-19 nos EUA – *Luiz Augusto Galvão*
- 191 Autores deste Caderno -
- **Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 194
- ***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 195

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 08/2022 – 25 de abril a 9 de maio de 2022

Apresentação

Esta oitava edição dos **Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde** é diferente de todas as demais já publicadas pelo CRIS/Fiocruz¹. Ele resulta da primeira sessão do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde que ocorre no âmbito do Curso de Especialização em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, da Fiocruz e OPAS.

Por esta razão, cada um dos 25 capítulos, que acompanham, respectivamente: o sistema das Nações Unidas e suas agências, programas e fundos; o multilateralismo regional; os ‘clubes de países’; os movimentos sociais globais; e o enfoque dos megaterritórios do mundo, trata de explicar as respectivas estruturas e governança, assim como ‘resumir’ os principais momentos políticos dos primeiros quatro meses do ano de 2022. É um Caderno para ler e reler.

O mundo vive uma *crise multidimensional*, política, social, econômica, ambiental, sanitária e ética, que foi agravada pela emergência da pandemia por Covid-19². Este é o cerne diagnóstico da saúde global e suas complexidades. Se a diplomacia em geral, incluindo o multilateralismo global, é a melhor ferramenta para enfrentar e sanar esta crise multidimensional, a diplomacia da saúde tem o mesmo objetivo quanto às questões de saúde global e os impactos da crise ampla sobre a saúde humana e planetária.

Os Cadernos CRIS foram criados para mapear os problemas vigentes na saúde global e a diplomacia da saúde desenvolvida para enfrentá-los devidamente. Desde março de 2020, já publicamos mais de 50 edições quinzenais dos Cadernos³, que reúnem cerca de 5 mil páginas, produto da análise de cerca de 80 autores, com milhares de referências bibliográficas e *hiperlinks*, que remetem a outros tantos documentos, declarações, artigos, sites e outras importantes referências para a saúde global e a diplomacia da saúde.

O título do capítulo do nosso grupo que trabalha sobre saúde nas Nações Unidas, “*Maio, o mês quente da Diplomacia em Saúde: o que está por vir*” sintetiza bem o conteúdo deste Caderno 8.

Como de praxe, este número 8 dos Cadernos abre com artigo do embaixador **Santiago Alcázar**, “*Neste admirável mundo louco, quem fará a diferença?*”, que nos relembra os principais episódios globais, políticos e sanitários, desde a emergência da pandemia de Covid-19. Na sequência, nosso autor convidado, o cientista político José Luiz Fiori investiga, numa erudita perspectiva histórica, a social-democracia europeia e a guerra.

De Negri Filho preparou para este Caderno, a síntese dos informes entre janeiro e maio de 2022, abordando os principais elementos de interesse para a saúde global e diplomacia da saúde no âmbito do **Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH)**. Com ênfase dada às consequências e desafios da pandemia de Covid-19, e a chamada feita pelo Secretário Geral da

¹ Ver: <https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

² Buss, PM & Burger, P. Apresentação. In: Buss & Burger. Diplomacia da saúde: Respostas globais à pandemia. Acesso: <https://portal.fiocruz.br/diplomacia-da-saude-respostas-globais-pandemia> ou Biblioteca Moodle do Curso

³ Acesso: <https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris-informe-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude>

ONU e pela Alta Comissária dos Direitos Humanos visado reforçar os direitos humanos em todas as políticas e ações do Sistema ONU, e por parte dos Estados-Membro. Particularmente na forma de sistemas de seguridade social e proteções sociais universalizados e fortalecidos, no marco de um novo contrato social ou (eco)social e um *New Deal Global*.

Aponta para a importância do acompanhamento dos debates sobre os dois tratados em discussão no CDH: sobre *corporações transnacionais* e outras empresas comerciais no que diz respeito aos direitos humanos; e sobre o *direito ao desenvolvimento*, ambos de enorme importância para a saúde global. Destaca também o mapa das votações e a representação dos alinhamentos dos países membros do CDH, o que permite entender possibilidades e tendências nos debates ora em curso.

Nos Cadernos de 2022, o grupo sobre **Saúde nas Nações Unidas**, constituído por **Galvão, Reges e Bermudez**, vem construindo e discutindo para além da estrutura das organizações internacionais dedicadas *por ofício* à saúde: a **OMS e suas regionais**, que são o ‘coração’ da diplomacia da saúde global e regional. Pois há, cada vez mais, a necessidade de entender o amplo processo que envolve a diplomacia da saúde global e a governança geral. Assim, as articulações com organizações da sociedade civil (OCS) e demais atores pertinentes à saúde global, fazem com que sejam foco da atenção o monitoramento dos posicionamentos e atos de *stakeholders* centrais, manifestações científicas, organizações não-governamentais atuantes e demais agências.

Momento político de extrema relevância no ano da saúde global e diplomacia da saúde vai ocorrer de 22 a 28 de maio, em Genebra: a *Assembleia Mundial da Saúde (AMS)*, principal órgão de decisão na OMS. Serão diversos os tópicos centrais de discussão, com enfoque nos mecanismos de preparo para emergências em saúde pública, realocação de recursos para programas de doenças tropicais negligenciadas, tonificando pautas dentro do aspecto de *One Health*, além de reforços aos calendários vacinais ao redor do mundo.

Entidades da sociedade civil global em relações formais com a OMS estarão presentes na AMS, debatendo os itens da agenda, e oferecendo posições frequentemente diferente dos Estados-membro; sem o envolvimento social, a OMS perde o reflexo das pessoas dentro da Organização.

O ambiente é um pilar fundamental para a saúde. Neste Caderno, **Magalhães e Galvão** apresentam uma descrição do **PNUMA e suas Convenções** com maior interface com a saúde, bem como as respectivas resoluções da OMS, introduzindo os participantes do Curso ao tema tão relevante para a saúde humana. Em atualização à quinzena, destacam a publicação do Memorando de Entendimento no qual o PNUMA se juntou à antiga tripartite (FAO, OIE e OMS) para trabalhos conjuntos em *One Health*, incluindo resistência microbiana; impactos de produtos farmacêuticos persistentes já compunham o plano de ação do PNUMA.

O PNUMA se pronunciou sobre os impactos da guerra na questão energética: “mesmo que países optem por combustíveis fósseis estariam baseados em uma falsa economia, já que o mundo caminha para a descarbonização”. No fórum de CT&I, a UNCTAD alerta para os países em desenvolvimento aproveitarem a onda tecnológica em direção a opções verdes para alcançarem os ODS – mas é necessária atenção para que os mesmos não recebam as tecnologias marrons obsoletas do mundo desenvolvido.

Neste Caderno, **Martins e Paes Sousa** contextualizam a atuação do **PNUD** e destacam a publicação recente do seu *Relatório Anual de 2021*, que traz um *snapshot* do último ano do

Plano Estratégico de 2018-2021 e dos resultados acumulados nestes quatro anos. As informações fornecidas se centram nos três pilares de desenvolvimento do PNUD e nas ações direcionadas para as seis soluções assinaturas do seu Plano Estratégico.

O informe do **Grupo Migrações, Refúgio e Saúde Global** apresenta os principais atores e referências da governança global da mobilidade humana e da saúde: **ACNUR, OIM e OMS**. Além disso, oferece uma síntese do conteúdo das contribuições do Grupo aos Cadernos CRIS/Fiocruz em 2022. Deste conteúdo, destacam a deflagração do conflito na Ucrânia, que gerou em pouco tempo um volume considerável de deslocamentos na Europa (12 milhões até 5 de maio, dos quais 5,7 milhões de refugiados internacionais). Outro tema de relevo no período foi a política migratória de viés racista demonstrada pela União Europeia, que não poupa esforços para a recepção e integração de cidadãos ucranianos, enquanto mantém enormes barreiras para fluxos provenientes de países da África e da Ásia. A própria cobertura midiática internacional, concentrada no conflito entre Rússia e Ucrânia, contribui ao apagamento de crises devastadoras aos direitos humanos de migrantes e refugiados em diversas partes do globo, em particular Afeganistão, Síria, Mianmar, Sudão do Sul, Etiópia, Somália, Mali, Venezuela e América Central/EUA, que foram resgatados nos Cadernos anteriores.

No campo da **Saúde da Mulher Criança e Adolescente, a OMS e UNICEF** alertam para o risco de surtos globais de sarampo e a queda das taxas de vacinação global. OMS lança relatório sobre a indústria de fórmulas infantis e suas estratégias exploradoras de marketing digital. OMS investiga casos de hepatite aguda em crianças. Lancet publica série sobre saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes. **UNFPA** lança *Guia para a Saúde Sexual e Reprodutiva na Atenção Obstétrica* com foco em ações educativas na Atenção Primária à Saúde. **UN WOMEN** lança guia para retomada do turismo após pandemia e protagonismo das mulheres, maiores afetadas pela Covid-19. Esta coleção de informações de alto nível foi produzido pelas analistas do Observatório, **Massari e Gomes**.

A inclusão do tema **segurança alimentar e nutricional (SAN)** foi destacada em vários textos do Caderno 7 do mês de abril, como fator relacionado as ameaças globais a paz no planeta e dos riscos disruptivos sociais e econômicos da Guerra da Ucrânia, consubstanciadas pelas consequências da pandemia de Covid-19 e dos problemas climáticos no planeta. Segundo **Oliveira e Silva**, tais aspectos têm sido pauta da **FAO** e do **PMA**, mas tem ocupado espaço periférico e pontual nas agendas de diversas agências internacionais. O maior espaço dado à segurança alimentar e nutricional em abril de 2022, coincide com o aumento global dos preços dos alimentos como elemento crítico nas preocupações globais. Nas estimativas da FAO, o risco de insegurança alimentar a países com economia mais estáveis já aparecia em março de 2022. Mas a discreta queda dos preços de alimentos, em nível global, em abril de 2022, estimula a reflexão sobre se a SAN retornará como pauta da FAO e do WFP e/ou se avança para contribuir com a mudança de paradigmas de governança em SAN e de um novo contrato social global, conforme apontado por inúmeros autores no Caderno 7.

O **Banco Mundial** e a atualização da Linha Internacional de Pobreza, as projeções de crescimento econômico por país e região do **FMI** e as práticas sustentáveis apresentadas pelo **BID**, são o destaque do informe sobre as **instituições financeiras internacionais**, produzido por nossa analista **Cazumbá**.

O Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da **Organização Mundial do Comércio (OMC)** debateu pela primeira vez o documento final que emergiu do processo informal conduzido com o “Quad” (União Européia, Índia, África

do Sul e Estados Unidos) para resposta de propriedade intelectual à Covid-19. É o que nos informa **Chamas** neste seu artigo que alerta que a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** organizou workshop para apresentar o estudo “The Determinants of COVID-19 Vaccine Development Success”. Durante o evento “[eCommerce Week 2022: Data and Digitalization for Development](#)” organizado pela **UNCTAD**, de 25 a 29 de abril de 2022, foram debatidos problemas relacionados à desigualdade no campo digital em função de acesso limitado a dados e conectividade. Tais aspectos ficaram expostos durante a pandemia da Covid-19 com populações em grande desvantagem.

No ano de 2020, aproximadamente 259 milhões de crianças estavam fora da escola, sendo mais da metade do sexo masculino, destacam **Gaspar e Sanglard**. Em abril, a **UNESCO** divulgou seu relatório global alertando sobre o abandono escolar de meninos, destacando uma visão global do cenário, as causas e medidas que possam ser tomadas para resolução do problema visando a Agenda 2030 para os objetivos do desenvolvimento sustentável associados à educação e equidade de gênero.

No período entre 23 de abril e 06 de maio de 2022, nada menos que 45 **organizações da sociedade civil (OSC)** global – cinco delas de interesse privado – foram monitoradas pelo grupo liderado por **Sousa** quanto às suas manifestações em temas relacionados à saúde. Embora a Covid-19 e a guerra na Ucrânia sigam pautando os debates de forma majoritária, também foram abordados pela sociedade civil a crise climática, a equidade de gênero, a crise humanitária, incluindo ameaças à segurança alimentar, doenças negligenciadas e os preparativos para a Assembleia Mundial de Saúde.

O informe de **Ungerer** traz um sumário sobre a **Cooperação Sul-Sul**, concentrando-se na criação do *Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)* e apresenta um link para todas as resoluções da UNGA referentes ao tema.

Já o **G-77 + China** participaram de oito reuniões da Assembleia Geral da ONU com temas que variaram entre o debate do Fórum ECOSOC sobre financiamento para o desenvolvimento, segurança e financiamento para as missões de paz, importância do Comitê de Informação para combater as “fake news” e os desafios enfrentado pela ONU para combater a proliferação de conflitos com uma nova corrida armamentista e crescente xenofobia e discurso de ódio, violência e desinformação. O **Centro Sul**, por sua vez, organizou um curso sobre direitos de propriedade intelectual e saúde pública para membros do judiciário colombiano, que tratou sobre o acesso a medicamentos na saúde global e as recentes discussões na OMS sobre a resposta à pandemia de Covid-19.

No **G7**, a novidade da quinzena é a ausência do Brasil no grupo dos países convidados a participarem da cúpula do grupo dos mais ricos, em junho. Já um encontro não previsto na agenda para o domingo, 8 de maio, conta com a presença do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. Além disso, de forma a se preparar para a Cúpula, o mês de maio será composto por encontros entre os grupos de engajamento para troca de ideias e discussões democráticas, trazendo para a mesa a sociedade civil. É o que informam **Burger, Esteves e grupo**, além de também abordar o G20 e OCDE, a seguir.

Nesta última quinzena, poucos eventos expressivos aconteceram no âmbito do **G20**. Destaque para o encontro pré-cúpula do Y20 que tratou do tema da transformação digital frente às mudanças trazidas pela pandemia de Covid-19 e a reunião do SFWG com o setor privado sobre sustentabilidade financeira. Tensões sobre a permanência da Rússia no bloco devido ao

conflito com a Ucrânia permanecem pairando no G20, potencializando a cisão entre os membros e pressionando a presidência indonésia sobre qual posicionamento tomar.

No mesmo período, a **OCDE** divulgou dados decepcionantes acerca do progresso para a implementação da Agenda 2030 entre países membros e destacou sua responsabilidade e seu compromisso com as metas pactuadas em 2015.

Os países **BRICS**, percebendo que os processos internacionais estavam tomando um rumo desfavorável, encorajaram a criação de uma estrutura diferente, onde sua voz seria mais ouvida e seus interesses seriam levados em consideração, informa **Hoirisch**. A China, na presidência pro-tempore do grupo em 2022, destacou que as prioridades para este ano são abordar a pandemia de Covid-19 (os países RIC já forneceram mais de 1,3 bi imunizantes para países terceiros e intensificarão ainda mais a cooperação nessa área), saúde, medicina tradicional; o trabalho conjunto para promover a recuperação econômica, a defesa do multilateralismo e a aceleração para a implementação dos ODS 2030 (China ajudará no alívio da pobreza e da insegurança alimentar). Neste ano, o grupo lançou o Centro BRICS de P&D de Vacinas para garantir uma distribuição mais equitativa das vacinas nos PEDs.

Sobre a **América Latina e Caribe, Tobar e Minayo** realizam uma breve contextualização da situação política e sanitária da região, com um olhar a partir da saúde global e os impactos da pandemia de Covid-19. Reúne cronologicamente os eventos mais relevantes sobre o tema no espaço regional, desde janeiro de 2022. Por fim, traz um recorte dos assuntos mais significativos que ocorreram na última quinzena na América Latina, bem como na Organização dos Estados Americanos.

A primeira parte do informe de **Silva, Cá e Rosenberg** faz, na primeira parte, a descrição detalhada das estruturas de organizações que representam o espaço multilateral da **África**, com destaque para a *União Africana*, seus órgãos estatutários e agências especializadas, as *Comunidades Econômicas (Sub) Regionais* e respectivos órgãos e instituições. A segunda parte descreve as características essenciais dos programas e iniciativas de saúde a nível da União Africana (Agenda 2061, o CDC África e Agência Africana de Medicamentos) e de cada uma das Comunidades Econômicas (Sub) Regionais, como CEDEAO, CEEAC, SADC, COMESA, CAO e IGAD.

A governança em saúde na **Europa** volta a ser a tônica deste Informe de **Freire**, apesar da guerra na Ucrânia, que mobiliza muitos esforços em nossa área. Para tratar do tema, são abordadas as instâncias mais influentes nos processos decisório e de coordenação na saúde da União Europeia (UE). A atuação da UE na saúde global e na diplomacia da saúde também é brevemente abordada, tendo em vista que a promoção internacional de valores europeus é uma das diretrizes de ação do bloco.

Marques faz um retrospecto da **Ásia Pacífico (AP) e do Oriente Médio (OM)**, analisando os desdobramentos das fragilidades reveladas, das tensões exacerbadas e do reposicionamento de aliados estratégicos, em decorrência da pandemia e agora em decorrência da “disputa” Oriente *versus* Ocidente. A geografia da vizinhança e a falta de confiança nos EUA têm falado mais forte. A situação já não era boa antes da pandemia, mas a convergência entre Covid-19, conflitos e eventos climáticos foram um somatório crítico que contribuiu para muitas crises sociais, de pobreza e de fome. Ao mesmo tempo, ambas as regiões olharam para as fragilidades e viram o momento como uma oportunidade para promover mudanças estruturais e uma recuperação inclusiva e verde. E, apesar das complexidades que envolvem esse caldeirão de tantas etnias, diferentes geografias, diferentes níveis de desenvolvimento e de economias, os países perceberam as similaridades que os aproximam - enfrentam os mesmos desafios, apesar

de suas especificidades -, e começaram a buscar juntos soluções para as urgências de agora e para o futuro. E para se posicionar na nova ordem global; claro que com a ajudinha dos EUA, que insiste em combater a China, importante parceiro dos países da AP e OM e Ásia Central. **Marques** também fala do preocupante ressurgimento do Estado Islâmico, na Síria, e sobre Taiwan e seus status. E lista organizações multilaterais e blocos econômicos que cobrem as duas regiões e são importantes fontes de informações, de dados e relatórios para a saúde e seus determinantes.

A Covid-19 já não é notícia de primeira página, mas as suas consequências ainda causam grandes impactos em diferentes setores, reporta **Galvão** no seu informe sobre os **Estados Unidos**.

Os norte-americanos estão enfrentando grandes dificuldades para a montagem da Cúpula das Américas (Los Angeles, 5-10 de junho de 2022) diante da recusa de alguns países, como México, Bolívia e outros, cujos presidentes não estariam presentes diante da objeção dos Estados Unidos em convidar todos os países da região, o que redundaria numa Cúpula esvaziada que não interessa à Biden.

Sobre a **China**, o capítulo de **Lobato** é dividido em duas partes. Na primeira, uma introdução geral sobre os trabalhos para o Caderno, sua metodologia e seus eixos permanentes: diplomático, sanitário e socioeconômico. São feitas sugestões de temas da quinzena que serão tratados durante a apresentação na sessão de 11 de maio. Na segunda parte, uma análise da reunião entre os MRE da China e do Brasil, no âmbito da Cosban.

Encerramos aqui, com uma especial boas-vindas a todos os 126 participantes do Curso, latino-americanos, brasileiros e dos países de língua portuguesa da África e Timor, assim como reiteramos nosso compromisso com nosso leitores fiéis, que nos acompanham há muito tempo, de continuar produzindo, quinzenalmente, o melhor material analítico que pudermos, sobre este fascinante e desafiador campo da saúde global e da diplomacia da saúde.

Uma última nota: A linda gravura que ilustra nossa capa é de **Anja Ro zen**, uma estudante de 13 anos de uma escola primária da Eslovênia, que venceu o concurso internacional **Plakat MIRU**, escolhida entre 600 mil crianças de todo o mundo. *“O meu cartaz representa a terra que nos conecta e une. As pessoas tecem-se umas às outras. Se uma pessoa se soltar, o resto cai. Estamos ligados ao nosso planeta e uns aos outros, mas infelizmente estamos pouco conscientes disso”*, disse a jovem criadora. Viva Anja, viva a humanidade e o planeta!

Rio de Janeiro, Mangueiras, 12 de maio de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

Neste admirável mundo louco, quem fará a diferença?

Santiago Alcázar

De março de 2020 a fevereiro de 2022, o mundo viveu sob o impacto da pandemia da Covid-19. Há várias formas de relatar como a pandemia afetou a vida de cada um de nós. Todas serão válidas, pois retratam um ponto de vista que é único, insubstituível, porque humano.

No primeiro relatório para o CRIS deste ano chamei atenção para o vocabulário associado a tudo que dissesse respeito à Covid-19. O impacto que teve sobre o cotidiano podia ser medido pela quantidade de vezes que palavras que remetessem à emergência sanitária pipocaram na mídia, nas conversas diárias, nos pronunciamentos oficiais, nos documentos das Nações Unidas. Se alguém com pendor de estatístico levantasse esses números, certamente não se surpreenderia com o absoluto domínio dessas palavras, faladas ou escritas, em qualquer atividade. Todos, do paciente ao médico, do jornalista ao feirante, do funcionário ao presidente, do esportista ao hoteleiro, em Brasília, Cabo Frio, Calcutá, Tombuctu, Paris, França ou Paris, Texas, Norte, Sul, Leste e Oeste – todos as emitiam, com medo, com ênfase, baixinho, em sonho, aos gritos, em português, espanhol, chinês, francês ou japonês, ou em inglês, adaptadas aos sotaques e ritmos de Ouagadugu, Baku, Moscou ou Alma Ata. Covid-19! ouve-se – enquanto a pandemia esmagava e mudava para sempre a paisagem que conhecemos.

Convocaram reuniões, de ministérios, de governos, grandes ou pequenas. Produziram documentos, resoluções e declarações. Assumiram compromissos e promessas, embrulhadas em solidariedades e empatias, bonitas de ver. As inequidades que saltavam à vistas eram inaceitáveis, escandalosas neste admirável mundo novo marcado pelo século XXI. Era preciso fazer algo. Fizeram. Taparam ouvidos e olhos e continuaram a jogar dominó.

Os líderes fracassaram, as reuniões fracassaram. E, assim, de fracasso em fracasso, fomos indo, com passos firmes, ao fracasso. Ninguém, em sã consciência pode negar essa realidade fracassada que encurta a vida de muitos, sufoca outras e desfaz laços que nunca mais voltarão a formar uma unidade.

Esse era o estado de coisas no início desse glorioso ano de 2020. E como nada dura para sempre, aconteceu Ucrânia, que muitos não sabem se é alguma guloseima, planta rara ou o nome de um meteoro gigante que se chocará com a Terra e acabará com a vida.

Num abrir e fechar de olhos, gramáticos mudaram gramáticas, versados em vocabulários inventaram ou redescobriram novas palavras ou construções, pundits, especialistas, opinólogos e palpiteiros de plantão – fizeram o que sempre fazem, prever o futuro, como cartomantes, videntes e meteorologistas.

A culpa é da política. De nada serve chamar os atores, o cenógrafo, figurinista, iluminador e maquiador. A peça é um rotundo fracasso! O roteiro é um desastre! E, pior, quando se deixa a sala para trafegar pela realidade, deparamo-nos com o impacto dessa guerra maluca, que ninguém entende, mas toma partido como se fosse jogo do Brasileirão. O Fluminense jamais aceitará provocações do Vasco da Gama. Congelará as memórias e retirará dos álbuns as fotos de passado ilustre. Tudo o que for Vasco, será esquecido, ainda quando seja o Leitão da Cunha. Nenhuma referência ao Gama será permitida. Ficaremos somente com o Alpha, que é suficiente para todos os gostos. Autor, autor, houve-se nas ruas, mas certamente não para felicitá-lo, pois o estorvo é grande e a culpa é da política.

Não olhem para cima. Nem para os lados. Tudo se resolverá dobrando a Natureza à vontade superior. E, assim, destemidamente, partirão para enfrentar forças descomuns que, comovidas por tamanha soberba, irão depositar, com certeza, as suas armas a seus pés.

Decisões erradas, canalhas, medíocres ou simplesmente burras, desencadearam complexas relações causais que conduziram ao atual estado de coisas. Como se chegou aqui, perguntarão alguns com toda inocência. Por culpa de políticas equivocadas, tem que se admitir. Mas quem é o autor? Quem é o culpado?

Políticos profissionais propõem, debatem, influenciam, redigem, apresentam, votam e aprovam projetos que se tornam leis. Há muito, no entanto, que esses se sentam no assento do passageiro, atrás. Na frente, como copiloto, armados de gráficos e equações, estão os economistas, bruxos, encantadores de serpentes e contadores de histórias. Ao volante, o grande piloto que só tem um objetivo, simples e direto: ganhar, não importa como. Quem é o culpado? Cada um dos três jogará a culpa no outro e assim, por acerto e conveniência, para evitar constrangimento, decidem por consenso que a culpa será do outro. O que confirma a crença que o inferno está vazio, não por falta de méritos, mas por falta de vergonha.

Temos que confiar na retidão moral de nossos líderes, afinal foram eles que nos conduziram pelas passagens difíceis da pandemia e deixaram muitos para trás, não obstante a famosa promessa que nos fizeram quando adotaram a 2030. Esta coisa, Ucrânia, que atormenta os que nada tinham antes, certamente não fará tanta diferença e é até possível que beneficie alguns, os migrantes, por exemplo, pois ouvi dizer que na Europa eles agora são acolhidos de braços abertos. Quem sabe não chegamos ao tempo em que a solidariedade seja a nova ordem, a nova norma. A única Norma que conheço é a de Vincenzo Bellini, diz o outro, indiferente ao miasma que emana do esgoto a céu aberto, produto da falência moral generalizada, norma agora globalizada, de seu Vincenzo, culpado de tudo, como todos, como sempre.

Longe dos holofotes, dos aplausos, do brilho, da festança, Estelle e a sua mobilette, fazem uma dança improvável de equilíbrio e desequilíbrio nas ruas esburacadas de Uagadugu, a Capital de Burkina Faso, a milhares de quilômetros das resoluções, declarações e discursos derramados, para sacudir, como se diz. Uma pequena depressão à direita joga Estelle e a sua mobilette a uma pequena elevação à frente. Estelle e a sua mobilette, se separam, caem, se espatifam no chão. As mobilettes que vinham atrás, as evitaram por um triz e seguiram o seu curso, como as águas de um rio. É um dia como outro qualquer. Em uma dada hora, alguém abriu uma janela, outro piscou um olho, um terceiro vociferou enquanto uma criança chorava. Nada extraordinário. Todo dia alguém cai e se machuca. Estelle conseguiu levantar-se e seguiu caminho, com alguns arranhões e um pouco de dor, que se somaria a todas as outras que já carregava. Nada extraordinário. Ao chegar em casa, Estelle encostou a sua mobilette debaixo de uma árvore. Antes de entrar, lançou um olhar ao céu estrelado de UH. Que dignidade há nessas estrelas que brilham indiferentes ao drama do tempo! Estelle sabia que havia deixado a sua juventude para trás e que agora a sua equação de vida tornara-se mais complicada com a sua mobilette em estado de reparo.

O que há de admirável nesse mundo que primeiro nos trouxe a pandemia e agora essa tal de Ucrânia? O Congresso que aprova, em pouco minutos, ajuda de US\$ 30 bilhões em armas para uma guerra sem sentido, nunca consentiria, posto que nunca consentiu, pôr em ação projetos e programas de desenvolvimento de longo prazo. A 2030 é um testemunho surdo de esperanças que não serão cumpridas. Olhem de perto esses migrantes recebidos com abraços

fraternos. São diferentes. Não são iguais. Por isso, talvez, essa camaradagem comovedora diante do desastre.

Todos sabemos, nós e Estelle, que o caminho à frente deve ser trilhado sob o signo da solidariedade. E que esse substantivo abstrato deve ser o nódulo que liga possíveis agentes num horizonte que se estende das cidades às corporações, às academias, aos profissionais de saúde, pesquisadores, sociedade civil, mídia, movimentos religiosos e indivíduos – todos em suma. É sem dúvida uma visão paradisíaca, louvável sem dúvida, acima de qualquer crítica. O único entrave é que para tornar-se concreto e cumprir a sua função de nódulo, o substantivo solidariedade teria que se transformar no adjetivo solidário, e assim transmutar o homem. Não é impossível, mas por que seria diferente agora? Estamos por acaso frente a uma iminente catástrofe universal que poderá extinguir a vida na Terra? A pandemia ficou para trás. Assim nos dizem ministros que nos administram pílulas tranquilizadoras. Mas agora temos essa tal de Ucrânia. Não olhem para cima! Olhem para a prudência e sabedoria dos líderes que, à primeira vista parece que nos conduzirão ao precipício, mas logo, logo nos empurrarão com certeza para o vazio. E isso se pode saber sem a ajuda de pundits, especialistas, opinólogos e palpiteiros de plantão, pois como sabem meteorologistas, videntes e cartomantes, o futuro, quando é passado, é fácil de prever.

O problema com o qual temos que nos ater é que não há saída para a embrulhada em que nos metemos, ou fomos metidos, para sermos mais precisos. O maniqueísmo que caracteriza o atual cenário internacional seria cômico se não fosse trágico. Os dois lados se acusam. Os dois lados dizem que o outro mente. O diabo é que não há professora a quem recorrer. Não há solução que salve a face de um ou de outro. Já se foi muito longe. Há, por isso, o risco de aumento exponencial das tensões, que somente pode terminar mal, para nós e Estelle.

De nada adiantará a 2030, o Acordo de Paris ou a gloriosa resolução sobre Saúde Global e Política Exterior, que pede uma reunião do mais alto nível para discutir o que se deve fazer ante o risco de outras pandemias, iguaizinhas a esta que teima em não nos deixar, mas possivelmente muito piores e letais. De que adianta as moções bem-intencionadas no âmbito do Conselho Econômico e Social se nos gabinetes de Washington, Bruxelas e Moscou o que se imagina é como será o mundo se ninguém ceder, porque a realidade é que ninguém irá ceder e o mundo deixará de existir tal como o conhecemos.

Deixando de lado fórmulas extremas, como uma deflagração nuclear, como ficará por exemplo, o sistema financeiro internacional com tantas dúvidas, incertezas e inseguranças? Não que haja santos e coroinhas nesta triste estória, mas o que farão os que detém reservas importantes em dólares ou euros diante da possibilidade de que sejam sequestrados e utilizados para tapar buracos, como os que desequilibraram Estelle, que se espatifou no chão e a deixou com escoriações nos joelhos, cotovelos e mãos?

Há muito anos, no Rio de Janeiro, um pichador de muros criativo, deixava a sua marca registrada em diferentes localidades. Não havia desenho, nem cores, só uma mensagem críptica: Celacanto provoca maremoto. Quem notaria diferença se ao invés de Celacanto, o misterioso artista urbano tivesse celebrado Zelenski, Biden, Stoltenberg ou Putin com a possibilidade de maremoto, terremoto, tudo junto e misturado? Todos são nomes com boa sonoridade, que talvez seu Vincenzo, o alfaiate, aproveitaria em um samba canção, o Bellini em um molho para gnocchi e algum palpiteiro saliente em outra coisa que ninguém entende, como essa tal de Ucrânia ou Covid-19, que até parece nome de algo pandêmico.

O que esperar quando ninguém quer ceder? Quando não há solução que salve a face? Quando a única certeza é que amanhã poderá ser pior, numa espiral louca? O calendário de reuniões deste ano, como o do ano passado, foi pensado e elaborado por gente de bem e bem-intencionada. Papeis foram preparados, relatórios foram concluídos e agendas discutidas. Como as complicações internas de um relógio suíço, nada é deixado ao acaso. As reuniões serão realizadas e os delegados farão intervenções inteligentes. O que importa, no entanto, é quem fará a diferença para um mundo melhor.

A Social-Democracia Europeia e a Guerra

José Luís Fiori

Há fortes evidências históricas de que foi no período em que se consolidou a utopia europeia da “paz perpétua” e se formulou pela primeira vez o projeto de uma ordem mundial baseada em valores e instituições compartilhadas que se travaram as guerras mais numerosas e sanguinárias da história.⁴

Foi no dia 28 de setembro de 1864 que nasceu, na cidade de Londres, a Associação Internacional dos Trabalhadores – chamada de Primeira Internacional – com a proposta de abolir todos os exércitos nacionais e todas as guerras do mundo. A mesma tese pacifista e radical que foi depois referendada pelo congresso da Segunda Internacional, realizado em Paris em 1889, e que depois foi uma vez mais confirmada pelo Congresso Social-Democrata de Stuttgart, em 1907. Apesar disso, no dia 3 de agosto de 1914, a bancada parlamentar do Partido Social-Democrata alemão apoiou por unanimidade a entrada da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e aprovou de imediato o orçamento militar apresentado por seu Imperador, Guilherme II.

Depois dos alemães, o mesmo aconteceu com os partidos social-democratas austríaco, húngaro, polonês, francês, belga, inglês, italiano, português e espanhol. E com exceção dos social-democratas russos, quase todos os socialistas europeus deixaram de lado o “pacifismo” e o “internacionalismo” de seus antepassados e adotaram a retórica patriótica de seus Estados e governos nacionais durante a Primeira Guerra Mundial. E já então a maioria dos social-democratas incorporou o tradicional medo dos conservadores europeus com relação ao que consideravam uma ameaça permanente à civilização ocidental, representada pelos “russos” e pelos “asiáticos”. Devem-se destacar, entretanto, algumas dissidências individuais notáveis que se opuseram à guerra ou defenderam a neutralidade dos socialistas, naquele momento, como foi o caso, entre outros, de Kautsky, MacDonald, Karl Liebknecht, Rosa de Luxemburgo, Lênin e Gramsci.

Depois da Revolução Russa de 1917, e da criação da Terceira Internacional, em 1919, os Partidos Comunistas da Europa e de todo o mundo adotaram uma posição internacional convergente com a política externa da União Soviética frente à Segunda Guerra Mundial (1938-1945), à Guerra da Coreia (1950-1953), à Guerra do Vietnã (1955-1975), frente às Guerras de Libertação Nacional da África e da Ásia, nas décadas de 50 e 60, e frente a todos os demais conflitos do período da Guerra Fria, até o fim da própria União Soviética e a perda de importância generalizada dos partidos comunistas. Assim mesmo, os partidos comunistas europeus não chegaram a ser governo e não tiveram que formular uma política externa própria dentro da “Europa Ocidental”. Mas este não foi o caso dos partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas, que seguiram um caminho completamente diferente, desde o primeiro momento em que foram governo, e muito mais ainda durante e depois da Guerra Fria.

Logo após a Primeira Guerra, os social-democratas participaram de vários governos de coalizão na Dinamarca, na Alemanha e na Suécia, entre outros, e os próprios partidos socialistas participaram de governos de Frente Popular Antifascista, na França e Espanha, durante a década de 30. Em todos os casos, foram governos que acabaram absorvidos pela administração da crise econômica europeia do pós-guerra e pelas consequências da crise financeira dos anos 30. E em nenhum desses casos, os social-democratas e mesmo os socialistas se destacaram por sua

⁴ Fiori, J. L. Dialética da guerra e da paz. In: _____. (Org.). Sobre a guerra. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 95.

política externa, e quase nenhum desses partidos ou governos tomou uma posição clara de condenação da intervenção militar das grandes potências ocidentais na guerra civil russa, no início da década de 20, nem tampouco tiveram uma posição unânime contra a intervenção militar dos fascistas italianos e dos nazistas alemães na Guerra Civil Espanhola, na segunda metade da década de 30. E mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, os socialistas, social-democratas e trabalhistas europeus não conseguiram formular uma política externa comum e consensual frente ao desafio das novas guerras que se sucederam a partir daí, por três razões fundamentais: em primeiro lugar, porque foram galvanizados pelo início da Guerra Fria, e pela política americana de contenção permanente da URSS que esteve na origem da criação da OTAN; em segundo, porque depois da formação da “Aliança Atlântica” e da criação da OTAN, a Europa foi transformada na prática num protetorado atômico dos Estados Unidos; e por fim, porque esse protetorado assumiu a forma de uma ocupação militar direta, no caso da Alemanha Federal, sede histórica do principal partido social-democrata europeu. Estes três fatores deixaram pouquíssimo espaço para o exercício de uma política externa autônoma por parte dos Estados europeus, em particular no caso dos governos social-democratas que se submeteram, na maior parte do tempo, aos desígnios da chamada “Aliança Atlântica” liderada pelos Estados Unidos, e apoiaram incondicionalmente a formação da OTAN, adotando muitas vezes uma posição cúmplice com seus Estados nacionais frente às guerras de independência de suas colônias na África e na Ásia.

Salvo engano, a única contribuição original da política externa social-democrata desse período foi a *Östpolitik* proposta pelo ministro das Relações Exteriores e depois chanceler social-democrata alemão, Willy Brandt, no início da década de 70, que promoveu uma relativa normalização das relações da República Federal da Alemanha com os países da Europa do Leste, incluindo a Alemanha Oriental e demais países comunistas do Pacto de Varsóvia. Mas fora da *Östpolitik* alemã, os socialistas, social-democratas e trabalhistas europeus não estiveram presentes nem apoiaram o projeto inicial de formação da Comunidade Econômica Europeia, que foi concebido e liderado pelos conservadores e democrata-cristãos na década de 50, e só contou com o apoio dos social-democratas e dos socialistas muito mais tarde, já na década de 70. Além disto, esta parte da esquerda europeia apoiou, com algumas exceções honrosas, quase todas as guerras americanas ao redor do mundo, começando pela Guerra da Coreia, submetendo-se ao argumento de George Kennan sobre a “natureza expansiva” e ameaçadora dos russos. Mesmo quando a guerra fosse muito longe da Europa, como no caso da Guerra do Vietnã, que também foi definida pelos norte-americanos como uma guerra de “contenção” do expansionismo comunista na Indochina. Neste caso, a única grande exceção foi a da social-democracia sueca, que se opôs sempre à guerra, ao lado de vários grupos de ativistas e militantes de esquerda em vários países da Europa cuja mobilização cresceu de importância com o passar do tempo e o avanço da resistência dentro dos próprios Estados Unidos.

Mas não há dúvida de que a grande surpresa nesta história um tanto repetitiva foi o comportamento dos social-democratas europeus depois do fim da União Soviética e da Guerra Fria, em 1991. Apesar de não haver mais a necessidade de “conter” o expansionismo comunista, a maior parte do socialismo europeu seguiu apoiando os Estados Unidos e a OTAN nas suas “guerras humanitárias” da década de 90, incluindo o bombardeio aéreo da Iugoslávia, em 1999, durante 74 dias seguidos, responsável pela morte de centenas de civis e destruição quase completa da infraestrutura e da economia iugoslavas. E depois, já no século XXI, com raras exceções, os socialistas e social-democratas europeus seguiram apoiando as guerras norte-americanas e da OTAN no Afeganistão, no Iraque, na Síria, na Líbia e no Iêmen. Mais do que isto, no caso do Iraque, em 2003, foi o governo trabalhista inglês de Tony Blair que liderou, junto com

os Estados Unidos, o bombardeio aéreo, a invasão terrestre e a destruição daquele país, com mais de 150 mil mortos, sem que tenha sido apresentada nenhuma “causa justa” ou motivo legítimo para este ataque devastador feito à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, deve-se destacar, neste caso, a oposição ao ataque anglo-americano por parte do governo social-democrata alemão de Gerhard Schröder.

Quase todos os demais partidos socialista e social-democratas – defensores entusiastas dos “direitos humanos” – mantiveram seu apoio a essas guerras sucessivas dos Estados Unidos e da OTAN, em nome do combate ao “terrorismo”, concentrado no mundo islâmico do Oriente Médio, do Norte da África e da Ásia Central, apesar de que estas guerras tenham deixado atrás de si um rastro de milhões de mortos, feridos e refugiados que depois foram barrados ou expelidos do próprio território europeu. Nesse tempo, alguns socialistas e social-democratas mais idealistas acreditaram que as “guerras humanitárias” dos anos 90 seriam o preço a pagar por um novo mundo pacífico e sem fronteiras, como nos sonhos dos primeiros socialistas europeus do século XIX. Mas no caso da chamada “guerra global ao terrorismo” declarada pelos Estados Unidos, o que se viu foi uma esquerda europeia socialista, social-democrata ou trabalhista inteiramente desfibrada e submetida aos interesses estratégicos dos Estados Unidos e da OTAN.

Resumindo o argumento, hoje se pode afirmar, depois de quase um século e meio de história, que de fato os socialistas e social-democratas europeus nunca tiveram uma posição comum sobre a política internacional, nem jamais praticaram uma política externa independente e diferenciada. Repetiram um discurso retórico de defesa da paz, do pacifismo e dos direitos humanos como valores abstratos e universais, inteiramente descolados dos contextos históricos particulares em que se originaram as guerras, e cada uma das guerras em particular. Desta perspectiva história de mais longo prazo, não surpreende inteiramente, mas choca negativamente o fato de que nesta nova conjuntura de guerra na Europa, tenha tocado a um governo social-democrata alemão tomar a decisão de rearmar a Alemanha, expandir a OTAN e participar ativamente, ao lado dos EUA e da própria OTAN, de uma nova guerra europeia, dentro do território da Ucrânia. A poucos dias da comemoração da derrota nazista pelas tropas russas na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha decidiu pagar o preço provável da destruição de sua economia industrial e da implosão da própria União Europeia, mostrando-se inteiramente incapaz e impotente de mediar um conflito que vinha se anunciando há muitos anos e que poderia ter encontrado uma solução diplomática e pacífica dentro da própria Europa. Porque, na prática, os social-democratas, socialistas e os trabalhistas ingleses, de forma muito particular, se transformaram numa força-auxiliar da estratégia militar norte-americana dentro da Europa.

AGNU e Conselho de Segurança

Santiago Alcázar

Em 26 de abril, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, sem voto, resolução de iniciativa de Lichtenstein, com apoio de mais de oitenta Estados membros. Intitulada “Mandato permanente para debate na Assembleia Geral quando se fizer uso de veto no Conselho de Segurança”.

A resolução insere-se no âmbito de críticas crescentes de alegada inação por parte do Conselho de Segurança. Na atual circunstância, a inação se refere à questão da Ucrânia. As intervenções dos delegados representantes dos Estados membros, são interessantes.

O delegado dos EUS, por exemplo, recordou casos em que a Federação Russa lançou mão do direito a veto, para argumentar que esse direito travou o avanço da questão. Talvez por esquecimento ou falta de tempo esqueceu de desfiar os outros tantos casos em que o seu país também usou do direito ao veto, paralisando o debate.

O Representante do Brasil fez notar que o projeto de resolução não havia sido objeto de discussão entre as delegações, nem foram organizadas consultas informais para permitir às delegações apresentar contribuições para melhorar o texto. O projeto, que acabou sendo aprovado, alteraria o delicado equilíbrio entre as atribuições do Conselho de Segurança e a Assembleia Geral. O veto, segundo o representante, não é um mal em si. O veto é uma garantia contra o uso da força de um ou de um grupo de países.

O Representante da Federação Russa disse que o veto não é o problema, mas a falta de vontade de ouvir e de querer entender. O veto é medido de última instância, quando todos os argumentos falharam. Não exige o Estado membro a explicar a sua utilização. A resolução não acrescenta valor ao que já existe

A Representante da China argumentou em linhas semelhantes.

No dia 5 de maio, o Conselho de Segurança ouviu relatos do Secretário-Geral e da Alta Comissária para os direitos humanos sobre a terceira operação de resgate de civis da região de Mariupol, na Ucrânia.

O Secretário-Geral fez um relato de sua visita a Moscou e a Kiev e insistiu que se deve fazer todo o possível para tirar os civis desses infernos, sem mencionar que existem muitas outras pessoas imerecidamente em outros infernos, esquecidos ou ignorados da mídia.

Michelle Bachelet, a Alta Comissária informou que haveria, até aquele momento 6,731 civis falecidos, desde fevereiro. Com base em informações novas, Bachelet disse ter evidência de torturas, maus tratos e execuções sumárias de prisioneiros de guerra cometidas por ambos os lados. É a primeira vez que ambos os lados são condenados por violação do Direito Internacional, o que parece ser um sinal de que deus e o diabo agora recebem a visita de um juiz de paz, literalmente.

O Representante da Federação Russa disse que a russo fobia é agora prevalente na Ucrânia, enfatizando que a operação especial teve início para liberar a região do Donbass dos crimes cometidos por Kiev e os seguidos avisos de seu país. Os países do Ocidente ignoraram as preocupações de Rússia sobre segurança, assegurando que a OTAN tinha apenas uma natureza defensiva, deslocando-a cada vez mais perto de suas fronteiras. Ucrânia, disse, é apenas uma arena para a confrontação com a Rússia, disse aquele Representante.

O Representante acrescentou que Kiev não deve abrigar ilusões. O Ocidente não vai salvar a Ucrânia. As pessoas, disse, vivem em um estado de desinformação. A Comunidade internacional somente ouve uma versão dos fatos e nada sobre as provocações da Ucrânia.

O Delegado da China enfatizou que o diálogo e as negociações são a única maneira inevitável de resolver diferenças, sublinhando que a entrega de armas não resultará em paz. Fundamentar a segurança de um país na insegurança de outros não é razoável. A expansão da OTAN a leste depois da Guerra Fria não aumentou a segurança da Europa, ademais de plantar sementes de conflitos. A China, disse, nunca esquecerá que em 7 de maio de 1999, a OTAN bombardeou a sede de sua Embaixada em Belgrado e nunca permitirá que a história se repita.

O Representante do Brasil sublinhou que a prioridade máxima deve ser a cessão das hostilidades e o fortalecimento das negociações diplomáticas para que se encontre uma solução duradoura para a crise. Como muitos, o Brasil está preocupado com os efeitos econômicos negativos para o mundo, de que são exemplos a alta nos preços de alimentos, energia, ademais das violações aos direitos humanos e ao custo humanitário do conflito.

Como se pode ver, não há razão para otimismo fácil. Talvez o maior obstáculo seja que não parece haver solução que salve a face dos oponentes nesse conflito. Muito terão a certeza ou vaga lembrança de já terem visto o filme antes.

Conselho de Direitos Humanos da ONU: Temas de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

(Janeiro a Maio de 2022)

Armando De Negri Filho

Com este compilado dos informes realizados no período de janeiro a maio de 2022, buscamos facilitar uma ideia de síntese do transcorrido este ano no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Evitarei repetir a descrição da história e estrutura do CDH, porque essas informações estão na bibliografia distribuída aos participantes deste espaço de Observatório do CRIS – FIOCRUZ.

A síntese dos informes busca abordar os principais elementos de interesse para a saúde global e diplomacia da saúde no âmbito do Conselho de Direitos Humanos - CDH, com a inevitável ênfase dada às consequências e desafios da pandemia de Covid19, e a chamada por parte do Secretário Geral da ONU e da Alta Comissária dos Direitos Humanos para reforçar os Direitos Humanos em todas as políticas e ações do Sistema ONU e por parte dos Estados Membro. Particularmente na forma de sistemas de seguridade social e proteções sociais universalizados e fortalecidos, no marco de um novo contrato social ou (eco)social e um *New Deal* Global.

Apontamos do ponto de vista prospectivo a importância de acompanharmos os debates sobre os dois tratados em debate no CDH e de enorme importância para a saúde global:

1. Tratado sobre corporações transnacionais e outras empresas comerciais no que diz respeito aos direitos humanos. Presidente-Relator: Emilio Rafael Izquierdo Miño (Equador);
2. “Projeto de convenção revisado sobre o direito ao desenvolvimento”. Presidente-Relator: Zamir Akram (Paquistão).

Também foi digno de destaque o mapa das votações e a representação dos alinhamentos dos países membros do CDH, o que permite entender possibilidades e tendências nos debates ora em curso.

Síntese dos informes produzidos em sua cronologia original

02.02.22

No informe inaugural de 02.02.22 , apontávamos que o ano de 2022, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, começara com a expectativa em torno da 49ª Sessão, [OHCHR | Session49 49th regular session of the Human Rights Council: Reports](#), que realizou-se entre 28 de fevereiro e 1º de abril, com as tensões geradas pela evolução recente da Pandemia de Covid19 que tanto afetaram os Direitos Humanos em 2020 e 2021, aumentando as desigualdades no mundo todo e questionando a capacidade do multilateralismo em superar os poderes fáticos do capital e dos seus monopólios econômicos que exerceram sem pena seu poder sobre as respostas urgentes que necessitava a Humanidade e a Natureza. Destacamos o fato da Presidência deste 16º período do CDH ser exercida pela Argentina, pelo Embaixador Federico Villegas, o que aumenta nossa expectativa sobre suas repercussões para o Sul Global e a América Latina em particular.

O chamado do Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, em setembro de 2021, por “Nossa Agenda Comum”, apontou o imperativo de **melhorar governança; priorizar a renovação do contrato social baseada em direitos humanos, a reconstrução da confiança e coesão social.** [Relatório da ONU, “Nossa Agenda Comum”, propõe respostas a desafios globais | ONU News](#)

O documento apresentado na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2021 [Common Agenda Report English.pdf \(un.org\)](#), [informe-nuestra-agenda-comun.pdf](#) contém a visão e as recomendações do SG da ONU aos líderes mundiais para renovar, fortalecer e inovar a ação da organização. Guterres destacou o tempo de pandemia como um ponto de inflexão da história que serve de alerta, para a qual “o mundo está demasiadamente adormecido”. Segundo ele, a pandemia demonstrou o fracasso coletivo na união e tomada de decisões pelo bem comum, mesmo diante de uma emergência global imediata colocando em risco a vida. A agenda e suas metas, é de alto interesse para a Saúde Global, pois sua ênfase na capacidade de materializar um novo contrato social está fortemente impregnada pelas necessidades desveladas pela pandemia, em particular o fortalecimento das proteções sociais baseadas nos direitos humanos e no desenvolvimento soberano dos povos com o objetivo de enfrentar as enormes e injustas desigualdades que afetam o mundo. Ele destacou ainda que essa estagnação no combate às desigualdades vai muito além da Covid-19 apontando a crise climática, a destruição da natureza e o colapso da biodiversidade como problemas que vêm tendo uma resposta global muito baixa e tardia.

Já veremos como na Agenda da 49ª Sessão os informes do Secretário Geral da ONU e da Alta Comissária para os Direitos Humanos irão refletir as demandas derivadas das metas da “Nossa Agenda Comum”. Dos poucos informes que então constavam no site do programa da 49ª Sessão do CDH, destacamos dois documentos que abrem velhas e novas questões para a saúde global em sua relação com os Direitos Humanos:

1. Informe da Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo dos direitos humanos, particularmente direitos econômicos, sociais e culturais, Attiya Waris. [A/HRC/49/47 - E - A/HRC/49/47 -Desktop \(undocs.org\)](#) . Attyia afirma que os direitos humanos exigem recursos financeiros para sua materialização mediante intervenções fiscais orientadas pelo princípio da justiça redistributiva
2. O Informe do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência e a inteligência artificial, Gerard Quinn. [A/HRC/49/52 - E - A/HRC/49/52 -Desktop \(undocs.org\)](#), entrando em um tema de suma complexidade para toda a Humanidade e que emergiu com ainda mais força durante a pandemia e afetando de forma ainda mais desigual e deletéria as pessoas com deficiência.

Na mesma linha de preocupação sobre os impactos ainda não completamente dimensionados da inteligência artificial, cada vez mais presente no espaço da saúde, apontamos o esforço da UNESCO para a adoção de um código de ética sobre inteligência artificial, em particular nos países do Sul Global que estão muito desprotegidos em termos de legislações nacionais. [Draft Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence - UNESCO Biblioteca Digital](#)

O Conselho de Direitos Humanos realizou sua 49ª sessão de 28 de fevereiro a 1 de abril de 2022 na Sede das Nações Unidas em Genebra. A composição do Conselho de Direitos

Humanos em sua 49ª sessão é a seguinte (entre parênteses o termino do mandato de cada Estado Membro): Argentina (2024); Armênia (2022); Benim (2024); Bolívia (Plurinacional de) (2023); Brasil (2022); Camarões (2024); China (2023); Costa do Marfim (2023); Cuba (2023); Eritreia (2024); Finlândia (2024); França (2023); Gabão (2023); Gâmbia (2024); Alemanha (2022); Honduras (2024); Índia (2024); Indonésia (2022); Japão (2022); Cazaquistão (2024); Líbia (2022); Lituânia (2024); Luxemburgo (2024); Malawi (2023); Malásia (2024); Ilhas Marshall (2022); Mauritânia (2022); México (2023); Montenegro (2024); Namíbia (2022); Nepal (2023); Países Baixos (2022); Paquistão (2023); Paraguai (2024); Polônia (2022); Catar (2024); República da Coreia (2022); Federação Russa (2023); Senegal (2023); Somália (2024); Sudão (2022); Ucrânia (2023); Emirados Árabes Unidos (2024); Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (2023); Estados Unidos da América (2024); Uzbequistão (2023); e Venezuela (República Bolivariana) (2022). Os Estados com mandato até 2024, indicam que foram eleitos ou reeleitos para um segundo mandato seguido em 2021. Os EUA voltaram ao Conselho para este 16º período.

Preocupa que a atual Presidência do Movimento dos Não Alinhados – Azerbaijão, não esteja no CDH, que a Presidência anterior – Venezuela, termine seu mandato em dezembro de 2022 e Uganda - a próxima Presidência do MNA tampouco esteja no CDH, o que pode debilitar a liderança direta do Movimento em um período em que se almeja avançar dois tratados no CDH que são fundamentais para uma nova ordem econômica mundial e que afetam diretamente o futuro da Saúde Global, a saber os tratados sobre Direito ao Desenvolvimento [OHCHR | The Intergovernmental Working Group on the Right to Development](#) sobre a questão dos direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas [OHCHR | Working Group on business and human rights](#) .

Em suas reuniões organizacionais realizadas em 6 de dezembro de 2021 e 12 de janeiro de 2022, o Conselho de Direitos Humanos elegeu os seguintes membros da Mesa para seu décimo sexto ciclo, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022: Presidente - Federico Villegas (Argentina); Vice-Presidentes: Andranik Hovhannisyan (Armênia), Katharina Stasch (Alemanha); Tamim Baiou (Líbia); Vice-Presidente e Relator: Ulugbek Lapasov (Uzbequistão).

De acordo com o parágrafo 42 do anexo da resolução 16/21 do Conselho de Direitos Humanos, o Conselho realizará um painel de discussão para interagir com chefes de órgãos e secretarias de órgãos das Nações Unidas dentro de seus respectivos mandatos sobre temas específicos de direitos humanos com o objetivo de promover a integração dos direitos humanos em todo o sistema das Nações Unidas. 5. Em sua sessão organizacional, realizada em 6 de dezembro de 2021, o Conselho de Direitos Humanos decidiu que o tema da discussão do painel de 2022 seria "A contribuição da participação universal para a integração dos direitos humanos em todo o sistema das Nações Unidas por ocasião do décimo aniversário do Fundo Voluntário de Assistência Técnica para Apoiar a Participação dos Países Menos Desenvolvidos e dos Estados em Desenvolvimento das Pequenas Ilhas no trabalho do Conselho dos Direitos Humanos".

16.02.22

Ainda no processo de preparação para a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU – que iniciou em 28 de fevereiro de 2022, destacamos os informes de duas atividades de 2021 do CDH – 1. O Fórum Social sobre lições aprendidas e desafios na luta contra a Covid19, realizado em outubro de 2021 e 2. O Painel Intersessional sobre o Direito à Seguridade Social realizado em Novembro de 2021 - que subsidiam diretamente os debates em torno a um novo contrato social ou eco-social sustentado pelo UNRISD - Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa em Desenvolvimento Social - e o fortalecimento dos sistemas de proteções sociais e

de seguridade social, como conclamou o Secretário Geral da ONU de forma reiterada desde 2020 e com ênfase após sua reeleição.

Os dois informes em suas conclusões e recomendações, assim como a elaboração do Alto Comissariado sobre as Proteções Sociais / Seguridade Social com a perspectiva dos direitos humanos, reforça a necessidade urgente de combater as desigualdades sociais ainda mais visibilizadas no contexto da Pandemia e apontam o protagonismo iniludível dos estados na garantia dos direitos e da necessidade de um esforço internacional para superar as fragilidades acumuladas na persistência da ordem hegemônica colonial.

Como materialização destas preocupações e necessidades urgentes, a contribuição do UNRISD - Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa em Desenvolvimento Social – em torno a um novo contrato eco-social, permite entender o enorme potencial do proposto pelo Secretário Geral Guterres, debate este que deveria ocupar a centralidade do nosso esforço no campo da saúde global e da diplomacia em saúde, pois daí podem surgir os argumentos e condições para abrigar de fato sistemas universais, integrais e igualitários de saúde em todo o planeta, com variadas formas de contratos eco-sociais, mas capazes em conjunto de consolidar uma nova perspectiva para a Humanidade, surgida da força dos conflitos sociais e ambientais que estão em marcha, no bojo de uma necessária nova ordem econômica internacional. Há que se lutar por isso e a nota do UNRISD traz elementos de grande potência para esta luta. Leiam com atenção.

Documentos mencionados:

1. Relatório do Fórum Social 2021 do Conselho de Direitos Humanos. 11 e 12 de outubro de 2021. Genebra. <https://undocs.org/en/A/HRC/49/79>
2. Painel de Discussão intersessional sobre o direito à seguridade social no mundo do trabalho em mutação. 1º de Novembro de 2021. <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/right-to-social-security.aspx>
3. Um novo Contrato Eco-Social: Vital para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Issue Brief 11, Março 2021. [https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=2D51D21D694A94D4802586A1004D18FC&parentdoctype=brief&netitpath=80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/2D51D21D694A94D4802586A1004D18FC/\\$file/IB11---Eco-social-contract.pdf](https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=2D51D21D694A94D4802586A1004D18FC&parentdoctype=brief&netitpath=80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/2D51D21D694A94D4802586A1004D18FC/$file/IB11---Eco-social-contract.pdf)

Documentação adicional

[Concept note](#) , [Programme of work](#) , [Human Rights Council resolution 42/13 on the right to social security](#)

Links relacionados: Committee on Economic, Social and Cultural Rights, "[General Comment No. 19](#)"

"United Nations High Commissioner for Human Rights, "[Report on economic, social and cultural rights to the Economic and Social Council, June 2021 \(E/2020/63\)](#)"

International Labour Organization, "[World Social Protection Report 2020–22](#)"

["OHCHR web page on the right to social security"](#)

[OHCHR's overview on the right to social security](#)

A 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU começou em 28 de fevereiro de 2022 sob o signo da Guerra na Ucrânia. A adoção de uma Resolução condenando a invasão russa, dividiu o Conselho [G2227744.pdf \(un.org\)](#), sendo adotada por 32 votos a favor, 13 abstenções e 2 votos contrários: Em Favor: Argentina, Benim, Brasil, Costa do Marfim, Finlândia, França, Gâmbia, Alemanha, Honduras, Indonésia, Japão, Líbia, Lituânia, Luxemburgo, Malawi, Malásia, Ilhas Marshall, Mauritània, México, Montenegro, Nepal, Holanda, Paraguai, Polônia, Catar, República da Coreia, Senegal, Somália, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. Contra: Eritreia e Federação Russa. Abstenção: Armênia, Bolívia (Estado Plurinacional de), Camarões, China, Cuba, Gabão, Índia, Cazaquistão, Namíbia, Paquistão, Sudão, Uzbequistão e Venezuela (República Bolivariana de)]. A não unanimidade está relacionada com a insuficiência da resolução em não reconhecer as violações dos Tratados de Minsk, a escalada de presença militar da OTAN na região e as violações de direitos humanos que vem ocorrendo desde 2014 nas regiões de maioria russa da Ucrânia por parte do Exército Ucrâniano e das milícias de extrema direita toleradas pelo Estado Ucrâniano. Ao condenar a invasão russa e suas consequências para os direitos humanos mas ignorar os demais elementos atentatórios aos direitos que antecederam e persistem no atual conflito, terminaram por gerar objeções na forma de abstenções que tiveram a adesão de países de peso como China, Índia e Paquistão, além dos países confrontados com as medidas unilaterais exercidas pelos EUA e Europa.

A 49ª Sessão foi a primeira com o novo Presidium, pois em suas reuniões organizacionais realizadas em 6 de dezembro de 2021 e 12 de janeiro de 2022, o Conselho de Direitos Humanos elegeu os seguintes membros da Mesa para seu décimo sexto ciclo, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022: Presidente Federico Villegas (Argentina) Vice-presidente Andranik Hovhannisyan (Armênia) Katharina Stasch (Alemanha) Tamim Baiou (Líbia) Vice-Presidente e Relator Ulugbek Lapasov (Uzbequistão).

Conforme anunciado anteriormente, tínhamos a expectativa sobre os informes do Secretário Geral da ONU ("Em busca da realização em todos os países dos direitos econômicos, sociais e culturais", e da Alta Comissária de Direitos Humanos (" Contribuição de respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para alcançar os propósitos e defender os princípios da Carta das Nações Unidas")). Nosso interesse foi focado em ver a direção e intensidade das recomendações orientadas para a implementação da " Nossa Agenda Comum" proposta pelo Secretario Geral Guterres em 2021, particularmente olhando a proposta de fortalecimento das proteções sociais como forma de enfrentar o aumento das desigualdades no Mundo pré, trans e pós pandêmico, assim como a configuração de um novo contrato social que sustentara um novo arranjo redistributivo da riqueza com maior protagonismo dos estados na garantia dos direitos humanos, em particular os da Plataforma DESCA.

Os informes apontam a vigência e imprescindível orientação que os direitos humanos e ambientais devem dar a uma nova etapa de desenvolvimento sustentável e de expansão das proteções sociais, com aumento do espaço cívico capaz de radicalizar a participação social e enfrentar as desigualdades injustas. Esta orientação reforça o valor do Direito ao Desenvolvimento como marco de leitura dos ODS e coloca com força o dever de cooperar das nações mais ricas, a proibição de políticas de desenvolvimento que não oprimam e explorem outras nações. Mas apesar do refinamento crítico dos documentos, que já assumem com cuidados uma nova etapa que vá superando a Pandemia, o que nos urge e nos falta é retomar com força as oportunidades e exigências de uma nova política internacional em um mundo que

sairá da Guerra da Ucrânia com novos arranjos geopolíticos e onde a China e seus aliados econômicos e políticos irão ter cada vez mais peso, definindo os padrões possíveis de justiça social e ambiental. Apesar da riqueza e amplitude dos informes, ficamos com o sabor amargo de um multilateralismo debilitado, com atores privados globais, os poderes financeiros formulando e operando para além dos estados nacionais.

O desdobramento da agenda da 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, com um amplo panorama dos direitos humanos ira' nos permitir ter uma visão mais abrangente dos desafios a seguir. Aguardem os próximos dois informes sobre esses desafios.

Como guia de leitura crítica dos informes apresentados, e' interessante observar a preocupação com a afirmação de políticas e sistemas robustos, que superem a caracterização limitante da resiliência formatada na reatividade e no arranjo dentro dos marcos instituídos, tornando mais difíceis as transformações estruturais que necessitamos. A progressiva ascensão do debate orientado pela robustez das políticas e sistemas pode ser uma pista promissora para romper a circularidade das políticas neoliberais em saúde. [Resilience and robustness in policy design: a critical appraisal \(harvard.edu\)](#)

Textos relacionados:

1. Em busca da realização em todos os países dos direitos econômicos, sociais e culturais. Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas – Antônio Guterres. A/HRC/49/28 02 de fevereiro de 2022 [G2224056.pdf \(un.org\)](#)
2. Contribuição de respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para alcançar os propósitos e defender os princípios da Carta das Nações Unidas. Informe da Alta Comissária dos Direitos Humanos – Michele Bachelet. A/HRC/49/88 07 de fevereiro de 2022. [G2225043.pdf \(un.org\)](#)
3. Resiliência e robustez no design de políticas: uma avaliação crítica. Giliberto Capano, Jun Jie Woo. 2016. Policy Sci DOI 10.1007/s11077-016-9273-x [Resilience and robustness in policy design: a critical appraisal \(harvard.edu\)](#)

30.03.22

Em pleno desenvolvimento e aproximando-se do seu termino, a 49ª Sessão do Conselho dos Direitos Humanos fica marcada pelo inicio e persistência da Guerra da Ucrânia – de surpreendentemente o País agredido não tem pressa em buscar um cessar fogo, o que fala muito de um manejo deliberado e oportunista dos EUA e da OTAN em favor de um conflito que busca gerar instabilidade no País s potencialmente vencedor – a Rússia, não importando o sofrimento imposto `as populações civis da Ucrânia. Não podemos desaproveitar o produzido e esgrimido desde a perspectiva dos DDHH, com destaque para o produzido pelos SR no âmbito da Pandemia. Neste contexto o CDH desfila sua impotência.

O clamor do Secretario Geral da ONU para inserir ou reinserir os Direitos Humanos no conjunto dos campos de atividade das Nações Unidas, não deixa de surpreender e revela o quanto as Nações Unidas se afastaram em conceito e em operação dos princípios fundantes da sua própria existência. O balanço da resposta passada e presente `a Pandemia de Covid19, mediante a lente dos Direitos Humanos chama a atenção sobre o óbvio: a resposta `a Pandemia no Mundo não foi orientada pela perspectiva sistêmica dos DDHH e de fato em tempos de pandemia todas as desigualdades aumentaram e os direitos se viram mais restringidos e ameaçados. O que nos lembra Albert Camus nas suas obras "A Peste" e "Estado de Sitio", onde

a Peste, como representação dos regimes totalitários, autoriza que se adotem restrições das liberdades e imposição da força, do desejo dos mais poderosos sobre os destinos de todos, utilizando como argumento a excepcionalidade requerida para enfrentar o “mal maior” ou seja a Peste. Os direitos humanos perderam terreno em todos os seus domínios durante a Pandemia e a reiteração de que os direitos DESCA (Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) serão de aplicação progressiva, conforme os recursos de cada País e da cooperação dos que mais tem, posterga indefinidamente a possibilidade de enfrentar as causas estruturais e as novas desigualdades que a Pandemia gera.

O resultado é um mundo mais desigual, mais aprisionado pelos mecanismos que reproduzem historicamente a desigualdade, onde se aninha o colonialismo e o classismo e o racismo imperam, assim fica cada vez mais longínqua a possibilidade de expandir universalmente as proteções sociais e estabelecer um novo contrato social, revelando a impotência do sistema multilateral, onde os estados membro estão em geral muito dependentes do capital financeiro que os escraviza, subalternizando suas populações.

O primeiro informe coloca ênfase no mapeamento da resposta dada à COVID e suas mazelas, fracassos e vitórias e esperanças, registrados nos relatórios apresentados ao CDH pelos procedimentos especiais e pelas autoridades da ONU. Os informes apresentados pelo Secretário Geral e pela Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, 1. sobre o conjunto dos informes públicos gerados pelos relatores especiais e especialistas independentes sintetiza a riqueza e compromisso dos membros dos procedimentos especiais, ouvidos, olhos e boca do Sistema de Nações Unidas, para não deixar esquecer os direitos humanos <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G21/381/99/PDF/G2138199.pdf?OpenElement>. 2. O informe do Seminário intersessional sobre boas práticas, desafios fundamentais e novos desenvolvimentos relevantes para o acesso a medicamentos e vacinas. Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/238/65/PDF/G2223865.pdf?OpenElement>

3. Implicações dos direitos humanos da falta de acesso e distribuição acessíveis, oportunas, equitativos e universais das vacinas contra a doença coronavírus (COVID-19) e do aprofundamento das desigualdades entre o Relatório dos Estados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/240/42/PDF/G2224042.pdf?OpenElement> e 4. Segurança dos jornalistas. Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session49/list-reports> A/HRC/49/40.

Os 4 informes formam um painel de falhas e de esperanças, mas precisamos superar as barreiras geradoras das desigualdades e olhar solidária e afirmativamente o conjunto da Humanidade.

“A Esperança Política dos Direitos Humanos rompendo a barreira das políticas de austeridade com suas pontes de proteções sociais e bandeira de um novo contrato (eco)social ”

13.04.22

Começamos neste informe quinzenal a realizar o *debriefing* do conjunto das resoluções de interesse para a saúde global / diplomacia em saúde, adotadas durante a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, concluída em 04 de abril de 2022.

Como varias resoluções ainda não tem texto oficial publicado e na ausência de uma Declaração da Presidência do Conselho, exercida pela Argentina, nos concentraremos neste informe em duas análises:

No mapa das 18 resoluções que foram a votação de um total de 35 adotadas <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session49/res-dec-stat> ; podemos ler o comportamento dos blocos que atuam no âmbito do CDH e quais suas principais clivagens de oposição. Quando se adotou a resolução sobre a Guerra na Ucrânia, a dramaticidade de uma guerra aberta na Europa e o estigma construído em torno a posição russa, levou a que 13 países se abstivessem, enquanto dois foram contra e 32 fossem a favor, neste caso o bloco do Sul Global, liderado ou aglutinado em geral pelo Movimento dos Não Alinhados não adotou posição única, pois as guerras de agressão em geral lideradas pelos países ocidentais e o bloco da OTAN, não permite abrir exceções críticas, embora potências do Sul como China, Índia e Paquistão se absteram (a favor: Argentina, Benin, Brasil, Costa do Marfim, Finlândia, França, Gâmbia, Alemanha, Honduras, Indonésia, Japão, Líbia, Lituânia, Luxemburgo, Malawi, Malásia, Ilhas Marshall, Mauritânia, México, Montenegro, Nepal, Holanda, Paraguai, Polônia, Catar, República da Coreia, Senegal, Somália, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. Contra: Eritreia e Federação Russa. Abstenção: Armênia, Bolívia (Estado Plurinacional de), Camarões, China, Cuba, Gabão, Índia, Cazaquistão, Namíbia, Paquistão, Sudão, Uzbequistão e Venezuela (República Bolivariana de).

Esta primeira e emocional votação não se repetiu em outras situações em que o tema da soberania nacional ganha outros contornos e reafirma o caráter da reivindicação da não ingerência, voltando a realinhar uma maioria do Sul Global em contraposição ao bloco ocidental e seus aliados ideológicos mais próximos. São exemplos deste comportamento, com diversos gradientes, as votações sobre a situação dos direitos humanos no Sudão do Sul, das 4 resoluções relacionadas aos territórios palestinos ocupados e das Colinas de Golan, da Nicarágua, da Síria e da Bielorrússia.

Fica ainda mais polarizada a situação quando os temas se relacionam com a ordem dominante internacional e temas de fundo das desigualdades entre o Norte e o Sul globais, tais como a Resolução sobre a Comemoração do 35º Aniversário da Declaração do Direito ao Desenvolvimento que teve 33 votos a favor e 14 abstenções (como um não envergonhado, fruto da pura demarcação ideológica), lembrando que em 1986 esta Resolução foi adotada por todos os países da Assembleia Geral da ONU, exceto um – os Estados Unidos da América. Da mesma maneira a Resolução sobre “O impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais sobre os Direitos Humanos (27 a favor, 14 contra e 6 abstenções). Ou ainda a Resolução com base no informe da Especialista Independente sobre “Efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais” (com 29 votos a favor, 14 contra e 4 abstenções). Incluindo ainda neste rol a Resolução sobre “Promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais no contexto de enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia COVID-19” (31 a favor, 14 contra e 2 abstenções), pois quando se incursionam na materialidade dos direitos econômicos, sociais e culturais e’ a própria essência dos interesses do capital financeiro que entra em campo e compõem uma minoria que defende sua posição com a força de sua hegemonia.

Essas votações mais ideológicas em temas de fundo que contestam pelos seus resultados a manutenção da assimetria de poderes no Mundo, nos permitem ter alguma esperança de que a correlação de forças possível no CDH assim como na AG da ONU permita

avançar paulatinamente medidas estratégicas como podem ser as convenções sobre o direito ao desenvolvimento, o controle das transnacionais e dos negócios em geral sobre os direitos humanos, uma convenção marco sobre o direito universal à saúde e às proteções sociais, mas sabendo que não serão decisões unânimes em um Mundo onde sequer a pandemia em curso conseguiu mudar o fundamentalismo macroeconômico das políticas de austeridade, permitindo que as desigualdades crescessem ainda mais. Portanto, esta esperança não pode ser entendida fora das materialidades que a economia política dos direitos exige.

Por isto o Informe do Secretario Geral <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/240/56/PDF/G2224056.pdf?OpenElement>, sobre a “Questão da realização em todos os países de direitos econômicos, sociais e culturais” merece ser levado a sério quando propõe caminhos para “a criação de sistemas de proteção social baseados em direitos humanos, a fim de operacionalizar seu apelo a um contrato social renovado apoiado por um novo acordo global no contexto da recuperação pandêmica Covid-19.” No relatório, “elaborado nos termos da resolução 46/10 do Conselho de Direitos Humanos, o Secretário-Geral fornece uma visão geral dos impactos contínuos da doença coronavírus (COVID-19) sobre os direitos econômicos, sociais e culturais e descreve elementos-chave de uma abordagem baseada em direitos humanos para a construção e financiamento de políticas e serviços públicos inclusivos, com ênfase especial na proteção social. O Secretário-Geral conclui com recomendações para a criação de sistemas de proteção social baseados em direitos humanos, a fim de operacionalizar seu apelo a um contrato social renovado apoiado por um novo acordo global no contexto da recuperação pandêmica Covid-19.”

Este será justamente o tema do Seminário Internacional do CRIS / FIOCRUZ no dia 20/04/22 às 10h da manhã do Rio de Janeiro – Brasil: “Os Direitos Humanos, Saúde e Seguridade Social : a promessa de um novo Contrato Social face às Políticas de Austeridade”, com a participação do Presidente do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Embaixador Federico Villegas (Argentina) e 5 representantes de entidades da sociedade civil global de interesse público, explorando criticamente os postulados e as ações propostas pelo SG da ONU e suas potencialidades para o avanço dos DH no Mundo e a redução das desigualdades no âmbito das proteções sociais universais e de um novo contrato (eco)social para um desenvolvimento e uma democracia capazes de produzir justiça social e ambiental. Participem!

Extratos do Informe do Secretario Geral da ONU, Antônio Guterres, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/240/56/PDF/G2224056.pdf?OpenElement>, sobre a “Questão da realização em todos os países de direitos econômicos, sociais e culturais”. Fevereiro 2022.

“I. Introdução 1. De acordo com a resolução 46/10 do Conselho de Direitos Humanos, o presente relatório está focado na importância que políticas públicas robustas e eficientes e serviços de adequação e pleno funcionamento para a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais têm no enfrentamento do impacto negativo da doença coronavírus (COVID-19) e na contribuição para os esforços de recuperação. 2. Nos últimos dois anos, a pandemia COVID-19 teve um impacto profundo na saúde, na vida e na fruição dos direitos humanos, com consequências desproporcionalmente adversas para os mais marginalizados e vulneráveis. A crise da saúde e as crises sociais e econômicas resultantes revelaram e exacerbaram as desigualdades existentes dentro e entre países e iluminaram as consequências estruturais de décadas de serviços públicos subfinanciados ou desmantelados e políticas relacionadas aos direitos econômicos e sociais.

3. Todos os países, independentemente de suas circunstâncias atuais, têm potencial para ampliar seus investimentos em educação, saúde e proteção social.¹ Tal investimento é fundamental para o cumprimento das obrigações do Estado no que diz respeito à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais. As estratégias de investimento devem incluir a mobilização de recursos domésticos, bem como a cooperação e assistência internacional. O investimento no bem-estar das pessoas e em serviços acessíveis, acessíveis e de qualidade funciona como um trampolim para a resiliência e oportunidades de longo prazo para os Estados buscarem o desenvolvimento inclusivo alinhado com os direitos humanos e objetivos ambientais. As evidências mostram que investir em políticas públicas inclusivas para a realização de direitos econômicos, sociais e culturais apoia o crescimento econômico, contribui para a prevenção da pobreza, reduz a desigualdade, incluindo a desigualdade de gênero, e aumenta a estabilidade política.

4. O relatório contém uma visão geral dos impactos contínuos da pandemia COVID-19 sobre os direitos econômicos, sociais e culturais e descreve elementos-chave de uma abordagem baseada em direitos humanos para a construção e financiamento de políticas e serviços públicos abrangentes, com especial ênfase na proteção social. O relatório conclui com recomendações para a criação de um sistema de proteção social baseado em direitos humanos, a fim de operacionalizar o apelo do Secretário-Geral para um contrato social renovado centrado em direitos humanos, apoiado por um novo acordo global no contexto da recuperação pandêmica Covid-19

II. As respostas dos Estados ao impacto contínuo da crise do COVID-19 sobre os direitos econômicos, sociais e culturais 9. Em resposta à pandemia, os Estados tomaram um número sem precedentes de medidas de proteção social, com mais de 3.300 ações tendo sido planejadas ou implementadas em 222 países e territórios, a partir de 14 de maio de 2021.⁷ Essas medidas ajudaram as pessoas a pagar em saúde, amorteceram o choque de renda ou perda de emprego, e garantiram a prestação de cuidados para crianças e outras pessoas necessitadas. As medidas incluíam: transferências de dinheiro condicional e incondicional; suporte em espécie; refeições escolares; esquemas de voucher; dispensa ou adiamento do pagamento de serviços públicos; segurança de renda durante licença médica; proteção do desemprego; benefícios de velhice, sobrevivente e por incapacidade; políticas de licença familiar e cuidados; mudanças temporárias nos pagamentos de contribuição previdenciária e pagamentos de impostos; e procedimentos administrativos modificados e mecanismos de entrega.⁸

10. Essas medidas rápidas e extensas de proteção social de emergência demonstram que a expansão da proteção social é possível e podem contribuir significativamente para mitigar ou prevenir muitos dos impactos adversos associados às crises.⁹ Ao mesmo tempo, houve uma clara divergência de experiências entre indivíduos, comunidades e Estados, uma vez que as medidas de proteção social foram mais extensas nesses países com o espaço fiscal mais amplo.¹⁰ 11. Apesar do reconhecido impacto desproporcional da pandemia e da crise socioeconômica sobre as mulheres, menos de 20% das medidas de proteção social e do mercado de trabalho adotadas pelos Estados têm sido sensíveis ao gênero, no sentido de direcionar especificamente a segurança econômica das mulheres ou abordar o trabalho de assistência não remunerada.¹¹ Além disso, muitas medidas são de curto prazo ou temporárias, e estão sendo eliminadas ou sujeitas a processos de renovação complicados e incertos.¹² Ao mesmo tempo, certos grupos foram deixados de fora das respostas do Estado. Por exemplo, em muitos países, os trabalhadores informais ainda não fazem parte dos programas de proteção social. “

27.04.22

Este informe registra e comenta a realização no dia 20 de abril de 2022, do Seminário Internacional do CRIS FIOCRUZ dedicado a um balanço político a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Na ocasião, o Seminário sobre **"Os Direitos Humanos, Saúde e Seguridade Social: a promessa de um novo Contrato Social face às Políticas de Austeridade"** [Seminário na Fiocruz aborda direitos humanos, saúde e seguridade social](#), propôs um debate sobre os desdobramentos da 49ª Sessão, particularmente em torno ao informe do Secretário Geral da ONU Antônio Guterres sobre "A questão do exercício efetivo, em todos os países, dos direitos econômicos, sociais e culturais" A/HRC/49/28. Neste informe o Secretário Geral caracterizou e defendeu o direito à seguridade social e às várias formas de proteções sociais, incluindo a saúde, e apontou os caminhos que permitiriam construir no âmbito dos países e da cooperação internacional as formas de garantia desses direitos e a construção de um novo contrato social e de um *New Deal* global. O painel de debates contou com uma primeira intervenção, por meio de vídeo, do Presidente do Conselho de Direitos Humanos, Embaixador Federico Villegas da Argentina, o qual fez um balanço da 49ª Sessão e seus desdobramentos na busca da materialização do proposto pelo SG. Villegas caracterizou o momento de tensão dos direitos humanos gerado pelo conflito russo-ucraniano, problematizou os conflitos políticos entre os membros do CDH em matéria da primazia entre direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais, onde radicam choques entre o conceito que se atribui à democracia e as condições de vida material dos povos e defendeu a interdependência e totalidade dos direitos humanos como corpo doutrinaria e de ação. Também destacou a necessidade de um *New Deal* global que permita enfrentar de forma solidária e efetiva as desigualdades entre as nações e entre os povos.

Após o vídeo do Presidente do CDH, seguiram-se 4 intervenções, as quais exploraram alternativas para alcançar o proposto, densificando o debate crítico sobre a seguridade social / proteções sociais e um novo contrato social. O primeiro a expor foi Stefano Prato, da SID – Society for International Development – Itália, desenvolvendo o tema "O Direito ao Desenvolvimento e os desafios da construção de sistemas de proteções sociais". Stefano caracterizou o momento de crises persistentes e sobrepostas que longe de se constituírem como oportunidades de transformação terminaram por fortalecer ainda mais os mais fortes, acentuando as desigualdades. Com um crescimento econômico que não se traduz em empregos de qualidade nem em aumento real do poder de compra dos salários, temos como resultado uma constante redução do espaço fiscal por conta da menor arrecadação derivada de menor consumo. O aumento assimétrico da riqueza e sua concentração na forma de capital financeiro não se traduzindo em aumento geral do bem estar. A armadilha gerada se sustentaria no comércio assimétrico, nas dívidas e nas desigualdades tecnológicas. Com governos asfixiados financeiramente, submetidos às regras da arquitetura das dívidas internacionais e nacionais, a saída proposta é aquela das parcerias público-privadas, as quais consolidam cada vez mais os interesses do Norte Global mediante suas instituições financeiras de Bretton Woods 2, capturando o espaço de decisão política dos Estados. Frente à esta situação Stefano considera que o *framework* do Direito ao Desenvolvimento poderia ser uma perspectiva que sustente uma nova ordem política e econômica global e considera que é fundamental reivindicar, recuperar o espaço das Nações Unidas para a construção de acordos, tratados vinculantes, conectando as resistências nacionais e regionais com o espaço de regulações e acordos globais, constituindo um espaço de decisões realmente transcendentais.

A segunda a expor foi Tings Chak, pesquisadora sediada em Xangai e Diretora de Arte do Tricontinental: Institute for Social Research, desenvolvendo o tema "O combate às desigualdades na China e a eliminação da extrema pobreza: Aprendizados para um novo

contrato social global”. Ela liderou o estudo, *Servir ao Povo: A Erradicação da Pobreza Extrema na China* (2021), e é membro do Dongsheng, um coletivo internacional de pesquisadores interessados na política e na sociedade chinesas. Ela apresentou os processos de erradicação da pobreza e combate as desigualdades na China, enfatizando o envolvimento da sociedade e sua confiança na presença importante dos agentes públicos e do Partido Comunista Chinês em torno a compromissos do Estado como garante de “ uma renda / trabalho, duas respostas – comida e vestimenta e três garantias – saúde, educação e pensões, além de água, eletricidade e habitação” . O direito `a existência estaria assim sendo construído em suas bases materiais, envolvendo a mobilização de recursos estatais e privados com um marco descentralizado de respostas mas com uma garantia de contrato universal por parte do governo central. Chak vê na experiência chinesa elementos importantes para uma cooperação sul-sul capaz de mobilizar uma outra agenda que apoie os países que se relacionam com a China para constituir suas próprias capacidades para responder às necessidades de suas populações. Em um momento que uma nova ordem internacional parece emergir, conhecer e entender os caminhos adotados pela China sem o filtro ideológico das fontes ocidentais passa a ser uma tarefa fundamental.

A terceira exposição foi de Francine Mestrum, Doutora em Sociologia pela ULB – Bélgica, fundadora de “ Global Social Justice”, tendo como tema “A universalização da seguridade social como direito humano e seus desafios frente `as políticas de austeridade”. Em sua exposição Francine reconheceu o Informe do Secretário Geral da ONU como um texto que merece ser utilizado como guia do esforço pelos Direitos Humanos e a garantia da Seguridade Social no marco de um novo contrato social. Porém apontou os constrangimentos ideológicos que marcam sua aplicação em função da hegemonia neoliberal. Ilustrou sua preocupação destacando as ausências que notou no Informe: falta destacar as desigualdades como base das iniquidades; falta mencionar solidariedade como base para sustentar a seguridade social (para tornar os ricos diretamente relacionados com a redistribuição , evitando dissociar a pobreza da riqueza e desta maneira evitando deixar aos empobrecidos a responsabilidade de resolver seus “próprios problemas “- a proteção social necessita ser solidária; falta apontar a emancipação como processo de construção de poder coletivo alterno (e não do “empoderamento” individual e apolítico); falta definir o desenvolvimento como expressão livre da autodeterminação dos povos. Francine nos faz pensar sobre a “desassistência programada” ou “miséria planejada” que paralisam as políticas sociais em níveis de aspiração insuficientes para garantir o bem estar como marca de sociedade e naturalizam as políticas de austeridade. Vejam o artigo de Francine inspirado pelo painel e traduzido como parte do informe sobre a “Sociedade Civil de Interesse Público” que compõe este mesmo volume <https://www.other-news.info/fight-against-inequalities/> .

Apesar da ausência, Riccardo Petrella, líder da “Ágora dos Habitantes da Terra”, teve sua mensagem referida sobre “Os bens públicos comuns globais, a ilegalidade da pobreza e a emergência de uma cidadania global”. Petrella sustenta que necessitamos três grandes audácias: ilegalizar a pobreza para poder denunciar seu caráter político e não natural – temos empobrecidos e não pobres e temos que enfrentar os mecanismos de empobrecimento; desfinanceirizar a economia, para reinserir a economia na vida social e romper a primazia do capital financeiro, especulativo e fonte de poder mediante aa arquitetura das dívidas e na apropriação da produtividade humana; desarmara a guerra, rompendo os mecanismos de controle armado das sociedades e na imposição do poder militar sustentado pela indústria bélica. Aponta os mecanismos legais e as ações políticas que podem desmontar a reprodução do poder hegemônico. Aposta na constituição de bens públicos universais e toma o exemplo da água que está agora cotada nas bolsas de valores de Chicago e nova Iorque, como marcas de um

processo de controle monopólico das fontes de águas de superfície e subterrâneas frente a uma esperada escassez hídrica mundial como uma luta exemplar para constituir um controle cidadão universal.

Por último, Eric Friedman, da *Alliance for a Framework Convention on Global Health*, desenvolveu o tema “Contribuição de um tratado de saúde global para a implementação do direito ‘à saúde’”. Eric sustentou a importância de termos um instrumento juridicamente vinculante que garanta a saúde como direito humano universal e apresentou as várias dimensões deste direito ao incluir tanto elementos que garantam o bem estar imprescindível para preservar a saúde assim como para recuperá-la. Apontou o caminho a percorrer para construir um apoio suficiente para alcançar este tratado em um ambiente onde a saúde não constitui um direito aceito de forma consensuada.

O painel merece ser revisto e ter seus conteúdos analisados de forma mais profunda, buscando a densificação das propostas do Secretário Geral da ONU com os aportes dos expositores e incidindo também nos debates dos dois tratados hoje na pauta do Conselho de Direitos Humanos: sobre o Direito ao Desenvolvimento e sobre os Direitos Humanos e a atuação das transnacionais.

Cabe assim destacar os seguintes temas derivados do Conselho de Direitos Humanos, relativos aos debates sobre os Tratados acima mencionados:

1. O informe adotado pela 49ª Sessão do CDH, sobre a sétima sessão do grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas comerciais no que diz respeito aos direitos humanos. Presidente-Relator: Emilio Rafael Izquierdo Miño (Equador). A/HRC/49/65. 29 de dezembro de 2021. [G2139755.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/ruhr/2021/12/29/4965.pdf)

“Introdução 1. O grupo de trabalho intergovernamental aberto sobre corporações transnacionais e outras empresas no que diz respeito aos direitos humanos foi estabelecido pelo Conselho de Direitos Humanos em sua resolução 26/9 de 26 de junho de 2014 e determinou a elaboração de um instrumento internacional legalmente vinculativo para regular, no direito internacional dos direitos humanos, as atividades de corporações transnacionais e outras empresas empresariais no que diz respeito aos direitos humanos. 2. A sétima sessão do grupo de trabalho, que ocorreu de 25 a 29 de outubro de 2021, foi aberta com uma declaração da Alta Comissariada das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Ela enfatizou algumas tendências importantes no espaço empresarial e de direitos humanos. Em primeiro lugar, observou a maior transformação da responsabilidade corporativa em respeitar os direitos humanos, consagrado nos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos, em deveres legais. Iniciativas obrigatórias de *due diligence* de direitos humanos foram adotadas em vários Estados, e tais iniciativas estavam sendo consideradas em outros Estados e por uma organização regional. A Alta Comissária saudou tais desenvolvimentos legislativos como parte de um *mix* inteligente de medidas que os Estados devem adotar para promover o respeito empresarial pelos direitos humanos, e chamou a atenção para a submissão de seu escritório ao grupo de trabalho naquele ano, que detalhou diferentes considerações que devem entrar em regimes obrigatórios de *due diligence* de direitos humanos. Em segundo lugar, ela observou a tendência alarmante em relação à crescente ameaça aos direitos humanos representada pela tríplice crise planetária: mudanças climáticas, poluição e perda de biodiversidade. Além de fortalecer o respeito e a proteção dos direitos humanos e ambientais, havia uma necessidade urgente de garantir o acesso à justiça e remediar as vítimas de abusos.

Diante dos desafios atuais, incluindo a pandemia global, os atores do setor privado poderiam fazer suas melhores contribuições, garantindo o respeito pelos direitos humanos e pelo planeta em suas próprias operações e relações comerciais. Por fim, a Alta Comissária reiterou sua opinião de que o processo do tratado representou uma oportunidade para aumentar o respeito empresarial pelos direitos humanos, abrindo caminho para operações comerciais mais fundamentadas, responsáveis e responsáveis. Ela instou todos a se envolverem construtivamente no processo...”

Anúncio: 23ª sessão do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento. Data: 16 a 20 de maio de 2022. Genebra. Conferência Híbrida. Nesta sessão, o Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento continuará revisando os progressos feitos na implementação do direito ao desenvolvimento. Realizará um diálogo interativo com o Presidente do Mecanismo de Especialistas sobre o direito ao desenvolvimento e o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento e considerará a proposta revisada de convenção sobre o direito ao desenvolvimento.

Documentação:

- Agenda provisória (A/HRC/WG.2/23/1) [Provisional agenda \(A/HRC/WG.2/23/1\)](#)
- Rascunho do programa de trabalho [Draft programme of work](#) (somente em inglês)
- Convenção revisada sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/WG.2/23/2](#)) (versão avançada editada em inglês)
- Proposta revisada de convenção sobre o direito ao desenvolvimento, com comentários (A/HRC/WG.2/23/2/Add.1) (a ser publicada)
- Compilação de comentários e sugestões textuais ([A/HRC/WG.2/23/CRP.1](#))
- Resolução do Conselho de Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/RES/48/10](#))
- Resolução da Assembleia Geral sobre o direito ao desenvolvimento ([A/RES/76/163](#))
- Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento em sua vigésima primeira sessão ([A/HRC/48/64](#))
- Relatório do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos sobre a Importância de um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/45/40](#))
- Relatório do Secretário-Geral e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/48/26](#))
- Relatórios do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento [Reports of the Expert Mechanism on the Right to Development](#)
- Relatórios do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento [Reports of the Special Rapporteur on the right to development](#)
- Membros do grupo de redação sobre um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento [Members of the drafting group on a legally binding instrument on the right to development](#)
- Comentários e sugestões textuais recebidos após a 22ª sessão do Grupo de Trabalho [Comments and textual suggestions received after the 22nd session of the Working Group](#)

Accreditação: Podem participar do Grupo de Trabalho as Instituições de Membros e Observadores da ONU, agências especializadas e outras organizações internacionais, instituições nacionais de direitos humanos com credenciamento de "status" e ONGs com status consultivo do ECOSOC. Todos os participantes devem se inscrever utilizando o formulário de inscrição para a 23ª sessão do Grupo de Trabalho [registration form for the 23rd session](#). As

inscrições permanecerão abertas até as 17:00 horas de Genebra, sexta-feira, 13 de maio de 2022. Um link para participar da reunião remotamente será enviado para aqueles que se cadastraram através do sistema, juntamente com informações sobre como participar da plataforma de reunião e como se cadastrar para a lista de palestrantes. Observe que o link é exclusivo de cada participante cadastrado e não pode ser compartilhado. O link será enviado poucas horas antes do início da sessão.”

3. Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos sobre o Direito ao Desenvolvimento Vigésima terceira sessão 16-20 maio 2022. Item 4 da agenda provisória. Revisão dos avanços feitos na promoção e implementação do direito ao desenvolvimento. Projeto de convenção revisado sobre o direito ao desenvolvimento. Presidente-Relator: Zamir Akram (Paquistão). Resumo: O anexo ao presente relatório do Presidente-Relator do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento contém o texto revisado da minuta da convenção sobre o direito ao desenvolvimento, apresentado nos termos da resolução 48/10 do Conselho de Direitos Humanos. Os comentários do texto revisado estão contidos no documento A/HRC/WG.2/23/2/Add.1 . O texto original da convenção sobre o direito ao desenvolvimento e os comentários correspondentes estão contidos nos documentos A/HRC/WG.2/21/2 e A/HRC/WG.2/21/2/Add.1, respectivamente

Maio, o mês quente da Diplomacia em Saúde: o que está por vir

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

OMS e demais organizações em saúde, incluindo preparativos para a 75a AMS

A Organização Mundial de Saúde (OMS) surgiu com a proposta de cuidar de questões relacionadas com a saúde global. Essa agência especializada das Nações Unidas foi fundada em 7 de abril de 1948, quando seus estatutos foram ratificados. Atualmente, são mais de 7000 pessoas que trabalham nos 150 escritórios em diferentes países, além dos seis escritórios regionais e na sede, em Genebra.

A criação da Organização representa um marco na saúde pública mundial, tendo como objetivo promover ações de saúde em âmbito internacional. De forma mais concreta, a OMS é responsável pela formulação de normas sanitárias internacionais, pela produção de guias e materiais técnicos em prevenção e controle de doenças, manuais de boas práticas, pela criação e implementação de programas de controle e erradicação de doenças, promoção de assistência técnica a países, formulação de relatórios de situação e análises de risco, e, ainda, o fomento de pesquisas em saúde.

Dentre as organizações regionais, abordaremos com especial enfoque o trabalho desempenhado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Fundada em 1902, é a organização internacional de saúde pública mais antiga do mundo. Atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas e é a agência especializada em saúde do sistema interamericano. O organismo internacional oferece cooperação técnica em saúde a seus países membros; combate doenças transmissíveis e doenças crônicas não transmissíveis, bem como suas causas; e fortalece os sistemas de saúde e de resposta ante emergências e desastres.

Seis linhas definem os principais resultados e impactos esperados da cooperação técnica da OPAS/OMS em seu trabalho conjunto com parceiros no país. São elas:

- Promover a saúde e o bem-estar das pessoas;
- Ampliar o acesso e a cobertura em saúde de forma integral e equitativa, com ênfase na atenção primária;
- Desenvolver capacidades humanas em saúde qualificadas;
- Promover o acesso e o uso racional de medicamentos e outros insumos em saúde;
- Prevenir e controlar doenças crônicas não transmissíveis e fatores de risco, além de promover a saúde; e
- Controlar doenças transmissíveis, com ênfase naquelas negligenciadas.

Ao longo dos últimos informes vimos construindo e discutindo para além da estrutura das organizações. Há cada vez mais a necessidade de se compreender o amplo processo que envolve a diplomacia da saúde global e a governança geral. Assim, as articulações com organizações da sociedade civil (OCSs) e demais atores pertinentes à saúde global, fazem com que o monitoramento dos posicionamentos e atos de stakeholders centrais, manifestações científicas, organizações não-governamentais atuantes e demais agências, tais como UNITAID, UNAIDS, FIND, GAVI, CEPI, the Global Fund seja essencial para se entender a arquitetura de poder por detrás dos rumos que a *Saúde* toma.

Desse modo, salienta-se a importância de se estar atento ao que será discutido e acertado na Assembleia Mundial da Saúde, a acontecer de 22 a 28 de maio em Genebra, Suíça. Também como pode ser encontrado nos informes prévios, contidos nos [Cadernos CRIS Fiocruz](#).

Retomando, a Assembleia Mundial da Saúde é o principal órgão de decisão na Organização Mundial de Saúde. Participam dela todas as delegações de países membros da OMS, que se reúnem para discutir uma agenda de saúde organizada pelo Comitê Executivo. Tem como principais funções determinar as políticas da OMS, nomear o diretor geral, supervisionar políticas financeiras, além de revisar e aprovar orçamentos propostos para programas. Este ano ocorre a septuagésima quinta sessão e toda a [agenda pode ser lida na íntegra aqui](#).

Para além do que gira ao redor da agenda, muito tem-se dito sobre a participação das OSCs. Com tempo de expressão cada vez mais limitado, além das restrições ao número de representantes físicos na Assembleia, as entidades não-estados membros pedem mais envolvimento com os estados membros da Organização Mundial da Saúde e que a OMS ajude a facilitar seu envolvimento na elaboração de resoluções para a Assembleia Mundial da Saúde (AMS/WHA).

As OSCs e os atores não estatais têm conhecimento técnico e também muita experiência vivida que é realmente relevante para as resoluções que estão sendo negociadas, e é um benefício o maior engajamento das partes nas negociações formais. O princípio básico da construção de declarações políticas (*policies*) é traduzir o que é vivenciado nas pontas em ações formativas e capazes de refluir a transformação e a melhoria necessárias. Sem a participação social, a OMS perde o principal espelho de advento futuro, perde o reflexo das pessoas dentro da Organização. Ou seja, menor espaço para as OSCs implica em diminuir o espaço da população na construção da sua própria saúde.

Os pontos-chave da agenda da 75ª Assembleia Mundial da Saúde

Mecanismos de preparo para emergências em Saúde Pública

Considerando a *era Covid*, os debates acerca do preparo e resiliência dos sistemas de saúde para o enfrentamento das emergências de saúde pública, circulam ao redor da dupla: preparo e resposta. E é esse o Ponto 16 da WHA: Emergências de saúde pública: preparação e resposta.

Mais de dois anos após o início da pandemia de COVID-19 e os grandes efeitos que teve no mundo, é evidente que tanto os sucessos quanto os fracassos na preparação e resposta à pandemia criaram condições na governança global da saúde que exigem reflexão e introspecção cuidadosa. Os atores globais da saúde podem olhar para os dois anos anteriores e ver o enorme custo da pandemia, a elevação da saúde global a “alta política”, a criação e funcionamento de mecanismos e entidades, as respostas globais e locais em todos os níveis, desde o médico ao político, a distribuição desigual de tecnologias e capacidades médicas e o processo em curso de negociação de um instrumento jurídico pandêmico (tratado).

É improvável que o Covid-19 seja a última pandemia ou crise de saúde em grande escala a ser enfrentada pela comunidade global. E por isso, vale a atenção sobre o que será proposto e discutido a respeito das implicações do Covid-19 na governança global da saúde e o que é necessário para que os sistemas de saúde estejam melhor capacitados, garantindo sociedades saudáveis a longo prazo.

Como dito, a pandemia em questão destacou a necessidade de uma arquitetura de preparação, resposta e resiliência (Health Emergency Preparedness, Response and Resilience - HEPR) para emergências de saúde mais forte e inclusiva. Na 150ª reunião do Conselho Executivo em janeiro, o Diretor-Geral comprometeu-se a desenvolver propostas, em consulta com os Estados Membros, sobre o fortalecimento da arquitetura do HEPR, e apresentá-las à 75ª Assembleia da Saúde. Com esse objetivo, foi construído e apresentado sob o nome do Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, o [White Paper Consultation: Strengthening the Global Architecture for Health Emergency Preparedness, Response and Resilience](#), que pode ser consultado. O documento apoia a criação de um “Conselho Global de Emergências de Saúde” sob os auspícios da OMS e algumas “alterações direcionadas” ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI - International Health Regulations/ IHR) existente que rege emergências.

No entanto, o novo *White Paper* também evita tomar uma posição clara sobre elementos específicos das reformas das regras do RSI – devolvendo a questão aos Estados membros. Os arranjos das regras do RSI são descritos ainda como muito lentos para serem eficazes em pandemias. As reformas do RSI são vistas como a resposta mais imediata a alguns dos fracassos da pandemia de COVID-19 – na pendência da negociação e adoção de um novo tratado, convenção ou outro instrumento legal da Pandemia, que levará pelo menos dois anos, seguido de um processo de ratificação.

A proposta de um Conselho Global de Emergência de Saúde complementado por um Comitê de Emergência da Assembleia Mundial da Saúde, é outro elemento-chave do Plano do *White Paper* do Diretor-Geral. É claramente destinado a impedir a criação de um órgão semelhante sob o Secretariado da Assembleia Geral da ONU e/ou auspícios do G7, como havia sido proposto no ano passado pelo [relatório do Painel Independente](#) e em alguns outros fóruns.

Vários painéis propuseram a criação de um conselho de alto nível sobre emergências globais de saúde, composto por chefes de Estado e outros líderes internacionais. A OMS apoia esse conceito e propõe o estabelecimento de um Conselho Global de Emergência em Saúde, vinculado e alinhado com a constituição e governança da OMS, em vez de criar uma estrutura paralela, o que poderia levar a uma maior fragmentação da arquitetura global do HEPR.”

Ao contrário da reforma do RSI, o *White Paper* da OMS claramente põe a marca da Organização contra a criação de outras estruturas adicionais fora da OMS que, por vezes, foram propostas. Apoia, entretanto, a criação de um Fundo Intermediário Financeiro (FIF) gerenciado pela OMS e pelo Banco Mundial como um mecanismo permanente para o financiamento das necessidades de preparação e resposta à pandemia dos países.

Vários países, liderados pela França e pela Alemanha, também apoiaram a ideia de vincular o mecanismo de financiamento a um novo processo de revisão por pares pelos estados membros do planejamento pandêmico dos países, chamado de “Revisão Universal de Saúde e Preparação (UHPR). Iniciativa que é vista como uma forma de reforçar a ligação entre o estado real de preparação de um país e sua elegibilidade para concorrer a certos tipos de apoio financeiro.

O *paper* pode então ser visto como muito amplo, mas tem o mérito de reunir os pontos levantados pelos vários painéis de reforma, para uma discussão mais estruturada do que é factível ou não. Claramente algumas propostas são mais consensuais que outras, mas pelo menos é um bom ponto de partida.

Outros tópicos destrinchados da agenda

A Assembleia Mundial da Saúde (AMS) é o órgão supremo de tomada de decisões da OMS. Sob o lema “Saúde pela paz, paz pela saúde”, a 75ª Assembleia Mundial da Saúde será a primeira presencial desde o início da pandemia. Os temas da agenda estão divididos em 4 eixos principais, os já conhecidos “3 bilhões” (*triple billion*) da OMS e o objetivo de tornar a arquitetura da saúde global mais eficiente e sustentável:

- Pilar 1: Mais um bilhão de pessoas se beneficiando da cobertura universal de saúde
- Pilar 2: Mais um bilhão de pessoas melhor protegidas de emergências de saúde
- Pilar 3: Mais um bilhão de pessoas desfrutando de melhor saúde e bem-estar
- Pilar 4: OMS mais eficaz e eficiente, fornecendo melhor apoio aos países

Dentre as principais funções de governança da Assembleia, estão a nomeação do Diretor Geral da organização, a definição de estratégias e o acompanhamento das mesmas. Cabe destacar a eleição do Diretor Geral da organização, que será realizada durante a Assembleia. O Conselho Executivo, em sua 150ª sessão, decidiu pela reeleição do Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus como Diretor Geral da OMS. Mesmo com candidato único já nomeado pelo Conselho Executivo, o procedimento formal de votação ocorrerá no dia 24 de maio e a nomeação é decidida por maioria de dois terços dos Membros presentes e votantes.

Por outro lado, a maioria dos itens da agenda da AMS está relacionado com o progresso das diversas estratégias da OMS em temas técnicos. Outra recomendação do Conselho Executivo, que será decidida na AMS é a extensão do 13º Programa Geral de Trabalho da OMS para 2025. O programa de trabalho da OMS foi aprovado na Assembleia Mundial de Saúde em 2018 para o período de 2019 a 2023, porém considerando o lento progresso das metas dos três bilhões, principalmente nos últimos 2 anos de pandemia, o Conselho Executivo considerou pertinente estender o prazo do programa de trabalho. Apesar de importantes obstáculos impostos por consequência da pandemia, é relevante ter em mente que estamos exatamente no meio do período da Agenda 2030, assim temos que aproveitar esta chance para repensar como avançamos e como podemos acelerar o progresso dos ODS e a atuação da OMS certamente está no centro de qualquer estratégia.

Outro tema de destaque que será discutido na AMS é a sustentabilidade financeira da OMS, neste caso não considerando somente a quantidade do orçamento, mas também a qualidade, já que se sabe que diversas áreas consideradas prioritárias pelos países acabam sendo subfinanciadas devido a recursos designados a atividades específicas (*earmarked funds*), principalmente vindos de atores não estatais. Em seu discurso de abertura da 150ª Sessão do Conselho Executivo, Dr. Tedros destacou cinco prioridades para os próximos 5 anos, uma delas é o urgente fortalecimento da OMS como autoridade líder em saúde global, no centro da arquitetura global de saúde. A crise da OMS vem sempre à tona durante emergências sanitárias, e a Pandemia de Covid-19 deu à crise da OMS e do multilateralismo em geral proporções inéditas. Neste sentido, cabe recordar também o Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas denominado “Nossa Agenda Comum” (*Our Common Agenda*), que fornece uma ampla análise e diversas recomendações para o fortalecimento do multilateralismo.

A proposta da secretaria para a AMS é o aumento gradual das contribuições dos países membros, com o objetivo de obter um financiamento sustentável, flexível e previsível, o que levaria ao fortalecimento das capacidades da OMS e à independência da organização. Os países da região das Américas estão de acordo com a necessidade de melhorar a previsibilidade e sustentabilidade do financiamento da OMS, porém apontam a importância de considerar outras

questões em conjunto com o financiamento sustentável, como governança, priorização, eficiência, transparência e responsabilidade no uso de recursos. Ou seja, qualquer aumento nas contribuições dos países membros deve acompanhar a reforma em curso da OMS e ser acompanhado por responsabilidade e transparência. Uma preocupação dos países da região é a questão da dupla contribuição para a OPAS e OMS, o que não acontece nas outras regiões.

Não obstante, vale lembrar o alto impacto econômico da pandemia nos países, o que pode dificultar o cumprimento de uma maior obrigação financeira neste momento. Além disso, alguns Estados membros sugeriram explorar a opção do modelo de *replenishment*, (utilizado por diversos organismos internacionais como CEPI, GAVI, Fundo Global, etc, como visto em edições anteriores deste relatório), mas é consenso a necessidade de fortalecer as estruturas de financiamento existentes antes de contemplar a criação de novas estruturas.

Dentro do pilar 1 da agenda da AMS o item 14.4 - Roteiro (Road Map) para doenças tropicais negligenciadas 2021–2030 - destaca-se.

As doenças tropicais negligenciadas (DTNs) são um grupo diversificado de 20 condições que ocorrem principalmente em áreas tropicais, onde afetam comunidades pobres, além de desproporcionalmente mulheres e crianças. Essas doenças têm consequências devastadoras para a saúde, acrescidas de impactos sociais e econômicos para mais de um bilhão de pessoas.

A epidemiologia das DTN é complexa e muitas vezes ligada às condições ambientais. Muitos são transmitidos por vetores, possuem reservatórios animais e estão associados a ciclos de vida complexos, diretamente afetados pelas mudanças climáticas. Todos esses fatores dificultam a contenção da disseminação destas doenças, qualificando novamente a importância da integralidade e das facetas multiprofissionais de atuação.

One Health é tida como uma abordagem que parece muito adequada à luta contra as DTN, pois visa melhorar os resultados de saúde, reconhecendo as ligações entre a saúde das pessoas, animais e seu meio ambiente. Em 22 de janeiro de 2022, a OMS publicou um documento de orientação para facilitar a implementação de uma abordagem de Saúde Única para as DTN. Este guia está alinhado com as preocupações dos atores locais que começaram a implementar ações concretas.

A estratégia chamada [Ending the neglect to attain the Sustainable Development Goals: A road map for neglected tropical diseases 2021–2030](#) visa apoiar uma série de partes interessadas - incluindo países em que as DTNs são endêmicas, organizações internacionais e atores não estatais - para atingir as metas do roteiro por meio de uma abordagem transdisciplinar e transversal, na qual o *core* é *One Health*.

O Conselho Executivo em sua 150ª sessão observou tal relatório sobre o roteiro para doenças tropicais negligenciadas 2021–2030. Nas discussões, os membros do Conselho chamaram a atenção para o impacto da pandemia de Covid-19 nos serviços de doenças tropicais negligenciadas. Os esforços renovados dos Estados Membros eram necessários para manter as metas do roteiro para doenças tropicais negligenciadas no caminho certo e garantir que os serviços para essas doenças continuassem a fazer parte dos cuidados básicos de saúde. Veremos em maio como se darão os alinhamentos neste tópico.

No item 14.1, Progresso na implementação da estratégia global para acelerar a eliminação do câncer do colo do útero como um problema de saúde pública e suas metas e metas associadas para o período 2020-2030, veremos a ampliação da abordagem de luta contra

o câncer de colo (CC) do útero. Há recomendações atualizadas da OMS, incluindo novas tecnologias que permitiram a simplificação do diagnóstico e tratamento. No entanto, o objetivo de eliminação do CC como problema de saúde pública está longe de ser alcançado. Várias organizações e instituições se envolveram no desenvolvimento e teste de estratégias e técnicas para melhorar as diferentes etapas da luta contra o CC, incluindo as campanhas vacinais para prevenção da infecção pelo papilomavírus humano (HPV), patógeno relacionado ao desenvolvimento displásico.

Por fim, um tema que ainda não está previsto na agenda, mas vem recebendo bastante atenção dos Estados Membros foi a proposta apresentada pelo Reino Unido durante a 150ª sessão do Conselho Executivo sobre o fortalecimento de ensaios clínicos para melhorar a saúde pública. A proposta, atualmente patrocinada pela Argentina, vem sendo discutida em consultas informais desde janeiro. Representantes do Reino Unido acreditam que a pandemia expôs as fraquezas no ecossistema de ensaios clínicos, destacando que muitos ensaios não produziram evidências suficientes para apoiar a tomada de decisão e mudanças de prática clínica. Assim, a proposta de resolução teria como objetivo melhorar a capacidade dos ensaios clínicos, fortalecer a colaboração internacional e melhorar os padrões vigentes.

A primeira versão da proposta (draft zero) demonstra a intenção de fortalecer as capacidades de ensaios clínicos em países de baixa e média renda, a necessidade de coordenar as prioridades de investigação para não duplicar esforços e solicita que o Diretor Geral desenvolva um plano de ação global para fortalecer a prática de ensaios clínicos para apresentação na 76ª Assembleia Mundial de Saúde em 2023. Contudo, a resolução se depara com importante resistência de alguns países membros e crítica de organizações da sociedade civil, que destacam a necessidade de garantia de acesso pós-ensaios clínicos, a necessidade de garantir a inclusão de todas as populações, como mulheres grávidas e crianças, a importância da inclusão de menção a custo e transparência dos ensaios clínicos. Alguns especialistas destacam que a proposta inicial não promove ensaios clínicos mais democráticos e descentralizados, mas sim advoga pela obtenção de autenticação automática de vacinas para fins de viagem e certificação doméstica de ensaios regulamentados por agências reguladoras específicas.

Visitas para estímulo à cooperação técnica internacionais

A primeira semana de maio foi marcada pela visita conjunta de membros da PAHO/OPAS e da OMS ao Ministério da Saúde e à Fiocruz. Relembrando o momento antes mesmo do primeiro caso notificado da COVID-19 na América Latina, as três entidades citadas organizaram conjuntamente, em fevereiro de 2020, um treinamento para nove países sobre diagnóstico laboratorial do então novo coronavírus. Participaram da capacitação especialistas da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Atitude que reforça o pacto colaborativo.

O treinamento deu origem à Rede Regional de Vigilância Genômica da COVID-19 nas Américas, que contribuiu para a criação de protocolos diagnósticos, gerou informações para o desenvolvimento de vacinas e permitiu identificar de forma mais ampla e ágil a evolução molecular e os padrões epidemiológicos do SARS-CoV-2, incluindo o surgimento e circulação de novas variantes. A cooperação técnica entre a OPAS e o MS também contribuiu para que todos os laboratórios centrais de saúde pública do país realizassem o teste RT-PCR em tempo real para o diagnóstico de COVID-19, bem como de influenza e outros vírus respiratórios.

Em Brasília, a delegação participou da 1ª Mostra Nacional de Experiências da Rede de Laboratórios de Saúde Pública (EXPOLAB), que foi laureada com falas do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, o qual abordou o fortalecimento do sistema de saúde nacional de forma transversal; da representante da OPAS e da OMS no Brasil, Socorro Gross, que destacou o trabalho conjunto do MS, municípios, estados e reforço da regional das Américas; e de Maria Van Kerkhove, líder técnica da OMS para COVID-19, que agradeceu ao trabalho das autoridades e profissionais envolvidos no aumento da capacidade laboratorial.

Dando seguimento às visitas, a comitiva esteve presente na Fiocruz, com objetivo de discutir assuntos pertinentes como estratégias de detecção, verificação e avaliação de risco de patógenos que representam potencial ameaça. Estiveram verificando o Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo, Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) e os serviços de atendimento clínico no Centro Hospitalar para Covid-19, parte do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (Fiocruz), o qual além de prestar atendimento a milhares de pacientes infectados pela Covid-19, também foi polo de referência ao estudo clínico da OMS, Solidarity.

Elemento central da visita foi a oportunidade de apresentar os esforços das unidades, que trabalham em diferentes searas que se complementam e reforçam a essencialidade do compartilhamento de informações. Ponto reforçado por Dra Maria van Kerkhove: "*Provide the best care and information to everyone, everywhere.*"

OMS lança primeiro relatório global sobre prevenção e controle de infecções

A pandemia de Covid-19 e outros grandes surtos recentes de doenças destacaram como os ambientes de saúde podem contribuir para a disseminação de infecções, prejudicando pacientes, profissionais de saúde e visitantes, se não for dada atenção suficiente à prevenção e controle de infecções (PCI). Mas um novo relatório da OMS mostra que, onde uma boa higiene das mãos e outras práticas econômicas são seguidas, 70% dessas infecções podem ser evitadas. [O report completo pode ser aqui consultado.](#)

Hoje, de cada 100 pacientes em hospitais de cuidados agudos, sete pacientes em países de alta renda e 15 pacientes em países de baixa e média renda adquirirão pelo menos uma infecção associada à assistência à saúde (IRAS) durante sua internação hospitalar. Em média, 1 em cada 10 pacientes afetados morrerá de suas IRAS. Pessoas em terapia intensiva e recém-nascidos estão particularmente em risco. E o relatório revela que aproximadamente um em cada quatro casos de sepse tratados no hospital e quase metade de todos os casos de sepse com disfunção orgânica tratados em unidades de terapia intensiva de adultos são associados aos cuidados de saúde.

A pandemia expôs muitos desafios e lacunas no PCI em todas as regiões e países, incluindo aqueles que tinham os programas de PCI mais avançados; mas também proporcionou uma oportunidade sem precedentes de fazer um balanço da situação e aumentar rapidamente a prontidão e a resposta ao surto por meio de práticas de PCI, além de fortalecer os programas de PCI em todo o sistema de saúde. O desafio agora é garantir que todos os países sejam capazes de alocar os recursos humanos, suprimentos e infraestruturas que isso requer.

O impacto das infecções associadas aos cuidados de saúde e da resistência antimicrobiana na vida das pessoas é incalculável. Mais de 24% dos pacientes afetados por sepse associada à assistência à saúde e 52,3% dos pacientes tratados em uma unidade de terapia intensiva morrem a cada ano. As mortes aumentam de duas a três vezes quando as infecções são resistentes aos antimicrobianos.

O relatório revela que os países de alta renda são mais propensos a progredir em seu trabalho de PCI, sendo oito vezes mais predispostos a ter um status de implementação de PCI mais avançado do que os países de baixa renda. De fato, pouca melhora foi observada entre 2018 e 2021 na fomentação de programas nacionais de PCI em países de baixa renda, apesar da maior atenção dada ao PCI devido à pandemia de COVID-19. A OMS continuará a apoiar os países para garantir que os programas de PCI possam ser melhorados em todas as regiões.

A OMS está pedindo a todos os países do mundo que aumentem seus investimentos em programas de PCI para garantir a qualidade do atendimento e a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde. Isso não apenas protegerá suas populações, mas o aumento do investimento em PCI também demonstrou melhorar os resultados de saúde e reduzir os custos de assistência médica e despesas desembolsadas.

A distribuição vacinal e implicações nas iniquidades em saúde

De acordo com conselho do Comitê de Acesso Equitativo da CEPI, a organização encomendou uma revisão externa independente para avaliar como (e se) os acordos de desenvolvimento de vacinas de Covid-19 levados a cabo pela CEPI geraram acesso equitativo. A revisão foi realizada pelo *O'Neill Institute for National and Global Health Law* da Universidade de Georgetown e o relatório final foi publicado no dia 06 de maio.

O relatório destaca o compromisso da CEPI com o acesso equitativo e reconhece a complexidade e competitividade do ambiente no qual os acordos de desenvolvimento de vacinas foram realizados.

Cabe destacar, que o relatório observa que os acordos mais bem sucedidos em relação ao acesso foram com empresas menores e universidades, tendo termos de acesso equitativo mais favoráveis. Destaca-se também a importância do estabelecimento de um papel claro da CEPI na arquitetura de saúde global emergente, que sabemos que está em constante mudança, especialmente depois da pandemia. Por fim, o relatório faz uma série de recomendações de governança e em relação aos acordos de P&D, como a inclusão de um representante de uma organização da sociedade civil ou de um país de baixa e média renda ao Comitê de Acesso Equitativo da CEPI; a atuação ativa da CEPI como parte negociadora de preços; e a necessidade de revisar a representação de cientistas e representantes de países de baixa e média renda nos processos de tomada de decisão da CEPI.

As reformulações da Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI)

A CEPI passou por diversas mudanças desde sua criação em 2017, e principalmente nos últimos dois anos. O Conselho da CEPI, do qual a presidente da Fiocruz, Dra. Nísia Trindade, faz parte como membro independente, se reuniu nos dias 25 e 26 de abril de 2022 em Bergen, Noruega. Nesta ocasião, diversas nomeações de especialistas para o Conselho e para o Comitê Científico Consultivo foram aprovadas. Cabe ressaltar principalmente a recondução do Dr. Richard Hatchett como CEO da organização para um segundo mandato de cinco anos.

Os novos membros do Conselho são:

- Dr. L. Rizka Andalucia, Diretor-Geral de Dispositivos Farmacêuticos e Médicos do Ministério da Saúde da República da Indonésia (investidor)
- Cyrus Ardan, presidente do OakNorth Bank, administrador da Charities Aid Foundation (CAF) e consultor sênior da Alvarez e Marsal (independente)
- Dr Githinji Gitahi, CEO do Grupo, Amref Health Africa (independente)

- Professor Samba Sow, Diretor Geral do Centro de Desenvolvimento de Vacinas – Mali (CVD-Mali) e ex-Ministro da Saúde do Mali (independente)
- Anita Zaidi, Diretora dos programas de Desenvolvimento de Vacinas, Vigilância e Doenças Entéricas e Diarreicas e Presidente, Divisão de Igualdade de Gênero, Fundação Bill & Melinda Gates (investidor)

Os novos do Comitê Científico Consultivo são:

- Dr Emmanuel Hanon, ex-chefe de pesquisa e desenvolvimento de vacinas, GSK e atual chefe de P&D da Viome, como presidente;
- Dra. Laura Palomares, Pesquisadora Principal e Professora do Instituto de Biotecnologia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), como vice-presidente.

Além disso, o Sr. Yasuhisa Shiozaki, ex-membro da Câmara dos Representantes do Japão, ex-secretário-chefe do Gabinete do Governo do Japão, e membro do Grupo de Líderes Globais sobre Resistência Antimicrobiana, como primeiro *Global Goodwill Ambassador* da CEPI.

As instabilidades em território ucraniano

A OMS continua a acompanhar, informar e apoiar o sistema de saúde da Ucrânia. Recentemente foram enviadas 20 ambulâncias capazes de operar em todo tipo de terrenos, inclusive as áreas danificadas. O diretor-geral que visitou o país por três dias disse:

"Trazemos não apenas suprimentos, mas apoio com base em suas necessidades. Hoje estamos entregando a vocês 20 ambulâncias, juntamente com geradores e geladeiras de sangue para hospitais onde forem necessários. Mas a coisa mais importante que queremos ver entregue é a paz."

A OMS tem denunciado os ataques a 200 centros de cuidados à saúde desde o início da guerra, a qual o Diretor-Geral constantemente tem pedido para que acabe de imediato.

Nesses dois meses de guerra houve danos extensos à infraestrutura do sistema de saúde devido aos ataques aos serviços de saúde. Para superar esse momento a OMS tem fornecido suprimentos de trauma e emergência para uso em mais de 15.000 cirurgias, medicamentos e equipamentos de saúde suficientes para atender 650.000 pessoas, 393 toneladas métricas de suprimentos e equipamentos médicos e de emergência para a Ucrânia e 15 geradores a diesel para fornecer eletricidade a hospitais e unidades de saúde.

A agência também coordenou mais de 50 equipes médicas de emergência na Ucrânia e países vizinhos que abrigam refugiados, e nos últimos meses treinou milhares de prestadores de cuidados de saúde ucranianos, incluindo treinamento sobre transfusões de sangue hospitalar em ambientes de conflito, lesões traumáticas nos membros, cuidados de enfermagem de emergência e cuidados essenciais com queimaduras.

Pouco mais de uma semana após o início da guerra na Ucrânia, a OMS lançou um apelo de US\$ 57,5 milhões para atender às necessidades de 6 milhões de pessoas no país e nos países vizinhos. Esse apelo foi totalmente financiado.

O Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e suas interfaces com a Saúde

Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão

O meio ambiente e suas interfaces com a saúde

Os limites da natureza têm sido intensamente perturbados pelo desmatamento, uso inadequado de terras para produção agrícola e pecuária, superexploração, superprodução, superconsumo, consumo ilegal, consumo de combustível fóssil, queimadas, entre outros. Segundo [dados da OMS](#), cerca de 12,6 milhões de mortes por ano são atribuídas à exposição a ambientes contaminados ou poluído. Aqui neste informe consideramos a tripla crise planetária (mudanças climática, perda da biodiversidade e de ecossistemas, e a poluição ambiental) como impactos ambientais diretos da saúde humana.

Mas qual a relação do clima e da biodiversidade com a qualidade de vida humana? A sociedade humana depende dos serviços que a natureza oferece, como por exemplo produção de oxigênio, captura de gás carbônico da atmosfera, filtragem de água -retirando resíduos tóxicos, ciclagem de nitrogênio e diluição de patógenos (quanto maior a biodiversidade mais hospedeiros naturais os patógenos encontrarão para completarem seu ciclo de vida, reduzindo o risco de ter o ser-humano como hospedeiro).

As mudanças climáticas também ameaçam os elementos básicos que todos precisamos para uma boa saúde, como ar limpo, água potável, alimentos e abrigo seguro, e minará décadas de progresso na saúde global. O constante aumento da concentração de gases de efeito estufa desde a revolução industrial não somente causa a elevação da temperatura média da Terra, mas também altera os regimes de chuva e aumenta a frequência de eventos climáticos extremos, como enchentes, furacões, tornados, ondas de calor e queimadas. Nos ambientes aquáticos, as altas temperaturas diminuem a concentração de oxigênio e promovem a acidificação do ambiente - Essas alterações impactam negativamente a biodiversidade devido às modificações nas condições ótimas de sobrevivência e perda de habitats. Reciprocamente, a perda da biodiversidade exacerba os efeitos das mudanças climáticas e torna ainda mais difícil o seu controle porque a biodiversidade tem papel fundamental nos ciclos de carbono, nitrogênio e água. Portanto, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade representam ameaças significativas para a subsistência humana, afetando a segurança alimentar e a saúde pública.

A poluição química do ambiente por agrotóxicos, fármacos, hormônios e outras substâncias orgânicas persistentes está associada ao aumento de risco de doenças metabólicas, câncer, infertilidade e ao comprometimento no desenvolvimento infantil desde o útero até a vida adulta. O Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu este ano o direito a um ambiente limpo, atóxico, saudável e sustentável, [publicado em 12 de janeiro de 2022](#). O Conselho reconhece que as abordagens atuais para gerenciar os riscos representados pela poluição de substâncias químicas estão claramente falhando, evidenciada pelas milhares de mortes prematuras, pela saúde prejudicada para bilhões de pessoas e vidas vividas no purgatório de zonas de sacrifício. O Conselho ainda exige ação imediata e ambiciosa para desintoxicar o corpo das pessoas e o planeta: “Os estados devem prevenir a exposição tóxica eliminando a poluição, terminando o uso ou liberação de substâncias perigosas e reabilitação de comunidades contaminadas”.

Esses impactos negativos são desproporcionalmente sentidos por comunidades que são marginalizadas socialmente, politicamente, geograficamente e / ou economicamente, e àquelas que dependem mais diretamente da natureza.

Sobre o PNUMA

Desde a sua criação em 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) tem sido a autoridade global que define a agenda ambiental, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável dentro do [sistema das Nações Unidas](#) e atua como um defensor global autorizado do ambiente.

A missão do PNUMA é fornecer liderança e incentivar a parceria no cuidado com o meio ambiente, inspirando, informando e capacitando nações e povos a melhorar sua qualidade de vida sem comprometer a das gerações futuras.

O PNUMA trabalha na entrega de mudanças transformacionais para as pessoas e a natureza, investigando as causas das três crises planetárias de mudança climática, perda de natureza e biodiversidade, poluição e resíduos. PNUMA emprega sete subprogramas de ação interligados: [Ação Climática](#), [Química e Poluição](#), [Natureza](#), Política Científica, [Governança Ambiental](#), [Finanças e Transformações Econômicas](#) e [Digitais](#).

Estrutura e Estados membros

Com sede em Nairóbi, no Quênia, o PNUMA trabalha por meio de suas [divisões](#), bem como [escritórios](#) e uma rede crescente de [centros](#) de excelência colaboradores.

O PNUMA trabalha em estreita colaboração com seus 193 [Estados Membros](#) e representantes da sociedade civil, empresas e outros [grandes grupos e partes interessadas](#) para enfrentar os desafios ambientais por meio da [Assembleia Geral das Nações Unidas para o Meio Ambiente](#), o órgão de tomada de decisão de mais alto nível do mundo sobre meio ambiente. A organização hospeda as secretarias de muitos [acordos ambientais multilaterais](#) e [órgãos de pesquisa](#).

O [Diretor Executivo](#) e [Equipe de Gestão Sênior](#) lideram a implementação da [Estratégia de Médio Prazo](#) (MTS) do PNUMA. O MTS de quatro anos articula o papel do PNUMA no cumprimento das promessas da [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#) e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), bem como seu documento final, "[O futuro que queremos](#)".

O PNUMA apoia os Estados Membros para garantir que a sustentabilidade ambiental seja refletida no planejamento de desenvolvimento e investimento e forneça aos países as ferramentas e tecnologias necessárias para proteger e restaurar o meio ambiente. Seu trabalho é viabilizado por [parceiros que financiam](#) e defendem a missão. O PNUMA depende de contribuições voluntárias para 95% de sua renda.

Agendas Ambientais com Interface com a Saúde Humana

Foram selecionadas algumas agendas ambientais reconhecidas como relevantes para a saúde-humana, são elas: **mudanças climáticas, biodiversidade, químicos, desenvolvimento sustentável em saúde e ambiente, água, desastres e saúde do trabalhador.**

Tabela 1 – Principais atores de governança dos temas ambientais nas Nações Unidas, sociedade civil e AMA.

TEMA	NAÇÕES UNIDAS	SOCIEDADE CIVIL E		ACORDOS	MULTILATERAIS
		PROGRAMAS MENTAIS	INTERGOVERNAMENTAIS GLOBAIS		
Mudanças Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • PNUMA • OMS • UNFCCC • OMM 	<ul style="list-style-type: none"> • IPCC • Climate Alliance • CCCCC • CAN 		Convenção das partes de Mudanças climáticas	
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • PNUMA • OMS 	<ul style="list-style-type: none"> • IPBES • Greenpeace • Health and Environmental Alliance • WWF • Nature conservancy 		Convenção da Diversidade Biológica	
Químicos	<ul style="list-style-type: none"> • PNUMA • IOMC 	<ul style="list-style-type: none"> • DDT Global Alliance • Global Alliance to Eliminate Lead in Paint • Global Mercury Partnership • PCB Elimination Network 		<ul style="list-style-type: none"> • Basel, Rotterdam and Stockholm Conventions Secretariat • Minamata Convention on Mercury • Montreal Protocol and Vienna Convention 	
Desenvolvimento sustentável em saúde e ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • PNUD • PNUMA • OMS • ONU-HABITAT • ECOSOC 	<ul style="list-style-type: none"> • CSTD • TFM 			

Abreviações/traduzões: AMA= Acordos Multilaterais em Ambiente; CAN = Climate Action Network; CCCCC = Caribbean Community Climate Change Center; CSTD = The Commission on Science and Technology for Development/ Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento; DDT = Diclorodifeniltricloroetano; ECOSOC = Conselho Econômico e Social das Nações Unidas; IOMC = Inter-Organization Programme for the Sound Management of Chemicals/ Programa Inter-Organização para o Gerenciamento de Som de Produtos Químicos; IPBES = Plataforma Intergovernamental de Política Científica em Serviços Ecossistêmicos; IPCC = Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima; OMM = Organização Mundial de Meteorologia; OMS = Organização Mundial de Saúde; PCB = bifenilas policloradas; PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; PNUMA = Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; TFM = Technology Facilitation Mechanism/ Mecanismo de Facilitação de Tecnologia.

Mudanças Climáticas

A governança das mudanças climáticas é compartilhada pela Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA - [Climate Action](#)), que trata da poluição atmosférica, desmatamento e do [monitoramento das emissões e pela Organização Mundial de Meteorologia \(OMM\)](#). Em 1988, o PNUMA e a OMM estabeleceram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), encarregado de fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre o estado atual do conhecimento sobre mudanças climáticas. Seu Primeiro Relatório de Avaliação em 1990 forneceu a base científica para a negociação um acordo multilateral, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), criada em 1992 com a responsabilidade de implementação e revisão das políticas. Ambos IPCC e a UNFCCC possuem secretariados independentes, porém o IPCC possui escritórios juntos a WMO. Dentro da OMS as questões de saúde relacionadas ao clima são tratadas pelo Departamento de Ambiente, mudanças climáticas e Saúde.

Biodiversidade

As políticas globais em biodiversidade se dão no âmbito da [Convenção de Diversidade Biológica \(CDB\)](#), um tratado multilateral criado em 1988 pelo PNUMA. O Secretariado da CDB, com sede em Montreal, Quebec, Canadá, opera sob o PNUMA. Suas principais funções são organizar reuniões, redigir documentos, auxiliar os governos membros na implementação do programa de trabalho, coordenar com outras organizações internacionais e coletar e divulgar informações. O órgão dirigente da convenção é a Conferência das Partes (COP), composta por todos os governos (e organizações regionais de integração econômica) que ratificaram o tratado. Essa autoridade final analisa o progresso da convenção, identifica novas prioridades e define planos de trabalho para os membros. A COP também pode fazer emendas à convenção,

criar órgãos consultivos especializados, revisar relatórios de progresso dos países membros e colaborar com outras organizações e acordos internacionais. A Conferência das Partes utiliza a experiência e o apoio de vários outros órgãos estabelecidos pela convenção. Além dos comitês ou mecanismos estabelecidos de forma ad hoc.

A OMS reconhece a importância dos serviços ecossistêmicos da biodiversidade para a saúde humana e desde 2012, estabeleceu junto a CDB um [Programa de Trabalho Conjunto sobre Biodiversidade e Saúde](#) através do [Grupo de Ligação Interagências sobre Biodiversidade e Saúde \(2015-2020\)](#). Em 2021, juntamente com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e a rede Amigos da Adaptação Baseada em Ecossistemas (FEBA) foi estabelecido um novo [grupo de trabalho de especialistas \(EWG\) em Biodiversidade, Clima, Saúde Única e Soluções Baseadas na Natureza](#). O EWG expande o programa anterior e tem como objetivo desenvolver orientações e ferramentas para apoiar a operacionalização de abordagens *One Health* e soluções baseadas na natureza: (1) identificando co-benefícios e compensações para a saúde humana e do ecossistema, (2) fortalecendo a resiliência social e ecológica e (3) apoiando uma recuperação saudável, verde e justa do COVID-19.

Poluentes químicos

No que tange a governança de poluentes químicos, O PNUMA lidera o desenvolvimento e apoio a acordos internacionais relacionados a produtos químicos e resíduos, além de liderar alianças globais que reúnem empresas, governos e sociedade civil. A implementação dessas políticas se dá pelo [Programa Inter-organizacional para a Gestão de Produtos Químicos](#) (IOMC). O IOMC foi estabelecido em 1995 como um grupo de coordenação internacional para promover a gestão de produtos químicos em todo o mundo, seguindo as recomendações da Rio-92 e, em particular ao Capítulo 19 da Agenda 21 sobre produtos químicos tóxicos. FAO, OIT, PNUMA, UNIDO, OMS e OCDE foram os primeiros a ingressar no IOMC, seguidos pelo UNITAR em 1997, o Banco Mundial em 2010 e o PNUD em 2012. O IOMC ajuda os países a identificar as ações nacionais mais apropriadas e eficientes para abordar problemas específicos relacionados à gestão de produtos químicos. O os parceiros do IOMC trabalham juntos para alcançar as metas de ODS sobre minimizar os efeitos adversos dos produtos químicos na saúde humana e no meio ambiente.

Acordos Multilaterais Ambientais

O marco histórico das políticas globais em ambiente é a [Conferência de Estocolmo de 1972](#), o primeiro grande encontro internacional com representantes de diversas nações para discutir os problemas ambientais (5 e 16 de junho de 1972, na capital da Suécia). Teve como desdobramentos a elaboração da Declaração de Estocolmo, com 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Na conferência, além da poluição atmosférica que já preocupava a comunidade científica, foram tratadas a redução do uso de materiais tóxicos, a poluição da água e a do solo provenientes da industrialização e a pressão do crescimento demográfico sobre os recursos naturais. A partir daí, uma série de conferências e acordos multilaterais específicas foram criadas frente a complexidade dos temas ambientais. Destacamos abaixo os principais marcos regulatórios dos temas escolhidos. Para mais informações sobre acordos multilaterais ambientais no âmbito global e regional, acesse [InforMEA](#).

Mudanças climáticas

Para contextualizar a o tema mudanças climáticas, destacamos os seguintes documentos/ eventos:

- [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima- ANUAL](#)
- [Protocolo de Quioto](#) (2005)
- [Acordo de Paris](#) (2015)
- [Relatório de Lacuna das Emissões](#) (em inglês *Emissions Gap Report 2020*)
- [Relatórios IPCC: AR6 Mudança do Clima \(2021\)](#),
- [OMS: COP26 Special Report on Climate Change and Health-The Health Argument for Climate Action \(2021\)](#).

A COP da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima iniciou-se em 1995. O Protocolo de Quioto (adotado em 1997, mas em vigor somente em 2005 quando alcançou o mínimo de 55 países signatários) foi o primeiro documento internacional que impôs metas e prazos para a redução de emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos - os países em desenvolvimento, como exemplo da China, não foram incluídos. Em 2001, Estados Unidos e Canadá saíram do acordo.

O Acordo de Paris (UNFCCC, 2015) marcou a primeira vez na história que todos os países (industrializados e em desenvolvimento) finalmente se uniram para tentar manter o aumento da temperatura média global até 2030 abaixo de 2 °C, mais próximo de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

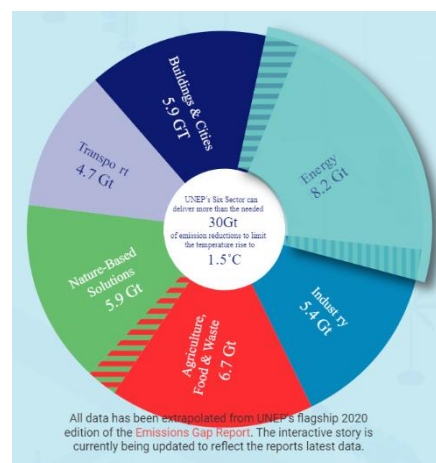
No entanto, o último Relatório de Lacuna das Emissões (2020) aponta que as atuais Contribuições Nacionalmente Determinadas (em inglês *Nationally Determined Contributions - NDCs*) permanecem seriamente inadequadas para atingir os objetivos climáticos do Acordo de Paris e levariam a um aumento de temperatura de 3,2°C (3,0-3,5°C) próximo ao final século (66% de probabilidade), ou de 2,5-2,6°C no melhor cenário, se todas as NDCs forem implementadas e os países alcançarem emissões líquidas zero.

O PNUMA está na vanguarda do apoio à meta do Acordo de Paris. Para fazer isso, o PNUMA desenvolveu uma [Solução de Seis Setores](#), um roteiro para reduzir as emissões (Figura ao lado) nos setores de energia, Indústria, agricultura e Alimentos, transporte, Cidades e Construções, e Florestas e uso da terra; de acordo com os compromissos do Acordo de Paris e em busca da estabilidade climática.

O Sexto *Relatório de Avaliação do IPCC (AR6)* de 2021 corrobora com esses dados mostrando que as mudanças climáticas causadas pelas ações humanas são irrefutáveis, irreversíveis e vão se agravar nos próximos anos e décadas se nada for feito para mudar o quadro da crise climática e ambiental.

Para saber os principais impactos apontados pelo AR6 na saúde consulte [o caderno nº4](#) e para saber sobre as formas de mitigação nos diversos setores produtivos consulte o [caderno nº6](#) de 2022.

Os efeitos na saúde são reconhecidos pela OMS no documento *O Argumento da Saúde para a Ação Climática* publicado durante a COP 26. O documento busca ordenar os argumentos



sanitários em favor das ações frente à crise climática. Ele inclui evidências e soluções que podem beneficiar a saúde no combate às mudanças climáticas e prescreve um conjunto de solicitações à comunidade global de saúde e aos formuladores de políticas sobre mudanças climáticas que participarão na COP 26. O relatório está baseado no relatório especial COP 24 sobre saúde e mudanças climáticas (OMS, 2018). Além deste, a OMS também tem a resolução [WHO Global Strategy on Health, Environment and Climate Change](#) como plano para 2019-2023.

Biodiversidade

Para contextualizar a o tema biodiversidade, destacamos os seguintes documentos/ eventos:

- Convenção da Diversidade Biológica
- [Convenção de Cartagena](#)
- [Protocolo de Nagoya \(2011-2020\)](#)
- [Metas de Aichi \(2011-2020\)](#)
- [Connecting global priorities: biodiversity and human health](#)

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) foi assinada no âmbito das Nações Unidas em 1992 e conta com 196 Estados membros. É um tratado internacional para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos componentes da biodiversidade e a equitativa repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.

O Protocolo de Cartagena, ratificado por 173 Partes e em vigor em setembro de 2003, visa proteger a biodiversidade dos riscos apresentados por organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna.

O Protocolo de Nagoya, ratificado por 131 Partes por ocasião da 10ª Conferência das Partes da CDB (COP 10), e em vigor em outubro de 2014, visa compartilhar os benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos de forma justa e equitativa, inclusive por meio de acesso aos recursos genéticos e pela transferência apropriada de tecnologias relevantes. Nesta ocasião foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período de 2011 a 2020 (PNUMA/CBD/COP/DEC/X/2, 2010) que estabelecia 20 metas, denominadas Metas de Aichi. As Partes da CDB, 193 países (incluído o Brasil) e a União Europeia, se comprometeram a trabalhar juntos para sua implementação até 2020. Em outubro de 2020, as Nações Unidas apresentaram um balanço do Plano, o Panorama Mundial sobre a Diversidade Biológica, aponta que apesar dos avanços, como a redução do desmatamento, nenhuma das 20 Metas de Aichi foram totalmente alcançadas pelos países signatários.

Finalmente, em 11 a 15 de outubro de 2021 ocorreu a primeira parte da COP 15 da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) que resultou em um documento inicial de reconhecimento, porém sem metas. Até o momento, a CDB encontra-se adiada para Outubro de 2022. Para saber mais sobre o adiamento consulte o [caderno nº7 de 2022](#).

O documento “Connecting global priorities: biodiversity and human health” de 2015 é um reporte independente, reconhecido pela OMS e pela CDB, onde é abordado a importância da biodiversidade para a saúde humana.

Químicos

- Protocolo de Montreal (1987)
- Convenção de Basileia (1989)

- Convenção de Roterdã (1998)
- Convenção de Estocolmo (2001)
- Convenção de Minamata sobre Mercúrio (2009)
- International Conference on Chemicals Management (2006) – TRIENAL (2021 foi adiada)
- SAICM - Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Produtos Químicos (2006)
- OMS Chemicals Road Map

Assinado em 16 de setembro de 1987, o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio é considerado um dos mais bem sucedidos, pois contou a adesão global. Desde então, passou por nove revisões, em 1990 (Londres), 1991 (Nairóbi), 1992 (Copenhaga), 1993 (Bangkok), 1995 (Viena), 1997 (Montreal), 1998 (Austrália), 1999 (Pequim) e 2016 (Kigali). Como resultado, 99% das substâncias que destroem a camada de ozônio foram banidas no mundo e estima-se que entre 2060 e 2080 a camada de ozônio esteja totalmente recuperada. A Convenção continua se reunindo a cada 3 anos.

A Convenção de Basileia foi realizada em 22 de março de 1989. Esta Convenção define os resíduos considerados perigosos e aqueles passíveis de controle e reconhece, ainda, o direito soberano de qualquer país definir requisitos para a entrada e destinação, em seu território, de outros resíduos considerados ou definidos como perigosos em sua legislação nacional. A convenção procura coibir o tráfico ilegal e prevê a intensificação da cooperação internacional para a gestão ambientalmente adequada desses resíduos. Até 2018, contava com 187 países signatários. A Convenção de Basileia desempenhou um papel decisivo na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) - redução da pobreza, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, garantia da sustentabilidade ambiental.

A Convenção de Roterdã foi adotada em 10 de setembro de 1998, mas entrou em vigor em 24 de Fevereiro de 2004. Estabelece o Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC) para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos. Em 2018 contava com 161 países signatários. Tem como objetivo promover responsabilidade compartilhada e esforços cooperativos entre as Partes no comércio internacional de certos produtos químicos perigosos, a fim de proteger a saúde humana e o meio ambiente de possíveis danos. A Convenção de Roterdã (PIC) decorreu do Código Internacional de Conduta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre a distribuição e uso de pesticidas, de 1985 e das Diretrizes de Londres, estabelecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1987, para o intercâmbio de informações no comércio internacional de substâncias químicas. As informações sobre as substâncias abrangidas na lista PIC se encontram na Circular PIC, documento atualizado semestralmente pelo Secretariado da Convenção.

A Convenção de Estocolmo sobre banimento e restrição de doze Poluentes Orgânicos Persistentes foi assinada em 22 de maio de 2001 por 92 países e pela Comunidade Europeia. A Convenção entrou em vigor em 17 de maio de 2004. Em janeiro de 2018, a Convenção de Estocolmo possuía 183 países signatários, ou países partes.

As convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo se reúnem a cada seis meses em uma conferência única, mas com políticas individuais e complementares. Atualmente a convenção de Basileia e Estocolmo estão em sua COP 10 e a Convenção de Roterdã está em sua COP 15, com a primeira parte ocorrida em 26 a 30 de julho de 2021 e a segunda será em 6 a 17 de junho de 2022.

A [Convenção de Minamata](#)⁵ sobre Mercúrio vigorou em agosto de 2017 e tem 128 signatários, fornece controles e reduções em uma série de produtos, processos e indústrias onde o mercúrio é usado, liberado ou emitido. Recebeu o nome de uma cidade no Japão onde ocorreram sérios danos à saúde como resultado da poluição por mercúrio em meados do século XX. A Convenção de Minamata sobre Mercúrio tem sua origem nas discussões que ocorreram no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sobre os riscos do uso de mercúrio. A partir da Decisão 25/5 UNEP/GC de 2009, que convocou os governos a elaborar um instrumento legalmente vinculante para o controle do uso de mercúrio visando proteger à saúde humana e ao meio ambiente, foi iniciado um processo de negociação global. A última Convenção de Minamata ocorreu de 21 a 25 de março de 2022 em Bali, Indonésia e foi relatada nos [caderno nº 5 de 2022](#).

A primeira Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM)⁶ foi realizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos, de 4 a 6 de fevereiro de 2006. A reunião de alto nível e multissetorial contou com a presença de mais de 600 participantes de mais de 140 governos e inúmeras organizações intergovernamentais e não governamentais. Sob a presidência do Sr. Mariano Arana Sanchez, Ministro do Meio Ambiente do Uruguai, os participantes concluíram as negociações e adotaram a Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos, que consiste na Declaração de Dubai sobre Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM - Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Produtos Químicos)⁷, a Estratégia Política Global e o Plano Global de Ação, juntamente com resoluções sobre arranjos de implementação”. O SAICM estabelece um roteiro para alcançar a meta dos ODMs 2002-2020 para a gestão sólida de produtos químicos de forma a minimizar impactos adversos significativos no ambiente e na saúde humana, e inclui o estabelecimento de um "Programa de Início Rápido" com um Fundo Fiduciário para iniciar rapidamente o trabalho de implementação em nível nacional. Após a adoção bem-sucedida da Abordagem Estratégica, a Conferência solicitou que ela fosse encaminhada aos órgãos dirigentes das organizações intergovernamentais relevantes para consideração. A mesma ocorre a cada 3 anos, porém a última prevista para 2021, encontra-se adiada. O Alcance do SAICM Representa um compromisso dos Governos, em nível mundial, para realizar uma gestão racional das substâncias químicas, para que as exposições às substâncias químicas de uso agrícola e industrial não causem danos significativos à saúde humana e ao meio ambiente, compromisso até 2020 e além de 2020. Compreende todos os aspectos ambientais, econômicos, sociais, sanitários e laborais da segurança química. SAICM também promove a implementação da Agenda 2030 (ODS 17)

Em maio de 2017, a 70ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) aprovou o “OMS Chemical Road Map” – um roteiro para aumentar o envolvimento do setor da saúde na Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Substâncias Químicas (SAICM) rumo à meta de 2020 e além, considerando a Agenda 2030 (ODS – 17). O roteiro foi concebido para ser aplicável e utilizado pelos Estados-Membros em todas as fases de desenvolvimento, bem como por um vasto leque de partes interessadas. Os Estados Membros e as partes interessadas podem usar o

⁵ Para mais informações sobre Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Brasil, acesse o link <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/conven%C3%A7%C3%A3o-minamata.html>.

⁶ O relatório do Boletim de Negociações da Terra sobre o ICCM está disponível em: <http://www.iisd.ca/unepegc/unepps9/>

⁷ O relatório da reunião, documentos do SAICM e informações sobre a implementação do SAICM estão disponíveis no site do SAICM em: <http://www.chem.unep.ch/saicm>.

roteiro para identificar áreas de foco principal para engajamento e ações adicionais relevantes para a gestão de produtos químicos nos níveis nacional, regional e internacional.

Acontecimentos da quinzena

Visão da UNEP sobre o futuro energético em tempos de guerra

Essa semana Mark Radka, chefe do programa de Energia e Clima da UNEP, falou sobre as perspectivas energéticas diante das pressões econômicas causadas pela Guerra na Ucrânia. Ele afirma que investir na transição energética limpa é a opção mais inteligente e econômica no momento. Porque mesmo que as empresas de combustíveis fósseis queiram aumentar a sua produção, isso gera uma série de gastos com engenharia e que demandariam tempo para se ter o produto Energia. Portanto, segundo ele, seria uma falsa economia, que poderia levar a investimentos que vão precisar ser aposentados precocemente, já que a tendência definitiva é de descarbonização no setor de energia. Afirmou ainda que os custos da transição energética não serão pequenos, mas os custos da falta de ação excedem em muito os custos de agir. “Precisamos de energia, mas também precisamos de um clima saudável para o planeta funcionar: precisamos de uma transição energética compatível com o clima”. E reforça que já existem tecnologias para isso, que essa transição já está em andamento e só é preciso acelerá-lo.

Sobre a opção atual de alguns países estarem investindo em produzir mais energia provinda de combustíveis fósseis ele diz que é natural que seria uma surpresa se algum governo produtor de hidrocarbonetos alegasse que deveria parar de produzir hidrocarbonetos. Mark afirma que as forças do mercado ditarão que esses produtores irão encontrar um mercado em contração. A grande maioria dos países tem algumas boas fontes de energia renovável e já há a possibilidade de repartir a energia desses recursos entre países, como o que está ocorrendo entre os países nórdicos porque suas redes elétricas estão amplamente interconectadas. Há também uma proposta de linha de alta tensão entre a Escócia e a Noruega que permitirá o comércio de energia eólica escocesa e hidrelétrica norueguesa.

Cooperação interagências ONU para o combate ao risco à saúde na interface humano-animal-ecossistema

A OMS publicou o [Memorando de Entendimento \(MoU\)](#) interagências ONU para o combate ao risco à saúde na interface humano-animal-ecossistema, assinado em 17 de março de 2022. No qual o PNUMA se juntou à antiga Tripartite (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação -FAO, a Organização Mundial de Saúde Animal -OIE e a OMS) para trabalhos conjuntos em *One Health*, incluindo resistência microbiana.

O novo MoU Quadripartite fornece uma estrutura legal e formal para as quatro organizações enfrentarem os desafios na interface humana, animal, vegetal e ecossistêmica usando uma abordagem mais integrada e coordenada. Este quadro também contribuirá para reforçar os sistemas e serviços de saúde nacionais e regionais.

Dentre os seis objetivos do MoU estão: melhorar a colaboração na prevenção, avaliação de risco, preparação e resposta à emergência e reemergência de doenças infecciosas negligenciadas na interface animal-humano- ecossistema; e reforçar os serviços nacionais e regionais em saúde humana, saúde animal e segurança alimentar através da avaliação desses serviços. As áreas de cooperação incluem resistência microbiana, zoonoses emergentes e

endêmicas (incluindo doenças transmitidas por alimento) e fortalecimento dos sistemas de saúde.

Cerca de 700.000 pessoas morrem por infecções resistentes a cada ano porque os medicamentos antimicrobianos disponíveis tornaram-se menos eficazes em matar patógenos resistentes. A estimativa é que aumentará para 10 milhões de mortes em 2050 - mais mortes do que câncer e diabetes hoje combinados.

O ambiente natural é um importante reservatório de resistência antimicrobiana. Os micróbios resistentes a medicamentos estão em pessoas, animais, alimentos e no meio ambiente (na água, no solo e no ar). A água e, potencialmente, o solo, podem ser locais privilegiados para o desenvolvimento e disseminação da resistência antimicrobiana – especialmente em locais com abastecimento de água, saneamento e higiene inadequados. Além dos antibióticos, outros produtos farmacêuticos persistentes impactam o ambiente e a saúde humana e são parte do [plano de ação do PNUMA](#).

Fórum de Ciência Tecnologia e Inovação

Entre 04 a 06 de maio de 2022 ocorreu o Sétimo Fórum Anual de tomadores de decisão em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Fórum STI). A programação e os documentos do evento podem ser encontrados [aqui](#).

O Fórum foi convocado pelo Presidente do ECOSOC H.E. Sr. Collen Vixen Kelapile. De acordo com seu mandato, o Fórum é organizado pela equipe-tarefa interagências da ONU em CT&I para os ODS (IATT), convocada pelo UN-DESA e UNCTAD, e pelo Grupo de 10 membros de representantes de alto nível nomeados pelo Secretário-Geral.

O Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (FPAN) em 2022 revisou em profundidade os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 sobre educação de qualidade, 5 sobre igualdade de gênero, 14 sobre vida subaquática, 15 sobre vida em terra e 17 sobre parcerias para os SDGs.

O evento paralelo da UNCTAD no Fórum chamou muita atenção para a necessidade dos países em desenvolvimento encherem a tecnologia verde como uma melhor forma de desenvolvimento e uma oportunidade para alcançarem os SDGs e não deixarem se levar por ofertas sedutoras de tecnologia que degradam o ambiente. Os países em desenvolvimento não podem perder a onda tecnológica verde! Como exemplo da importância das tecnologias verdes, o PNUMA publicou em 2020 um relatório sobre os impactos da exportação de carros usados a partir dos EUA, Europa e Japão para países em desenvolvimento, principalmente na África que contribuíram significativamente para a poluição do ar, dificultando os esforços para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Em evento paralelo, os organizadores do G-STIC ([The Global Sustainable Technology and Innovation Community](#)), apresentaram algumas tecnologias prontas para o mercado como exemplos de maneiras práticas de ajudar sociedades e economias a avançar para mais caminhos de desenvolvimento sustentável. O G-STIC é um evento global e anual e teve sua primeira edição em 2017. A conferência tem como objetivo ser um acelerador e um campo de testes para soluções tecnológicas inovadoras para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da agenda 2030. Desde 2017, a Fiocruz é um dos coorganizadores, coordenando as sessões de discussão sobre CT&I em saúde em resposta aos ODS. **O próximo G-STIC ocorrerá de 13 a 15 de fevereiro de 2023 no Rio de Janeiro no campus da Fiocruz.** Além da sessão de saúde,

o G-STIC tem como temas principais clima, água, educação, oceanos e energia e outros temas transversais como gênero, economia circular, tecnologias de informação e comunicação, empreendimentos e juventude.

Preparação para Estocolmo +50

Como preparação para o engajamento dos participantes e interessados no processo do evento Estocolmo+50, o [“Stakeholder Forum for a Sustainable Future”](#), em cooperação com a [“ForUM Norway”](#), organizaram um conjunto de webinars sobre o legado de Estocolmo. As sessões estão disponíveis no [site da Estocolmo+50](#)

Também foram organizadas consultas regionais que estão disponíveis no [site](#) das Consultas Regionais dos interessados.

Existe também um espaço para anunciar e compartilhar eventos independentes relacionados à Estocolmo+50. Os eventos associados terão um papel complementar fundamental. Eles são organizados independentemente e ao contrário dos eventos paralelos, não terão de ocorrer fisicamente no local oficial de Estocolmo, na Suécia e podem ocorrer em qualquer lugar do mundo trazendo idéias valiosas de diversas vozes e contextos exibidos em um [“palco global”](#).

Para acompanhamento de eventos futuros

Maio

18 a 19 – Sector Ministers’ Meeting – Building toward better – água e saneamento

22 – International Day for Biological Diversity, organizado pela CBD

Junho

2 a 3 - Stockholm+50: a healthy planet for the prosperity of all – our responsibility, our opportunity - <https://www.stockholm50.global/>

5 - World Environment Day 2022

6 a 16 - UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE - First sessional period 2022 – preparação para a COP27

6 a 17 – second part - Meetings of the conferences of the Parties to the Basel, Rotterdam and Stockholm conventions (Geneva)

21- 26 -Fourth Meeting of the Open-ended Working Group on the Post-2020 Global Biodiversity Framework

Migrações, refúgio e saúde global

Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski, Deisy de Freitas Lima Ventura.

1) Principais atores e referências da governança global da mobilidade humana e da saúde

No âmbito internacional, as principais agências relacionadas à governança global da migração e do refúgio são o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). A família das Nações Unidas criou recentemente uma rede a fim de implementar os mais recentes compromissos internacionais relativos ao tema. Os limites desta governança, recentemente remodelada, são criticados particularmente no âmbito da saúde global.

O ACNUR e o Pacto Global sobre os Refugiados

O ACNUR é o órgão encarregado de implementar a célebre convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) que é conhecida como o Estatuto de Refugiados, e seu protocolo adicional de 1967⁸. Adotada em 1951 e desde então ratificada por 146 Estados⁹, esta convenção institui o princípio de “não-devolução” (*non-refoulement*), segundo o qual uma pessoa reconhecida como refugiada que consegue chegar ao território de um país que ratificou essa convenção não pode ser devolvida ao seu país de origem, devendo ser acolhida ou enviada a um país seguro. A dificuldade atual está em obter o reconhecimento como refugiado, o que é dificultado em grande parte dos países por longos processos onde se sucedem incontáveis barreiras regulamentares ou práticas.

Em 17 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral da ONU aprovou um novo Pacto Global sobre Refugiados, desprovido de caráter obrigatório para os Estados, com o objetivo de ampliar a cooperação internacional nesta matéria¹⁰. Em novembro de 2021 foi publicado o primeiro relatório de acompanhamento do cumprimento deste pacto¹¹.

A OIM e o Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular

Também criada em 1951, a OIM é a agência da ONU encarregada das migrações. Seu paradigma da mobilidade humana corresponde não à defesa do direito humano à migração, e sim da defesa da migração segura, ordenada e regular. Portanto, tem por foco aperfeiçoar a gestão das migrações em apoio aos Estados (e não necessariamente às pessoas).

Diferentemente dos refugiados, os migrantes são protegidos pela Convenção das Nações Unidas sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e de suas famílias¹², adotada em 1990 e ratificada por apenas 56 Estados¹³. A convenção não reconhece o direito de

⁸ Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>

⁹ ONU. Status of Ratification. Convention relating to the Status of Refugees. Disponível em <https://treaties.un.org/> Consultado em 31/02/2022.

¹⁰ Disponível em <https://globalcompactrefugees.org/>

¹¹ ACNUR. 2021 Global Compact on Refugees Indicator Report. Novembro de 2021. Disponível em https://www.unhcr.org/global-compact-refugees-indicator-report/wp-content/uploads/sites/143/2021/11/2021_GCR-Indicator-Report_spread_web.pdf

¹² Disponível em <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/cmw.aspx>

¹³ ONU. Status of Ratification. International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families. Disponível em <https://indicators.ohchr.org/> Consultado em 31/02/2022.

migrar, ou seja, o direito de entrar e permanecer em um país. No entanto, representa um importante avanço porque garante que os direitos humanos de quem se encontra no território de um país signatário sejam respeitados, inclusive os direitos trabalhistas, seja qual for a sua situação migratória. Infelizmente, nenhum país desenvolvido ratificou esta Convenção.

A OIM foi uma das principais artífices do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, aprovado na conferência de Marraquexe (Marrocos) em dezembro de 2018¹⁴. Trata-se de um mecanismo de cooperação entre os Estados que não possui caráter obrigatório, razão pela qual cada Estado mantém intacta sua soberania para criar e aplicar regras sobre ingresso, permanência e saída de seu território. Assim como o novo pacto sobre refugiados, é muito modesto em matéria de saúde¹⁵.

A OMS e o Plano de Ação Global Promovendo a saúde de refugiados e migrantes 2019-2023

Como agência internacional especializada na área da saúde, a OMS é principal referência de uma abordagem de saúde pública da migração e do refúgio. Embora uma Resolução intitulada “Saúde dos Migrantes” tenha sido adotada em 2008 pelo órgão deliberativo máximo da OMS, a Assembleia Mundial da Saúde¹⁶, a literatura científica aponta uma negligência histórica da OMS em relação ao impacto das migrações e do refúgio sobre a saúde¹⁷.

Entre os documentos mais recentes da OMS, destaca-se a Resolução da Assembleia Mundial da Saúde n. 15, de maio de 2017, pela qual a organização aprovou um marco de referência para promoção da saúde dos migrantes e refugiados¹⁸. Nesse documento, a OMS reconhece o direito à saúde dos migrantes e refugiados, definido como o direito de possuir o melhor estado de saúde física e mental que eles são capazes de alcançar, como figura no preâmbulo da Constituição da OMS, de 1946. Além de defender que os migrantes sejam tratados de acordo com os princípios da igualdade, da não discriminação e do acesso equitativo aos serviços de saúde, a Resolução sublinha que os sistemas de saúde devem oferecer atenção compatível com a cultura, a língua, a idade e o sexo das pessoas; e que as doenças que acometem os migrantes não podem servir como pretexto para a aplicação de restrições arbitrárias à liberdade de movimento, à estigmatização, à deportação e outras práticas discriminatórias. O texto pondera ainda que os migrantes devem participar dos processos de tomada de decisões de saúde que lhes dizem respeito. Entre as prioridades definidas pela Resolução, encontram-se a defesa de que a saúde dos migrantes e refugiados seja levada em conta na agenda política mundial, regional e nas agendas nacionais; a ação sobre os determinantes sociais da saúde nos países de origem, de trânsito e de destino; e o fortalecimento dos sistemas de acompanhamento e de informação sanitários para compreender as tendências da interface entre saúde e mobilidade humana, além de compartilhar experiências entre Estados.

¹⁴ Disponível em <https://www.iom.int/global-compact-migration>

¹⁵ BOZORGMEHR Kayvan e BIDDLE Louise. New UN compact for migration falls short on health BMJ 2018; 363 :k5327 <https://doi.org/10.1136/bmj.k5327>

¹⁶ OMS. Resolução WHA61.17 Health of migrants, maio de 2008. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/25937?locale-attribute=en&>

¹⁷ Gostin, Lawrence. WHO Global Action Plan to Promote the Health of Refugees and Migrants. Milbank Q. 2019 Sep;97(3):631-635. Disponível em <https://www.milbank.org/quarterly/articles/who-global-action-plan-to-promote-the-health-of-refugees-and-migrants/>

¹⁸ Disponível em https://www.who.int/migrants/about/framework_refugees-migrants.pdf

Em 2020, foi adotado o “Plano de Ação Global da OMS: Promovendo a saúde de refugiados e migrantes 2019-23”¹⁹. Entre as prioridades de ação deste plano encontram-se os objetivos previstos pela Resolução acima citada, além da promoção de medidas de saúde pública e segurança do trabalho; o fomento de políticas de saúde sensíveis às necessidades de refugiados e migrantes e sua proteção jurídica e social, com atenção especial para mulheres, crianças e adolescentes, a promoção da igualdade de gênero, e a coordenação intersectorial e inter-institucional; a aceleração dos avanços para realização dos ODS, em particular a cobertura universal de saúde; e o apoio a medidas para melhorar a comunicação sanitária baseada em evidências para enfrentar as concepções equivocadas sobre a saúde dos migrantes e refugiados. A literatura acadêmica destacou as “boas intenções” deste plano, mas apontou importantes deficiências no plano da exequibilidade e da *accountability*²⁰.

Em 2020, a OMS criou o “Programa de Saúde e Migração”²¹. Conduzido por uma equipe multidisciplinar, o programa possui entre suas principais funções exercer a liderança global nesta temática, promover a coordenação de políticas, estabelecer normas e diretrizes para apoiar a tomada de decisão dos Estados, monitorar tendências e oferecer assistência técnica especializada. Por exemplo, em 3 de setembro de 2021, a OMS publicou orientações sobre a vacinação de migrantes e refugiados contra a covid-19²².

2) Informes anteriores

2º Informe (16/02/2022)²³

Destacamos primeiramente o efeito danoso das políticas migratórias restritivas dos países desenvolvidos, que se traduzem em números elevadíssimos de mortes de migrantes em suas fronteiras, apesar da pandemia de Covid-19, como reporta a Organização Internacional para as Migrações (OIM) em dois relatórios publicados recentemente pelo "Missing Migrants Project". A OIM confirma um cenário cada vez mais mortal para as rotas migratórias em direção aos países desenvolvidos. Nas Américas, a organização estima em mais de 5 mil as mortes pela travessia de migrantes pela América Central, Caribe e México em direção aos EUA entre 2014 e 2021²⁴, embora esses números possam estar muito subestimados pela falta de registros em muitas regiões. Com efeito, 2021 teria sido o ano com mais mortes na Europa e nas Américas, a despeito da pandemia de Covid-19.

Evidenciamos também algumas notícias do período que ressoam o tema da mobilidade e sua relação com a saúde, com relevo para a crise humanitária em Moçambique²⁵, o caso do

¹⁹ OMS. A72/25: Promoting the health of refugees and migrants. Draft global action plan, 2019–2023. Report by the Director-General, 2019. Disponível em <https://www.who.int/publications-detail/promoting-the-health-of-refugees-and-migrants-draft-global-action-plan-2019-2023>

²⁰ ONARHEIM, Kristine e RACHED, Danielle. Searching for accountability: can the WHO global action plan for refugees and migrants deliver? *BMJ Global Health* 2020;5:e002095. Disponível em <https://gh.bmj.com/content/5/6/e002095>

²¹ Site disponível em <https://www.who.int/teams/health-and-migration-programme>

²² OMS. Interim Guidance ‘COVID-19 immunization in refugees and migrants: principles and key considerations’. Disponível em <https://www.who.int/news/item/03-09-2021-who-issues-an-interim-guidance-on-covid-19-immunization-in-refugees-and-migrants>

²³ A contribuição do Grupo ao Informe n. 1, publicado em 02/02/2022, está contemplada na seção anterior.

²⁴ <https://missingmigrants.iom.int/sites/g/files/tmzbdl601/files/publication/file/MMP%20LAC%20data%20briefing%20ES.pdf>

²⁵ <https://www.helpo.pt/pt/karibu-integracao-escolar-de-deslocados-internos-em-cabo-delgado>

tenista Djokovic, na Austrália e o assassinato brutal de Moïse Kabagambe no Rio de Janeiro, um jovem refugiado de 24 anos da República Democrática do Congo e residente no Brasil desde 2014²⁶.

4º Informe (16/03/2022)²⁷

Destacamos neste informe as consequências do conflito armado na Ucrânia, deflagrado no fim de fevereiro, oferecendo, primeiramente, uma breve descrição das condições sanitárias anteriores ao conflito. Em seguida, apresentamos informações da OMS sobre a situação de saúde geral do país, sublinhando a baixa cobertura vacinal da população ucraniana para Covid-19²⁸. Ressaltamos também o conteúdo ambíguo e de cunho discriminatório e racista da resposta europeia ao fluxo de refugiados da Ucrânia, bem como seu reflexo na cobertura internacional de imprensa.

5º Informe (30/03/2022)

Neste informe atualizamos as informações relativas à guerra na Ucrânia. Já se estimava em 10 milhões os deslocados forçados ucranianos, dos quais 3,7 milhões haviam deixado o país. Assinalamos também a política migratória da União Europeia (UE), marcada pela seletividade racial na oferta de refúgio aos ucranianos, em chocante contraste com o tratamento oferecido a solicitantes de refúgio não-europeus. Esta seletividade se expressou tanto na (devida) celeridade da recepção dos ucranianos que deixaram seu país, como nos obstáculos que cidadãos de outras nacionalidades, em particular não-brancos, enfrentaram em seu deslocamento. No entanto, ela se evidenciou ainda mais por meio das enormes barreiras físicas e burocráticas que milhões de pessoas fugindo de regiões em conflito, particularmente na África e no Oriente Médio, enfrentam cotidianamente para alcançar proteção em território europeu. O Alto Comissário da ONU para os Refugiados, Filippo Grandi, assinalou essa assimetria no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março²⁹.

Apresentamos uma série de outras crises humanitárias como as de Venezuela, Síria, Haiti, Sudão do Sul, Afeganistão, Etiópia e Somália, trazendo uma perspectiva decolonial e reconhecendo as relações de poder assimétricas entre os chamados Norte e Sul Globais. Tais crises também geram outros importantes fluxos migratórios ao redor do mundo que, apesar de gerar consequências tão devastadoras quanto o conflito ucraniano, são alvo de muito menor comomoção e mobilização da comunidade internacional, inclusive em termos financeiros.

6º Informe (13/04/2022)

No sexto Informe abordamos a Reunião de Alto Nível do Escritório Regional da OMS na Europa, ocorrida em 29 de março de 2022, que reforçou o compromisso com a agenda global de saúde de migrantes e refugiados. A Reunião se dedicou a reconhecer o direito à saúde das

<https://www.icrc.org/en/document/mozambique-icrc-director-operations-says-combined-impact-conflict-and-extreme-weather-cabo>

²⁶ https://cultura.uol.com.br/noticias/46428_apos-morte-de-mose-presidente-da-comunidade-congolesa-no-brasil-cobra-mudancas-no-sistema.html

²⁷ Não houve contribuição do Grupo ao Informe n. 3, publicado em 02/03/2022.

²⁸ https://academic.oup.com/eurpub/article/29/Supplement_4/ckz186.496/5623877

²⁹ <https://www.unhcr.org/news/press/2022/3/62370dc44/high-commissioners-message-international-day-elimination-racial-discrimination.html>

peças em deslocamento e a promover a colaboração inter-regional entre Europa, África e Oriente Médio, eixo dos maiores fluxos contemporâneos³⁰.

Mais adiante, abordamos mais algumas das crises humanitárias em diversas partes do globo -- a dos Rohingya em Mianmar e Bangladesh, a do Afeganistão, de venezuelanos no Panamá e do Mali.

7º Informe (27/04/2022)

Neste informe pontuamos a importante declaração do Dr. Tedros Adhanom³¹, atual diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o apagamento de crises que ocorrem fora da Europa/ América do Norte, como a que ocorre na região de Tigray na Etiópia, seu país de origem; e em como esse apagamento tem o racismo em sua origem. Ele questiona se a humanidade realmente dá a mesma atenção a vidas brancas e negras, ressaltando que “o mundo não está tratando humanos da mesma forma”. Enquanto as mortes se acumulam em diferentes regiões e países, apenas uma parte delas parece ser digna de atenção e mobilização.

Destacamos também o recorde de detenções de migrantes na fronteira entre México e Estados Unidos no último mês de março³², além do incremento da emigração brasileira por todo mundo, que atingiu 4,2 milhões de cidadãos em 2021, segundo o MRE, e em particular dos brasileiros que também tentam chegar aos EUA pela fronteira com o México (os brasileiros já são a sexta nacionalidade mais representativa entre os migrantes retidos naquela região). Por fim, sublinhamos a regulamentação do visto humanitário a cidadãos ucranianos no Brasil e a crescente relação entre a crise climática global e os deslocamentos forçados.

³⁰<https://www.who.int/news/item/29-03-2022-who-euro-high-level-meeting-on-health-and-migration-reaffirms-commitment-to-the-global-agenda-on-refugee-and-migrant-health>

³¹<https://www.theguardian.com/world/2022/apr/13/who-chief-tedros-ukraine-ethiopia-tigray>

³²<https://www.reuters.com/world/us/us-arrests-210000-migrants-mexico-border-march-rivaling-record-highs-2022-04-16/>

Fim de um ciclo e perspectivas de novos direcionamentos do PNUD

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

Contextualização

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1965, a partir da fusão de dois programas já existentes na época: o Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas e o Fundo Especial das Nações Unidas. O mandato do PNUD é constituído pela missão de acabar com a pobreza, construir governanças democráticas, estados de direito e instituições inclusivas³³.

Assim, apesar de ser a agência líder da ONU para o desenvolvimento, o seu mandato institui um foco institucional que vincula a promoção do desenvolvimento à atuação nos pilares da governança democrática, inclusiva e nos esforços para o fim da pobreza internacional. Desta forma, nota-se que o desenvolvimento trabalhado pelo PNUD já foi inscrito desde a sua origem a estes princípios valorativos que orientam sua atuação. Porém, isto não significa que a sua atuação também não foi redirecionada com o passar dos anos a partir dos debates contemporâneos e releituras destes mesmos princípios³⁴. Atualmente, o trabalho da PNUD se concentra em três áreas: desenvolvimento sustentável; governança democrática e *peace building*; e resiliência climática e a desastres. A sua atuação está presente localmente em 170 países e territórios, e também se encontra inserida na promoção da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹.

Os informes do PNUD neste Caderno se iniciaram em 2022 a partir do Informe 2³⁵, denominado “Saúde no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Observação permanente e intervenções eventuais”, que abordou o posicionamento do PNUD na saúde a partir do relatório Human Development Report 2020. No Informe 3³⁶, o texto “PNUD e a agenda do clima: foco na implementação”, discute a forte presença do PNUD na agenda climática, incluindo o debate de sua nova estratégia chamada de Climate Promise, e seu guia para desenho e monitoramento de políticas de recuperação verdes, *Aligning NDCs with Green Recovery: Guidance Framework*. No Informe 5³⁷, o texto discute o relatório atualizado do Índice Global de Segurança Sanitária (GHS Index) de 2021, que teve repercussão dentro da agenda do PNUD. Já o Informe 6³⁸ contém o texto “As potências da flexibilidade de financiamento dos recursos regulares para o PNUD”, que discute o relatório da modalidade de financiamento dos recursos regulares do PNUD, *Core Resources (April 2022)*, seus principais financiadores e ações localizadas em países afetados por guerras, conflitos políticos e desastres ambientais. O informe 7³⁹, intitulado “O tema Saúde nas Nações Unidas: complementação e conflito”, se diferencia na medida em que se afasta do foco no PNUD para oferecer uma visão mais conjuntural da participação das agências da ONU no tema da saúde. No referido texto, a premissa de análise selecionada foi a presença destas agências do sistema ONU na custódia e parcerias dos

³³ [About us | United Nations Development Programme \(undp.org\)](https://www.undp.org/about-us)

³⁴ Juan Telleria (2017) Power relations? What power relations? The de-politicising conceptualisation of development of the UNDP, *Third World Quarterly*, 38:9, 2143-2158, DOI:10.1080/01436597.2017.1298437.

³⁵ [cadernos cris-fiocruz - informe 2-22 sobre saude global e diplomacia da saude.pdf](#)

³⁶ [cadernos cris-fiocruz - informe 3-22 sobre saude global e diplomacia da saude.pdf](#)

³⁷ [cadernos cris-fiocruz - informe 5-22 sobre saude global e diplomacia da saude.pdf](#)

³⁸ [cadernos cris-fiocruz - informe 6-22 sobre saude global e diplomacia da saude v2.pdf](#)

³⁹ [cadernos cris-fiocruz - informe 7-22 sobre saude global e diplomacia da saude.pdf](#)

indicadores relacionados à saúde da Agenda 2030. Por fim, neste presente Informe 8, será explorada a nova publicação do Relatório Anual de 2021 do PNUD.

Fim de um ciclo

O Relatório Anual de 2021⁴⁰ do PNUD aponta não apenas um snapshot dos resultados nos últimos 12 meses, como também se configura como o relatório do último ano do Plano Estratégico de 2018-2021. É reportado que os esforços do PNUD em relação à pandemia de COVID-19 trouxeram ajuda para 82 países adotarem as vacinas e sistemas de rastreamento, apoiaram o recrutamento de 32 mil trabalhadores da saúde, e protegeram aproximadamente 1 milhão de empregos. Até 2021, a resposta do PNUD à COVID-19 somou cerca de \$1.6 bilhões de dólares. O PNUD afirma ainda que persiste trabalhando em conjunto com a OMS e UNICEF para alcançar a meta de vacinação de 70% da população mundial contra a COVID-19. Somente em 2021, o PNUD gastou US\$ 4,8 bilhões dos recursos do programa, o nível mais alto nos dois últimos períodos do Plano Estratégico (2014–2017 e 2018–2021).

De acordo com o relatório, o programa Promessa Climática (Climate Promise) do PNUD é a maior fonte mundial de apoio a planos de ação climática com mais de 35 parceiros, incluindo as principais organizações de desenvolvimento da ONU e o Banco Mundial. Afirma-se que este programa apoiou 84% das Contribuições Nacionalmente Determinadas de todos os países em desenvolvimento, e colaborou para que 92 países dentre 120 submetessem revisões de seus planos de ação nacionais climáticos. Adicionalmente, o PNUD afirma que contribuiu para que 2,4 milhões de famílias rurais em 33 países se beneficiassem de energia limpa, acessível e sustentável. Além disso, o relatório destaca que até o final de 2021 mais de 90% dos 120 países que participam da Promessa Climática aumentaram as metas de mitigação climática e ambições sobre adaptação climática.

Já os esforços direcionados para a Agenda 2030 ocorreram em cerca de 100 países, com o objetivo de integrar os ODS aos planos de desenvolvimento nacionais e subnacionais. Até 2021, foram mobilizados US\$ 3,8 bilhões em títulos ODS inovadores. Além disso, o relatório destaca o fato do ano de 2021 ter obtido um aumento significativo no engajamento do setor privado em parceria com o PNUD para o alcance das metas dos ODS. Este aumento do setor privado incluiu tanto grandes empresas participantes da ‘SDG Investor Platform’, quanto empresas de seguros e financiamento de riscos, e até mesmo pequenas e médias empresas através das várias iniciativas globais e locais da agência.

O PNUD afirma que a instituição conseguiu realizar uma conclusão adequada ao Plano Estratégico nos últimos anos em relação aos três pilares de desenvolvimento. O primeiro pilar é o da erradicação da pobreza, no qual o PNUD contribuiu para que 71 milhões de pessoas em 36 países obtivessem serviços essenciais de bem-estar e dignidade, como água, habitação e cuidados de saúde. O segundo pilar é do suporte ao crescimento de economias mais fortes e mais justas, que contribuiu para o exercício dos direitos legais de mais de 38 milhões de pessoas alocados em 34 países. O terceiro e último pilar do plano estratégico da época foi o fortalecimento da resiliência a choques e crises. Nesse objetivo, o PNUD afirma que colaborou para que 750.000 mulheres em 15 países se beneficiassem de programas de recuperação para reconstruir e recuperar meios de subsistência.

Além disso, o relatório aponta para os resultados acumulativos (2018–2021) em relação às seis soluções assinaturas que farão parte do próximo Plano Estratégico do PNUD entre os

⁴⁰ [UNDP Annual Report 2021 | United Nations Development Programme](#)

anos de 2022 a 2025. As principais conquistas da solução assinatura ‘Pobreza Zero’, que busca erradicar a pobreza multidimensional, foram: a entrega digitalizada de US\$ 1,4 bilhão em proteção social para mais de 27 milhões de pessoas; a implementação de políticas públicas baseadas em avaliações de impacto socioeconômico do COVID-19 em 81 países; e acesso a serviços financeiros, melhorando vidas e economias de 40 milhões de pessoas em 25 países. A segunda solução assinatura é da ‘Boa governança’, que proveu assistência anticorrupção para quase 50 países, além de acesso à justiça para 32 milhões de pessoas em 34 países.

A terceira solução destacada é da ‘Resiliência’, que possui como objetivo apoiar países na construção de resiliência a uma diversidade de choques e crises, como conflitos, mudanças climáticas, desastres e epidemias. Esta frente acumulou o apoio a 16 milhões de pessoas no Iraque, 1,2 milhão de pessoas no Mali e 3 milhões de deslocados em 13 países. A quarta solução se refere à atuação do PNUD no campo da ‘Ação Climática’, da qual destaca-se o apoio em 40 países para financiar ações contra o declínio da biodiversidade, e a contribuição para que 62 países cuidassem de 30 milhões de acres de floresta.

A quinta solução assinatura do PNUD nestes quatro últimos anos foi a ‘Energia sustentável’, que buscou aumentar o acesso à energia daqueles que foram deixados para trás e acelerar a transição para a energia renovável. Nesta frente, o PNUD afirma que conseguiu o compromisso no valor de \$600 milhões prometidos por governos e setor privado para investimentos em energia sustentável e universal. Um dos programas emblemáticos destacados é o “Solar for Health”, que forneceu eletricidade por meio da energia solar para mais de 1.000 centros de saúde e instalações médicas em 15 países. A sexta e última solução é da ‘Igualdade de gênero’ que possui como foco o fortalecimento do empoderamento econômico e liderança feminino e confronto dos obstáculos estruturais para alcançar a igualdade. Nesta assinatura o PNUD destaca o apoio de 96 países para lidar com a violência de gênero durante a pandemia do COVID-19, e de 73 países para tornar a proteção social sensível ao gênero.

Por fim, o relatório evidencia os avanços relacionados ao financiamento da própria agência em 2021, dos quais destacam-se: o aumento de 15% no financiamento de governos (de US\$ 1,13 bilhão em 2020 para US\$ 1,30 bilhão em 2021); aumento de 18% nos fundos verticais (de US\$ 988 milhões em 2020 para US\$ 1,17 bilhão em 2021); e aumento de 14% na proporção de janelas de financiamento temáticas flexíveis (de 24% em 2020 para 38% em 2021).

Observa-se que, ao mesmo tempo em que o PNUD procura demonstrar os avanços alcançados nestas seis soluções assinaturas nos últimos anos, ele também se propõe a estabelecer metas maiores e a investir em maiores esforços nestas soluções no próximo Plano Estratégico (2022-2025).

Ao mesmo tempo, o relatório aponta para uma mudança de direcionamento no novo Plano Estratégico através de três facilitadores: inovação estratégica, digitalização, e financiamento do desenvolvimento. Estes facilitadores são considerados dentro de uma perspectiva de atuação futura do PNUD para apoiar os países em três direções de mudanças: transformação estrutural, não deixar ninguém para trás, e construir resiliência. É importante notarmos que, ainda que estes três pontos facilitadores não sejam novidade dentro da atuação do PNUD, há uma nova atribuição de centralidade a eles que refletem mudanças importantes na própria visão da agência e na sua projeção futura de atuação nos próximos anos.

Ameaças à Saúde das Crianças: risco para surto global de sarampo, indústria de fórmulas infantis e hepatite aguda

***Maria Teresa Rossetti Massari e
Maria Auxiliadora de Sousa Mendes Gomes***

Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alertam para possibilidade de surtos graves de sarampo em crianças

Sarampo é uma doença altamente contagiosa causada por um vírus, que geralmente resulta em febre alta e erupção cutânea, podendo levar à cegueira, encefalite ou morte. Os casos de sarampo relatados em todo o mundo aumentaram 79% nos primeiros 2 meses de 2022 (17.338 casos), em comparação com o mesmo período de 2021 (9.665 casos).

O risco de grandes surtos aumentou com a flexibilização das medidas de distanciamento social e outras medidas implementadas durante o auge da pandemia. Além disso, o deslocamento de milhões de pessoas devido a conflitos e crises (especialmente na Ucrânia, Etiópia, Somália e Afeganistão), interrupções na imunização de rotina e serviços de vacinação COVID-19, falta de água potável, saneamento e superlotação, contribuem para o aumento de surtos de doenças evitáveis.

Além de seu efeito direto no corpo, que pode ser letal, o vírus do sarampo também enfraquece o sistema imunológico e torna a criança mais vulnerável a outras doenças infecciosas como pneumonia e diarreia, inclusive por meses após a própria infecção do sarampo. A maioria dos casos tem ocorrido em ambientes que enfrentaram as maiores dificuldades sociais e econômicas devido à COVID-19, conflitos e insegurança do sistema de saúde.

Como o sarampo é muito contagioso, os casos tendem a aparecer rapidamente quando os níveis de vacinação diminuem. Esse aumento é uma indicação precoce de que existem lacunas na cobertura global de imunização, as quais colocam em risco as crianças mais vulneráveis. As agências estão preocupadas que os surtos de sarampo também possam prevenir surtos de outras doenças que não se espalham tão rapidamente. Um aumento nos casos de sarampo já em janeiro e fevereiro de 2022 é um sinal preocupante de aumento do risco de disseminação de doenças evitáveis por vacinas.

A cobertura igual ou superior a 95% com 2 doses da vacina contra o sarampo, assegura e protege todas as crianças. No entanto, as interrupções relacionadas à pandemia de COVID-19 atrasaram a introdução da segunda dose dessa vacina em muitos países.

À medida que os países trabalham para responder a surtos de sarampo e outras doenças evitáveis por vacina e recuperar terreno perdido, algumas recomendações da OMS e UNICEF são:

- restaurar serviços e campanhas de vacinação para que os países possam oferecer programas de vacinação de rotina com segurança para preencher as lacunas deixadas pelo retrocesso;
- ajudar os profissionais de saúde e líderes comunitários a se comunicarem ativamente com os cuidadores para explicar a importância das vacinas;
- corrigir lacunas na cobertura de imunização, incluindo a identificação de comunidades e pessoas que foram perdidas durante a pandemia;
- garantir que a entrega da vacina COVID-19 seja financiada de forma independente e bem integrada no planejamento geral dos serviços de imunização, para que não seja realizada à custa da infância e de outros serviços de vacinação; e

- implementar planos nacionais para prevenir e responder a surtos de doenças evitáveis por vacinação e fortalecer os sistemas de imunização como parte dos esforços de recuperação da COVID-19.

Para ler a notícia completa, [clique aqui](#) e [aqui](#).

Organização Mundial da Saúde (OMS)

A indústria de fórmulas infantis e seu alcance digital

A OMS lançou o segundo relatório de uma série que detalha as práticas exploradoras de marketing empregadas pela indústria de fórmulas infantis (estimada em US\$ 55 bilhões), e mostra que os pais, principalmente as mães, são alvos das campanhas insidiosas e persistentes online.

Um novo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) intitulado: [Escopo e Impacto das Estratégias de Marketing Digital para Promover Substitutos do Leite Materno](#) delineou as técnicas de marketing digital projetadas para influenciar as decisões que novas famílias tomam sobre como alimentar seus bebês. O relatório resume as descobertas de uma nova pesquisa que analisou 4 milhões de postagens de mídia social sobre alimentação infantil, publicadas entre janeiro e junho de 2021, em 11 idiomas e 17 países, que juntos representam 61% da população global e abrangem todas as seis regiões da OMS

As empresas de leite em pó estão pagando plataformas de mídias sociais e influenciadores para obter acesso direto a mulheres grávidas e mães em alguns dos momentos mais vulneráveis de suas vidas. A indústria global de leite em pó, avaliada em cerca de US\$ 55 bilhões, tem como alvo as novas mães com conteúdo personalizado de mídia social que muitas vezes não é reconhecido como publicidade.

Essas postagens atingiram 2,47 bilhões de pessoas e geraram mais de 12 milhões de curtidas, compartilhamentos ou comentários. Também, por meio de ferramentas como aplicativos, grupos de apoio virtual, influenciadores pagos, promoções, concursos, fóruns ou serviços de aconselhamento, a indústria de leite em pó compra e coleta informações pessoais, e depois envia promoções personalizadas para novas gestantes e mães.

As empresas de leite em pó postam conteúdo em suas contas de mídia social cerca de 90 vezes por dia, atingindo 229 milhões de usuários; representando três vezes mais pessoas do que as que são alcançadas por postagens informativas sobre aleitamento materno de contas não comerciais.

A proliferação do marketing digital global de leite em pó viola o Código Internacional de Marketing de Substitutos do Leite Materno, que foi adotado pela Assembleia Mundial da Saúde de 1981. O Código é um acordo histórico de saúde pública projetado para proteger o público em geral e as mães de práticas agressivas de marketing da indústria de alimentos para bebês, que impactam negativamente as práticas de amamentação.

Este é o segundo relatório lançado pela OMS em 2022 sobre o tema. O primeiro relatório, intitulado [Como a Comercialização de Leite em Pó Influencia Nossas Decisões Sobre Alimentação Infantil](#) entrevistou 8.500 pais e mulheres grávidas e 300 profissionais de saúde, já apontava que as mensagens que eles recebem da indústria são muitas vezes enganosa, cientificamente infundadas e violam o Código Internacional de Comercialização.

Para acessar o informe 3/2022 com a análise do primeiro relatório, [clique aqui](#).

Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/PAHO)

Em 15 de abril a OMS publicou um alerta mundial sobre casos de hepatite aguda grave em crianças. O foco inicial dos casos foi o Reino Unido, no entanto outros países da Europa começaram a relatar casos similares, seguido por outros continentes. Até o dia 3 de maio de 2022, mais de 200 possíveis casos foram identificados em 20 países, incluindo a morte de uma criança e outras na fila de transplante.

A hepatite é uma inflamação do fígado. Existem diferentes etiologias – ou causas – que podem levar a essa inflamação, como uma infecção ou intoxicação por medicamentos e outras substâncias. Os agentes infecciosos mais frequentemente implicados são os vírus responsáveis pelas hepatites A, B, C, D e E.

A situação ainda está sendo investigada pela Organização Mundial da Saúde. Até agora, os exames laboratoriais excluem casos de hepatite viral conhecida. Em muitos casos, a infecção por adenovírus foi detectada nas crianças afetadas, e a ligação entre os dois está sendo investigada como uma das hipóteses para a causa subjacente. O adenovírus é um vírus comum que pode causar sintomas respiratórios, vômitos e diarreia. Em geral, a infecção por adenovírus é de duração limitada e não evolui para quadros mais graves.

Ainda há poucos dados para definir se há um surto, e por enquanto o risco global é considerado baixo, uma vez que ainda não há certeza sobre a origem da doença. A OMS recomenda que os países mantenham-se informados e atentos no momento e se compromete a oferecer suporte técnico e informações.

As agências estão reiterando que não há nenhuma relação com a vacina de COVID-19 nas crianças, uma vez que a maioria das crianças no Reino Unido, que apresentaram hepatite, não estava vacinada.

Para acessar a notícia da OMS, [clique aqui](#) e para ler o artigo da OPAS, [clique aqui](#).

Lancet* – Série: Otimizando a Saúde e o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes

A nova Série publicada pela Lancet está preocupada com o fato de o progresso na atenção à saúde das crianças ter sido muito lento e os objetivos de desenvolvimento sustentável estarem fora do caminho. Foram lançados quatro artigos que apresentam muitas evidências em apoio a uma agenda holística para a saúde infantil, abrangendo saúde sexual, reprodutiva, materna, infantil e adolescente, bem como nutrição e desenvolvimento.

A integração e implementação de intervenções baseadas em evidências nos sistemas de saúde, educação e sociais devem melhorar, e as falhas na continuidade do cuidado, desde o período pré-concepcional até os 20 anos, devem desaparecer. Apelando para priorização e novos investimentos, a Série busca estimular um esforço global revitalizado para proteger, nutrir e apoiar totalmente o potencial de saúde e desenvolvimento de todas as crianças em todos os lugares, desde a concepção até a idade adulta.

Para acessar os artigos completos e sumário executivo, [clique aqui](#).

Artigo 1 - [Saúde e Desenvolvimento, da Pré-concepção aos 20 Anos, e o Capital Humano](#)

Principais achados:

- O capital humano requer uma base de saúde, conhecimento, habilidades e aprendizado adquiridos desde a pré-concepção até os 20 anos de idade; crescimento e desenvolvimento saudáveis desde a concepção até o segundo ano de vida são cruciais.

- As taxas de mortalidade antes dos 20 anos são medidas importantes do componente de sobrevivência do capital humano; das 8,6 milhões de mortes antes dos 20 anos em 2019, mais da metade foram natimortos ou ocorreram no primeiro mês após o nascimento.
- As disparidades regionais são grandes, com crianças no sul da Ásia e na África Subsaariana tendo a pior chance de sobreviver e prosperar.
- O Nurturing Care Framework, adaptado para se estender desde a pré-concepção até a infância e a adolescência, conceitua influências na formação de capital humano e identifica períodos cruciais para intervenções.

Artigo 2 - [Efeitos da pobreza no início da vida na saúde e capital humano em crianças e adolescentes: análises de pesquisas nacionais e estudos de coorte de nascimentos em países de baixa e média renda](#)

A sobrevivência e a nutrição das crianças e, em menor grau, dos adolescentes melhoraram substancialmente nas últimas duas décadas. As melhorias têm sido associadas ao fornecimento de intervenções biomédicas, comportamentais e ambientais eficazes, no entanto, existem grandes disparidades entre e dentro dos países.

A pobreza na primeira infância é um indicador abrangente de adversidade na primeira infância, para o qual há muitos dados disponíveis. O estudo analisou dados de 95 pesquisas nacionais em países de baixa e média renda, a partir de 2010, considerando: taxa de mortalidade e prevalência de atraso no crescimento em crianças menores de 5 anos, não estar no caminho certo para o desenvolvimento em crianças de 3 a 5 anos (com base no Índice de Desenvolvimento da Primeira Infância), maternidade na adolescência (a proporção de mulheres de 20 a 29 anos que se tornaram mães antes dos 20 anos) e conclusão do ensino fundamental em meninas de 15 a 19 anos. A maternidade na adolescência foi incluída como indicador de capital humano por estar associada ao baixo crescimento linear e à escolaridade alcançada, não apenas das mães, mas também de seus filhos.

Principais achados:

- Dados de países de baixa e média renda comprovam os efeitos negativos da pobreza na sobrevivência no início da vida, na nutrição e desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes.
- As análises mostram que a pobreza no início da vida está fortemente e inversamente associada a indicadores de capital humano, como altura adulta, escolaridade alcançada e inteligência.
- Alguns fatores de risco para doenças não transmissíveis, como excesso de peso e síndrome metabólica em adultos, são menos comuns em homens que em mulheres, expostas à pobreza no início da vida.
- Observou-se diferenças de sexo em vários resultados, o que pode refletir diferenças biológicas e normas de gênero. Nas crianças, os meninos eram mais propensos a morrer, ter retardo do crescimento e apresentar atrasos no desenvolvimento do que as meninas, o que provavelmente se deve à sua maior fragilidade biológica.
- Dados sobre escolaridade para ambos os sexos estavam disponíveis para 56 países. No sul da Ásia e na África ocidental e central, os meninos eram mais propensos a ter concluído a escola primária do que as meninas. Este não foi o caso para as demais regiões.

Artigo 3 - [O que pode funcionar e como? Uma visão geral das intervenções baseadas em evidências e estratégias de entrega para apoiar a saúde e o desenvolvimento humano desde antes da concepção até 20 anos](#)

Principais achados:

- Existem intervenções eficazes e baseadas em evidências para apoiar a sobrevivência e o desenvolvimento de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, mas precisam ser ampliadas e vinculadas a intervenções em crianças em idade escolar
- Um bom começo é essencial. Intervenções de cuidados precoces em pré-concepção, gravidez, parto e primeira infância têm efeitos positivos substanciais na sobrevivência infantil, resultados de nascimento, morbidade reduzida e melhor crescimento linear e trajetórias de desenvolvimento. Abordagens multissetoriais são necessárias.
- Essa abordagem multissetorial de cuidados de criação para otimizar a saúde e o bem-estar por meio de cuidados de criação deve continuar na infância e adolescência.
- Embora a base de evidências para intervenções eficazes em crianças em idade escolar a partir de revisões sistemáticas de ensaios randomizados em países de baixa e média renda seja escassa em comparação com crianças menores de 5 anos, existem várias intervenções (por exemplo: intervenções universais e direcionadas que apoiam a adoção de vacinas, prevenção de lesões, saúde mental, saúde sexual e reprodutiva e atenção às doenças crônicas não transmissíveis).
- Sistemas de saúde robustos e plataformas e estratégias de entrega essenciais (por exemplo: plataformas comunitárias, escolares, digitais e financeiras) são essenciais para alcançar mães, crianças e adolescentes vulneráveis em maior necessidade.

Artigo 4 - [Melhorar os sistemas de saúde e sociais para todas as crianças nos países de baixa e média renda: inovações estruturais para oferecer serviços de alta qualidade](#)

Principais pontos:

- Apesar da crescente evidência de intervenções eficazes, os sistemas de saúde e sociais (incluindo programas familiares, comunitários e escolares) não estão conseguindo implementar essas intervenções para atender às necessidades de saúde dos indivíduos desde o nascimento até a adolescência.
- Os cuidados preventivos e curativos são muitas vezes abaixo do padrão, com baixa precisão diagnóstica, atrasos no tratamento e não adesão aos padrões baseados em evidências, e a qualidade geralmente é pior para comunidades de baixa renda.
- A má experiência do usuário para pais, crianças e adolescentes leva à não adesão e baixa confiança nos sistemas de saúde.
- Esses déficits na qualidade do sistema de saúde levam ao excesso de morbidade e mortalidade em crianças e adolescentes.
- Famílias, comunidades, escolas e plataformas digitais estão bem posicionadas para aumentar os sistemas de saúde, embora sejam necessárias pesquisas e investimentos para identificar os melhores meios de projetar e integrar serviços de maneira coerente.
- São necessárias reformas estruturais para sistemas sociais e de saúde de alta qualidade, incluindo liderança comprometida, equipes de gestão qualificadas comprometidas com o aprendizado, reorganização da prestação de serviços e capacitação de crianças, adolescentes e famílias para reconhecer e exigir cuidados de qualidade.
- Uma forte abordagem multissetorial pode ajudar a atender às aspirações de cobertura universal de saúde, limitar os efeitos negativos da COVID-19 e melhorar a saúde na infância e adolescência.

A série conta também com um artigo de Tedros Adhanom (WHO) e Catherine Russell (UNICEF). “Neste momento especialmente perigoso da história, com conflitos e fragilidade em

todo o mundo, todos os países precisam priorizar a saúde de crianças e adolescentes e adaptar programas de saúde e multissetoriais para atender às suas necessidades e fatores de risco. Este é o momento de governos, doadores e instituições se unirem, não apenas para acabar com a pandemia, mas também para prevenir futuras, corrigir deficiências estruturais de longa data em sistemas de saúde frágeis, incluindo o fortalecimento da força de trabalho em saúde, abordando problemas sociais e determinantes ambientais da saúde que colocam as crianças em risco”.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).

*Lancet - The Lancet começou como uma revista médica internacional, semanal e independente, fundada em 1823 por Thomas Wakley. Desde o seu primeiro número (5 de outubro de 1823), a revista tem se esforçado para tornar a ciência amplamente disponível para que a medicina possa servir e transformar a sociedade e impactar positivamente a vida das pessoas. Ela se diferencia de outras revistas por não veicular apenas testes clínicos ou artigos sobre resultados de pesquisas.

Nos últimos dois séculos, The Lancet procurou abordar tópicos urgentes da sociedade, iniciar debates, contextualizar a ciência e influenciar tomadores de decisão em todo o mundo, lidando com questões de saúde coletiva. Ela começou a organizar comissões para produzir grandes relatórios, o que lhe permite influenciar, intervir e convencer discussões políticas, a partir das evidências científicas.

The Lancet evoluiu com um conjunto de periódicos, mas mantém em seu núcleo a crença de que a medicina deve servir à sociedade, que o conhecimento deve transformar a sociedade, que a melhor ciência deve levar a vidas melhores.

Para acessar a página da The Lancet, [clique aqui](#).

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

Guia para a Saúde Sexual e Reprodutiva na Atenção Obstétrica

A UNFPA Brasil, em parceria com o CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) e a Fundação Johnson & Johnson lançou um Guia para a Saúde Sexual e Reprodutiva na Atenção Obstétrica. A iniciativa ocorreu no âmbito do Projeto Enlace - Reconhecer e Fortalecer enfermeiras(os) obstétricas (os) e obstetrizes na perspectiva da promoção dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e adolescentes e da saúde reprodutiva, com vistas à oferta de serviços de qualidade e equitativos na atenção ao parto e nascimento e no planejamento reprodutivo.

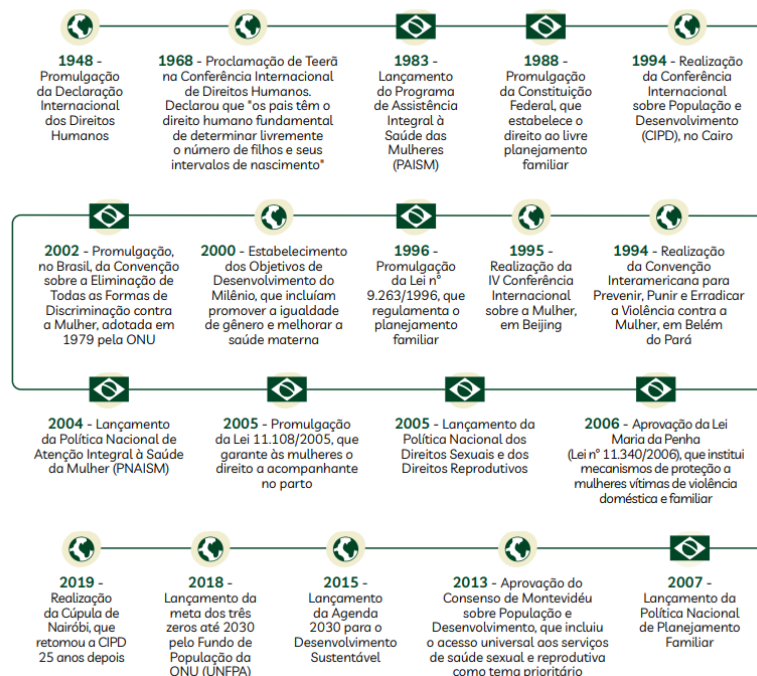
Em 2021, o UNFPA divulgou o relatório “[Situação Mundial da Obstetrícia](#)” em parceria com a Organização Mundial da Saúde e a Confederação Internacional das Parteiras e apontou que 67% das mortes maternas, 64% das mortes de recém-nascidos e 65% dos casos de bebês natimortos poderiam ser evitados se existissem mais investimentos e apoio a profissionais de obstetrícia. Estima-se que 4,3 milhões de vidas poderiam ser salvas no mundo, todos os anos.

Uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é a redução, até 2030, da taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos. A OMS calcula que cerca de 830 mulheres morrem todos os dias no mundo, devido a complicações na gravidez e no parto.

O material traz conteúdo técnico e metodologias ativas para apoiar o trabalho de profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) nos atendimentos e atividades educativas de

planejamento reprodutivo e pré-natal. Os temas tratados são: direitos e saúde sexual e reprodutiva; promoção da saúde sexual e reprodutiva na APS; equipe multiprofissional; gestação; empoderamento feminino.

O avanço dos direitos sexuais e reprodutivos no tempo



Fonte: UNFPA,2022.

Para acessar o Guia completo, [clique aqui](#) e para acessar a gravação do lançamento, [clique aqui](#).

UN WOMEN

Promovendo o empoderamento econômico das mulheres no setor de turismo na resposta e recuperação da pandemia de Covid-19

A publicação explora os impactos da pandemia de COVID-19 no empoderamento econômico das mulheres no setor de turismo. As restrições de movimento aplicadas como resposta à pandemia praticamente destruíram a indústria global do turismo. Isso afetou desproporcionalmente as mulheres devido às desigualdades de gênero pré-existentes no setor e à predominância das mulheres na força de trabalho do setor.

O documento examina pesquisas e dados emergentes sobre esses impactos, identifica respostas para esses desafios em todas as regiões e faz recomendações concretas para ação de diferentes partes interessadas para garantir que o empoderamento econômico das mulheres seja central para a resposta e recuperação da COVID-19 no setor de turismo.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#).

Para além da FAO e do WFP: O Foco da Segurança Alimentar

Denise Oliveira e Silva

No Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde número 07/2022 de 12 a 25 de abril de 2022 produzido pelo Centro de Relações Internacionais da Fundação Oswaldo Cruz(CRIS-Fiocruz), o tema segurança alimentar(SAN) apareceu em variados textos.

Em sua inclusão foram referidas ameaças globais a paz no planeta e riscos disruptivos sociais e econômicos determinados pela Guerra da Ucrânia, consubstanciadas pelas consequências da pandemia COVID-19 e dos problemas climáticos no planeta. Estes aspectos apareceram na agenda de diversas organizações internacionais que historicamente tratam o tema SAN de forma periférica em suas agendas.

Neste informe não foi possível realizar uma meta análise da temática SAN nestas organizações internacionais descritas no Informe Nº 07 do CRIS-Fiocruz. Mas a sua menção destacada em vários textos demonstrou a importância desta pauta no mês de abril de 2022 para as agências internacionais acompanhadas pelo Observatório de Saúde Global da Fiocruz.

Foi possível identificar em vários textos que apontaram questões de SAN, como o discurso da Inger Andersen, diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sobre os impactos sísmicos dos alimentos que junto como a energia e os aspectos do capital financeiro, são promotores da pobreza e da insegurança a cerca de 1,7 bilhão de pessoas. A importância do multilateralismo e de soluções globalmente coletivas voltadas a redução da perda e desperdício de alimentos ao longo da cadeia produtiva pela adoção de maior suporte aos pequenos e médios produtores e locais.

No Brasil foi referido no Informe Nº 07 que a Diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, esteve nos dias 18 e 19 de abril para apoiar a preparação da 12ª Reunião Ministerial da OMC (MC 12), no qual ela destacou os riscos globais e o papel do Brasil para a promoção da segurança alimentar.

A incorporação da SAN nas narrativas de instituições governamentais do Sistema ONU apontadas em vários textos do Informe Nº 07 do CRIS-Fiocruz, permitiram identificar a força desta temática em abril de 2022 integrada com as agendas estruturantes internacionais.

As razões desta inclusão precisam ser mais bem analisadas, mas provavelmente os alertas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação(FAO) e o Programa Mundial de Alimentos(WFP) sobre a ameaça da insegurança alimentar se expandir para países com economias mais sólidas, pode estar no centro de valor desta narrativa nas organizações internacionais acompanhadas pelo CRIS-Fiocruz em abril de 2022.

Em geral a temática SAN é agenda de ação FAO e do WFP e tem sido bem destacada pela produção de diversos documentos, informes e eventos regionais. O tema da SAN ocupa a centralidade no discurso destas duas organizações, mas de outras organizações do sistema ONU se apresenta de forma periférica e pontual.

A vasta produção de documentos tanto da FAO e no WFP de alertas sobre os problemas da insegurança alimentar e nutricional no mundo. Tem sido apresentada nos últimos informes do CRIS-Fiocruz sobre estas duas organizações e no Informe Nº 07 este tema se expandiu nos diversos textos publicados.

Neste informe a reflexão sobre a presença da temática da SAN nestes fóruns acompanhados pelo CRIS-Fiocruz, permitem aproximações panorâmicas de como estas agencias decidiram apresentar o tema da SAN neste momento.

Em que pese os limites deste informe em não assumir a construção de uma meta análise sobre este tema. Pode-se observar que a SAN ocupou espaço nas agendas internacionais como fator de risco não somente aos países reconhecidamente pobres da África, Asia, Oriente Médio e América Latina. Mas que a histórica alta de preços global de alimentos captada pela FAO afetaria os países que compõe o G7.

Em março o Diretor Geral da FAO QU Dongyu apresentou aos ministros da agricultura do G7 as ameaças globais da insegurança alimentar na realização da *“Extraordinary Meeting of the G7 Agriculture Ministers 11 March 2022 “GLOBAL FOOD MARKETS AND PRICES⁴¹”*. Provavelmente os efeitos desta reunião fizeram ecos em vários fóruns internacionais que foram captados pelos autores do Informe Nº 07 do CRIS-Fiocruz.

Para a FAO e o WFP a inclusão da SAN nas agendas das organizações internacionais como ameaça global de insegurança alimentar foi urgente em março de 2022. Mas, neste mês são apontados melhores indicadores de preços de alimentos, o que segundo a FAO foi determinado pela queda dos preços mundiais das commodities alimentares considerada como *“quedas modestas nos preços de óleos vegetais e cereais(...)é um alívio bem-vindo, particularmente para países de baixa renda com déficit alimentar, mas ainda assim os preços dos alimentos permanecem próximos de suas altas recentes, refletindo o aperto persistente do mercado e representando um desafio à segurança alimentar global para os mais vulneráveis, ”, disse o economista-chefe da FAO, Máximo Torero Cullen⁴²*.

Embora abril e maio de 2022 tenham trazido melhores notícias sobre a disponibilidade alimentar global, os desafios de consolidar a promoção da SAN deve ser assumida em pautas de organizações internacionais de forma mais efetiva, a medida que, são identificados inúmeros desafios como destacados pela FAO sobre o acompanhamento da Agenda 2030, que agrega diversas outras agendas pode ser utilizada como reflexão do momento da inclusão da SAN na pauta internacional como apontado no documento *“ Tracking progress on food and agriculture-related SDG indicators 2021”⁴³*.

Este documento que trata informações sobre os progressos dos indicadores das ODS em relação alimentação e a agricultura em 2021, descreve que o cumprimento das ODS não tem sido satisfatório e tem se deteriorado. Segundo o documento em 2020 *“ a pandemia COVID 19 afetou entre 83 a 132 milhões de pessoas com risco de insegurança alimentar. E conclui que se não forem tomadas medidas urgentes para o cumprimento das ODS em nível mundial o prognóstico para a alimentação e agricultura em nível global é preocupante.*

Neste mês o WFP divulgou o lançamento do relatório anual da pela Rede Global Contra as Crises Alimentares (GNAFC) - uma aliança internacional das Nações Unidas, da União Europeia, agências governamentais e não governamentais que trabalham juntos para enfrentar as crises alimentares com a perspectivas de *“ apenas responder crises alimentares depois que elas ocorrem(...) como resultado de múltiplos fatores que se alimentam uns aos outros, variando*

⁴¹ <https://www.fao.org/3/cb9014en/cb9014en.pdf>

⁴² <https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-food-price-index-eases-in-april/en>

⁴³ <https://www.fao.org/3/cb6872en/cb6872en.pdf>

de conflitos a crises ambientais e climáticas, de crises econômicas a crises de saúde, com pobreza e desigualdade como causas inadiáveis. ⁴⁴”

A experiência da temática da SAN assumir centralidade nas pautas de agências internacionais captadas pelo Informe Nº 07 do CRIS-Fiocruz, aponta diversas reflexões sobre os desafios que se articulam para a importância de construção de governança de SAN global.

Estes aspectos foram abordados no texto de Alcázar sobre a Agenda 2030 sobre a urgência de pensar em novas e inéditas governanças e a construção de um novo contrato social global. Nos textos sobre a COP da biodiversidade novamente adiada e o business as usual que prevalece de Magalhães e Galvão. Por Hoirisch sobre os “Países do BRICS esclarecem posição comum sobre a questão da Ucrânia e suas consequências para a disponibilidade alimentar mundial. E por De Negri Filho de construção de um novo contrato social e de um New Deal global, “*que permita enfrentar de forma solidaria e efetiva as desigualdades entre as nações e entre os povos*”.

Neste mês que os preços dos alimentos em nível global diminuíram, resta considerar se a pauta de SAN retornará a seu espaço de discussão limitada a FAO e ao WFP ou se de fato avança para contribuir para a mudança de paradigma referida no documento divulgado pelo WFP³ em que a União Europeia, União-FAO-PAM - membros fundadores da Rede Global - juntamente com a USAID e o Banco Mundial em um comunicado conjunto assumem “*A situação exige uma ação em escala para avançar em direção a abordagens integradas de prevenção, antecipação e melhor direcionamento para abordar de forma sustentável as causas profundas das crises alimentares, incluindo a pobreza rural estrutural, marginalização, crescimento populacional e sistemas alimentares frágeis*”³”

⁴⁴ <https://www.wfp.org/news/global-report-food-crises-acute-food-insecurity-hits-new-highs>

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Breve Histórico

Fundo Monetário Internacional – FMI

A fim de estabelecer a cooperação financeira para evitar novos conflitos mundiais, a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) deu-se no ano de 1944, com atuação iniciada em 1945. A instituição tem como principal objetivo manter a estabilidade do sistema monetário internacional. O FMI monitora os movimentos financeiros de 189 países-membros, concedendo empréstimos àqueles que enfrentam situações graves em suas balanças de pagamentos.

Banco Mundial

Inicialmente intitulado Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o intuito da criação do Banco Mundial foi de recuperar os países europeus arrasados pela Segunda Guerra Mundial. Com o passar dos anos, o Banco Mundial inclinou-se para projetos em áreas críticas dos países mais pobres, ganhando notoriedade por promover mais desenvolvimento e cooperação. Dentro do Banco funcionam cinco instituições: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, a Associação Internacional de Desenvolvimento, a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, a Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos e o Corporação Financeira Internacional.

Hoje, a instituição formada por 187 países-membros é tida como uma importante via de assistência financeira e técnica para os países em desenvolvimento.

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Criado em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma instituição financeira regional, que visa apoiar o desenvolvimento da América Latina e Caribe.

Desde o princípio, o BID possuía programas de empréstimos e cooperação técnica para desenvolver tanto economicamente como socialmente os países signatários. Com estas ações, a instituição financeira ganhou relevância e atraiu cada vez mais países da região e fora dela.

Atualmente, o Banco conta com o BID Invest (apoio privado da instituição) possuindo 48 países-membros, divididos entre países mutuários e não mutuários, europeus e asiáticos.

Referências: CAZUMBÁ, I.P., and MINAYO, M.S. Respostas das instituições financeiras internacionais à pandemia da Covid-19. In: BUSS, P.M., and FONSECA, L.E. eds. *Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora FIOCRUZ, 2020, pp. 143-160. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-029-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080290.0010>

Banco Mundial

Na primeira semana de maio, o BM divulgou a decisão de atualizar a Linha Internacional de Pobreza. O Banco alegou que, conforme as diferenças nos níveis de preços em todo o mundo evoluem, se faz necessária a atualização periódica da linha de pobreza global para refletir essas mudanças. A última atualização foi feita em 2015, sendo usado o valor de US\$ 1,90 como linha global. A nova linha global será atualizada para US\$ 2,15, com previsão de mudança para este ano.

Segundo o BM, esta nova linha de pobreza possui a referência dos preços de 2017. Na prática, significa que qualquer pessoa que viva com menos de US\$ 2,15 por dia estará

condicionada à extrema pobreza. Dados do BM indicam que pouco menos de 700 milhões de pessoas em todo o mundo estavam nessa situação em 2017.

A linha de pobreza global é usada principalmente para rastrear a pobreza extrema global e medir o progresso das metas globais estabelecidas pelo BM, pelas Nações Unidas e outros parceiros de desenvolvimento.

É incerto se o BM conseguirá cumprir essas metas, entretanto, o Banco afirma que, diante da pandemia, será ainda mais difícil para as pessoas saírem da pobreza extrema. Ainda de acordo com o BM, para debelar com a pobreza extrema até 2030, os países precisarão tomar decisões políticas deliberadas que tornem o crescimento mais inclusivo; que priorizam investimentos em educação, saúde, saneamento e infraestrutura inteligente que beneficiem os mais vulneráveis; e que ajudam as pessoas a proteger seus ganhos e ativos conquistados para evitar a queda de volta à pobreza após uma seca, doença ou choque econômico.

Para maiores informações:

<https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2022/05/02/fact-sheet-an-adjustment-to-global-poverty-lines>

<https://pip.worldbank.org/home>

<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/353811645450974574/assessing-the-impact-of-the-2017-ppps-on-the-international-poverty-line-and-global-poverty>

<https://blogs.worldbank.org/voices/adjustment-global-poverty-lines>

O BM continua financiando o Projeto de Preparação de Resposta a Emergência e Saúde Covid-19 para ajudar a intensificar a cobertura vacinal em países que estão enfrentando dificuldades de diminuir o contágio. Desta vez, o BM aprovou US\$ 10 milhões para ajudar o Butão a escalar seu programa de vacinação contra a Covid-19, incluindo o fornecimento de doses de reforço à população elegível. De acordo com o Banco, este financiamento adicional ajudará o país a adquirir vacinas Covid-19 seguras e eficazes, promovendo melhorias na capacidade de testes do país, fortalecendo assim os sistemas de saúde para o enfrentamento de futuras emergências em saúde.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/25/world-bank-helps-bhutan-scale-up-covid-19-vaccination>

Fundo Monetário Internacional – FMI

As projeções do **FMI** para o crescimento global para o ano de 2022-23 foram lançadas no final de abril e apresentadas no [informe 7](#).

Com a guerra da Ucrânia em curso e o período pós-pandêmico, as projeções do **FMI** não foram contagiadas, colocando o crescimento global menor do que foi previsto em projeções anteriores.

A tabela seguir mostra as projeções dos países economicamente mais avançados, dos emergentes e das regiões:

Para maiores informações:

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/04/19/world-economic-outlook-april-2022>

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Durante as últimas duas semanas, o **BID** se destacou no quesito sustentabilidade.

Latest World Economic Outlook Growth Projections

(real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2021	2022	2023
World Output	6.1	3.6	3.6
Advanced Economies	5.2	3.3	2.4
United States	5.7	3.7	2.3
Euro Area	5.3	2.8	2.3
Germany	2.8	2.1	2.7
France	7.0	2.9	1.4
Italy	6.6	2.3	1.7
Spain	5.1	4.8	3.3
Japan	1.6	2.4	2.3
United Kingdom	7.4	3.7	1.2
Canada	4.6	3.9	2.8
Other Advanced Economies	5.0	3.1	3.0
Emerging Market and Developing Economies	6.8	3.8	4.4
Emerging and Developing Asia	7.3	5.4	5.6
China	8.1	4.4	5.1
India	8.9	8.2	6.9
ASEAN-5	3.4	5.3	5.9
Emerging and Developing Europe	6.7	-2.9	1.3
Russia	4.7	-8.5	-2.3
Latin America and the Caribbean	6.8	2.5	2.5
Brazil	4.6	0.8	1.4
Mexico	4.8	2.0	2.5
Middle East and Central Asia	5.7	4.6	3.7
Saudi Arabia	3.2	7.6	3.6
Sub-Saharan Africa	4.5	3.8	4.0
Nigeria	3.6	3.4	3.1
South Africa	4.9	1.9	1.4
<i>Memorandum</i>			
Emerging Market and Middle-Income Economies	7.0	3.8	4.3
Low-Income Developing Countries	4.0	4.6	5.4

Source: IMF, *World Economic Outlook*, April 2022

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2021/2022 starting in April 2021. For the April 2022 WEO, India's growth projections are 8.9 percent in 2022 and 5.2 percent in 2023 based on calendar year.

A plataforma *Green Bond Transparency Platform* (GBTP) após um ano do seu lançamento tornou-se referência para a orientação e produção de relatórios para emissores na América Latina e no Mercado de Títulos Verdes do Caribe, cobrindo 73% do mercado da região, ou um total de US\$ 26,8 bilhões.

A recordar, a plataforma GBTP foi desenvolvida pelo BID e pelo BID Invest com o intuito de promover a harmonização e padronização dos relatórios de títulos verdes para aumentar a confiança dos investidores no mercado de *green bond* e facilitar investimentos verdes na região. A plataforma usa dados em primeira mão, carregados diretamente pelos emissores e revisores externos em um ambiente seguro que usa a tecnologia *blockchain* para relatar o desempenho de investimento e impacto do título.

A criação do GBTP faz parte dos esforços do BID para ajudar a enfrentar as mudanças climáticas, uma das principais áreas prioritárias definidas em sua estratégia (Visão 2025). No ano passado, o banco anunciou uma ambiciosa meta climática para fornecer US\$ 24 bilhões para o clima e financiamento verde nos próximos quatro anos.

Outro acontecimento que chamou a atenção foi a inauguração de um novo escritório do Banco na República Dominicana com maior certificação ambiental. O escritório representativo é o primeiro edifício do país e o primeiro escritório do BID a receber a certificação reconhecida internacionalmente, com base na otimização de energia, no uso de materiais reciclados e no consumo inteligente de água, entre outros atributos que contribuem para o desempenho favorável ao meio ambiente.

A respeito do financiamento de projetos sustentáveis, o BID aprovou dois projetos: um na Argentina, com recursos de US\$ 33 milhões para promover turismo de natureza do país, visando melhorar as trilhas existentes e abrir novas, bem como para construir e melhorar ciclovias, pontes, mirantes, abrigos e campings, levando em conta critérios de sustentabilidade e adaptação climática e mitigação e incentivo ao uso de materiais de construção ecológicos e energia renovável; o outro projeto foi aprovado para o Equador, que com recursos aprovados em US\$ 250 milhões espera-se apoiar a recuperação econômica, com foco no fortalecimento do sistema de proteção social, emprego feminino e setores trabalhistas ligados a objetivos ambientais, também chamados de "empregos verdes".

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/green-bond-transparency-platform-becomes-key-reporting-tool-latin-american-issuers>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-opens-new-dominican-republic-office-highest-environmental-certification>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-33-million-loan-promote-nature-tourism-argentina>

<https://www.iadb.org/en/news/ecuador-promote-sustainable-and-inclusive-employment-idb-support>

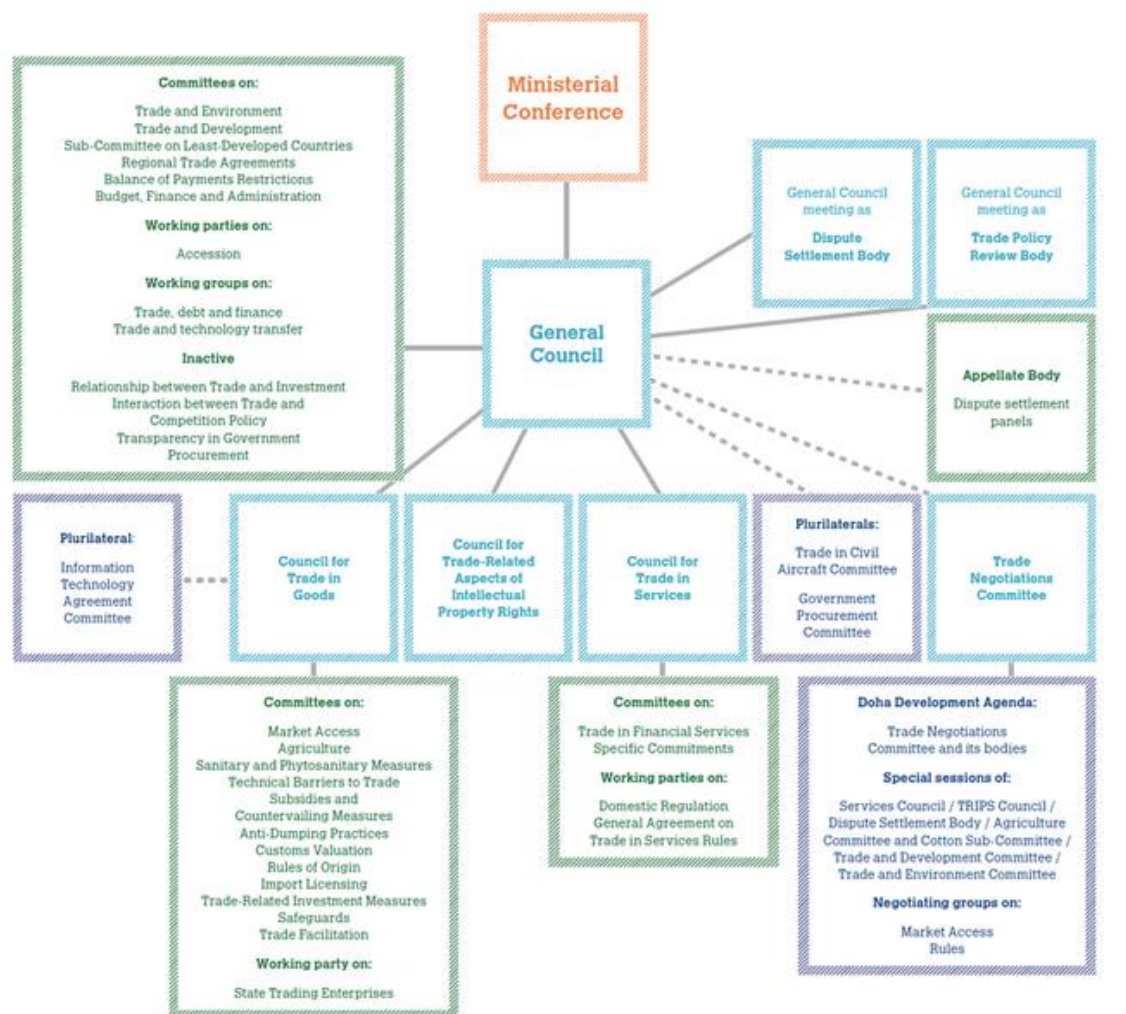
<https://www.greenbondtransparency.com/>

OMC

Criada em 1995, a [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) trata das regras do comércio entre as nações e está localizada em Genebra sob a liderança da Diretora-Geral, Ngozi Okonjo-Iweala. Em seu cerne estão os acordos da OMC, negociados e assinados pelos 164 países e ratificados em seus parlamentos. A OMC também atua na resolução de disputas comerciais. A estrutura da organização está descrita na Figura 1⁴⁵. O órgão decisório mais alto da OMC é a Conferência Ministerial, que geralmente se reúne a cada dois anos com a presença dos países ou uniões aduaneiras. A Conferência Ministerial pode tomar decisões sobre todos os assuntos sob qualquer um dos acordos multilaterais de comércio, sendo o órgão máximo sob a estrutura de governança estabelecida pelo “[Acordo que institui a OMC](#)”. O Conselho Geral é órgão decisório de alto nível, reunindo-se regularmente para aprofundar as funções da OMC. Conta com representantes (geralmente embaixadores ou equivalentes) de todos os países-membros e tem autoridade para agir em nome da conferência ministerial. O Conselho Geral também se reúne, sob regras diferentes, como [Órgão de Solução de Controvérsias](#) e como [Órgão de Revisão da Política Comercial](#). Além dos países-membros, a OMC admite governos observadores (Argélia, Andorra, Azerbaijão, Bahamas, Bielorrússia, Butão, Bósnia e Herzegovina, Comores, Curaçao, Guiné Equatorial, Etiópia, Irã, Iraque, República Libanesa, Líbia, Santa Sé, São Tomé e Príncipe, Sérvia, Somália, Sudão do Sul, Sudão, República Árabe da Síria, Timor-Leste, Turcomenistão e Uzbequistão). Além disso, existe o status de observador para organizações intergovernamentais internacionais, permitindo que essas entidades acompanhem as discussões sobre assuntos de seu interesse direto. O International Trade Center UNCTAD/WTO, como órgão subsidiário conjunto da OMC e da UNCTAD, não é obrigado a apresentar formalmente uma solicitação de status de observador nos órgãos da OMC e é convidado, conforme apropriado, a participar das reuniões dos órgãos da OMC que deseja participar. ([WT/GC/M/25](#), item 1). O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial têm status de observadores nos órgãos da OMC, conforme previsto em seus respectivos Acordos com a OMC ([WT/L/195](#)).

Figura 1

⁴⁵ https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org2_e.htm



OMC - Resumo dos principais eventos de 2022 (informes anteriores)

Janeiro

As negociações sobre a suspensão de direitos de propriedade intelectual na pandemia de Covid-19 continuam lentas e polarizadas

Fevereiro

Não há definição sobre a proposta de suspensão (*waiver*) de direitos de propriedade intelectual no âmbito da pandemia de Covid-19, apresentada pela Índia e África do Sul. Na reunião do Conselho Geral da Organização, os países-membros concordaram que a 12ª Conferência Ministerial ocorrerá durante a semana de 13 de junho de 2022, em Genebra.

Março

O Senado dos Estados Unidos confirmou María Luisa Pagán como principal autoridade comercial dos EUA em Genebra e representante de Washington na OMC. Após anúncio de acordo sobre proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual na OMC, envolvendo a União Europeia, a Índia, a África do Sul e os Estados Unidos, críticas da sociedade civil e dos representantes de empresas farmacêuticas dominaram o debate.

Abril

A Organização Mundial do Comércio (OMC) agendou para os dias 8 e 9 de junho reunião do Conselho de TRIPS, que deverá tratar da proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual. O Secretariado da Organização apresentou relatório que trata de proibições e restrições a exportação que foram notificadas pelos países membros sob a Decisão de 2012 sobre Procedimentos de Notificação para Restrições Quantitativas (Decisão QR). A OMC lançou livro intitulado “Trade in Knowledge”. A Diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, esteve no Brasil nos dias 18 e 19 de abril, com vista à agenda de preparação para a 12ª Reunião Ministerial da OMC (MC 12). Em vários encontros em Brasília e São Paulo, analisou os riscos globais de segurança alimentar e destacou que o Brasil pode contribuir mais intensamente para o suprimento de alimentos no mercado internacional. Apontou as ameaças à paz mundial e ao multilateralismo, bem como os desafios da guerra devastadora na Ucrânia, da pandemia da COVID-19 e das mudanças climáticas.

Suspensão (*waiver*) de direitos de propriedade intelectual

Em 6 de maio, o Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) debateu pela primeira vez o [documento](#) final que emergiu do processo informal conduzido com o “Quad” (União Européia, Índia, África do Sul e Estados Unidos) para resposta de propriedade intelectual à COVID-19. Como os informes anteriores esclarecem, desde a submissão da proposta pela Índia e África do Sul, a OMC testemunha um processo bastante lento e polarizado, com opiniões divididas sobre a pertinência de vários aspectos relacionados ao waiver (OMC, 2022).

Segundo a nota da OMC:

“Após impasse de mais de um ano no Conselho de TRIPS, a DG Okonjo-Iweala, trabalhando com a vice-diretora-geral Anabel González, apoiou um grupo informal de esforços de ministros para se reunir em torno do que poderia ser uma proposta significativa, sem prejuízo de suas respectivas posições, que poderiam fornecer uma plataforma a ser construída pelos membros. Em suas discussões, o Quad adotou uma abordagem de solução de problemas destinada a identificar maneiras práticas de esclarecer, agilizar e simplificar como os governos podem substituir os direitos de patente, sob certas condições, para permitir a diversificação da produção de vacinas contra a COVID-19.”⁴⁶ (OMC, 2022)

Na ocasião, a maioria das delegações disse que necessitava revisar o documento internamente antes de iniciar discussões substantivas. Alguns países mencionaram o limite de elegibilidade para países em desenvolvimento que exportaram mais de 10% das doses mundiais de vacinas em 2021 e a emissão de uma única autorização para países elegíveis usarem o objeto de várias patentes necessárias para a produção ou fornecimento de um COVID -19 vacina. O

⁴⁶ Do original em inglês: “After an impasse of more than one year in the TRIPS Council, DG Okonjo-Iweala, working with Deputy Director-General Anabel González, supported an informal group of ministers' efforts to come together around what could be a meaningful proposal, without prejudice to their respective positions, that could provide a platform to be built upon by the membership. In their discussions, the Quad adopted a problem-solving approach aimed at identifying practical ways of clarifying, streamlining and simplifying how governments can override patent rights, under certain conditions, to enable diversification of production of COVID-19 vaccines.”

presidente do Conselho realizará novas consultas em diferentes configurações após a reunião do Conselho Geral de 9 a 10 de maio. Com vista à 12ª Conferência Ministerial (MC12), que será realizada em junho próximo, há pouco tempo para construir consenso em torno de posições ainda bastante divergentes. A próxima reunião do Conselho de TRIPS será em 8 e 9 de junho (OMC, 2022).

OMPI

A [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (World Intellectual Property Organization, WIPO) é o fórum global para serviços, políticas, informações e cooperação de propriedade intelectual. Trata-se de agência das Nações Unidas fundada em 1967 e que opera com autofinanciamento e mantém sede em Genebra. O mandato, os órgãos de governo e os procedimentos estão estabelecidos na [Convenção](#) da OMPI. Hoje, a OMPI conta com 193 países-membros e é liderada pelo seu Diretor Geral Daren Tang. A organização permite observadores. Cerca de 250 organizações não governamentais e organizações intergovernamentais têm status de observadores oficiais nas reuniões da OMPI. A gestão dos assuntos é feita pelos seguintes setores: Setor de Direitos Autorais e Indústrias Criativas; Setor de Patentes e Tecnologia; Setor de Desenvolvimento Regional e Nacional; Setor de Marcas e Designs; Setor de PI e Ecossistemas de Inovação; Setor de Desafios e Parcerias Globais; Setor de Infraestrutura e Plataformas; e Setor de Administração, Finanças e Gestão. A [governança](#) é composta de: (i) Órgãos diretivos estabelecidos pela Convenção da OMPI, que constituem o mais elevado poder decisório da organização. As reuniões ocorrem tradicionalmente em setembro/outubro de cada ano em sessão ordinária ou extraordinária. (ii) A Assembleia Geral da OMPI e as Assembleias dos Estados membros de cada União. (iii) O Comitê de Coordenação da OMPI. (iv) A Conferência da OMPI. (v) Comitês regulares, que são compostos por especialistas ad hoc estabelecidos por decisão da Assembleia Geral para um determinado propósito: Comitê Regular de Direito de Patentes (SCP), Comissão Regular de Direito de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas (SCT), Comitê Regular de Direitos Autorais e Conexos (SCCR) e Comitê Regular de Padrões da OMPI (CWS). (vi) Grupos de trabalho. Qualquer Comitê Permanente ou outro órgão também pode decidir estabelecer grupo de trabalho para examinar questão específica. (vii) Comitês Permanentes. Os Órgãos Diretivos podem constituir comitês conforme necessário. Por exemplo: Comitê de Programa e Orçamento (PBC), Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP), Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore (IGC), Comitê Consultivo de Execução (ACE). (viii) Conferências diplomáticas. Os Comitês Permanentes ou Permanentes determinar que houve progresso suficiente para avançar para a adoção do tratado, a Assembleia Geral pode decidir convocar uma Conferência Diplomática, que é reunião de alto nível dos países-membros, convocada para finalizar as negociações sobre um novo tratado.

OMPI - Resumo dos principais eventos de 2022 (informes anteriores)

Janeiro

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) aderiu ao Grupo de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

Fevereiro

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual anuncia crescimento recorde dos depósitos de patentes durante a pandemia. Rebeca Grynsperg, Secretária-Geral da UNCTAD, pretende revitalizar o espaço de construção de consenso na organização, oferecendo respostas para um mundo polarizado e melhor compreensão dos desafios do desenvolvimento.

Março

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) lançou o relatório "Patent Landscape Report: COVID-19 Related Vaccines and Therapeutics", com informação sobre o status patentário de invenções relacionadas à Covid-19. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) publicou o relatório "China's structural transformation what can developing countries learn?", que analisa políticas chinesas (industrial, comercial, digital, etc) cruciais para o desenvolvimento. A 42ª sessão do Comitê Intergovernamental sobre Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) discutiu questões substantivas de instrumento jurídico internacional relacionado à propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos.

Abril

A OMPI publicou relatório "World Intellectual Property Report 2022", que trata da "direção da inovação".

Os Determinantes do Sucesso no Desenvolvimento da Vacina COVID-19

No dia 5 de maio de 2022, a OMPI organizou workshop virtual para apresentar o estudo "[The Determinants of COVID-19 Vaccine Development Success](#)", elaborado por [Rena M. Conti](#), Professora Associada do Departamento de Mercados, Políticas Públicas e Direito e Co-diretor do Instituto de Políticas e Pesquisas Tecnológicas da Escola de Negócios da Universidade de Boston. A autora examinou estudos de caso selecionados e apontou que o sucesso ou fracasso da vacina resulta de variedade de determinantes. O trabalho ressalta a importância da colaboração em pesquisa e produção industrial, vontade política, financiamento, entre outros fatores (WIPO, 2022).

UNCTAD

A [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) é um órgão intergovernamental permanente estabelecido pela Assembleia Geral das [Nações Unidas](#) em 1964. A sede está localizada em Genebra, Suíça, e conta com escritórios em Nova York e Adis Abeba. É ponto focal na ONU para o tratamento integrado de comércio e desenvolvimento e questões inter-relacionadas nas áreas de finanças, tecnologia, investimento e desenvolvimento sustentável. A UNCTAD faz parte do Secretariado da ONU e do [Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas](#) e reporta à Assembleia Geral da ONU e ao Conselho Econômico e Social, contando com países-membros, liderança e orçamento. A ONU deu-lhe um mandato para se reunir a cada quatro anos, com reuniões intergovernamentais entre as sessões e secretariado permanente, que fornece o apoio substantivo e logístico necessário. Houve 15 conferências quadrienais desde 1964. A décima quinta (UNCTAD15) ocorreu em Bridgetown, Barbados, em outubro de 2021. Os esforços da UNCTAD em nível nacional, regional e global, abarcam: "Compreender as opções para enfrentar os desafios de desenvolvimento em nível macro; alcançar uma integração

benéfica no sistema de comércio internacional; Diversificar as economias para torná-las menos dependentes de commodities; limitar sua exposição à volatilidade financeira e dívida; atrair investimentos e torná-los mais favoráveis ao desenvolvimento; Aumente o acesso às tecnologias digitais; promover o empreendedorismo e a inovação; Ajude as empresas locais a subir nas cadeias de valor; acelerar o fluxo de mercadorias através das fronteiras; proteger os consumidores contra abusos; limitar regulamentações que sufocam a concorrência; e adaptar-se às mudanças climáticas e usar os recursos naturais de forma mais eficaz.” A organização é composta por cinco divisões, sob a liderança da Secretária-Geral, Rebeca Grynsman: Divisão para a África, países menos desenvolvidos e programas especiais; Divisão de Globalização e Estratégias de Desenvolvimento; Divisão de investimento e empreendimento; Divisão de comércio internacional e commodities; e Divisão de tecnologia e logística.

UNCTAD - Resumo dos principais eventos de 2022 (informes anteriores)

Janeiro

Rebeca Grynsman, Secretária-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), alerta para a relevância de cadeias de suprimentos globais funcionais e resistentes, uma vez que itens críticos para o funcionamento das economias e sobrevivência das pessoas são dependentes do seu bom funcionamento.

Fevereiro

O Policy Brief No. 97, elaborado pela UNCTAD, aborda as falhas dos países menos desenvolvidos (*least developed countries* -LDCs) em atingir metas de desenvolvimento estabelecidas desde a década de 1980. Sugere medidas de apoio em áreas como comércio, finanças, assistência técnica, cooperação para o desenvolvimento e transferência de tecnologia, por meio de esforços multilaterais e cooperação bilateral, regional e Sul-Sul.

Março

A UNCTAD participou de mesa-redonda de alto nível sobre “O papel da ciência, tecnologia e inovação na recuperação da doença do coronavírus (COVID-19) enquanto avança na implementação completa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento das Nações Unidas.

Abril

Em 5 de abril de 2022, a Divisão de Comércio Internacional e Commodities da UNCTAD ofereceu o curso “Women and the COVID-19 pandemic: Building back better, including through trade” a diplomatas baseados em Genebra.

Dados e Desenvolvimento

Durante o evento “[eCommerce Week 2022: Data and Digitalization for Development](#)”, que ocorreu de 25 a 29 de abril de 2022, foram debatidos problemas sobre fluxos de dados transfronteiriços que afetam vários setores, inclusive a saúde pública. É urgente a construção de governança global que favoreça o desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável, minimizando os danos. Como explicou Rebeca Grynsman em sessão de alto nível, a governança é determinante para o resultado da transformação digital e crítica para a resposta a mudanças climáticas, pandemias e planejamento urbano. Além disso, permitirá que haja compartilhamento adequado dos dados e que usuários desfrutem de privacidade e a segurança nacional seja assegurada (UNCTADa, 2022).

Segundo relatório da UNCTAD, os benefícios gerados pelos dados estão longe de qualquer distribuição equilibrada:

“O tráfego global de protocolo de internet – um proxy para fluxos de dados – mais que triplicou desde 2017, de acordo com o Relatório de Economia Digital 2021 da UNCTAD. Mas apenas dois países – China e EUA – estão colhendo a maioria dos benefícios, respondendo por 50% dos data centers em hiperescala. Enquanto isso, quase 3 bilhões de pessoas permanecem offline, 96% das quais vivem em países em desenvolvimento.”⁴⁷ (UNCTADb, 2022)

A ONU pode ajudar a acelerar o progresso nessa área, disse Grynspan, coordenando suas várias atividades relacionadas a dados e criando vínculos com outros processos e iniciativas liderados pela sociedade civil, academia e setor privado. Ela lembrou que existe divisão de conectividade digital, expressando as diferenças entre países. Há países sem capacidade ou com capacidade limitada para converter dados em inteligência digital e oportunidades de desenvolvimento econômico e social, além de implicações para os direitos humanos, a paz e a segurança. Atividades usuais em países desenvolvidos tais como, ensino remoto, trabalho remoto e acesso virtual a serviços podem ser afetados por conexões lentas ou inexistentes. A divisão ligada a dados também favorece desigualdades. Neste ponto, Abdulla Shahid, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, enfatizou que “nenhuma corporação ou negócio deve ter os meios para monopolizar a governança e a regulamentação de um bem público”. Atingir as metas de desenvolvimento sustentável depende da capacidade de superação das inequidades relacionadas a dados e conectividade. A governança deve levar em consideração o caráter de bens públicos globais dos dados, aliviando as exclusões das soluções online (UNCTADa, 2022).

A desigualdade digital ficou exposta durante a pandemia da COVID-19 com populações em grande desvantagem. Com ensina Grynspan:

“A pandemia expôs a enorme e crescente divisão digital e de dados que separa muitos países em desenvolvimento de soluções de saúde, acesso financeiro, comércio eletrônico, habilidades tecnológicas e novos setores de crescimento. Agora é a hora de um novo caminho com uma nova governança que torne o mundo digital muito mais inclusivo, equitativo e benéfico”. (UNCTADa, 2022).

Referências

⁴⁷ “Global internet protocol traffic – a proxy for data flows – has more than tripled since 2017, according to UNCTAD’s [Digital Economy Report 2021](#). But just two countries – China and the US – are reaping most of the benefits, accounting for 50% of the world’s hyperscale data centres. Meanwhile, nearly 3 billion people remain offline, 96% of whom live in developing “countries.”

OMC. TRIPS Council hears initial reactions to Quad's outcome document on IP COVID-19 response. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/trip_06may22_e.htm Acesso em: 9 de maio de 2022.

UNCTADa. Time for a new digital and data governance path, eCommerce Week highlights, 2022. Disponível em: <https://unctad.org/news/time-new-digital-and-data-governance-path-ecommerce-week-highlights> Acesso em: 9 de maio de 2022.

UNCTADb. Digital Economy Report 2021: Cross-border Data Flows and Development: For Whom the Data Flow. 14 Dec 2021. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/der2021_en.pdf. Acesso em: 9 de maio de 2022.

WIPO. WIPO Virtual Workshop on The Determinants of COVID-19 Vaccine Development Success. Disponível em: https://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=70508 Acesso em: 9 de maio de 2022.

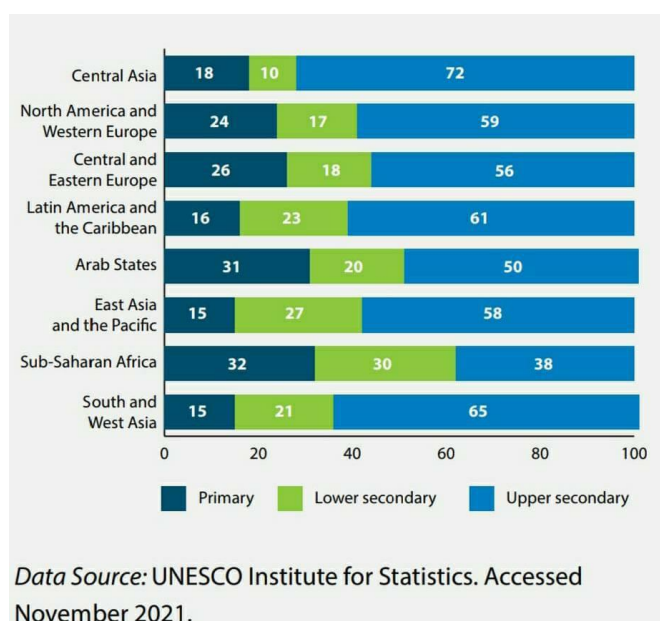
“Leave no child behind”: informe sobre o relatório global da UNESCO sobre o abandono escolar

Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Em abril de 2022, a UNESCO divulgou seu relatório global [“Leave no child behind: global report on boys’ disengagement from education”](#) alertando sobre o abandono escolar de meninos. É passada uma visão global do cenário, as causas e medidas que possam ser tomadas para resolução do problema visando a Agenda 2030⁴⁸.

No ano de 2020, aproximadamente 259 milhões de crianças estavam fora da escola, sendo mais da metade do sexo masculino. Enquanto 30 milhões de meninos estavam fora da escola em nível primário, havia 33 milhões em nível secundário e 69 milhões no ensino médio. Regionalmente, 3/4 estão localizados na África Subsaariana e Ásia Ocidental, os países árabes abrangem a maior parte de meninos fora da escola em nível secundário. Acredita-se que com a pandemia de Covid-19 esse número aumentou consideravelmente, os dados oficiais serão divulgados no fim de 2022.

Figura 1 Meninos fora da escola por região em 2019(p.36)



Historicamente, a taxa de matrícula na escola das meninas em relação aos meninos é menor, porém os meninos correm maior risco de repetir o ano letivo por não progredir e não conseguir uma aprendizagem adequada. Em 130 países de uma lista de 142 indicam que há maior quantidade do gênero masculino repetente no ensino primário. Na Eslovênia, por exemplo, 62% dos alunos que repetiram o ano letivo 2019/2020 eram meninos. Na Eslováquia, 57% das repetições de séries foram realizadas também por meninos.

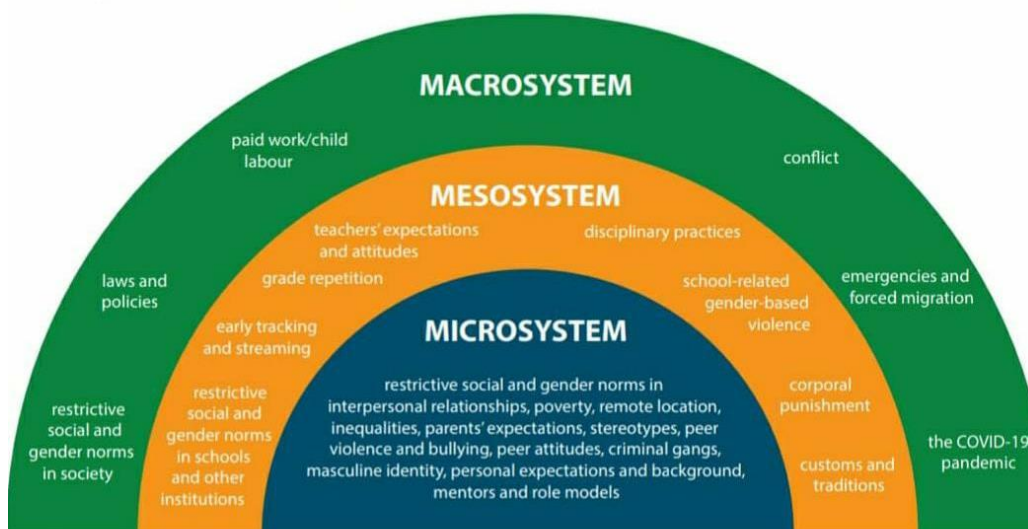
Em 57 países, os meninos dominam menos habilidades de leitura do que as meninas, tanto o ensino primário quanto o secundário. Entre 23 dos 25 países com dados de proficiência em leitura, meninas continuam com índices maiores mantendo a disparidade em relação aos meninos. Em matemática, os meninos costumavam levar vantagem, porém na virada do século as meninas igualaram no início do milênio. Além do baixo desempenho, existe um abandono

⁴⁸ O relatório está disponível somente no idioma inglês.

escolar crescente entre os homens, a evasão dos meninos da escola era um fenômeno mais presente em países ricos, contudo em países pobres têm aumentado esses percentuais. Fatores externos à escola, como pobreza, deslocamento e a necessidade de trabalhar são vistos como os principais responsáveis, além fatores internos da escola como bullying físico, preconceito em relação à sexualidade e a raça.

O relatório propõe uma visão em nível sistêmico do problema baseado na teoria dos sistemas ecológicos de Bronfenbrenner que consiste em alocar os fatores que influenciam no baixo interesse masculino na educação em três escalas diferentes, como pode se observar na figura abaixo:

Figura 2 Fatores influenciando o abandono escolar dos meninos e desvantagem na educação



Source: Authors

A extrema pobreza influencia no sucesso escolar, é o fator mais impactante no baixo desempenho e na desistência de meninos e meninas nas escolas, as famílias pobres carecem de recursos materiais, humanos e culturais para apoiar a vida de seus filhos. Além disso, lutam com a insegurança alimentar, bairros precários, longo deslocamento até as escolas, cuidados de saúde inadequados e em muitos casos não possuem condições para pagar a escola. Por falta de regulamentação de leis trabalhistas e a necessidade de trabalhar para sobreviver, em 2020 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que mais de 160 milhões de crianças estavam envolvidas com trabalho infantil, dentre elas, 97 milhões são homens, proporcionalmente a cada 10 crianças 1 está trabalhando. Os países da África Subsaariana são os que mais possuem crianças nessa situação. Na Etiópia, 51% dos meninos de 5 a 17 anos estavam envolvidos em trabalho infantil, enquanto em Burkina Faso, Camarões e Madagascar, dois quintos ou mais desses meninos foram envolvidos em trabalho infantil (UNICEF, 2021a).

Tanto meninos quanto meninas podem ser vítimas ou perpetradores de violência e bullying nas escolas. As meninas possuem maior risco de sofrerem violências sexuais, enquanto os meninos são mais propensos a sofrerem violência física e verbal. De acordo com os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA 2018) em pesquisa feita com 80 países indicaram que em média 23% dos alunos relataram sofrer bullying pelo menos uma vez por mês. Um problema enfrentado no século XXI é o cyberbullying, a proporção de crianças e adolescentes afetados varia de 5% a 21%. Em pesquisa nos EUA com 20.406 alunos estudantes do ensino médio, 8% dos meninos relatam serem vítimas de cyberbullying em combinação com

bullying escolar, e entre os jovens que se identificaram como LGBTQIA+, 23% relataram essa combinação também. (Schneider et al., 2012). As violências nas escolas contribuem para o baixo desempenho acadêmico além de conter danos na saúde e bem-estar das crianças em atingir todo seu potencial.

Globalmente, a existência de políticas e programas dos governos e parceiros para melhorar as oportunidades de educação para os meninos são poucos em comparação com programas voltados para as meninas. Parece que não há vontade política suficiente para compreender as desvantagens dos meninos, apesar do evidente insucesso nos últimos anos. Uma referência de sucesso nessa área é o Premier League Reading Stars (PLRS), é um programa implementado na Inglaterra pelo National Literacy Trust na cooperação com a Premier League. Usam modelo do futebol para envolver meninos e meninas que estão interessados em futebol e incentivam a leitura de temas relacionados ao esporte para melhorar suas habilidades de alfabetização. Ministrado por professores e bibliotecários escolares, estrelas do futebol compartilham sua paixão para leitura ao longo de 10 semanas (Wood et al., 2016). O programa tem como alvo crianças com baixo desempenho e baixo envolvimento com a leitura e a escrita; 80% dos participantes são meninos, com idades entre 9 e 13 anos.

As recomendações apresentadas no relatório buscam incentivar as crianças e os jovens do sexo masculino a permanecerem na escola, como por exemplo: reduzir o custo da escolarização, melhorar a infraestrutura escolar, melhorar a acessibilidade e a qualidade do ensino pré-primário, melhorar a qualidade e recrutamento de professores, currículo e pedagogia, banir punições e combater à violência de gênero. Vide as páginas 101 a 106 para acessar todas as recomendações do relatório.

Este relatório analisou os múltiplos fatores que contribuem para o abandono e a desvantagem dos meninos na educação. Dentro de uma abordagem ampla e inclusiva para Educação, apoio direcionado e adaptável, onde relevantes, podem atender às necessidades específicas de meninos e incentivar diferentes maneiras de pensar sobre gênero. A política e a vontade política em todos os níveis são necessárias para aumentar a conscientização sobre os desafios enfrentados por meninos desfavorecidos e marginalizados e fortalecer a promulgação de programação e iniciativas. O impacto futuro da pandemia de COVID-19 na educação, em geral, e na educação dos meninos, é incerto. Para garantir o direito à educação e igualdade de gênero, é importante continuar a abordar desafios atuais e mitigar os danos no meio e longo prazo.

Instituições da Sociedade Civil

Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patricia Lewis e Luis Eugênio de Souza

Introdução

Os debates impulsionados pelas organizações da sociedade civil nesta quinzena seguiram majoritariamente pautados pelas denúncias das intoleráveis iniquidades no acesso a vacinas, testes diagnósticos e tratamentos para a Covid-19 e pela exigência de aumento da vacinação contra a COVID-19. As OSC esperam que os mais vulneráveis não sejam esquecidos agora que os surtos da doença parecem controlados em países mais desenvolvidos, mas lembram que a circulação do vírus facilita sua mutação e pode gerar novas ondas de casos.

É necessário observar que se, por um lado, persistem as desigualdades no acesso a vacinas entre países do norte global e países do sul global, por outro, a ampla vacinação em mais de dois terços da população mundial permitiu arrefecer os esforços relativos à emergência da pandemia e trouxe à luz outros temas.

É certo que os pedidos por igualdade se relacionam a desafios econômicos e sociais estruturais que são, de fato, anteriores à pandemia. Neste sentido, embora parte das OSC siga dedicada a instar governos, comunidade internacional e iniciativa privada a que direcionem seus esforços para reduzir as desigualdades – principalmente em relação às vacinas – outras dedicam-se a discutir temas diversos que passam a ganhar lugar, em especial, nos países do continente africano e em outros muito vulneráveis, como o Haiti.

Fala-se ainda sobre a hesitação em relação às vacinas, forte empecilho ao aumento da cobertura vacinal em países onde o acesso não enseja preocupação. A forte politização do tema, além da infestação de notícias falsas em relação às vacinas se mostram como um desafio à parte, no que é chamado pela OMS de infodemia. Também se fala sobre a necessidade da ampla testagem – e o acesso a testes e diagnóstico – como medida para manter o controle da COVID-19 nesta fase.

Ressalta-se a necessidade de proteção dos profissionais de saúde e dos mais vulneráveis, e se retoma a necessidade de investir na conscientização sobre a importância da vacinação de rotina e contra outras doenças, cujas taxas de cobertura se reduziram devido, em parte, ao impacto da crise gerada pela COVID-19.

Em outra frente, seguem as denúncias da invasão russa à Ucrânia, agora mais pautadas pelos impactos sobre a população refugiada e a população mundial mais vulnerável, desproporcionalmente afetada pelas consequências econômicas do conflito.

A crise climática segue no cerne das manifestações, com ênfase na crise energética e nas possibilidades alternativas para redução da emissão de gases. Também esteve presente a fala sobre os efeitos da saúde do planeta na saúde das pessoas, e seguem os apelos por apoio à população da região do Chifre da África, que vive uma crise humanitária sem precedentes de pobreza e insegurança alimentar, decorrente do acúmulo de todos os graves problemas relatados acima.

Equidade de gênero

Nova Análise Rápida de Gênero da ONU Mulheres e da CARE revela que mulheres e minorias estão enfrentando imensas dificuldades quando se trata de saúde, segurança e acesso a alimentos. Conforme a CARE, levantamento realizado no contexto do conflito da Ucrânia, aponta que as mulheres estão se tornando cada vez mais chefes de família e líderes em comunidades após os homens serem recrutados. Continuam, contudo, excluídas dos processos de tomada de decisões relacionados aos esforços humanitários e à pacificação.

Pesquisadores da WADEM publicaram artigo na revista *Prehospital and Disaster Medicine* sobre a [Equidade de Gênero na Realização de Eletrocardiograma Pré-Hospitalar](#). Esta pesquisa mostra que mulheres com doença cardíaca são menos propensas a serem diagnosticadas e a receber o cuidado padrão, especificamente, quanto à realização do ECG pré-hospitalar.

A Women in Global Health lembrou a importância da participação das mulheres nas ações realizadas em campo, na guerra da Ucrânia (mulheres são 30% dos empregados), com elogio às ações do Diretor Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom pela equidade de gênero. Também no período, a presidenta da Women in Global Health foi selecionada para integrar o Conselho de Governança da Fundação de Saúde Pública da África.

Crise climática

[A Federação Internacional de Hospitais destacou a participação de sua equipe no Fórum de Saúde de Genebra. Entre seus posicionamentos, está a compreensão de que “não há pessoas saudáveis sem um planeta saudável e vice-versa e que o setor de saúde pode ser um líder social na proteção da saúde pública e planetária das mudanças climáticas.](#)

[Relatório](#) do Center for Strategic and International Studies (CSIS) sistematiza os esforços globais, nacionais e subnacionais recentes para reduzir as emissões de metano de petróleo e gás, indagando como os regulamentos internacionais serão adotados em regiões em que concessionárias estatais desempenham um papel proeminente.

Ainda pelo CSIS, [artigo](#) discute a crise energética provocada pela Rússia ao invadir a Ucrânia. Recomenda que os Estados Unidos busquem a redução das exportações russas de petróleo e gás, aumentando sua produção de petróleo e gás, mas sem um aumento nas emissões cumulativas de gases de efeito estufa. São propostas sete ideias para os EUA se tornarem exportadores de energia limpa para a Europa.

Pela passagem do Dia Da Terra, a Fundação Rockefeller destaca o trabalho da rede [OMC power](#) que leva energia a 18 mil famílias rurais e 8 mil empresas a partir de 270 mini plantas na Índia. De igual forma o Global IFund destaca o suporte à iniciativa de energia solar para instituições de saúde na Zâmbia, garantindo acesso à eletricidade, além de mitigar o impacto das mudanças climáticas.

Vacinação e COVID-19

A CARE reforça [apelo para vacinação](#) contra COVID-19. [Novas estimativas da OMS apontam que o número total de mortes associadas ao COVID-19 em todo o mundo de 2020 a 2021 pode estar próximo de 14,9 milhões. Para a CARE apoiar os países de baixa renda, aumentando a cobertura vacinal, é a única saída para a pandemia da COVID-19.](#)

A Women in Global Health lembrou nas redes sociais a importância da equidade da vacina para a população e para trabalhadores da saúde.

A IAP publicou [relatório](#) com recomendações práticas para aumentar a vacinação contra a COVID-19, destacando a questão da hesitação vacinal. Neste sentido, embora um terço da população mundial siga desprotegida contra a COVID-19, naqueles países onde a escassez de imunizantes não é um desafio, torna-se fundamental o combate à desinformação e politização do assunto. Quando muitos países apostam no relaxamento das medidas preventivas como o uso de máscaras e distanciamento social, o surgimento de novas variantes e sub-linhagens, como é o caso da BA.2, mostra que os próximos meses são imprevisíveis e o investimento mais seguro continua sendo a vacinação.

[A Federação Internacional de Hospitais manifestou o seu apoio ao aumento das coberturas vacinais, engajando-se na campanha da IFPMA, entidade ligada à indústria biofarmacêutica.. O engajamento nas redes sociais ocorre com as hashtag #TeamVaccines #VaccinesForLife.](#)

Sobre a Covid-19, o Global Fund destaca a importância do acesso equitativo a ferramentas de diagnóstico. Sinaliza que os países de baixa e média rendas estão sendo deixados para trás na disposição de testes de detecção.

A Fundação Gates também destaca a importância da equidade em saúde e da justiça e acessibilidade nos sistemas globais de saúde para ajudar a proteger a humanidade de [futuras pandemias](#). Destaca ainda que o Kemri-Wellcome Trust Research Program em Covid-19 divulgou novos resultados que evidenciam a necessidade de os países ajustarem sua abordagem às vacinas, melhorando a vacinação para aqueles que mais precisam.

A Fundação Wellcome afirma que a Covid-19 teve um impacto prejudicial para a saúde global, pelo que se deve agir para [acabar com a pandemia](#) e se preparar para a próxima. Também destaca o apoio para Coalizão para Promoção de Inovações em prol da Preparação para Epidemias (CEPI) com US\$ 150 milhões.

A Fundação Rockefeller comenta que apenas 15% das pessoas em países de baixa renda receberam pelo menos uma dose da vacina contra a Covid-19. Comenta também a parceria com a [Social Science Research Council](#), a [Purpose](#) e a [Aids Vaccine Advocacy Colalition](#) para desenho de ferramentas digitais para melhorar a vacinação contra a COVID-19 a partir de estratégias elencadas no [relatório COVIDGAP](#). Além disso, a Fundação Rockefeller destaca a necessidade de melhorar o acesso a kits de autoteste para as comunidades, ajudando a combater o estigma contra a Covid-19.

[The Public Good Projects](#) destaca a parceria com [First Draft News](#) e [Escola de Saúde Pública da Brown University](#) no [trabalho com comunidades](#) para monitorar a desinformação sobre a Covid-19 e aumentar o acesso a informações precisas sobre vacinas. De igual forma, a [NSF](#) destaca a luta contra a desinformação no Mercury Project que fornece ferramentas baseadas em dados para ajudar a proteger a saúde de comunidades.

Em relação à semana da vacinação, foi destacado pela Fundação Wellcome, um [relatório](#) que explora a longa história de apoio à pesquisa de descoberta das vacinas e as barreiras para o desenvolvimento.

A Fundação Gates e a Fundação Wellcome afirmam que trabalham para o maior acesso às vacinas. Apoiam à Índia que está disponibilizando gratuitamente a [vacina pneumocócica](#)

[conjugada \(PCV\)](#) para todas as crianças, em seu Programa Universal de Imunização. De igual forma destacam que é necessário fortalecer a vacinação contra a pólio para evitar um ressurgimento e erradicar a Poliomielite. Interrupções na vacinação relacionadas à pandemia estão deixando muitas crianças desprotegidas do sarampo.

Segundo a Fundação Wellcome, no caso da Covid-19, as vacinas foram rapidamente desenvolvidas e aprovadas por causa de pressão para agir, do investimento financeiro sem precedentes, das revisões regulatórias proativas e do rápido desenvolvimento clínico. Isto poderia ser aplicado ao desenvolvimento de vacinas para outras doenças infecciosas. Portanto, a única maneira de garantir que existam ferramentas como vacinas para prevenir outra grande pandemia é continuar a financiar pesquisa e desenvolvimento em escala. Nesse sentido, a Fundação Wellcome destaca a [publicação](#) “Estudos de infecção humana: principais considerações para o desenvolvimento e produção de agentes”.

A Fundação Rockefeller destaca a importância das vacinas contra a febre amarela. Menciona o trabalho conjunto para [avançar em pesquisa e desenvolvimento](#), destacando a [Iniciativa Global de Vacinação](#), um investimento de US\$ 55 milhões visando superar barreiras de demanda, acesso e confiança nas vacinas. Destaca o trabalho na Índia, sob um modelo integrado de saúde e bem-estar comunitário, liderado por mulheres e membros da comunidade para levar a vacinação aos mais marginalizados.

No dia 27 de abril, a aliança GAVI [anunciou parceria com a Amref](#) Health Africa, organização da sociedade civil, para receber a Assembleia de OSC da GAVI, composta por mais de 4 mil OSC de todo o mundo. A Amref Health Africa, sediada no Quênia, será a primeira OSC localizada em um país de renda média-baixa a sediar a Assembleia.

Saúde mental

Na sua newsletter de abril, a presidente da WONCA destacou o tema da [saúde mental](#), lembrando que o contexto atual de pandemia, isolamento social e fechamento dos serviços sociais agravaram a situação das pessoas com condições psiquiátricas crônicas, assim como aumentaram as taxas de depressão e ansiedade, principalmente entre os jovens.

Crise humanitária

CARE [convoca o Congresso norte-americano a aprovar financiamento suplementar de emergência para lidar com a COVID-19 e a fome global. Conforme a CARE, “a COVID-19 não conhece fronteiras e sem o investimento dos EUA em vacinas, terapias e profissionais de saúde da linha de frente em todo o mundo, continuamos a correr o risco de morte sem sentido retrocedendo em saúde global, desenvolvimento e investimentos humanitários e pressões econômicas”](#). Enfatizou ainda que [a necessidade de assistência alimentar emergencial também é grande e os níveis globais de insegurança alimentar têm aumentado nos últimos anos, especialmente na África Oriental, África Ocidental/Sahel, Oriente Médio e Norte da África. Essa situação atinge ainda mais meninas e mulheres que comem por último e se alimentam menos. A guerra na Ucrânia exacerba a crise alimentar global, elevando os preços nos mercados mundiais.](#)

No período, a Action Aid denuncia a [crise humanitária no leste da África](#), agravada pela elevação dos preços dos alimentos e combustíveis desde a invasão russa à Ucrânia. Segundo a Organização, 20 milhões de pessoas já enfrentam a fome severa na região pela ocorrência de longos períodos de seca. Pela análise da organização, além da necessidade urgente de recursos,

os governos locais devem rapidamente treinar a população em área rural para o uso de práticas de agroecologia e investir em reservas de alimentos para diminuir a dependência de importações.

A Fundação Gates também destaca um [relato](#) da *Nature* sobre o impacto da guerra na Ucrânia e a pandemia de COVID-19 na saúde e nutrição.

A Fundação Rockefeller [discute](#) como a guerra na Ucrânia desencadeou uma crise alimentar global que está tornando o mundo instável e menos próspero. Nesse sentido, elogia o esforço do USAID e USDA para fornecer ajuda humanitária no contexto de crise alimentar.

Doenças negligenciadas

No dia de luta contra a malária, o Global Fund lança o objetivo de “[Zero Malaria](#)”, denunciando que os casos e mortes estão crescendo. O GlobalFund fornece mais da metade do financiamento internacional para programas de combate à malária. Destaque é dado ao trabalho de agentes comunitários em uma região remota do Vietnã. O Global Fund busca arrecadar US\$ 18 bilhões para combater a pandemia e conseguir reduzir os casos de malária em 66% até 2026.

A Fundação Gates também menciona a importância da luta contra a malária, lembrando da necessidade de inovação em ferramentas e monitoramento de doenças, de participação dos países, de parcerias globais e de maior financiamento.

Sobre a tuberculose, o Global Fund destaca que a parceria [Ending Workplace TB](#) para combater a TB no local de trabalho através de maior acesso ao rastreamento e tratamento da TB.

Acrescenta que está treinando jornalistas e ativistas para informar sobre questões de saúde e promover os direitos humanos à saúde. Relata ainda o apoio à construção de Sistemas de saúde resilientes e sustentáveis para combater de melhor forma as doenças infecciosas, como o HIV, tuberculose e malária, ou novas pandemias como a Covid-19.

Os Médicos Sem Fronteiras (MSF) anunciam que a Organização Mundial da Saúde (OMS) [atualizará as orientações globais sobre o tratamento da tuberculose multirresistente \(MDR-TB\)](#), seguindo os resultados compartilhados do estudo TB PRACTECAL. O ensaio clínico encontrou um novo regime de tratamento oral de seis meses para TB-MDR, mais seguro e mais eficaz. Para aumentar a escala, MSF pede que as empresas farmacêuticas que produzem os medicamentos reduzam os preços para garantir que o tratamento seja acessível a todos.

O [Ministério da Saúde da Malásia e a DNDi](#) estabelecem parceria para desenvolver tratamentos seguros, acessíveis e eficazes para a dengue. Por meio deste acordo, a Malásia se une a uma parceria global liderada por países endêmicos de dengue, por meio de uma colaboração Sul-Sul, para realizar estudos pré-clínicos e ensaios clínicos, com o objetivo de fornecer tratamentos acessíveis contra a dengue em cinco anos.

A [DNDi](#) e a Medicines for Malaria Venture (MMV) estão montando o [Pandemic Response Box](#), uma coleção de 400 compostos para facilitar a descoberta de medicamentos para doenças infecciosas emergentes. O reposicionamento de medicamentos atualmente aprovados é uma abordagem popular para doenças emergentes, além de terapias mais especificamente projetadas com base em atividades contra alvos moleculares específicos ou em ensaios fenotípicos.

A DNDi divulga nas redes sociais o [Podcast “Open Source, Open Science”](#) que aborda a descoberta de uma série química nova contra a doença de Chagas. O Podcast é produzido pelo Open Synthesis Network (OSN), um projeto que engaja mestrandos e alunos de graduação na pesquisa sobre doenças negligenciadas. Atualmente, a OSN inclui 25 instituições de todo o mundo. Já foram produzidos 500 novos compostos para oito projetos distintos de DNDi em leishmaniose, doença de Chagas, micetoma e COVID-19.

[A DNDi comenta o trabalho desenvolvido no norte da Argentina para mitigar os impactos da doença de Chagas. Governo, profissionais de saúde e pesquisadores estão tentando reverter a negligência histórica de Chagas com novos métodos para prevenir, diagnosticar e tratar essa doença silenciosa.](#)

Declarações e *advocacy*

No período, a WMA [manifestou-se contra legislação coreana](#) que autoriza o exercício de atividades médicas por enfermeiras e enfermeiros de forma independente, sem a participação do profissional de medicina.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública prepara uma declaração a ser apresentada à Assembleia Mundial de Saúde 2022, apoiando a adoção de um Tratado Pandêmico fundado nos valores dos direitos humanos, da equidade e da solidariedade. Além da Federação, a declaração é assinada pela WONCA e pela Federação Internacional de Hospitais.

A Framework Convention on Global Health Alliance (FCGH) publica uma [declaração](#) sobre a importância de um instrumento pandêmico internacional ambicioso, ou seja, que aborde as profundas desigualdades dentro e entre os países, propondo normas e mecanismos para uma distribuição global e equitativa dos recursos de saúde, abrindo caminho para que todos possam usufruir o direito à saúde. Indica que a Convenção-Quadro sobre Saúde Global tem elementos importantes como o direito à saúde e equidade sanitária que poderiam ser incorporados ao instrumento.

A NCD Alliance lança o [Guia Prático para advocacy](#) para apoiar *advocates* (defensores) no trabalho de transformação a nível global, regional e nacional relacionado às doenças crônicas não transmissíveis.

Doenças crônicas

Pessoas com diabetes tipo 2 têm risco de desenvolver sérios problemas de saúde relacionados a 57 doenças, segundo [estudo](#) da Universidade de Cambridge, divulgado pela NCD Alliance. “Mais chances de ter câncer (9%), doenças renais em fase terminal (5.2 vezes) e doenças neurológicas, câncer de fígado (4.4 vezes), degeneração macular (3.2 vezes) e alto risco de desenvolver 23 de 31 condições circulatórias”.

75ª Assembleia Mundial da Saúde

A NCD Alliance está em preparação para a 75ª Assembleia Mundial de Saúde. Está disponível no site um [calendário de eventos](#) sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis do dia 20 ao dia 25 de maio.

A Women in Global Health participará pela primeira vez da Assembleia Mundial de Saúde, uma vez que esse ano passou ao status de organização com relações oficiais com a OMS.

A International Alliance of Patients' Organizations cita no seu site uma nota sobre a importância da Assembleia Mundial de Saúde, da participação institucional na reunião e divulgaram a agenda provisória.

Conflitos armados e seus impactos

Os Médicos sem Fronteiras (MSF) alertam sobre a [crescente onda de violência em Porto Príncipe, capital haitiana desde o 24 de abril](#). A violência recorrente levou a novos deslocamentos em massa e a insegurança é um sério obstáculo para o acesso aos cuidados de saúde. O hospital do MSF de 70 leitos em Tabarre, especializado em atendimento a traumas e queimaduras, está lotado e as ambulâncias não podem mais acessar certos bairros para ajudar os feridos.

A equipe de MSF denuncia a situação dos [mais de 2.500 requerentes de asilo e migrantes que ainda estão detidos em condições desumanas na Lituânia](#), nove meses depois de cruzarem a fronteira da Bielorrússia. MSF faz um pedido urgente às autoridades lituanas para que acabem com a detenção arbitrária imediatamente e todos os pedidos de asilo sejam avaliados de forma justa o mais rápido possível.

A IPPNW publica no dia 2 de maio declaração conjunta das federações de saúde em vista da [1ª reunião dos Estados Partes do Tratado sobre a Proibição da Guerra Nuclear, pedindo a ratificação e implementação imediata e universal do Tratado](#).

Eventos

No dia 29 de abril, foi realizado o almoço virtual sobre marketing digital no contexto dos substitutos do leite materno, chamando a atenção para como esse marketing explorador representa ameaça à saúde e sobrevivência de crianças.

No dia 30 de abril de 2022, o Global Health Council (GHC), em parceria com o Civil Society Engagement Mechanism (CSEM), lançou a [Cúpula das Organizações da Sociedade Civil](#): Elevando a voz da Sociedade Civil e de Comunidades na Saúde Global. O evento teve o objetivo de trazer à luz os impactos da COVID-19 em populações mais esquecidas e discutir recomendações das OSC para que para governos possam construir um caminho mais igualitário.

No dia 5 de maio, foi realizado evento de lançamento da [ferramenta alternativa para monitoramento do direito à alimentação por e para o povo](#). “uma ferramenta para avançar as lutas sociais sobre soberania alimentar e a transformação dos sistemas alimentares.” uma iniciativa da [Rede Mundial pelo Direito a Alimentação e a Nutrição](#).

Na primeira semana de maio, a IFMSA esteve presente no [Fórum de Saúde de Genebra](#) (GHF) que reúne organizações interessadas a encontrar soluções para os desafios globais da saúde. A reunião do Fórum foi aberta pela vice-diretora geral da OMS, Suzanna Jakab, que destacou a interconexão entre a saúde do nosso planeta e a saúde humana, pedindo um mundo sustentável e saudável para todos. A DNDi divulgou a sua participação no [Fórum Social de Genebra](#) e a sessão plenária sobre partilha de dados em tempo de COVID-19, realizada durante o evento.

A DNDi realizou workshop de encerramento do projeto de atividades voltadas à eliminação da [doença do sono](#) até 2030 com o financiamento do Banco Mundial através da Unidade de Gestão do Programa de Desenvolvimento do Sistema de Saúde para avançar na eliminação da doença do sono na República Dominicana do Congo. O projeto foi executado com o PNLTHA, Programa Nacional de Controle da Doença do Sono da RDC, e incluiu atividades como

treinamento de profissionais de saúde e reforma de centros de saúde em 14 áreas e em 6 províncias (Kwilu, Mai-ndombe, Kasai, Kasai-central e Lomami).

Próximos eventos

Nos dias 19 a 20 de maio de 2022, acontecerá o [2022 IANPHI Europe Meeting](#) em Tallinn, Estônia, organizado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento da Saúde da Estônia e aberto aos institutos membros da IANPHI da região europeia. O evento oferecerá programação presencial e virtual sendo o tema deste ano: "Preparando e Respondendo a Crises: Qual o Papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública?".

A DNDi divulgou uma [conferência](#) que será realizada em parceria com Agência de Desenvolvimento Francesa, no dia 16 de maio em Paris, com o tema "Governando em tempos de pandemia: tornando os produtos de saúde um bem comum global".

A IFSW divulgou uma [chamada para participação na Cúpula Mundial dos Povos](#) que acontecerá de 29 de junho a 2 de julho.

O [World Heart Summit](#) acontecerá de 21 a 22 de maio em Geneva.

[O International Council of Nurses convoca a todos para, no dia 12 de maio, celebrar o Dia Internacional do Enfermeiro, em defesa de mais investimento em enfermagem e melhorias das condições de trabalho para os enfermeiros.](#)

Considerações finais

A sociedade civil articulada segue seu papel fundamental de denúncia de injustiças em saúde que requerem a ação de autoridades e agentes nacionais e internacionais, mas que, nem sempre, são executadas seja por força de interesses contrários de atores internacionais poderosos como as grandes empresas multinacionais, seja por questões geopolíticas.

O que se observa, interessante, é que os dois principais assuntos que vêm mobilizando as OSC nos últimos meses – COVID-19 e a invasão da Ucrânia – não perdem protagonismo os debates. Entretanto, passam a ser pano de fundo e dão destaque a seus impactos em outras dimensões e no longo prazo. É dizer, passa-se a olhar como a persistência dessas duas crises está determinando (quase sempre agravando) diversos outros problemas de saúde.

A crise climática vem ganhando caráter de dramaticidade ao se observar seus impactos diretos, sentidos principalmente pelas populações mais vulneráveis, sobretudo no continente africano.

Por fim, vale observar que, embora os destaques da atuação da sociedade civil possam pautar-se pelos eventos e acontecimentos hodiernos, além dos temas mencionados acima, a questão da equidade de gênero (em suas diversas dimensões) é tema que não encontra descanso ou motivos para deixar os holofotes do ativismo internacional.

Descrição das Organizações da Sociedade Civil

OSC de interesse público

Academy of Dentistry International <https://www.adint.org/>

A Academia Internacional de Odontologia é uma organização transnacional que se dedica ao avanço da odontologia em todo o mundo e à elevação dos padrões odontológicos por

meio de educação continuada. Começou oficialmente em 17 de outubro de 1974. Juntamente com o patrocínio de projetos de educação odontológica, pesquisa e atendimento ao paciente, esta Academia tem como objetivo ajudar diretamente na melhoria da saúde bucal e dentária e do bem-estar das pessoas em todo o mundo.

ActionAid <https://actionaid.org.br/>

A ActionAid é uma federação global que trabalha por um mundo sem pobreza e injustiça. Atua em áreas como direitos das mulheres, terra e clima, política e economia, e emergências

CARE International <https://www.care.org/>

A CARE é uma organização sem fins lucrativos, fundada nos Estados Unidos em 1945, quando enviava pacotes de alimentos para a Europa no final da Segunda Guerra Mundial. O nome significava 'Cooperativa de Remessas Americanas para a Europa'. À medida que as atividades da CARE se alargavam, esta foi alterada para a 'Cooperativa para Assistência e Ajuda em Todos os Lugares', como ênfase no trabalho humanitário. A CARE trabalha em parceria com governos, organizações e comunidades em países em desenvolvimento para criar soluções duradouras para a pobreza

Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) <https://dndi.org/>

Organização internacional de pesquisa e desenvolvimento sem fins lucrativos, fundada em 2003 pela organização médica humanitária Médecins Sans Frontières (MSF), a OMS e cinco instituições internacionais de pesquisa. Registrada sob o Código Civil Suíço, administrada por um Conselho de Administração a DNDi desenvolve e oferece novos tratamentos para doenças negligenciadas que afetam milhões das pessoas mais pobres do mundo.

Framework Convention on Global Health Alliance (FCGH) <https://fcghalliance.org/>

A Convenção-Quadro sobre Saúde Global (FCGH) é uma ONG, com sede em Genebra, formada para defender e assegurar uma participação inclusiva no processo de desenvolvimento da Convenção-Quadro sobre Saúde Global, que é uma proposta de tratado que se baseia no direito à saúde. Tem como objetivo abordar as deficiências centrais na implementação do direito à saúde, necessário para que todas as pessoas tenham a oportunidade de viver vidas longas e saudáveis.

Global Health Council <https://globalhealth.org/>

O Global Health Council reúne membros que representam diversos setores como instituições acadêmicas, associações, empresas, fundações e outros parceiros que atuam pela conscientização e impulsionamento de ações direcionadas a importantes questões de saúde global em países em desenvolvimento e pela promoção da agenda da saúde global.

InterAcademy Partnership (IAP) <https://www.interacademies.org/>

A InterAcademy Partnership (IAP) mobiliza mais de 140 centros acadêmicos nacionais, regionais e globais em apoio ao papel vital da ciência na busca de soluções baseadas em evidências para os principais problemas que afetam todo o mundo. Tem como membros mais de 30.000 cientistas, engenheiros e profissionais da saúde em mais de 100 países.

International Alliance of Patients' Organizations (IAPO) <https://www.iapo.org.uk>

A Aliança Internacional de Organização de Pacientes tem por objetivo trazer para o cenário global as demandas de pessoas que sofrem qualquer doença, deficiência ou síndrome, sendo o ponto focal para as organizações de doentes em todo o mundo, promovendo cuidados de saúde centrados no paciente.

International Association of National Public Health Institutes (IANPHI) <https://www.ianphi.org/>

A IANPHI é uma organização internacional guarda-chuva de institutos nacionais de saúde pública, agências governamentais de saúde pública que trabalham para melhorar a prevenção e resposta a doenças nacionais, possui 110 membros em 95 países, beneficiando mais de seis bilhões de pessoas nos cinco continentes. Nossos membros são institutos nacionais de saúde pública, que se concentram nos principais problemas de saúde pública que afetam seu país.

International Council of Nurses <https://www.icn.ch/>

O Conselho Internacional de Enfermagem (ICN) é uma federação de mais de 130 associações nacionais de enfermeiros (NNAs), representando os mais de 27 milhões de enfermeiros em todo o mundo. Fundada em 1899, a ICN é a primeira e mais ampla organização internacional de profissionais de saúde do mundo. Operado por enfermeiros e enfermeiros líderes internacionalmente, o ICN trabalha para: garantir cuidados de enfermagem de qualidade para todos; influenciar políticas de saúde sólidas globalmente; promover o avanço do conhecimento de enfermagem e a presença mundial de uma profissão de enfermagem respeitada.

International Federation of Medical Students' Associations <https://ifmsa.org/>

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA), fundada em 1951, é uma das maiores e mais antigas organizações dirigidas por estudantes do mundo. Ela representa 1,3 milhão de estudantes de medicina de 145 organizações membros nacionais em 134 países ao redor do mundo.

International Federation of Social Workers <https://www.ifsw.org/>

A Federação Internacional de Assistentes Sociais é um organismo global trabalha para justiça social, direitos humanos e desenvolvimento social sustentável através da promoção das melhores práticas do Serviço Social e engajamento na cooperação internacional.

International Federation on Ageing <https://ifa.ngo/>

A IFA iniciou suas atividades em 1973, por iniciativa da *American Association of Retired Persons* (AARP) que se articulou a ONGs de outros países que representavam ou apoiavam pessoas idosas. A IFA foi responsável pela elaboração da Declaração dos Direitos e Responsabilidades dos Idosos, publicada pela primeira vez em 1990 e adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1991 como Princípios das Nações Unidas para os Idosos. Atualmente, conta com uma base de membros que inclui representantes de governos, ONGs, acadêmicos, indústria e indivíduos em 75 países.

International Hospital Federation <https://www.ihf-fih.org/>

A Federação Internacional de Hospitais foi fundada em 1929 e se apresenta como uma organização global sem fins lucrativos e não governamental. Com sede em Genebra, na Suíça, a IHF é a voz global de hospitais e sistemas de saúde. A IHF oferece a seus membros uma

plataforma para troca de conhecimento e networking com diferentes atores do setor de saúde, para melhorar o padrão, a qualidade e o nível de prestação de serviços.

International Pharmaceutical Students' Federation <https://www.ipsf.org/>

A IPSF se define como uma organização internacional não governamental, não política, não religiosa e sem fins lucrativos para organizações estudantis de farmácia e representa mais de 500.000 estudantes de farmácia e ciências farmacêuticas e recém-formados de mais de 100 países em todo o mundo. A IPSF foi fundada em 1949, tornando a organização estudantil mais antiga do mundo.

International Physicians for the Prevention of Nuclear War (IPPNW) <https://www.ippnw.org/>

A IPPNW é uma federação não partidária de grupos médicos nacionais em mais de 60 países, representando dezenas de milhares de médicos, estudantes de medicina, outros profissionais de saúde e cidadãos preocupados que compartilham o objetivo comum de criar um mundo mais pacífico e seguro, livre da ameaça de aniquilação nuclear e violência armada.

International Veterinary Students' Association <https://www.ivsa.org/>

A Associação Internacional de Estudantes de Veterinária (IVSA) é uma organização sem fins lucrativos dirigida por estudantes de veterinária voluntários que foi fundada em 1953. A missão da IVSA é "Beneficiar os animais e as pessoas do mundo, aproveitando o potencial e a dedicação dos estudantes de veterinária para promover a aplicação internacional de habilidades, educação e conhecimento veterinários".

Médecins Sans Frontières (MSF) <https://www.msf.org/>

MSF é uma organização humanitária internacional criada em 1971, na França, por jovens médicos e jornalistas. Desde então, a organização leva cuidados de saúde a pessoas afetadas por conflitos armados, desastres naturais, epidemias, desnutrição ou sem qualquer acesso à assistência médica, além de buscar chamar a atenção para as dificuldades enfrentadas pelas pessoas atendidas em seus projetos, dando visibilidade a realidades que não podem permanecer negligenciadas.

NCD Alliance <https://ncdalliance.org/>

Aliança NCD é uma organização não Governamental com sede na Suíça, fundada em 2009, por quatro grandes coalizões de organizações que trabalham com temas ligados ao câncer ([Union for International Cancer Control](#)), diabetes ([International Diabetes Federation](#)), doenças cardíacas ([World Heart Federation](#)) e doenças pulmonares ([The Union](#)) com o objetivo de unir e fortalecer a sociedade civil para estimular o advocacy colaborativo, ação e transparência para a prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no mundo.

Wellcome Trust Foundation <https://wellcome.org/>

O Wellcome Trust é uma instituição filantrópica com sede em Londres, no Reino Unido criada em 1936 para o apoio à pesquisa. Tem o objetivo de alcançar melhorias extraordinárias na saúde, apoiando as mentes mais brilhantes e age no financiamento tanto da pesquisa biomédica, como apoiando a compreensão pública da ciência.

Women in Global Health <https://www.womeningh.org>

Mulheres na Saúde Global é um movimento global com a maior rede de mulheres e aliados que trabalham para desafiar os privilégios de poder e equidade de gênero para a saúde. Sediada nos Estados Unidos e tem 40 capítulos oficiais, a maioria em países de baixa e média renda

World Association for Disaster and Emergency Medicine (WADEM) <https://wadem.org/>

A WADEM é uma organização internacional preocupada com a medicina de desastres. Foi fundado em 2 de outubro de 1976 com o objetivo de melhorar a prestação mundial de atendimento pré-hospitalar e de emergência durante desastres em massa, está empenhada em desenvolver novos líderes no campo da saúde de emergência e desastres através do seu programa de mentoria estudantil.

World Federation of Critical Care Nurses <https://wfccn.org/>

A WFCCN é uma federação internacional composta por associações nacionais de enfermagem de cuidados intensivos de mais de 50 países e regiões. Foi fundada em 30 de outubro de 2001 em Sydney, Austrália. Os principais objetivos da WFCCN são representar a enfermagem de cuidados intensivos em nível internacional e ajudar a melhorar a prática de enfermagem de cuidados intensivos em todo o mundo.

World Federation of Public Health Associations (WFPHA) <https://www.wfpha.org/>

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública, criada em 1967, é a uma associação profissional mundial que representa o amplo campo da saúde pública, reunindo atualmente cerca de 130 associações nacionais de saúde pública que, em seu conjunto, representam mais de 5 milhões de profissionais de saúde pública em todo o mundo. A Federação só aceita uma associação nacional por país, sendo a ABRASCO a entidade brasileira afiliada.

World Heart Federation <https://world-heart-federation.org/>

Com sede em Genebra, a Federação Mundial do Coração atua para reduzir a carga global de doenças cardíacas e derrames no mundo. Formada por mais de 200 fundações cardíacas, sociedades científicas e organizações de pacientes em mais de 100 países. É a única organização de Doenças Cardiovasculares em relações oficiais com a OMS.

World Medical Association <https://www.wma.net/>

A World Medical Association (WMA) é uma organização internacional e independente de Associações Médicas profissionais, representando os médicos a uma escala global.

World Public Health Nutrition Association <https://www.wphna.org/>

A Associação Mundial de Nutrição em Saúde Pública é uma organização de afiliação individual aberta a qualquer um que tenha o interesse de apoiar promover e melhorar a nutrição da saúde pública a nível local internacional.

World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA) <https://www.globalfamilydoctor.com/>

WONCA é um acrônimo incomum, mas conveniente, composto pelas primeiras cinco iniciais da Organização Mundial de Faculdades Nacionais, Academias e Associações Acadêmicas de Clínicos Gerais/Médicos de Família. O nome abreviado da WONCA é Organização Mundial de Médicos de Família. É uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1972 por organizações

membros em 18 países. Tem atualmente 118 Organizações Membros em 131 países, com cerca de 500.000 médicos de família. São cerca de 21 membros Acadêmicos (Departamentos Acadêmicos de Medicina de Família). Mais de 800 clínicos gerais e médicos de família optaram por se juntar à WONCA individualmente.

OSC de interesse privado

Fundação Bill e Melinda Gates <https://www.gatesfoundation.org/>

É uma instituição filantrópica criada por Bill Gates e a ex-esposa Melinda Gates. A instituição doa dinheiro para fundações universitárias no país, principalmente no setor de humanas. Interagem com dois setores, o público e o privado. Com setor privado – negócios – para desenvolver produtos e serviços, enquanto com o setor público – governo – para entregar soluções para todas as pessoas.

Fundação Rockefeller <https://www.rockefellerfoundation.org/>

Fundação Rockefeller é uma fundação criada em 1913 nos Estados Unidos da América, que define sua missão como sendo a de promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, o ensino, a pesquisa e a filantropia. É caracterizada como associação beneficente e não-governamental, que utiliza recursos próprios para realizar suas ações em vários países do mundo, principalmente os subdesenvolvidos.

GAVI Alliance <https://www.gavi.org/>

A GAVI Alliance é uma parceria público-privada que reúne as demandas por vacinas de países pobres e busca financiamento para acelerar o acesso destas populações à vacinação. A parceria central inclui a Organização Mundial da Saúde (OMS), a UNICEF, a Fundação Bill e Melinda Gates e o Banco Mundial. Também trabalha com outros parceiros como doadores, governos, fundações do setor privado, ONGs, associações profissionais e comunitárias, academia, fabricantes de vacinas, institutos de pesquisa, entre outros.

Global Fund <https://www.theglobalfund.org/en/>

É uma parceria destinada a acelerar o fim da AIDS, tuberculose e malária como epidemias com atuação em mais de 100 países. Como organização internacional, o Fundo Global mobiliza e investe mais de US\$ 4 bilhões por ano para apoiar programas executados por especialistas locais.

G-77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Este é um informe especial que coincide com o início do recém criado Curso e Processo de Capacitação em saúde Global e Diplomacia da Saúde, organizado pelo Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS/Fiocruz), a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e a Organização Pan Americana da Saúde (OPAS/OMS) e com o patrocínio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Assessoria de Assuntos Internacionais em Saúde (AISA) do Ministério da Saúde do Brasil.

Um dos módulos deste curso/processo de capacitação será o acompanhamento, pelos mais de 100 participantes, do Observatório em saúde Global e Diplomacia da Saúde que tem seus informes publicados nos [Cadernos CRIS/Fiocruz – Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde](#).

Desta forma, vale à pena oferecer aos participantes deste curso/processo de capacitação, uma visão geral de cada uma das áreas contempladas nos Cadernos CRIS/Fiocruz, para que estes possam, desde o início entender este processo de acompanhamento da conjuntura internacional da saúde.

No meu caso específico, eu sou responsável pela Cooperação Sul-Sul e triangular refletidas no Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), o G-77, o Movimento dos não Alinhados (MNA) e o Centro Sul.

Como não seria possível escrever em um único informe, um resumo sobre todas estas organizações, escolhi, de uma forma abrangente escrever e descrever sobre a Cooperação Sul-Sul e o UNOSSC, esperando que aos poucos, todos os participantes, sintam-se à vontade para acompanhar todas as áreas.

Cooperação Sul-Sul

Definido historicamente como troca de recursos e conhecimentos entre os países em desenvolvimento, o termo cooperação Sul-Sul não é novo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o temor de que uma nova guerra pudesse eclodir, a prioridade da Europa era a sua reconstrução e não a manutenção de suas colônias.

Nesse contexto, grupos políticos europeus começavam a discutir um sistema internacional em que o colonialismo não tivesse lugar e o sistema econômico se baseasse no uso e na necessidade, e não no lucro. Essa interdependência entre nações não seria limitada à Europa, mas poderia ser aplicada aos países colonizados, uma vez que se tornassem independentes (RICHARD, 2014).

Ainda no período entre as duas guerras mundiais, uma pequena elite de líderes coloniais africanos e asiáticos passou a ser educada em universidades europeias e começava a cultivar ideias de independência que se fortaleceram com a Carta do Atlântico de 1941 que serviu de inspiração para as colônias africanas e asiáticas que lutavam por suas independências (UNITED STATES OF AMERICA, 1941).

Com a Segunda Guerra Mundial chegando ao fim, os países começavam a se articular para discutir estratégias de recuperação depois da Guerra. Seria necessário um esforço enorme de cooperação internacional e precisava-se de mecanismos para ajudar o desenvolvimento dos países europeus. Neste cenário foi realizada a Conferência de “Bretton Woods” em julho de

1944 que possibilitou a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1945.

Em 1955 foi realizada a conferência de Bandung, na Indonésia, marcada pelo estabelecimento do termo “terceiro mundo”. Esse termo designava os países que não integravam a Europa ocidental, EUA, Canadá, Japão e Coreia do Sul, considerados países do “primeiro mundo”, nem o bloco soviético, China, Cuba e seus aliados, que representavam o “segundo mundo” (UNGERER, 2020) ACHARYA, 2016; PHILLIPS, 2016).

A Conferência de Bandung tem sido largamente considerada como uma referência histórica para a cooperação Sul-Sul e a primeira grande conferência afro-asiática, em que 29 países que não eram mais colônias europeias, e sim países independentes, se comprometeram em promover a cooperação econômica e cultural entre si e a resistir ao colonialismo ou neocolonialismo por qualquer país. Foi considerada como o primeiro grande movimento de resistência coletiva dos países pós-coloniais que se opunham à forma tradicional de ajuda internacional entre os países considerados desenvolvidos do Norte e os países considerados subdesenvolvidos do Sul (ACHARYA, 2016).

Esta conferência teve uma influência profunda na futura cooperação internacional, na criação do Movimento dos Não Alinhados (*Non-Aligned Movement* – NAM) em 1961 e no Grupo dos 77 (G-77) em 1964. Impulsionou esses países a desenvolver uma autoconfiança coletiva e uma cooperação técnica pioneira para fortalecer seu poder de negociação internacional por meio do diálogo político. Foi o início de uma mudança importante no cenário e no balanço de forças dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) em favor dos países menos desenvolvidos (UNGERER, 2020).

Os novos países independentes lutavam para superar sua herança colonial, mas, ao mesmo tempo, eram pressionados a tomar partido na Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética. Ao perceberem que era melhor agirem juntos do que serem aliados de uma ou outra das superpotências, começaram a questionar a base do sistema internacional das relações econômicas da época. A assertiva de interesses comuns e de que haveria benefícios de uma cooperação mútua foi a semente que levou à criação de marcos institucionais para a cooperação Sul-Sul (PPD, 2014).

Em 1965, as Nações Unidas estabeleceram uma agenda para incentivar o desenvolvimento, resultando na criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma fusão entre o Programa Alargado de Assistência Técnica e Fundo Especial das Nações Unidas. O PNUD tem como objetivo apoiar os países em desenvolvimento, com maior ênfase aos países menos desenvolvidos do mundo (UNGA, 1965). Hoje em dia privilegia-se os termos países de alta, média ou baixa renda.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

Em 1974, a [resolução 3251](#) da UNGA aprovou a criação de uma unidade especial dentro do PNUD para promover a cooperação técnica entre países em desenvolvimento, mas foi somente com a adoção do Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA)⁴⁹, em 18 de setembro de 1978, para promover e implementar a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, que a cooperação Sul-Sul começou a tomar forma no cenário mundial.

⁴⁹ Plano de Ação de Buenos Aires de 1978 (BAPA) em [inglês](#) e em [espanhol](#).

O BAPA definiu a cooperação técnica como “um instrumento capaz de promover o intercâmbio de experiências bem-sucedidas entre países que compartilhassem realidades históricas e que enfrentassem desafios semelhantes”. Além disso, incorporou os princípios básicos das relações entre países baseados na soberania, não ingerência nos assuntos internos e igualdade de direitos e definiu uma série de recomendações destinadas ao financiamento nacional, regional, inter-regional e global. Com o BAPA foi possível estabelecer a Unidade Especial das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul e passou -se a utilizar o termo para a cooperação entre dois ou mais países em desenvolvimento.

Essa unidade especial foi se fortalecendo e foi legitimada para cumprir o seu mandato de promover, coordenar e apoiar globalmente a cooperação Sul-Sul e triangular dentro do sistema das Nações Unidas.

Em 2012, essa unidade foi elevada à categoria de Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), fazendo com que cooperação Sul-Sul fosse definida amplamente como processo de troca de conhecimentos e recursos nas áreas políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais ou técnicas entre os países do Sul Global.

A cooperação Sul-Sul deve considerar o intercâmbio de soluções para problemas semelhantes, a solidariedade entre os povos, o bem estar comum e o empoderamento de atores envolvidos, ou seja, deve privilegiar uma cooperação centrada nas necessidades dos países.

Em 1990, a então “*South Commission*” publicou o relatório “*The Challenges to the South*” que discutia as disparidades entre os países do Norte Global e os países do Sul Global e questionava que as diferenças não poderiam ser somente atribuídas ao progresso econômico dos países desenvolvidos, mas também a um aumento do poder do Norte, ou países desenvolvidos, em relação ao resto do mundo. Desta forma, a responsabilidade pelo desenvolvimento do Sul estava no Sul e nas mãos dos povos do Sul.

Em julho de 1995, a “*South Commission*” se tornou o “*South Centre*” ou Centro Sul, uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, ao mesmo tempo que mantém o status de observador nas Nações Unidas.

O crescimento da cooperação Sul-Sul vem contribuindo para o crescimento do comércio Sul-Sul, fluxos Sul-Sul de investimento estrangeiro direto, movimentos para integração regional, transferência de tecnologia, compartilhamento de soluções específicas e participação de especialistas provenientes de países em desenvolvimento e quaisquer outras formas de intercâmbio entre os países considerados do Sul Global.

Após o colapso da União Soviética em 1991, o termo Sul Global passou a ser mais aceito pela comunidade internacional para designar os países em desenvolvimento, pois não havia mais razão para utilizar os termos “segundo ou terceiro mundo”.

O Sul Global é composto de 133 países, enquanto o Norte Global por 64 países. O termo tem sido amplamente utilizado por diversos autores, que aproveitam para acrescentar um pensamento crítico em seu conceito. Por exemplo: Sul Global refere-se aos países economicamente desfavorecidos e tem sido utilizado como uma alternativa para os países que deixaram de ser colônias europeias. Pode ainda referir-se aos países impactados negativamente pela globalização.

No entanto, essa é uma divisão política, social, econômica e cultural e não uma divisão geográfica, já que muitos, se não a maioria, dos países do Sul Global estão localizados, totalmente ou em parte, no hemisfério Norte.

Considerada um elemento importante para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), durante a Conferência de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul, realizada em Nairóbi, em 2009, a cooperação Sul-Sul foi apontada pelas Nações Unidas como um esforço de cooperação entre os países do Sul Global nascido da necessidade de compartilhar experiências e iniciativas com base em um objetivo comum, baseado na solidariedade e orientado pelos princípios de respeito à soberania nacional, livres de qualquer condicionalidade. Acima de tudo, a cooperação Sul-Sul não deve ser vista como um programa de assistência ao desenvolvimento, mas sim como uma parceria entre Estados formalmente iguais.

Por sua vez, a cooperação triangular é a colaboração em que os países doadores tradicionais e organizações multilaterais facilitam a cooperação entre os países do Sul Global através da provisão de recursos financeiros, treinamento, gestão e sistemas tecnológicos, bem como outras formas de apoio. De acordo com o PNUD, a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no intercâmbio de conhecimentos.

Com o crescimento acelerado de alguns países do Sul Global em comparação com a lenta recuperação dos países de alta renda depois da crise econômica mundial de 2008, a inversão do *status quo* chamou a atenção para um Sul emergente como um novo motor de crescimento global e articulação com a agenda Sul-Sul. Essa agenda foi estabelecida de maneira única para construir capacidades produtivas em todo o mundo em desenvolvimento e estabelecer coerência entre os fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos. A cooperação Sul-Sul tem sido cada vez mais reconhecida como uma ampla estrutura de colaboração, promoção e implementação de ações com bases bilaterais, regionais, sub-regionais ou inter-regionais através do compartilhamento de melhores práticas.

Assim, passou-se a trabalhar com o conceito do mundo invertido, com o Sul no topo. Como normalmente mapas do mundo são orientados com o Norte no topo da página, ver o mundo por este prisma não é o que a maioria das pessoas espera, e, inevitavelmente, perguntam por que o mapa está ao contrário. O mapa colocado desta maneira transmite uma mensagem. Durante os últimos 500 anos, a maioria dos editores de mapas encontravam-se na Europa e na América do Norte. Ao publicar mapas orientados para o norte, eles enfatizavam a geografia e o mapa do céu e estrelas de seus próprios continentes, colocando os outros na periferia. Essa posição cartográfica secundária também sugere que os demais continentes não são tão importantes econômica ou culturalmente. Ao se criar um mapa com um ponto de vista totalmente oposto, ressalta-se que há outras formas de olhar o mundo. De acordo com esse preceito, coloca-se a África no centro ladeada pela Oceania de um lado e América do Sul do outro, sugerindo que estes continentes também são parte integrantes da comunidade mundial e merecem ser vistos dentro de uma perspectiva mais ampla e inclusiva (BOSTON PUBLIC LIBRARY, 2002). Abaixo, encontra-se um exemplo do mapa invertido.



Este não é um conceito novo. No início do século XX, Joaquín Torres-García, um artista modernista uruguaio, se propôs a definir a arte da América do Sul em seus próprios termos, e não em relação à do Norte. Em 1935, fundou a “Escola (de arte) do Sul”, uma proposta moderna, na qual ele incentivava os alunos a buscar inspiração local e não globalmente. Ao mostrar-se independente de centros artísticos como Nova York e Paris, Torres-García inspirou-se no passado pré-colombiano. Em 1943, ele desenhou um mapa da América do Sul de uma maneira totalmente nova. Colocou o Polo Sul no topo, sugerindo a importância do continente sul-americano e apresentou uma visão inovadora na forma de ver o mundo. Ao invés de mostrar o equador no centro da Terra, como é geralmente o caso, ele destacou a latitude de Montevidéu. Este foi um dos primeiros mapas a fazer uma declaração artística e política, relacionada às posições já esperadas dos mapas com direcionamento norte-sul. Torres-García chamou o seu mapa de “America Invertida”.

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul trabalha com o conceito “do Sul para cima” como sua política de trabalho.

Com a aprovação da Agenda 2030 e suas 17 metas, tem-se intensificado as boas práticas para acelerar o desenvolvimento sustentável especialmente nos países do Sul global. Esta forma de energizar ações em prol do desenvolvimento podem ser encontradas nas políticas, instituições e programas que permitem que os países em desenvolvimento possam adquirir uma força de trabalho qualificada, criar empregos decentes, aumentar a produtividade e tirar milhões de seus cidadãos da pobreza.

O UNOSSC oferece um fórum de discussão e reflexão para governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros. Tornou-se um facilitador para a troca de experiências na resposta aos desafios políticos, estratégias e financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular, intensificado com o lançamento, em março de 2019 do *South-South Galaxy* uma plataforma global de última geração, alimentada por inteligência artificial (IA) que oferece oportunidades de cooperação transformadora por meio de compartilhamento aprimorado de conhecimento

O UNOSSC é o responsável por promover a cada 2 anos uma Reunião do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul. Este comitê, é o principal órgão de formulação de políticas sobre cooperação Sul-Sul em todo o sistema das Nações Unidas e suas principais funções são: revisar o andamento do Plano de Ação de Buenos Aires; assegurar que os esforços para fortalecer a cooperação técnica entre os países sejam sustentados dentro do sistema das Nações Unidas; apoiar novas políticas para promover o desenvolvimento da cooperação técnica entre os países; buscar recursos financeiros dentro do sistema da ONU, sem prejuízo dos programas existentes.

Em 2019, foi realizada a segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA + 40) e a comunidade internacional passou a trabalhar em conjunto

por meio das modalidades de cooperação Sul-Sul e triangular com o objetivo de disponibilizar e alavancar a riqueza de recursos disponíveis entre os países do Sul global em apoio aos esforços de desenvolvimento nacional, regional e global para alcançar suas metas para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. Acesso a [resolução da UNGA sobre o BAPA +40](#).

A pandemia do Covid-19 é a prova mais recente de que os atuais desafios globais não podem ser enfrentados isoladamente, de forma eficaz. Somente com respeito ao direito internacional, ao multilateralismo, parcerias e cooperação solidária entre os países, é que se poderá fortalecer a cooperação Sul-Sul e triangular.

Apesar dos progressos conquistados pelos países em prol de seus ODS, a pandemia do Covid-19 deixou à mostra vulnerabilidades e abriu uma cratera na divisão digital entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Para mitigar seus efeitos, a troca de informações e o aprendizado entre os países está sendo necessário a transferência de tecnologia, o cuidado com o comércio e o fluxo transfronteiriço além da implementação de atividades que possam impulsionar o desenvolvimento sustentável. Importante promover alianças público-privadas e alianças multilaterais capazes de aportar novas ideias observando as políticas nacionais. Hoje em dia, a Cooperação Sul-Sul e triangular emanam confiança e são capazes de criar condições para que as partes interessadas possam contribuir com o princípio de não deixar ninguém para trás e contribuir para que os doadores tradicionais aprendam e implementem novas formas de trabalhar juntos.

Em 2021, o objetivo da Reunião do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul foi, além de discutir os planos de ação de Buenos Aires, discutir a continuidade dos ODS e o enfrentamento da pandemia do Covid-19.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaque do UNOSSC

Todas as Resoluções da UNGA relacionadas à Cooperação Sul-Sul, podem ser vistas [aqui](#).

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁵⁰, Nairóbi (UNEP)⁵¹, Paris (UNESCO)⁵², Roma (FAO/IFAD)⁵³, Viena (UNIDO)⁵⁴ e Washington ((G-24)⁵⁵.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 25 de abril a 5 de maio de 2022, o G-77 e a China participaram de oito reuniões da Assembleia Geral da ONU.

New York – 25 de abril de 2022

Declaração feita pelo Sr Munir Akram, Embaixador da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no debate geral do Fórum ECOSOC de 2022 sobre financiamento para o desenvolvimento

Estamos diante de um triplo desafio: recuperação da Pandemia Covid-19; alcançar os ODS no restante da década de ação; e combate às alterações climáticas.

Inegavelmente, a pandemia de Covid-19 aumentou as dificuldades financeiras dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que exacerbou as desigualdades existentes dentro e entre os países. Obrigou os governos dos países em desenvolvimento a fazer escolhas difíceis, muitas vezes desviando recursos de desenvolvimento para a recuperação e alívio da crise.

A lacuna de financiamento dos ODS atingiu agora US\$ 4,3 trilhões por ano. Teme-se que, devido às extremas dificuldades econômicas, peso insustentável da dívida, alto custo dos empréstimos, inflação crescente, fluxos financeiros ilícitos e dificuldades de acesso a financiamento concessional, muitos países em desenvolvimento não consigam se recuperar da crise e alcançar seus ODS.

O caminho para a recuperação da pandemia do Covid-19 e a realização da agenda de 2030 precisaria, em primeiro lugar, garantir o acesso global e equitativo à vacinas seguras, eficazes e a preços acessíveis contra o Covid-19, bem como um acordo de que os direitos de propriedade intelectual devem ser interpretados e implementados de forma que continuem apoiando o direito dos Estados de proteger a saúde pública para promover o acesso a medicamentos para todos.

Em segundo lugar, o Grupo insiste na eliminação de paraísos fiscais que criam incentivos para a transferência de bens roubados e fluxos financeiros ilícitos e enfatizam um forte compromisso para garantir a devolução de bens roubados aos países de origem.

O Grupo está preocupado com o fato de ainda não haver um único fórum global inclusivo para a cooperação tributária em nível intergovernamental. O Grupo reitera seu apelo

⁵⁰ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁵¹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁵² UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁵³ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁵⁴ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁵⁵ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

à plena elevação do Comitê de Especialistas em Assuntos Tributários a um órgão intergovernamental da ONU, com especialistas representando seus respectivos governos.

Em terceiro lugar, o Grupo apela à intensificação do financiamento para proteger os meios de subsistência e a saúde de todos, particularmente aqueles em situação de vulnerabilidade, fechar a lacuna de financiamento, investir em emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e fortalecer e generalizar os sistemas de proteção social.

Quarto, enfatizamos que o investimento em infraestrutura sustentável e de qualidade é fundamental para uma recuperação inclusiva do Covid-19 e para acelerar o alcance dos ODS. O financiamento público deve ser ampliado para catalisar investimentos privados em infraestrutura sustentável e resiliente que ajudará a alcançar a Agenda 2030. O sistema da ONU também deve fornecer apoio aos países em desenvolvimento para manter um pipeline de projetos financiáveis.

Quinto, o Grupo insiste que os países desenvolvidos cumpram seus compromissos de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) não cumpridos com os países em desenvolvimento de atingir a meta nacional de 0,7% de sua renda nacional bruta e 0,15 a 0,20% de assistência oficial ao desenvolvimento/renda nacional bruta para os países menos desenvolvidos. O Grupo salienta ainda que a assistência oficial ao desenvolvimento e outros financiamentos concessionais continuam a ser relevantes para os países de renda média.

Em sexto lugar, o Grupo enfatiza o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento ao aproveitar os benefícios do comércio internacional para o desenvolvimento. O Grupo também reconhece que o sistema multilateral de comércio depende de um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras que seja aberto, transparente, inclusivo e não discriminatório, conforme incorporado na OMC. O Grupo continua alerta para o aumento das medidas unilaterais e protecionistas que não só prejudicarão o sistema multilateral de comércio, mas também terão impacto negativo no acesso das exportações dos países em desenvolvimento aos mercados globais.

Conforme declarado na Agenda 2030, insiste-se fortemente que os Estados se abstenham de promulgar e aplicar quaisquer medidas unilaterais econômicas, financeiras ou comerciais que não estejam de acordo com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas que impeçam a plena realização do desenvolvimento econômico e social, particularmente em países em desenvolvimento.

Sétimo, o Grupo expressa preocupação com as crescentes vulnerabilidades da dívida dos países em desenvolvimento, as pressões das condições financeiras globais e, a esse respeito, enfatiza a urgência de ações adicionais e outras iniciativas para fortalecer a arquitetura financeira internacional para a sustentabilidade da dívida de longo prazo.

Ao mesmo tempo em que apreciamos a alocação histórica de US\$ 650 bilhões em reservas especiais (SDRs) do FMI⁵⁶, encorajamos os países com fortes posições externas a canalizar voluntariamente pelo menos US\$ 250 bilhões em direitos de saque especiais para todos os países em desenvolvimento necessitados.

Oito, classificações imprecisas podem afetar o custo dos empréstimos e a estabilidade do sistema financeiro internacional. Dado o seu papel em facilitar ou dificultar o progresso no

⁵⁶ Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

tratamento da dívida e afetar o custo dos empréstimos, seria importante que as agências de classificação de crédito garantissem que suas classificações fossem objetivas, independentes e baseadas em informações precisas e métodos analíticos sólidos.

Nono, o compromisso dos países desenvolvidos de contribuir com US\$ 100 bilhões por ano até 2020 já está vencido. Por isso, pedimos aos países desenvolvidos que honrem seu compromisso com recursos financeiros de pelo menos US\$ 100 bilhões por ano para ajudar os países em desenvolvimento em suas ações para as mudanças climáticas com pelo menos metade alocado para adaptação. Também nos comprometemos com as decisões de estabelecer uma nova meta de financiamento climático quantificado coletivo a partir de um piso de 100 bilhões de dólares dos Estados Unidos por ano e até 2024.

New York – 28 de abril de 2022

Declaração feita pelo Sr. Umer Younis, terceiro secretário da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, durante a adoção do documento final do Fórum sobre financiamento para o desenvolvimento (FFD)

O G-77 e a China agradecem o Presidente do ECOSOC por convocar o Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento (FfD) de 2022 e por sua liderança geral durante o processo de negociação para a adoção do documento final por consenso.

O Grupo se engajou construtivamente no projeto de documento final nos últimos dois meses com o objetivo de chegar a um consenso sobre um documento final do FfD 2022 orientado para a ação, refletindo os desafios enfrentados por todos os Estados Membros para alcançar os ODS e as metas do Acordo de Paris.

Aderimos ao consenso sobre as conclusões e recomendações acordadas no Fórum ECOSOC sobre o acompanhamento do FfD, e nos mantivemos firmes em nossa convicção de que a ONU deve permanecer forte e unida diante da pandemia de Covid-19. No entanto, o Grupo tem os seguintes pontos de esclarecimento em relação a alguns elementos sobre as conclusões acordadas e recomendações do documento final.

Em primeiro lugar, o Grupo gostaria de destacar que a questão da proteção social é de grande importância. No entanto, é igualmente importante que qualquer extensão da proteção social seja realizada de acordo com as políticas, legislação e circunstâncias nacionais, conforme discutido durante o processo de consultas informais. Isso também está de acordo com a linguagem acordada na Agenda de Ação de Adis Abeba.

Em segundo lugar, o Grupo chama a atenção para o "Acelerador Global de Emprego e Proteção Social para Transições Justas", lançado pelo Secretário-Geral da ONU em conjunto com a OIT durante o evento de alto nível sobre "Financiamento para Desenvolvimento na era do Covid-19 e além", que visa canalizar o apoio financeiro e técnico nacional e internacional, público e privado para a criação de pelo menos 400 milhões de empregos decentes até 2030. Acreditamos que esta é uma atualização importante e importante que teria sido um acréscimo importante ao documento final do FfD.

Terceiro, durante as negociações, o Grupo propôs consistentemente a inclusão de princípios de equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades, o que não foi incluído no documento final. O Grupo gostaria de reiterar que estes são princípios fundamentais da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças

Climáticas (UNFCCC) e formam a base para quaisquer discussões sobre o combate às mudanças climáticas, proteção do meio ambiente e preservação da biodiversidade e dos oceanos.

Quarto, o Grupo lamenta que o documento final não contenha uma referência a "pagamentos baseados em resultados" na conservação, preservação e restauração de ecossistemas. O Grupo também entende que o documento não reflete, de forma equilibrada, os três principais objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seu componente e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes fora da utilização dos recursos genéticos.

Em quinto lugar, o Grupo também lamenta que as contribuições sobre "observar os desafios específicos enfrentados pelos países de renda média e reconhecer a necessidade de ajudá-los a se integrar à cadeia de suprimentos global e ao sistema comercial" não tenham sido incorporadas como os países de renda média também são severamente afetados pelos impactos adversos das interrupções nas cadeias de valor globais.

Sexto, o Grupo lamenta que a proposta do Grupo sobre "explorar maneiras de trabalhar para uma solução mais abrangente para enfrentar os desafios da dívida" não tenha sido acomodada no documento final. Dado o peso insustentável da dívida enfrentado por muitos países em desenvolvimento, teria sido importante que uma solução abrangente pudesse ter sido alcançada.

Sétimo, o Grupo não apoia o termo "países de renda média vulneráveis". Acreditamos que essa classificação de países de renda média não é acordada multilateralmente e não reflete verdadeiramente os desafios enfrentados pelos países de renda média. Além disso, é restritivo ao sugerir que alguns países específicos de renda média recebam alívio por meio do Fundo de Resiliência e Sustentabilidade (RST) do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que é contrário à nossa promessa de "não deixar ninguém para trás".

E oitavo, o Grupo lamenta a abordagem desequilibrada em relação aos ativos digitais e que a proposta apresentada pelo Grupo, com base na linguagem acordada no documento final do FfD de 2021, não foi refletida no documento final deste ano. Ele continha elementos importantes para os países em desenvolvimento em relação ao apoio da ONU por meio do compartilhamento de conhecimento e capacitação necessários para entender melhor as oportunidades, desafios e implicações do financiamento digital emergente.

New York – 03 de maio de 2022

Declaração feita pelo Sra Rabia Ijaz, terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a organização dos trabalhos da segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

O G-77 e a China chamam a atenção que muitos procedimentos e métodos de trabalho, utilizados durante o ano passado e na primeira parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU, tiveram que ser implementados devido à pandemia de Covid-19 em curso. Nesse contexto, reconhecemos o retorno gradual aos métodos tradicionais de trabalho em nosso Comitê, que são cruciais para um engajamento significativo entre todos os Estados membros. Estamos prontos para nos envolver ativamente durante as reuniões presenciais agendadas ao longo desta Sessão.

Nosso grupo está satisfeito com os esforços realizados e com a disponibilização oportuna dos relatórios para os delegados. A apresentação dos relatórios pelo secretariado e

pelo Comitê assessor para as questões administrativas e orçamentárias (ACABQ) para permitir que o comitê efetivamente empreenda e conclua seu trabalho continua sendo crucial para a execução eficaz do trabalho deste comitê.

O G-77 e a China seguem comprometidos com os itens da Agenda alocados a este Comitê, incluindo o item adiado da primeira parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê sobre a melhoria da situação financeira da ONU, que merece atenção para garantir o bom funcionamento do Secretariado e execução efetiva de seu mandato. Nosso Grupo atribui grande importância aos aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de paz da ONU, em particular, questões transversais, missões de paz fechadas, a conta de apoio às operações de paz, plano e orçamentos do Centro de Serviço Regional e a Base Logística das Nações Unidas. Esses itens multifacetados exigem nossa atenção e devemos nos concentrar em concluir nossas deliberações a tempo para garantir que as operações de manutenção da paz recebam os recursos necessários para cumprirem seus mandatos.

Gostaríamos de expressar nossa gratidão para aqueles que servem em diferentes missões de paz e prestar homenagem às tropas que fizeram o sacrifício final, pagando com suas vidas, em busca da paz. A recente perda de vinte vidas preciosas das forças de paz no Mali e na República Democrática do Congo (RDC) é um lembrete da magnitude do risco que os “capacetes azuis” enfrentam nas operações de manutenção da paz e da importância para garantir sua segurança e proteção por meio da alocação adequada de recursos. Reiteramos que as resoluções e decisões relevantes do Conselho de Segurança, especialmente a [resolução 2518\(2020\)](#) e [2589\(2021\)](#), e a Assembleia Geral devem ser plenamente implementadas, a fim de tomar todas as medidas apropriadas para aumentar a segurança do pessoal de manutenção da paz e responsabilizar pelos crimes cometidos contra as forças de manutenção da paz.

Também esperamos explorar opções para aproveitar as resoluções do ano passado sobre missões de paz fechadas e alcançar uma solução aceitável e justa para avaliações não pagas, contas a pagar e outros passivos dessas missões.

Asseguramos o envolvimento ativo de nosso grupo com todos os estados membros em outros itens alocados ao Comitê para a segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU, incluindo estimativas revisadas: Plano de Ação Estratégico da Força-Tarefa antirracismo, acessibilidade para pessoas com deficiência e exploração e abuso sexual.

New York – 03 de maio de 2022

Declaração feita pelo Sra Rabia Ijaz, terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o ponto 150 da Agenda: aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de paz da ONU – panorama e questões transversais, durante a segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

O Grupo deseja expressar o seu apreço pelo relatório do Conselho Fiscal, do Gabinete de Serviços de Supervisão Interna (OIOS) e da Unidade de Inspeção Conjunta (JIU) neste contexto

As missões de paz continuam a ser uma das ferramentas multilaterais mais eficazes para prevenir a eclosão ou recorrência da violência em várias partes do mundo. Essas missões geralmente operam em circunstâncias perigosas em locais de alto risco e enfrentam uma variedade de desafios, incluindo diversos mandatos, situações políticas e de segurança

complexas e ameaças dirigidas aos profissionais da ONU, enquanto a incidência de crimes transnacionais em várias regiões continua a ameaçar a estabilidade em algumas nações anfitriãs. Apesar dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, as operações de manutenção da paz continuam crescendo e encontrando formas inovadoras e proativas de implementar seus mandatos da maneira mais otimizada possível.

Infelizmente, a AGNU não conseguiu aprovar uma resolução transversal para o Secretariado e para as Missões de paz, desde sua 70ª sessão. O Grupo acredita firmemente que uma resolução destas seria da maior importância e empenharemos nossos melhores esforços para chegar a um consenso sobre as questões relacionadas a ela.

O Grupo reafirma seu forte compromisso com a abordagem de tolerância zero da ONU em relação à exploração e abuso sexual. Apelamos para o fortalecimento dos esforços para garantir que as Nações Unidas não permaneçam silenciosas ou passivas diante dos incidentes relatados, bem como para proteger e apoiar as vítimas de exploração e abuso sexual por meio da adoção de uma abordagem centrada na vítima.

O Grupo espera examinar o progresso na adoção de uma abordagem sistêmica mais unificada e robusta para a exploração e abuso sexual. Nosso Grupo ressalta a importância de examinar os esforços empreendidos para fortalecer a responsabilização em relação à exploração e abuso sexual.

O Grupo observa o progresso feito na implementação do Sistema de Planejamento Abrangente e Avaliação de Desempenho para as missões de manutenção da paz restantes e espera receber informações mais atualizações a esse respeito.

O Grupo congratula-se com o aumento do uso de tecnologias digitais para melhorar a segurança e proteção do pessoal das Missões de paz, bem como resultados eficientes das missões. Também acreditamos que informações verdadeiras são fundamentais para respostas eficazes para mitigar os efeitos dos desafios diários enfrentados por essas operações e saudamos a melhoria das informações nos padrões de dados das missões de manutenção da paz que podem ajudar a melhorar as capacidades de análise e relatórios.

Recordamos a posição de longa data do Grupo de que o desempenho em operações de manutenção da paz é um esforço coletivo que envolve a participação de todos os Estados Membros e do secretariado, além de todos os civis e membros uniformizados das missões. Qualquer tentativa de utilizar a avaliação de desempenho como base para promover cortes arbitrários nos orçamentos, mas missões de manutenção da paz provavelmente prejudicarão a implementação do mandato e poderão, até mesmo, corroer os efeitos positivos dos progressos alcançados anteriormente.

Sobre a questão da representação, o Grupo recorda a [resolução 72/262C](#) onde o Secretário-Geral foi solicitado a intensificar seus esforços para assegurar a representação adequada dos países contribuintes de tropas e policiais nos novos departamentos relevantes. A esse respeito, o Grupo gostaria de entender a aplicação de programas específicos, iniciativas e aspectos relevantes dos pactos de gerentes seniores para lidar com esse déficit histórico, particularmente para os países que contribuem com tropas e países que contribuem com policiais de países em desenvolvimento que fizeram contribuições e sacrifícios não quantificáveis aos esforços de manutenção da paz da ONU que continuam até hoje.

A disponibilidade de cuidados de saúde adequados para aqueles que arriscam a sua segurança para a implementação de mandatos de paz, é importante. Reconhecemos os esforços para desenvolver as capacidades das instalações médicas que atendem à saúde e segurança das forças de paz em todas as Missões.

O Grupo congratula-se com iniciativas que visem melhorar a segurança e proteção das forças de manutenção da paz, o que é uma das principais considerações deste comité. O plano de ação do secretariado para a segurança e proteção das forças de manutenção da paz provou durante seus três anos de operações que tem o potencial de diminuir as mortes resultantes de atos de violência contra eles. Reiteramos que as resoluções e decisões relevantes do Conselho de Segurança e da AGNU devem ser plenamente implementadas. Ressaltamos a importância de evitar baixas e continuaremos analisando e apoiando propostas com esse objetivo.

O G-77 e a China considerarão cuidadosamente o desempenho do orçamento transversal e o orçamento proposto para as operações de manutenção da paz, tendo em vista que os mandatos devem ser adequadamente financiados. Reiteramos a importância da implementação responsável pelo secretariado por meio da disciplina financeira e do cumprimento dos mandatos estabelecidos nas resoluções pertinentes. A única maneira lógica de curar a situação financeira perenemente difícil que afeta as operações de manutenção da paz é garantir que todos os Estados Membros paguem suas contribuições fixas integralmente, no prazo e sem quaisquer condições.

New York – 03 de maio de 2022

Declaração feita pelo Sr Munir Akram, Embaixador da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante o debate geral da 44ª sessão do Comitê de Informação.

O G-77 e a China consideram que a ONU continua a ser a base indispensável para um mundo pacífico e justo. Suas mensagens devem ser ouvidas de forma clara e eficaz. Neste sentido, o Comitê de Informação é uma ferramenta essencial para projetar os objetivos e atividades das Nações Unidas e construir um amplo apoio global para esta organização mundial.

O Departamento de Comunicação Global desempenhou um papel vital diante da crescente angústia global causada por várias crises: a pandemia de Covid-19, a ameaça das mudanças climáticas e a falta de progresso na implementação dos ODS. Muitos países agora também enfrentam sérios desafios diante da falta de alimentos e interrupção de energia e cadeia de suprimentos.

Ao mesmo tempo, a ordem mundial criada pela Carta da ONU há 75 anos enfrenta sérios desafios devido à proliferação de conflitos, uma nova corrida armamentista e crescente xenofobia e discurso de ódio, violência e desinformação.

Em face a tudo isso e nesse contexto, o Departamento de Comunicação Global (DGC) trabalhou relativamente bem, e o G-77 e a China cumprimentam a atenção continuada do Departamento de Comunicação Global para com os objetivos prioritários adotados pela ONU: 1) multilateralismo renovado e reforço da cooperação internacional; 2) a necessidade de combater a proliferação de desinformação.

Ao apoiar as atividades deste Departamento, o Grupo gostaria de fazer as seguintes observações e recomendações:

Em primeiro lugar, o Grupo acredita que a tendência crescente de "fake news" e desinformação em plataformas online, inclusive nas redes sociais, está exacerbando a discórdia social, nacionalismos concorrentes, discriminação e discurso de ódio e contribuiu para o aumento do racismo, xenofobia, estereótipos negativos e intolerância relacionada.

Insistimos fortemente que o Departamento de Comunicação Global intensifique seu apoio ao Sistema da ONU na luta contra a desinformação e reiteramos nosso apelo por um foco maior na disseminação de informações factuais, oportunas, direcionadas, claras, acessíveis, multilíngues e baseadas em ciência em todas as plataformas.

Em segundo lugar, ao entrarmos na década de ação para a implementação dos ODS em meio à pandemia, reiteramos a importância da estrutura multilateral existente para alcançar os ODS até 2030. O Grupo espera que o Departamento de Comunicação Global possa prestar atenção especial à promoção do crescimento econômico sustentado e do desenvolvimento sustentável de acordo com as resoluções e compromissos pertinentes.

Terceiro, o Grupo está profundamente preocupado com as disparidades digitais que estão surgindo como uma nova forma de desigualdade entre os Estados. Acreditamos que a comunidade internacional, liderada pelas Nações Unidas, deva tomar as medidas necessárias para corrigir os desequilíbrios do atual desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação, a fim de tornar o mundo da mídia mais justo, equitativo e imparcial.

Em quarto lugar, o G-77 e a China atribuem imensa importância ao aproveitamento das tecnologias digitais para permitir o desenvolvimento socioeconômico e facilitar uma governança e prestação de serviços públicos mais eficazes e eficientes.

A lacuna digital entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento tem aumentado cada vez mais. Acreditamos que o Departamento de Comunicação Global mantém uma posição ímpar para preencher a lacuna existente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento no campo crucial da informação e comunicação pública.

Isso é fundamental para a transição global para economias nacionais modernas e eficientes e cooperação internacional eficaz, incluindo uma economia digital inclusiva e conectividade, bem como para delinear princípios compartilhados para um futuro digital para todos alcançarem a Agenda 2030.

Quinto, o Grupo enfatiza que o multilinguismo e a diversidade cultural são valores cardinais do multilateralismo, que estão consagrados na Carta das Nações Unidas. Incentivamos o Departamento de Comunicação Global a mobilizar recursos adequados, inclusive explorando opções de financiamento inovadoras, bem como contribuições voluntárias para promover o multilinguismo e maximizar seu alcance no nível de base.

Sexto, saudamos também as campanhas promocionais do Departamento de Comunicação Global, apresentando os países contribuintes com tropas/polícias e incentivamos o Departamento a desenvolver estratégias de comunicação mais eficazes e integradas para destacar suas contribuições de maneira equitativa.

Sétimo, o Departamento de Comunicação Global continuará a apoiar e fortalecer os centros de informação da ONU e realizar o processo de racionalização desses centros em consulta com os Estados Membros relacionados, os países servidos por esses centros de informação e outros países interessados na região.

O Grupo reafirma seu compromisso com os princípios da Carta das Nações Unidas e os direitos humanos, incluindo liberdade de expressão e acesso à informação, bem como os princípios de independência, pluralismo e diversidade da mídia, e insistimos que o Departamento de Comunicação Global fortaleça ainda mais as parcerias com a mídia nova e tradicional.

New York – 05 de maio de 2022

Declaração feita pelo Sra Rabia Ijaz, terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o ponto 150 da Agenda: Aspectos Administrativos e Orçamentários do financiamento das operações de manutenção da paz das Nações Unidas: posição financeira atualizada das missões de manutenção da paz fechadas, na da segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

New York – 05 de maio de 2022

Declaração feita pelo Sra Rabia Ijaz, terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o ponto 144 da Agenda: Aumento da acessibilidade de pessoas com deficiência para conferências e reuniões do Sistema das Nações Unidas na segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

New York – 05 de maio de 2022

Declaração feita pelo Sra Rabia Ijaz, terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 135 (B) da Agenda: Relatórios e demonstrações financeiros auditadas e relatórios do Conselho de auditores sobre as operações das Nações Unidas de manutenção da paz na segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Sem destaque no período

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, ao mesmo tempo que mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaque do Centro Sul



Entre os dias 30 de março e 1º de abril de 2022, o Centro Sul organizou um curso presencial sobre direitos de propriedade intelectual e saúde pública para membros do judiciário colombiano, na cidade de Cartagena, Colômbia. A sessão contou com a participação de juízes administrativos e assistentes judiciais do país, que são competentes em assuntos relacionados à propriedade intelectual (PI). A discussão foi particularmente oportuna após a recente mudança no mandato legal dos tribunais administrativos na Colômbia, que se tornaram competentes para lidar com questões relacionadas à PI. O curso foi aberto pelo Dr. Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul.

Os debates foram sobre o acesso a medicamentos na saúde global. Abordaram as recentes discussões na OMS sobre a resposta à pandemia de Covid-19, incluindo as limitações estruturais dos mecanismos atuais, como o COVAX, e a forte desigualdade no acesso às vacinas. Discutiu-se também o modelo de inovação farmacêutica baseado na proteção de patentes e os custos crescentes dos medicamentos. De acordo com o Dr. Germán Velásquez, Acessor especial do Centro Sul, grandes investimentos públicos são feitos para alcançar a inovação farmacêutica e, portanto, os mecanismos de acesso precisam ser garantidos como parte do processo de inovação, observando também que nesse sentido é necessário um tratado vinculante de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Para saber mais, [clique aqui](#).

G7, G20 e OCDE: os ricos longe da meta na Agenda 2030

**Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar**

O G7 – Preparando a cúpula e buscando possíveis aliados na Ásia

Pela terceira vez consecutiva, o Brasil ficará de fora do encontro da cúpula do G7 que acontecerá em junho, na Alemanha⁵⁷. Índia, Indonésia, Senegal e África do Sul foram os convidados deste ano, conforme o porta-voz do governo Steffen Hebestreit anunciou em 02 de maio. Durante o mandato de Bolsonaro, o país não compareceu em 2019 por causa dos atritos entre o presidente brasileiro e Emmanuel Macron. O presidente francês, então presidente do G7, alegava negligência de Bolsonaro perante as queimadas na Amazônia. No ano seguinte, enquanto Donald Trump presidia o G7, Bolsonaro anunciou seu interesse em participar, no entanto o encontro foi adiado devido à pandemia de Covid-19.

Nesse ano, um novo fator diplomático pôs em xeque a participação brasileira na cúpula: a não adoção de uma posição clara em relação à invasão da Ucrânia pela Rússia. Entre os dias 26 e 28 os líderes terão como pauta a sustentabilidade e política climática, mas ainda permanece latente na mesa a questão da guerra na Ucrânia. Ainda não houve pronunciamento sobre a não participação do Brasil por parte do Itamaraty.

A Índia, que no ano passado também foi convidada a participar da cúpula junto com Austrália, África do Sul e Coreia e do Sul, passou por uma surpresa no último mês de abril. Isso porque um *report* divulgado pela Bloomberg dizia-se que o país teria sua participação desconsiderada. Ação que seria uma consequência da sua abstenção de voto a favor da retirada Rússia do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas e sua posição não definida diante da guerra. Além disso, o fato de continuar comprando armamento e petróleo da Rússia coloca Narendra Modi numa posição de neutralidade.

No entanto, em seguida, Berlin desmentiu o *report* antes ainda de lançar a lista dos convidados a participar da cúpula⁵⁸. Diferentemente do caso brasileiro, isso pode ser analisado como uma forma de aproximar a Índia dos países ocidentais, isolando, portanto, ainda mais a Rússia⁵⁹. Essa aproximação é pautada também por incentivos financeiros, com a promessa de Scholz em oferecer 10 bilhões de euros em assistência para que a Índia atinja metas de desenvolvimento sustentável e desenvolva pesquisas com a Alemanha, conforme anunciado em um encontro nesta última semana entre o chanceler alemão e Modi.

Ainda na esteira dos encontros do G7, uma reunião que não havia sido previamente agendada teve lugar, de forma virtual, no domingo dia 08/05. De forma a antecipar uma resposta ao desfile militar russo, tradicional comemoração do fim da Segunda Guerra Mundial, no dia 09/05, os países das sete maiores economias se encontram para debater o sexto pacote

⁵⁷ Brasil fica mais uma vez de fora da reunião do G7. *DW*. 2022. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/brasil-fica-mais-uma-vez-de-fora-da-reuni%C3%A3o-do-g7/a-61665094> > Acesso em: 04/05/2022.

⁵⁸ 'This is false'. Germany Rejects Reports Claiming It Did Not Invite India To G7 Meet Over Russian Sanctions. *Republic World*. 2022. Disponível em: <https://www.republicworld.com/world-news/global-event-news/germany-rejects-reports-claiming-it-did-not-invite-india-to-g7-meet-over-russian-sanctions-articleshow.html>. Acesso em: 04/05/2022.

⁵⁹ Germany invites India to G7 in bid to isolate Putin. *Financial Review*. 2022. Disponível em: <https://www.afr.com/world/europe/germany-invites-india-to-g7-in-bid-to-isolate-putin-20220503-p5ahym>. Acesso em 06/05/2022.

de sanções ao país que, provavelmente, fará um discurso sobre sua “operação especial” à Ucrânia. Um ponto chave desse encontro é o convite de participação feito ao Zelensky para articular essas novas sanções⁶⁰.

Concluindo a cobertura quinzenal, em 29 de abril, o chanceler alemão, Olaf Scholz, fez um apelo à sociedade civil e organizações envolvidas com o G7 e a causa democrática⁶¹. Isso porque neste mês de maio, se iniciam os encontros entre os Grupos de Engajamento do G7, de forma a se preparar para a cúpula de junho. Em busca de propostas multifacetadas, Scholz inclui mulheres, sindicatos, jovens, empresas, academias, think-tanks e ONGs. No pronunciamento, feito por meio de um vídeo, o chanceler afirmou que a guerra na Ucrânia é o momento de maior necessidade de união e coordenação entre as maiores economias do mundo.

G20 – Encontra saída para a não implosão do Grupo

Com foco na discussão sobre transformação digital, aconteceu na última quinzena o 2º evento pré-cúpula do Y20 (grupo de engajamento dos jovens) em Lombok, Indonésia⁶². Como enfatizado pelos painelistas, a pandemia de Covid-19 provocou um aumento no uso de serviços financeiros digitais que contribuiu para a aceleração desse movimento de transformação da economia⁶³. No entanto, essa não é a realidade de todos.

Grande parte da população ainda carece de acesso à internet e, conseqüentemente, do uso desses serviços, algo enfrentado por muitos países em desenvolvimento. De acordo com pesquisas feitas pelo Y20 Indonésia e Cint, 61% dos jovens do G20 têm dificuldade em acessar a internet e contam com conexões instáveis e lentas⁶⁴. Em vista disso, a reunião teve como objetivo trazer novas perspectivas sobre o papel da juventude na governança digital e discutir políticas governamentais para aumentar a conscientização financeira digital entre a geração mais jovem⁶⁵. As conversas continuarão na Cúpula Y20 Indonésia 2022, que acontecerá em julho em Jacarta e Bandung.

Na agenda de sustentabilidade, outro evento oficial que recebeu destaque foi a Mesa Redonda do Setor Privado de Finanças Sustentáveis, organizado pelo Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (SFWG) do G20⁶⁶. O fórum de discussão, realizado entre 27 e 28 de abril, teve como objetivo reunir parte do setor privado com membros do SFWG para discutirem modos de fortalecer a sinergia entre os setores público e privado a fim de atingir as metas da Agenda 2030 e do Acordo de Paris.

As finanças sustentáveis são um dos pilares defendidos pela presidência da Indonésia para uma recuperação econômica global verde, resiliente e inclusiva. Nesse sentido, o crescente

⁶⁰ G7 and Ukraine to hold talks as EU seeks accord on new Russia sanctions. The Irish Times. 2022. Disponível em <https://www.irishtimes.com/news/world/europe/g7-and-ukraine-to-hold-talks-as-eu-seeks-accord-on-new-russia-sanctions-1.4871593>. Acesso em: 06/05/2022.

⁶¹ G7 GERMANY. G7. 2022. Disponível em: <https://www.bundesregierung.de/breg-en/media-center/video-address-by-the-federal-chancellor-2028928>. Acesso em: 04/05/2022.

⁶² <https://g20.org/y20-indonesia-2nd-pre-summit-discusses-youth-digital-financial-awareness/>

⁶³ <https://twitter.com/g20org/status/1518928875841265664?s=20&t=CusD5H7iS228mf7Lk5SaTA>

⁶⁴ <https://y20-indonesia.org/2022/04/24/y20-indonesia-2nd-pre-summit-discusses-youth-digital-financial-awareness/>

⁶⁵ <https://g20.org/the-2nd-pre-summit-y20-indonesia-2022-focus-on-youth-inclusion-and-innovation-in-digital-governance/>

⁶⁶ <https://g20.org/g20-looks-to-strengthen-public-private-synergies-to-scale-up-sustainable-finance-investments/>

papel do setor privado na área pode contribuir para uma transição mais acessível para uma economia de baixa emissão de gases de efeito estufa. Algo pertinente, tendo em vista a capacidade fiscal reduzida dos países em decorrência das crises econômicas em andamento.

Além disso, a mesa redonda também proporcionou ao setor privado a oportunidade de contribuir para moldar a agenda financeira do G20 e garantir que os tópicos abordados pelo SFWG possam facilitar a aceleração do crescimento e desenvolvimento do mercado e a mobilização de fluxos de capital privado. Outro tópico presente na reunião e interessante de ser aqui frisado foi a discussão sobre maneiras de como o setor público pode apoiar o investimento privado para transições e medidas para mitigar seus possíveis impactos econômicos e sociais adversos. A discussão sobre a agenda de finanças sustentáveis deve continuar no próximo fórum de Policy Levers do G20 em 13 de junho e também na terceira reunião do SFWG em 14 e 15 de junho.

Já em relação às contendas sobre a permanência da Rússia no G20 em razão da guerra na Ucrânia, as tensões e movimentações por parte dos países contrários à presença russa no bloco continuaram. Frustrados com a recusa da presidência indonésia de excluir Putin e após as manifestações ocorridas no último encontro oficial dos Ministros das Finanças e dos presidentes dos Bancos Centrais – especialmente por parte dos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá –, houve pressão para que Jacarta convidasse a Ucrânia para a cúpula do G20 que ocorrerá em novembro⁶⁷. É válido lembrar que já é uma tradição que a nação anfitriã convide alguns países não membros do grupo na posição de observadores para participarem de algumas reuniões e encontros.

A delicada situação diplomática, todavia, foi aparentemente resolvida. O presidente da Indonésia, Joko Widodo, convidou tanto Putin, quanto Zelensky para o encontro alegando que a Indonésia quer unir o G20 - o que remete ao próprio discurso manifestado no tema da presidência indonésia do G20: o “recover together, recover stronger” ou, em português, “recuperar juntos, recuperar mais forte”. Widodo ainda enfatizou que a pandemia e a guerra na Ucrânia têm grande impacto na recuperação da economia global e, portanto, a paz e a estabilidade são as chaves para a recuperação e o desenvolvimento⁶⁸.

Figuras 1 e 2 – Tweets do presidente da Indonésia sobre o ocorrido

⁶⁷ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-04-25/indonesia-pushed-to-ask-ukraine-to-g-20-summit-alongside-putin>

⁶⁸ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-04-29/indonesia-invites-ukraine-russia-presidents-to-g-20-summit>



Fonte: Twitter, 2022. Disponível em: <https://twitter.com/jokowi/status/1519909667169705984>



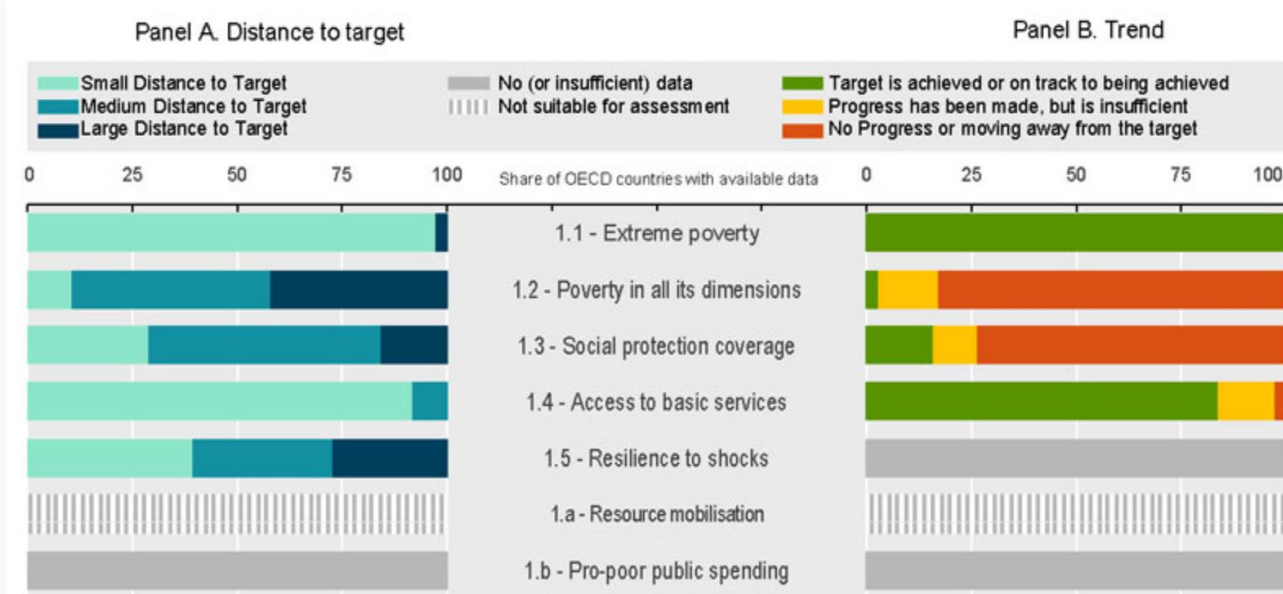
Fonte: Twitter, 2022. Disponível em: <https://twitter.com/jokowi/status/1519505560034414592>

OCDE – Longe da meta para a Agenda 2030

Em 27 de abril de 2022, a OCDE divulgou dados apurados sobre a implementação da Agenda 2030. Apesar das metas ambiciosas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os países da OCDE se aproximaram, até o momento, apenas de um quarto dos objetivos. Apesar de terem praticamente erradicado a extrema pobreza, ainda há muito o que realizar, particularmente no que respeita às desigualdades. Nesse sentido, políticas dirigidas àqueles grupos que sofrem com desigualdades interseccionais (mulheres, jovens adultos e migrantes) são urgentes. Além disto, poucos países da OCDE serão capazes reduzir a má-nutrição até 2030, já que em média, 1 a cada 8 residentes em países da OCDE são considerados pobres, com vida sedentária e com dieta não-saudável, retrato de um crescimento nos níveis de obesidade em todos os países da OCDE.⁶⁹

⁶⁹ <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-countries-advancing-slowly-on-sustainable-development-targets-by-2030.htm> <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-countries-advancing-slowly-on-sustainable-development-targets-by-2030.htm> <acesso em 06 de maio de 2022>

Distance to target and trends over time in OECD countries, by SDG target, Goal 1 (eradicating poverty)



Source: All data is taken and adapted from *SDG Global Database*, <https://unstats.un.org/sdgs/unsdg> and *OECD.Stat*, <https://stats.oecd.org/>

Além das desigualdades interseccionais e da situação de insegurança alimentar dos grupos mais vulneráveis, a pressão sobre o meio ambiente decorrente das atividades econômicas continua objeto de preocupação. Os avanços no uso de energia e da água, e no gerenciamento de resíduos, se deram em razão da realocação de atividades que consomem recursos e poluem com mais intensidade para o exterior. De fato, o modelo econômico adotado pelos países da OCDE continua pautado no consumo de recursos naturais, produção de resíduos e no uso de combustíveis fósseis. A perda de biodiversidade em diversas regiões também foi observada, demandando ações mais enérgicas dos países, principalmente os países mais desenvolvidos, que possuem mais recursos e estão envolvidos nos compromissos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento, já que não atingiram nem metade do objetivo de chegar a 0,7% do PIB dos países desenvolvidos.

O BRICS como modelo alternativo de desenvolvimento, distinto do atual, que assume o domínio do Ocidente; Cooperação dos BRICS em saúde e CT&I

Claudia Hoirisch



O BRICS é uma associação interestadual informal formada pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O formato do fórum (e não o de Organizações Intergovernamentais habituais) nivela todos os países participantes na categoria de "países em desenvolvimento" e é o que está mais apto para lidar com as rápidas mudanças no ambiente internacional, com o aumento do número de atores e o surgimento de novas formas de interações transfronteiriças. Nesses fóruns, os líderes organizam a coordenação de seus movimentos internacionais e implementam esses arranjos em nível nacional. Cabe destacar que nessa configuração não são assinados Acordos e Convenções, mas Declarações não-vinculantes e Memorandos de Entendimento (MdE).

As principais prioridades do grupo são respeitar o direito internacional, defender o papel central da ONU nos assuntos mundiais, criar uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa para poder assumir os compromissos com a diplomacia multilateral liderada pelas Nações Unidas e fomentar a promoção e o alcance do desenvolvimento econômico.

Os países BRIC, percebendo que os processos internacionais estavam tomando um rumo desfavorável, encorajaram a criação de uma estrutura diferente, onde sua voz seria mais ouvida e seus interesses seriam levados em consideração. Seus membros compartilham a preocupação com a influência negativa do unilateralismo dos EUA, que entre outras atitudes, usam o FMI e o BM para intervir nas questões dos PEDs. Os países BRICS são contra a dominação absoluta do dólar no sistema monetário global e têm uma perspectiva positiva sobre a desdolarização da economia global⁷⁰.

Todos os países do BRICS desejam ter boas relações políticas e econômicas com Washington e para superar a influência dos EUA nos assuntos mundiais, os BRICS estabeleceram um sistema de governança econômica mundial totalmente independente dos EUA ao criarem o NBD voltado para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável como alternativa ao Banco Mundial; o Arranjo Contingencial de Reservas para ajudar os países a se contraporem a pressões por liquidez de curto prazo, como antagonista do FMI⁷¹; o Sistema Global de Mensagens Financeiras (GFMS) criado pelo Banco da Rússia como uma salvaguarda para o desmame do Sistema de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundial, o SWIFT. As iniciativas dos BRICS têm tentado frear a capacidade dos EUA de prejudicar seus oponentes financeira e economicamente.

Os países do BRICS usam o fórum para avançar em agendas que possivelmente encontrariam mais resistências nos arranjos multilaterais clássicos.

⁷⁰ [Can BRICS De-dollarize the Global Financial System? \(cambridge.org\)](https://www.cambridge.org/core)

⁷¹ [The BRICS process and the financing mechanism: NDB and CRA | Prof. Paulo Nogueira Batista Jr. – Paulo Nogueira Batista Jr.](#)

Áreas de cooperação, cooperação em saúde e CT&I e prioridades da China na presidência em 2022

Desde 2009, os líderes do BRICS realizaram 13 reuniões e 9 reuniões informais⁷².

Nos dezesseis anos desde a criação do mecanismo BRICS, a base da cooperação tem sido cada vez mais consolidada, apoiada pela reunião dos MRE e pela busca da resolução de vários problemas comuns e a consolidação de interesses mais pragmáticos como a cooperação em campos como economia e comércio, finanças, saúde, C&T, educação, cultura, indústria, agricultura e *think tanks*^{73,74}.

As principais áreas de cooperação em saúde do BRICS são: gestão da pandemia de Covid-19 e vacinação (sistema de alerta antecipado integrado para prevenir riscos de doenças transmissíveis em massa; sequenciamento genômico; operacionalização do Centro BRICS de P&D de vacinas; resistência antimicrobiana (AMR); tuberculose (Rede de Pesquisa BRICS em TB); cooperação farmacêutica e Fórum de Alto Nível sobre medicina tradicional. Na colaboração em C,T&I as áreas de interesse são biotecnologia e biomedicina, incluindo saúde humana e neurociências. Os países BRICS fizeram uma chamada para projetos multilaterais entre seus países sob o Programa-Quadro de CT&I dos BRICS denominado “resposta à pandemia de Covid-19”.

Além das prioridades gerais do BRICS, a China como presidente do grupo em 2022 destacou que a prioridade para este ano será abordar a pandemia de Covid-19 com solidariedade e para isto, os países do BRICS irão intensificar a cooperação em vacinas, - onde os RIC já forneceram mais de 1,3 bi vacinas para países terceiros-, saúde e medicina tradicional. As outras prioridades são trabalhar em conjunto para promover a recuperação econômica e, defender o multilateralismo e a aceleração da implementação dos ODS 2030 (China ajudará no alívio da pobreza e da insegurança alimentar).

Eventos, alianças, documentos e realizações em 2022

Mais de 20 eventos foram realizados em áreas como governança global, prevenção e controle de epidemias, desde que a China assumiu a presidência rotativa do BRICS em 1º de janeiro deste ano.

No âmbito bilateral, os líderes da China e Rússia formalizaram no início de fevereiro uma aliança que vinha ganhando corpo nos últimos anos contra as políticas ocidentais na agenda dos EUA. Em essência, o conjunto do documento representa uma defesa do multilateralismo e revela a vontade dos dois países de, unidos, lutarem por “*relações internacionais de um novo tipo*”, baseadas na Carta das Nações Unidas e no respeito ao direito internacional. Ainda no documento, as partes avaliam positivamente a interação entre si nos formatos bi e multilaterais com foco na luta contra a pandemia de Covid-19, proteção da saúde da população de seus países e do mundo. Prometeram aumentar ainda mais a colaboração no desenvolvimento e produção de vacinas contra o Cov-19, na área de medicamentos e aperfeiçoarão a colaboração em saúde pública e medicina moderna. Pretendem considerar a criação de um mecanismo de controle e

⁷² [Outcome Documents of Summit \(mfa.gov.cn\)](https://www.mfa.gov.cn/outcome_documents_of_summit/)

⁷³ [Outcome Documents of Ministers Meetings \(mfa.gov.cn\)](https://www.mfa.gov.cn/outcome_documents_of_ministers_meetings/)

⁷⁴ Buss, Ferreira, Fonseca, Hoisch, 2017. Saúde e Diplomacia da Saúde no BRICS. In: Buss e Fonseca (Org.) Diplomacia em Saúde e Saúde Global. Fonseca (Org).

prevenção de epidemias nas áreas fronteiriças. Ambos os países fizeram rara menção aos BRICS quando disseram apoiar o aprofundamento da parceria dentro do grupo. Pretendem incentivar a interação nos campos da saúde pública, CTI e o aumento da coordenação entre os países do BRICS em plataformas internacionais. Se esforçarão em fortalecer ainda mais o formato BRICS Plus/Outreach⁷⁵ como um mecanismo eficaz de diálogo com associações de integração regional e organizações de países em desenvolvimento e Estados com mercados emergentes^{76,77}.

Os cinco países lançaram oficialmente em março o Centro de P&D de Vacinas do BRICS para garantir uma distribuição mais equitativa nos PEDs e construir uma "linha de defesa do BRICS" para combater a pandemia. Fazem parte da Iniciativa Biomanguinhos/Fiocruz; o Instituto Smorodintsev de Pesquisa de Influenza, o Conselho Indiano de Pesquisa Médica, a Sinovac e o Conselho de Pesquisa Médica sul-africano⁷⁸.

Dia 10 de maio ocorreu o 1º Encontro dos Ministros da Saúde do BRICS. A China sediará a 14ª Cúpula dos BRICS e organizará 160 atividades ao longo do ano⁷⁹.

⁷⁵ O BRICS Plus/Outreach: A lógica por trás do conceito BRICS Plus é criar uma plataforma para maior diálogo entre os países do sul global para moldar a agenda para efetuar mudanças no desenvolvimento e crescimento econômico (integração do comércio e investimento) e cooperação em instituições financeiras, econômicas e políticas de governança global. O BRICS Plus serve para aproximar líderes de países que representam as Comunidades Econômicas Regionais do sul global (país que tiver assumido a presidência do G20, ou tiver posição proeminente no MERCOSUL; (co)presidir a ASEAN; G77+China; CARICOM; SG da ONU) e as Nações Unidas. Já o Diálogo de Extensão (Outreach) conecta por exemplo os BRICS a líderes de países ligados à África, onde seriam chamados líderes africanos representantes da UA, NEPAD, EAC (Comunidade da África Oriental), COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), CEDEAO (Com. Econ. dos Estados da África Ocidental), SADC (Com. De Desenvolvimento da África Austral), ECCAS (Com. Econômica dos Estados da África Central).

⁷⁶ O Brasil avançou no processo de ingresso na OCDE e a Índia tem privilegiado o QUAD (com EUA, Japão e Austrália), em reação à expansão chinesa no SE asiático.

⁷⁷ [China e Rússia declaram 'nova era' de multipolaridade, desafiando intervencionismo dos EUA - Multipolarista](#)

⁷⁸ <https://cee.fiocruz.br/?q=Os-novos-justiceiros-lancamento-do-Centro-Brics-de-P%26D-de-Vacinas-e-a-guerra-Russia-X-EUA-Otan>

⁷⁹ [Event Calendar 2022 \(mfa.gov.cn\)](#)

Salud global y diplomacia en salud en la América Latina y el Caribe: Edición especial para el Curso y Proceso de Capacitación en Salud Global y Diplomacia en Salud

Sebastian Tobar e Miryam Minayo

1. Introducción

Latino América se encuentra en un escenario particular. Los conflictos geopolíticos entre China y Estados Unidos permiten hipotetizar la posibilidad de una nueva guerra fría entre estos países, con los que existe cada vez más una competencia más fuerte y compleja con dos modelos: el capitalismo norteamericano poco competitivo y dominado por las finanzas y el capitalismo chino, impulsado por el Estado así como sistemas democráticos bien diferentes.

En un escenario que América Latina no ha terminado de superar el fuerte impacto de la pandemia de la Covid-19, nuestra región experimenta el impacto de la guerra entre Rusia y Ucrania, que según la CEPAL agudizó los problemas inflacionarios, ha aumentado la volatilidad y costos financieros, se prevé un crecimiento promedio de 1,8% para la región, menor al 2,1% proyectado en enero de 2022. Las economías de América del Sur crecerán 1,5%, las de América Central más México un 2,3%, mientras que las del Caribe crecerían un 4,7% (excluyendo Guyana).

El conflicto bélico ha tenido indirectos sobre la actividad global y la dinámica de los principales socios comerciales de la región: Estados Unidos, China y la Unión Europea. Además de un aumento de precios de los productos básicos (commodities), se observan una subida del precio de los hidrocarburos, algunos metales, alimentos, y fertilizantes que tendrá un fuerte impacto en la inseguridad alimentaria de la región.

Habiendo estado muy afectada por la Covid-19, la región experimenta, todavía; algunos vestigios de la inestabilidad social que se había sufrido previo a la pandemia, con una fuerte polarización política, el impacto de la guerra sobre la economía sumado a una desaceleración del crecimiento y una pérdida de protagonismo y liderazgo en la escena diplomática global.

La crisis sanitaria impulsada por la pandemia de la Covid-19, emergió en un contexto de largos años de parco desempeño económico, poco progreso en los indicadores sociales y altísimos niveles de informalidad. La pandemia vino de encuentro con sistemas de salud debilitados en la mayor parte de los países y culminó en un acceso desigual a los servicios esenciales de salud y en un impacto desproporcional en las comunidades más vulnerables.

Ante este escenario de crisis y la necesidad de una respuesta colectiva, la región ha respondido a los desafíos con cierto letargo diplomático, que no es síntoma exclusivo de la crisis sanitaria. La gobernabilidad regional y subregional se encuentra en una situación crítica. Desde la década pasada, la región sufrió una ruptura en su alineación política, que fue siendo consolidada paulatinamente por gobiernos progresistas, con un papel importante en la promoción de la diplomacia y la cooperación en salud. La emergencia sanitaria de la Covid-19, sin embargo, expuso y reforzó esta brecha, lo que ha resultado en una respuesta descoordinada e ineficaz contra la enfermedad.

En este escenario, los próximos 5 y 10 de junio, se realizará en Los Angeles la novena Cumbre Hemisférica, con el propósito de revivir los nexos entre Washington y las demás naciones del continente. El presidente Biden oficiará de anfitrión de esta Cumbre. La pregunta es si recurrirá a tradicionales formulas como “con nosotros o contra nosotros”, “democracia o

autocracia” incitando a los países de la región a que “elijan un bando”. No queda claro, todavía, a donde quiere llegar Estados Unidos, pero lo que resulta necesario es hacia dónde quieren ir los gobiernos de América Latina.

La Cumbre es la única reunión, para todo el hemisferio, que convoca a los líderes de los países de América del Norte, del Sur y Central, y del Caribe. El liderazgo de EE. UU. en el proceso de la Cumbre resalta nuestro profundo compromiso histórico con los pueblos del hemisferio occidental, así como nuestra determinación de hacer realidad la iniciativa para Reconstruir un Mundo Mejor (Build Back Better World, B3W). Estados Unidos tiene gran expectativa de reunir a líderes y partes interesadas de todo el hemisferio con el propósito de adelantar nuestro compromiso común en materia de prosperidad económica, seguridad, derechos humanos y dignidad.

El Subsecretario para Asuntos del hemisferio occidental ya ha sido claro, que la presencia de los países en la Cumbre. El presidente Biden, afirmó “ha sido bien claro, que la presencia de los países que por sus actuaciones no respeten la democracia no van a recibir invitaciones”. Esto ya traza una línea dejando fuera a Cuba, Venezuela y Nicaragua, que no estarán invitadas y parece que un camino similar podría tener el Estado Plurinacional de Bolivia.

Frente a este escenario el Presidente AMLO, de México, manifestó públicamente que realizaría gestiones ante el Gobierno de EEUU para la participación de Cuba. En tal sentido manifestó: “Insistiré con el presidente (Joe) Biden en que no se excluya a ningún país de América de la Cumbre del mes próximo”. Lopez Obrador insistió que “para la construcción de un espacio integrador panamericano (...) es importante que haya normas multilaterales que sean respetadas”. “En este sentido, no puede quedar al país sede las posibilidades de realizar una cumbre incompleta”.

La guerra de Rusia contra Ucrania ha supuesto que los países se agrupen en torno al agresor y defender modelos basados en la libertad y los derechos humanos y aquellos que propician su violación. Cuba, Venezuela, Bolivia y Nicaragua han apoyado a Rusia, mientras que Argentina y México han manifestado su abstención. Muchas de estas tensiones se han sedimentado en la OEA, donde países como Nicaragua ya se han retirado en cuanto a su participación.

Solo para recordar, la iniciativa de las Cumbres de las Américas, fueron iniciadas en Miami en 1994 por el entonces Presidente Clinton, que buscaba la creación de una Área de Libre Comercio de las Américas ALCA, que se transformó en la actualidad en la USMCA Tratado de Libre Comercio de América del Norte entre Estados Unidos, México y Canadá.

Uno de los aspectos claves que abordará la Cumbre de las Américas son las “CRISIS MIGRATORIAS” debido a los flujos migratorios que recibe Estados Unidos de diferentes países. A los tradicionales flujos migratorios del sur al norte, se ha sumado la migración sur-sur y muchos de nuestros países experimentan la presencia de grupos de población venezolana, nicaragüenses y haitianos

Los tiempos cambian y tal vez las cumbres también. En tal sentido, veremos si la cumbre permite una oportunidad a los países dándole el beneficio de la duda . Y que, en el medio de las disputas geopolíticas a nivel global, la cumbre solo tendrá éxito si permite en sus resoluciones aportar para una senda de crecimiento y desarrollo sostenible de los 35 países, superando las profundas desigualdades en este continente inequitativo.

Kevin Michael O'Reilly , Coordinador Nacional de la Cumbre de las Américas en el Departamento de Estado de los Estados Unidos manifestó el compromiso de EEUU para abordar las necesidades más acuciantes a las que se enfrenta el planeta: la crisis climática y la falta de acceso equitativo a las oportunidades económicas, sociales y políticas. "Ahí es donde la carga recae con más fuerza sobre los más vulnerables y los menos representados entre nosotros en nuestras sociedades". El referido funcionario afirmó el deseo que la "...Cumbre que responda a las necesidades y prioridades de los pueblos de las Américas".

2. Eventos relativos a la salud global y diplomacia de la salud más relevantes desde enero de 2022

Enero

☐ XXII Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de la CELAC

La reunión tuvo lugar en Buenos Aires, el 7 de enero de 2022. Durante la reunión, el presidente de la República Argentina, Alberto Fernández, asumió la Presidencia de la CELAC. Nicaragua resistió a la presidencia argentina, sin embargo, Nicolás Maduro de Venezuela y Díaz Canel de Cuba lograron persuadir al presidente Ortega para que apoyara al país del cono sur.

Cuba, Nicaragua y Venezuela han estado luchando por la idea de reducir la influencia regional de la Organización de Estados Americanos (OEA) y la propuesta de que la CELAC sea un foro multilateral que atenúe la presencia de Estados Unidos en la región.

La situación se ha vuelto compleja: en la nueva toma de posesión de Ortega en Nicaragua, estuvo presente el iraní Mohsen Rezai, designado como uno de los autores intelectuales del ataque a la Asociación de Estacas Mutuales Israelíes en Argentina (AMIA). Poco después de más de 28 años del atentado que mató a 85 personas y más de 300 heridos, constituyendo el mayor atentado terrorista sufrido en ese país.

La situación en Nicaragua e Irán ha generado ruido en la CELAC. La OEA condenó la visita de un acusado por el atentado a la AMIA contra Nicaragua y respaldó la alerta roja de Interpol.

Argentina ha pedido a los países de la OEA que "redoblen los esfuerzos para hacer justicia" a las víctimas del ataque. Representantes de los Estados Unidos y México apoyan a argentina en sus esfuerzos por buscar justicia.

Arturo McFields, representante de Nicaragua ante el Comité Permanente de la Organización de Estados Americanos, rechazó la solicitud conjunta de Estados Unidos y Argentina de investigar la presencia de los acusados de ser el autor intelectual del atentado a la AMIA, expresando: "Nicaragua, como nación soberana e independiente, y como pueblo digno, puede invitar a su país a quien quiera".

Marzo

☐ CEPAL: V Reunión del Foro de Países de América Latina y el Caribe sobre Desarrollo Sostenible

La Quinta Reunión del Foro de Países de América Latina y el Caribe sobre Desarrollo Sostenible tuvo lugar en San José, Costa Rica, del 7 al 9 de marzo de 2022, bajo la Presidencia de Costa Rica. El evento reunió a más de 1.200 personas, 260 delegados registrados, así como a 230 representantes del Sistema de las Naciones Unidas, 21 organizaciones intergubernamentales, 19 instituciones financieras y 22 agencias de cooperación, junto con más de 300 representantes

de la sociedad civil, la academia y el sector privado. A esto se sumaron las miles de personas que acompañaron el encuentro en las plataformas sociales y las transmisiones públicas de las sesiones.

Los participantes analizaron los avances y desafíos de la implementación de la Agenda 2030 en América Latina y el Caribe, la región en desarrollo más impactada por el COVID-19 desde el punto de vista sanitario, económico y social.

Durante el evento de 3 días, los países destacaron que la Agenda está centrada en las personas, es universal y transformadora, y que erradicar la pobreza en todas sus formas y dimensiones, incluida la pobreza extrema, es el mayor desafío que enfrenta el mundo y es un requisito previo para el desarrollo sostenible, por lo que es crucial llegar primero a los más atrasados y empoderar a las personas en situaciones vulnerables.

Reunión del Mecanismo de Participación de la Sociedad Civil

Antes del inicio de las actividades oficiales del Foro, se llevó a cabo la reunión de la sociedad civil y otros actores relevantes en la modalidad virtual, titulada "El diálogo social como instrumento para el diseño, implementación y seguimiento de políticas de recuperación inclusivas y sostenibles". La reunión del Mecanismo de Participación de la Sociedad Civil (MeSCALC) permitió a sus representantes intercambiar ideas, experiencias y propuestas sobre la implementación de la Agenda 2030 y los ODS en los países de nuestra región, especialmente considerando el impacto del COVID 19 y la necesidad de adecuar la respuesta de los gobiernos y la sociedad en su conjunto.

El vicedecano de Costa Rica, Christian Guillermet Fernández destacó que los desafíos que enfrenta la región para enfrentar adecuadamente los 17 ODS de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible son enormes y que las señales de la guerra los hacen aún más difíciles, al tiempo que prometió continuar apoyando la participación activa y significativa de la sociedad civil en este proceso.

Por su parte, Alicia Bárcena destacó los avances de las organizaciones de la sociedad civil desde la primera reunión del Foro en 2017 en la Ciudad de México. Asimismo, ha recordado que la participación de la sociedad siempre ha sido robusta, representando alrededor del 20% de todos los participantes.

Bárcena indicó que en 2021, la región registró una recuperación a corto plazo del PIB (6,2%), pues se espera que el crecimiento se desacelere en 2,1% en 2022, según proyecciones de la CEPAL. Por otro lado, la tasa de pobreza extrema se elevó a 13.8% de la población (86 millones de personas), un retroceso de 27 años en medio de presiones inflacionarias que afectan precisamente a los más pobres, y agregó que 104 personas en nuestra región tienen riqueza equivalente al 11% del PIB.

La Secretaria Ejecutiva pidió apoyo a la sociedad civil para el Plan de Autosuficiencia en Salud, elaborado por la CEPAL y aprobado en 2021 por los países de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC). El plan tiene como objetivo fortalecer la producción y distribución de medicamentos, especialmente vacunas en la región.

Alicia Bárcena destacó, entonces, que se necesitan crear diferentes mecanismos de gobernanza. El Acuerdo de Escazú (sobre acceso a la información, participación pública y acceso a la justicia en temas ambientales en América Latina y el Caribe) es un ejemplo de que la

sociedad civil debe estar en la mesa de negociaciones, articulando tratados que serán centrales en el futuro.

Inauguración oficial del V Foro sobre Desarrollo Sostenible

El 7 de marzo, se inauguraron oficialmente las Sesiones del V Foro sobre Desarrollo Sostenible. Tras los discursos de apertura de la Presidenta de Costa Rica, Alicia Bárcena y Amina Mohammed, Vicesecretaria General de las Naciones Unidas, quienes recordaron que no era posible sobrevivir solos y nunca estaremos a salvo si no nos salvamos a todos.

El Presidente de Costa Rica advirtió que mientras los países de América Latina y el Caribe avanzan en términos de ingresos, alcanzando niveles que los ubican como países de ingresos medios o medios de ingresos altos, paradójicamente están perdiendo oportunidades de cooperación y un foco de interés para los socios desarrollados. Los criterios de clasificación unidimensional basados únicamente en el ingreso (per cápita) esconden, según él, una realidad que deja fuera las necesidades de la mayoría de los países del mundo y sus poblaciones más vulnerables.

Amina Mohammed, por su parte, recordó que a medida que el mundo enfrenta desafíos sin precedentes, necesitamos el liderazgo de la región para rescatar a los ODS y construir un futuro de paz, dignidad y prosperidad.

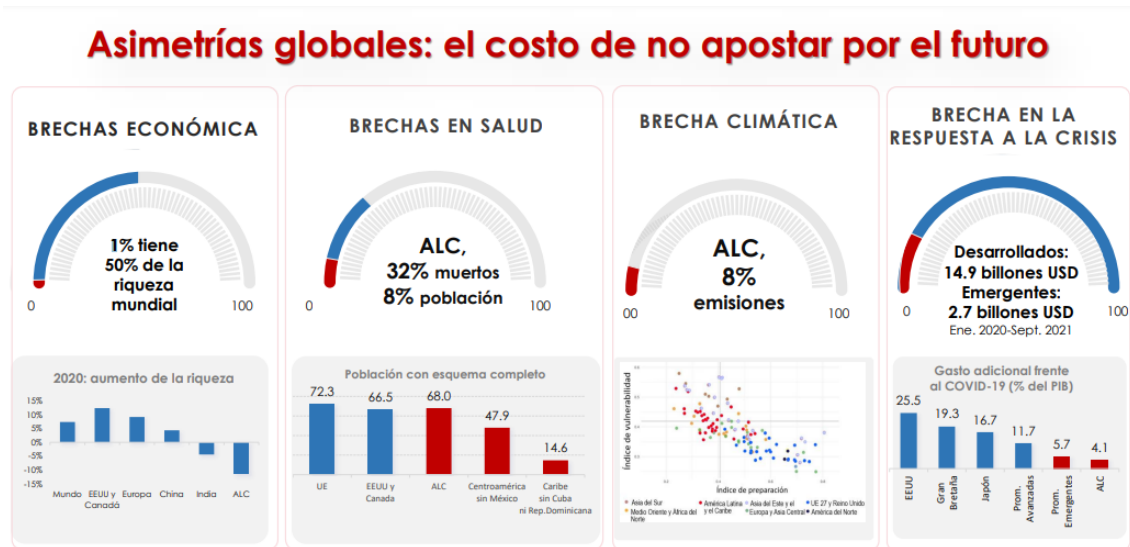
Tras la inauguración, Alicia Bárcena presentó el documento "Una década de acción para un cambio de edad", que analiza los avances y desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe. El documento tiene 7 mensajes centrales:

1. Aumento de las asimetrías mundiales entre los países desarrollados y los países en desarrollo.
2. Efectos económicos, sociales y políticos: ALC es la región más afectada del mundo por el Covid-19.
3. El papel del Estado ha sido fundamental para hacer frente a los costos económicos y sociales a corto plazo.
4. La recuperación siguió un modelo de desarrollo que ya mostró sus limitaciones estructurales que imponen costos crecientes y no están alineadas con el cumplimiento de las SDDS.
5. La CEPAL ha fortalecido sus capacidades para evaluar el progreso de los ODS para 2030: 2019 - 19 series de estadísticas de indicadores; 2022: serie 359, 111 metas, de las cuales 73 corresponden a indicadores priorizados en nuestra región.
6. Conclusión: el 68% de las metas continúan una tendencia insuficiente para 2030, casi un tercio de ellas están en una trayectoria que se desvía de las metas.
7. Estos resultados refuerzan la necesidad de una década de acción para transformar el modelo de desarrollo basado en un multilateralismo efectivo.

El informe analiza las crecientes asimetrías globales entre los países desarrollados y en desarrollo, así como los efectos económicos, sociales y políticos de covid-19 en América Latina y el Caribe. Afirma que la recuperación siguió un modelo de desarrollo que ya presentaba sus limitaciones estructurales, lo que impone costos crecientes y se aleja del alcance de las SDD.

Según el documento, el 68% de los objetivos de desarrollo sostenible se mantienen en una tendencia insuficiente para 2030. Advierte que solo un tercio de las 111 metas de SDD están en un ritmo y trayectoria apropiados en América Latina y el Caribe.

La siguiente imagen presenta las asimetrías globales y el costo económico, social y de salud para el futuro de no invertir en un desarrollo justo y sostenible.

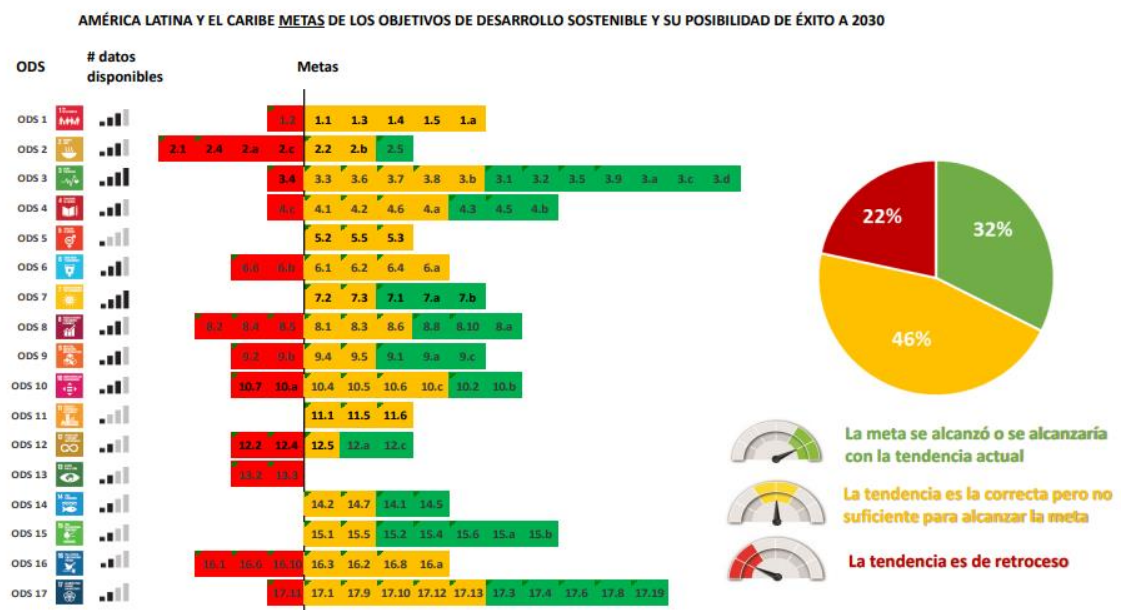


Los países desarrollados están rediseñando las sociedades post-COVID con mayor autosuficiencia nacional o regional

Fuente: Presentación de Alicia Bárcena, 7/03/2022, en el V Foro de Desarrollo Sostenible

Otra imagen interesante presentada por el Secretaria Ejecutivo destaca la trágica situación de las SDD en la región. Como se ve a continuación, el 46% de los 111 objetivos de la SDS no están a un ritmo adecuado para alcanzar en 2030 y el 22% tiende a disminuir.

Solo un tercio de las 111 metas en la trayectoria y ritmo adecuados



Fuente: Presentación de Alicia Bárcena, 7/03/2022, en el V Foro de Desarrollo Sostenible

Tanto la presentación como el importante Informe presentado por Bárcena están disponibles en las direcciones anteriores.

En el segundo día del Foro, el 8 de marzo, el evento paralelo titulado "Hitos de las políticas sociales y ambientales para un entorno de inversión seguro: las oportunidades del Acuerdo de Escazú", reunió a representantes de la CEPAL, el Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE), el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el Banco Mundial (BM), el Banco Europeo de Inversiones (BEI) y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE).

En ese momento, Alicia Bárcena y Jaime Roberto Díaz, Vicepresidente del BCIE, firmaron un Memorando de Entendimiento entre la CEPAL y el BCIE que establece un marco general de colaboración interinstitucional entre las partes en temas relacionados con la promoción y difusión del Acuerdo de Escazú (Acuerdo Regional sobre Acceso a la Información, Participación Pública y Acceso a la Justicia en Temas Ambientales en América Latina y el Caribe), así como otras acciones para promover políticas de desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe.

Alicia Bárcena señaló que algunos tienen miedo del Acuerdo de Escazú porque cree que impedirá la inversión. Sin embargo, destacó que este acuerdo puede hacer que las inversiones sean sostenibles, con la participación de las comunidades, una vez que sean parte de la aprobación de un proceso, hay más posibilidades de que sean ambientalmente sostenibles y sostenibles en el tiempo.

Jaime Roberto Díaz indicó que existen grandes desafíos en la región centroamericana y, como entidad bancaria multilateral, están dispuestos a acompañar a los países para superarlos, incluyendo mejores estándares y políticas de protección ambiental y social. Instó a todos a no tener miedo, a avanzar en la implementación del acuerdo, que considera una interacción abierta y transparente en el ámbito social y ambiental, en buenas relaciones con las comunidades, los sectores público y privado, a fin de lograr una fórmula que conduzca a mejores proyectos que ayuden a superar las principales brechas en los problemas económicos y sociales de la región.

Finalmente, el vicescanciller costarricense Christian Guillermet explicó que los inversionistas buscan cada vez más entornos seguros que les ayuden a alcanzar sus metas, que es la generación y su aporte a la economía de cada una de nuestras sociedades. En este contexto, destacó que el Acuerdo de Escazú es un instrumento marco de alto estándar en América Latina y el Caribe para promover la inversión responsable y dotar a los diferentes actores económicos de herramientas para mejorar su transparencia y salvaguardas ambientales, tan importantes en este nuevo mundo donde el verdadero desafío no es la reactivación económica, no la pandemia, pero el cambio climático, las amenazas climáticas.

También en el mismo día y en el marco de los eventos que tuvieron lugar en paralelo al Foro, tuvo lugar el Foro Empresarial para los objetivos de desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe 2022: Innovación y Cooperación Público-Privada para una Recuperación Inclusiva y Sostenible. Durante el evento, los expertos reiteraron la importancia de la innovación, el desarrollo tecnológico y la cooperación público-privada para una recuperación verde, inclusiva y sostenible en la región.

El evento fue organizado por la CEPAL, el Gobierno de Costa Rica, el Pacto Mundial de las Naciones Unidas y la Cámara de Comercio Internacional. Alicia Bárcena advirtió que la inversión verde en América Latina y el Caribe representó solo el 1% del gasto total anunciado en 2021, mientras que los presupuestos ambientales sobre gasto público se redujeron a la mitad

de 0.4% a 0.2% del PIB entre 2019 y 2020. Además, señaló que en su informe "Una década de acción para un cambio de edad", se documentan las graves implicaciones de estas tendencias para la pérdida de biodiversidad terrestre y marina y la deforestación.

Sandra Ojiambo, Directora Ejecutiva del Pacto Mundial de las Naciones Unidas, enfatizó que la colaboración entre los sectores público y privado ha sido crucial en la respuesta global a la COVID-19. La recuperación, dijo, se llevará a cabo mejor juntos, lo que nos permitirá operar de manera sostenible y alineada con los ODS, construir resiliencia y fortalecer nuestra capacidad para construir negocios y construir mercados.

Finalmente, la vicepresidenta de la Cámara de Comercio Internacional, María Fernanda Garza, advirtió que la pandemia mostró una profunda relación entre empresas, gobiernos y sociedad. Garza dijo que la reconstrucción deberá planificarse y ejecutarse con esto en mente. El papel del sector privado ya no puede ser relegado al del empleador o del financiador.

Como parte de la reunión oficial del 8 de marzo en un evento especial en honor al Día Internacional de la Mujer, altos funcionarios gubernamentales, funcionarios de la ONU y representantes de la sociedad civil reafirmaron su compromiso con la igualdad de género e instaron al ritmo para lograr la igualdad sustantiva, de hecho, y evitar retrocesos en América Latina y el Caribe.

María Noel-Vaeza, de ONU Mujeres, advirtió que el progreso hacia la igualdad de género es desesperadamente lento y estamos cansados. Por lo tanto, necesitamos acelerar el ritmo en todos los sectores hacia la igualdad.

Además de Bárcena, el evento contó con la presencia de Epsy Campbell, Vicepresidenta de Costa Rica; Erika Mouynes, Ministra de Relaciones Exteriores de Panamá; Jean Gough, Directora Regional para América Latina y el Caribe del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF); Carla Barnett, Secretaria General de la Comunidad del Caribe (CARICOM) (virtual); y Shi Alarcón y Rosa Adriana López Carrillo, representantes del Mecanismo de Participación de la Sociedad Civil en la Agenda de Desarrollo Sostenible y del Foro de Países de América Latina y el Caribe sobre Desarrollo Sostenible. A ellos se unieron Elizabeth Gómez Alcorta, Ministra de la Mujer, Género y Diversidad de Argentina, y Amina Mohammed, Secretaria General Adjunta de las Naciones Unidas, con mensajes de video.

Durante el evento, los representantes pidieron el fin de la "oscura pandemia" de violencia contra las mujeres. Según datos de la CEPAL, al menos 4.091 mujeres fueron víctimas de feminicidio en 26 países en 2020 y 2 de cada 3 mujeres fueron víctimas de violencia de género.

Las estadísticas también indican que una de cada cuatro niñas y adolescentes de la región se casó por primera vez o tuvo una unión temprana antes de cumplir los 18 años, una práctica nociva que no ha cambiado en los últimos 25 años.

Representantes de la sociedad civil expresaron su preocupación por el avance de propuestas autoritarias en varios gobiernos de la región con políticas públicas que generan retrocesos en materia de derechos humanos, incluyendo los derechos sexuales y reproductivos.

Finalmente, Amina Mohammed insistió en que solo con las mujeres y las niñas en el centro de nuestros esfuerzos podemos tener una mejor oportunidad de lograr el éxito en abordar nuestros desafíos globales actuales y urgentes, como el cambio climático, la violencia de género, las divisiones políticas y la recuperación sostenible de esta pandemia mundial.

En el último día de la reunión, los delegados de los 33 países de América Latina y el Caribe reafirmaron su compromiso de implementar efectivamente la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, incluidos sus Objetivos y Metas, que son integrados e indivisibles y combinan las tres dimensiones del desarrollo.

La sesión de Clausura de la Quinta Reunión del Foro fue presidida por el canciller costarricense Rodolfo Solano Quirós y la secretaria ejecutiva de la CEPAL, que recibió un homenaje por sus casi 14 años al frente de la Comisión, cargo que dejó el 31 de marzo.

En el marco del Foro, el Gobierno de Costa Rica, a través de su Presidente Carlos Alvarado, le otorgó la Orden Nacional Juan Mora Fernández en el grado de Plata de la Gran Cruz, la más alta distinción que otorga el país a personalidades extranjeras, por su destacada actuación en defensa de la protección del medio ambiente, la igualdad y los derechos humanos.

El Ministro de Relaciones Exteriores de Costa Rica, Rodolfo Solano Quirós, resumió el trabajo principal del Foro y planteó 12 conceptos clave que surgieron de las discusiones:

- Promover la paz, el diálogo y la participación activa como camino hacia el desarrollo sostenible;
- Acortar las grandes brechas y asimetrías entre países y dentro de los países, económicos, sociales, ambientales;
- El acceso a financiamiento innovador para que América Latina y el Caribe pueda revertir la crisis;
- Cooperación y transición para que los países de nuestra región no queden fuera de la cooperación y el acceso a fondos concesionales;
- Una recuperación verdaderamente transformadora, basada en la ciencia, sostenible, verde y azul, inclusiva, justa, innovadora y resiliente;
- Visibilizar la biodiversidad de nuestra región
- El cambio climático, al que nuestra región es altamente vulnerable;
- Nuevos pactos sociales y económicos para que la recuperación sea sostenible;
- La igualdad entre los géneros;
- Sociedad de cuidados;
- La integración regional, un mayor diálogo político y, sobre todo, la unificación de nuestra voz ante la comunidad internacional; y
- Aspirar a un nuevo multilateralismo que anteponga el desarrollo sostenible e incluya la reconfiguración de la arquitectura financiera internacional.

El Ministro concluyó señalando que este Foro es un ejemplo de cómo podemos aprovechar nuestra voz en las PLATAFORMAS de las Naciones Unidas para amalgamar las prioridades y preocupaciones que tenemos como región. Según él, la CEPAL es un espacio privilegiado por su invaluable aporte técnico y riguroso análisis, en el que promovemos una agenda que responda al consenso que hemos alcanzado sobre cómo visualizamos este futuro sostenible, inclusivo, innovador y resiliente.

En sus palabras finales, Alicia Bárcena señaló que el Foro de Países de América Latina y el Caribe sobre Desarrollo Sostenible es el espacio que permite a la región hablar con voz propia, reconocer su rica diversidad, pero al mismo tiempo converger y fomentar aspiraciones comunes.

También destacó la presentación del quinto informe sobre los avances y desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe, titulado Un decenio de acción para un cambio de era, en el que se presentaron propuestas concretas en

cuatro esferas: 1) fortalecimiento del multilateralismo, en particular en materia de financiación para el desarrollo; 2) mejorar la aplicación de las políticas productivas, sociales y ambientales a nivel nacional y regional; (3) la necesidad de aumentar la resiliencia de las instituciones y (4) superar los conflictos a través de acuerdos y pactos.

Al final de la reunión, los delegados aprobaron el documento de conclusiones y recomendaciones de 19 páginas y 106 párrafos, que fue llevado al Foro Político de Alto Nivel sobre el Desarrollo Sostenible en 2022. En el documento, los países reconocieron la entrada en vigor - el 22 de abril de 2021 - del Acuerdo de Escazú, e invitaron a los Estados Parte a asistir a la primera reunión de la Conferencia de las Partes en el Acuerdo (COP 1), que se celebró del 20 al 22 de abril de 2022 en Santiago, Chile.

Respecto a la pandemia del Covid-19, el documento señala que:

- los gobiernos tienen la responsabilidad primordial de adoptar e implementar respuestas a la pandemia de COVID-19 específicas para su contexto nacional, así como de movilizar los recursos necesarios para hacerlo.
- la recuperación posterior a la pandemia debe ampliar y apoyar las políticas de desarrollo en América Latina y el Caribe, y
- fomentar la inversión en innovación, investigación y desarrollo, así como la solidaridad renovada y la cooperación regional.

Además, los delegados pidieron una respuesta multilateral coordinada a nivel mundial para abordar las repercusiones que la pandemia de Covid-19 está teniendo en el desarrollo sostenible, así como las políticas necesarias para abordar la recesión económica actual y la depresión futura, iniciar la recuperación económica y minimizar los efectos negativos en los medios de vida, al tiempo que buscan volver a la senda del logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible.

Por lo tanto, destacamos la necesidad de otorgar una exención especial a los países vulnerables de la región, con respecto a las acciones de las agencias de calificación crediticia y las medidas necesarias para lograr la sostenibilidad de la deuda y reducir el endeudamiento de los países en desarrollo.

En este sentido, invitaron a la CEPAL a continuar reuniendo información sobre el impacto de la pérdida de acceso a la asistencia oficial para el desarrollo y al financiamiento en condiciones favorables en los logros del desarrollo a medida que los países alcanzan diferentes niveles de ingresos, incluidos, entre otros, el desarrollo de transición, y cómo el sistema internacional y los gobiernos nacionales pueden garantizar que los logros en materia de desarrollo logrados vinculados al crecimiento de los ingresos se mantengan en los países. transición hacia el desarrollo sostenible.

Merece la pena examinar el Documento de Conclusiones y Recomendaciones de esta quinta reunión del Foro. Desde la primera reunión del Foro hasta la presente, se han formulado cinco documentos de Conclusiones y Recomendaciones. Una lectura de todos los documentos nos permite afirmar que se repiten sistemáticamente en las sucesivas reuniones del Foro y, a lo largo de los años, el número de párrafos ha ido en aumento.

En la primera reunión del Foro en 2017, sus Conclusiones y Recomendaciones constituyeron un documento con 21 párrafos. En la edición actual del Foro se observa una declaración de 106 párrafos.

Aunque la reunión es un lugar de gran importancia para el intercambio de información y experiencias entre países, y para el monitoreo y promoción del cumplimiento de la Agenda 2030 y sus SDDS, parece que ha servido poco para transformar la realidad de la región.

No cabe duda sobre el papel del Foro en el diagnóstico del desarrollo económico, político y social de América Latina y el Caribe, pero vale la pena preguntarse cuál ha sido la participación real de los países durante estos cinco años de reuniones del Foro, además de las declaraciones de buena voluntad. Aunque el Foro cuenta con la participación de altas autoridades políticas de los países, ¿cuál ha sido la voluntad política de comprometerse con estas Conclusiones y Recomendaciones, además de la retórica?

IV Reunión Extraordinaria de Ministros y Ministros de Salud del MERCOSUR y Estados Asociados

El encuentro tuvo lugar el 23 de marzo, en Uruguay. Como anfitrión del evento, el titular del Ministerio de Salud de Uruguay, Daniel Salinas, dio la bienvenida a las delegaciones y luego el Ministro de Salud de Paraguay, Julio Borba, como presidente pro tempore del MERCOSUR "SAÚDE", inauguró oficialmente la IV Reunión Extraordinaria de Ministros de Salud del MERCOSUR y Estados Asociados.

A la reunión asistieron delegaciones de Argentina, Paraguay, Brasil, Chile y Uruguay, encabezadas por los ministros de Salud de los respectivos países: Carla Vizzotti, Julio César Borba Vargas, Marcelo Queiroga, María Begonia Yarza Sáez y Daniel Salinas.

En este encuentro se abordaron y avanzaron sobre varios temas de interés en común entre todos los participantes como ser la situación regional de la pandemia de covid-19, la posibilidad de la compra conjunta de medicamentos para esta y otras enfermedades de tratamientos de alto costo y la reglamentación vigente para el paso de frontera, entre otros.

Los ministros y ministros destacaron la "importancia de la convergencia, la identificación de temas prioritarios, estrategias y planes de acción conjuntos con el objetivo de adoptar decisiones conjuntas con un enfoque multidimensional que aborde acciones y medidas comunes de salud".

El eje central del debate fue el estado actual de la Covid-19 y las estrategias para su mitigación y vigilancia; además del proceso de participación del mercosur en los órganos de discusión, para la preparación y respuesta a emergencias sanitarias, en el marco de la OMS.

El orden del día de la IV Reunión Extraordinaria incluyó el abordaje de los siguientes temas:

- Presentación del informe epidemiológico y de vacunación a nivel regional y de la propuesta de iniciativas de vacunación fronteriza por parte de la Delegación del Paraguay.
- El estado de la situación y los avances en el diseño del protocolo de tránsito fronterizo regional.
- El proceso de ampliación de la capacidad de producción regional de medicamentos, inmunizadores y tecnologías sanitarias en el MERCOSUR.
- Actualización sobre las últimas discusiones que tuvieron lugar en el Grupo Intergubernamental de Negociación (INB), en el marco de la OMS, para Emergencias Sanitarias.
- Experiencias exitosas, lecciones aprendidas y estrategias relacionadas con la comunicación y la promoción de la salud.

- Cooperación internacional.

Según lo previsto en la agenda, en la reunión se discutieron y avanzaron varios temas de interés común entre todos los participantes, como la situación regional de la pandemia de covid-19, la posibilidad de adquisición conjunta de medicamentos para esta y otras enfermedades de tratamiento de alto costo y la normativa vigente para el cruce de fronteras, entre otros.

Uno de los desarrollos de la Reunión fue instruir a la Comisión Ad Hoc para la Negociación de Medicamentos de Alto Costo, para preparar una lista de medicamentos para Covid-19 de interés común y un banco de precios para su análisis y eventual negociación.

También con relación a la pandemia de covid-19, se decidió coordinar estrategias de comunicación y difundir información clara sobre los cambios en salud que se establezcan.

Asimismo, instruyeron a las áreas de vigilancia especializada de la Reunión de Ministros de Salud (RMS), en coordinación con el respectivo Subgrupo de Trabajo No. 11, a incorporar la vigilancia del escenario epidemiológico actual del Covid-19, la evaluación del proceso de transición pandémica y el desarrollo de estrategias de comunicación y comunicación para la información armonizada.

La idea es definir una estrategia integrada para el Covid-19, pero también aplicable a la circulación de otros virus respiratorios, reforzando las necesidades comunes de prevención de estos virus. Prácticas como el uso de mascarillas, higiene de manos, ventilación adecuada de espacios cerrados, laborales, sociales y escolares, por ejemplo.

Uno de los aspectos que se ha trabajado en el bloque es el diseño de un Protocolo Regional de Tránsito Fronterizo. En este sentido, se informó la conformación de un Grupo Técnico, que tendrá como propósito monitorear las medidas sanitarias implementadas por los Estados Parte en las fronteras terrestres, transporte aéreo y de carga, cartillas de vacunación y sobre los principales problemas identificados que serán atendidos.

Este grupo participa en la Comisión de Vigilancia Sanitaria - COVIGSAL y en el Subcomité de Control Sanitario de Puertos, Aeropuertos, Terminales y Frontpoints - SCOCNTS del Subgrupo de Trabajo Nro 11. Salud del MERCOSUR, que es la instanciación del control técnico de carácter deliberativo, que centraliza el tratamiento de las cuestiones relacionadas con la armonización de la legislación nacional sobre regulación sanitaria y la compatibilidad de los sistemas de control sanitario entre los Estados Parte.

En esta IV Reunión se realizó un análisis y seguimiento de las medidas sanitarias implementadas por los Estados Parte:

- En las fronteras terrestres para vehículos privados: principalmente armonizados. Hubo una marcada flexibilización de las medidas de control sanitario en las fronteras terrestres entre los estados del Mercosur.
- En el transporte aéreo, terrestre y marítimo: diversas posiciones entre los Estados del Mercosur
- En el transporte de carga: Las dificultades surgidas en las fronteras argentino-chilenas fueron atendidas debido a los mayores requerimientos sanitarios adoptados por Chile, que afectaron a los transportistas de los Estados parte del Mercosur. mercosur, en tránsito por el territorio argentino, con destino a ese país.
- En la Cartilla de Vacunación: Hay reconocimiento en las fronteras de los certificados que cada Estado Parte ha expedido; existen acuerdos bilaterales para la aprobación de algunos

Estados Parte, como el Uruguay con la Unión Europea. Todavía hay dificultades con los controles que retrasan el proceso en algunos estados asociados.

Además de la armonización de la normativa, se propuso impulsar iniciativas entre ubicaciones fronterizas en el espejo, sobre temas de interés mutuo como campañas de vacunación en fronteras para combatir y prevenir la aparición de enfermedades como el sarampión, la rubéola y la fiebre amarilla, entre otras.

Todas las delegaciones destacaron la importancia de continuar profundizando la labor que se está realizando en materia de detección, identificación y establecimiento de temas, estrategias y planes de acción comunes en materia de salud, con enfoques multidimensionales, para que sean más eficaces a la hora de abordar cuestiones que tienen repercusiones regionales más allá de las fronteras de cada país.

Otro aspecto abordado fue la promoción de la ampliación de la Capacidad Productiva Regional de Medicamentos, Inmunizadores y Tecnologías sanitarias. Argentina y Brasil son los Estados partes que han estado liderando este tema, todos los países han expresado su opinión sobre la importancia estratégica regional, así como la OPS ha ratificado su apoyo a la misma. La Argentina destacó la importancia de fortalecer las capacidades nacionales para estos fines, mientras que el Brasil informó sobre las tecnologías desarrolladas y en curso a este respecto, así como sobre las inversiones realizadas en investigación y desarrollo de vacunas. Brasil, como representante de la región en la OPS, también presentó un panorama general de las últimas discusiones en esta área.

Finalmente, los ministros acordaron desarrollar conjuntamente estrategias de comunicación de riesgos y compartir las mejores prácticas aprendidas por cada país para aumentar la efectividad de las políticas de salud.

En la reunión se firmó la Declaración de la IV Reunión Extraordinaria de Ministros de Salud del MERCOSUR y Chile sobre Estrategias Regionales de Salud.

En el documento, los ministros de Salud afirman la necesidad de fortalecer "los esfuerzos regionales y nacionales para intensificar la vacunación", armonizar "las estrategias, medidas y criterios sanitarios relacionados con el tránsito fronterizo" y promover iniciativas y campañas de vacunación en las fronteras", entre otras medidas.

☑ Reunión del Comité Ad Hoc para la Negociación de Medicamentos de Alto Costo (CAHNEG) y del Comité Intergubernamental de Políticas de Drogas del Mercosur

Los días 30 y 31 de marzo, el Comité Ad Hoc para la Negociación de Medicamentos de Alto Costo (CAHNEG) se reunió con la Comisión Intergubernamental de Políticas de Drogas del Mercosur. Asistieron a las reuniones coordinadores de la Argentina, el Brasil, el Paraguay y el Uruguay.

La delegación brasileña presentó a sus colegas del MERCOSUR la Lista Nacional de Medicamentos Esenciales (RENAME), como un importante instrumento rector para el uso de medicamentos e insumos en el SUS. RENAME 2022 presenta los medicamentos que se ofrecen en todos los niveles de atención y en las líneas de atención, proporcionando transparencia en la información sobre el acceso a los medicamentos en la red.

Por su parte, Uruguay presentó su política de abastecimiento de medicamentos de alto costo a través del Fondo Nacional de Recursos (FNR).

FNR actúa como un reaseguro para proveedores integrales de servicios más complejos y rentables. Así, la competencia de la FNR es brindar cobertura financiera universal para procedimientos de alta complejidad, dispositivos de alto costo y medicamentos de alto precio a todas las personas que viven en el país, con cobertura de salud por parte del Sistema Nacional Integrado de Salud (SNIS) de Uruguay.

FNR negocia y compra medicamentos para los tratamientos cubiertos, que en su mayoría se dispensan en farmacias de proveedores completos donde los pacientes están afiliados. Un porcentaje menor se entrega a la Farmacia.

En la reunión del Comité Especial para la Negociación de Medicamentos de Alto Costo también se abordó el problema de los medicamentos biosimilares. En este sentido, Brasil compartiría datos sobre el respeto, así como la judicialización del acceso a estos medicamentos.

Sobre el tema, la Argentina solicitó abordar el problema de la propiedad intelectual en el marco de las negociaciones entre el Mercosur y la República de Corea. Este acuerdo entre el MERCOSUR y Corea del Sur cobró impulso tras las negociaciones con la Unión Europea.

Abril

☒ Primera Reunión de la Conferencia de las Partes en el Acuerdo de Escazú (COP1)

La primera reunión de la Conferencia de las Partes (COP 1) del Acuerdo Regional sobre Acceso a la Información, Participación Pública y Acceso a la Justicia en Temas Ambientales en América Latina y el Caribe, conocido como el Acuerdo de Escazú, tuvo lugar del 20 al 22 de abril en la oficina de la CEPAL en Santiago de Chile. En total, más de 780 delegados de países, organizaciones internacionales y regionales, panelistas y representantes de la sociedad civil participaron de manera presencial o virtual en los tres días de la reunión.

La reunión, que examinó los avances en la implementación del Acuerdo y avanzó en su operacionalización, fue inaugurada oficialmente por el Presidente de Chile, Gabriel Boric, en una ceremonia que también contó con la participación de Epsy Campbell Barr, Vicepresidenta de Costa Rica; Cecilia Nicolini, Secretaria de Cambio Climático, Desarrollo Sostenible e Innovación de Argentina; Andrea Sanhueza y Karetta Crooks-Charles, representantes electos del Público; y Mario Cimoli, Secretario Ejecutivo Interino de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), órgano que ejerce la Secretaría del Acuerdo de Escazú.

El Secretario Ejecutivo Interino de la CEPAL, Mario Cimoli, recordó que el Acuerdo de Escazú es el primer tratado regional vinculante sobre medio ambiente e incluye la primera disposición global del mundo sobre defensores de derechos humanos en temas ambientales. Según él, es un instrumento de transformación social y profundización de la democracia.

Cimoli destacó que “en un momento en que el multilateralismo está bajo tanta tensión, donde no encontramos los hilos para resolver muchos problemas graves que tenemos, donde suceden muchas cosas que no podemos controlar: guerra, muerte, hambre, en fin, una situación compleja, el hecho de que América Latina y el Caribe se reúnan aquí discutiendo un Acuerdo que tenga una base ambiental y otorgue derechos y ciudadanía, debería hacernos sentir muy orgullosos”.

También fue electa la Junta Directiva del Acuerdo de Escazú, entre los representantes de los países partes presentes en la reunión, que estuvo integrada por Uruguay como

presidente, Argentina y Santa Lucía como vicepresidentes, y como miembros por Antigua y Barbuda y México.

Durante los tres días de la reunión, los países participantes también se ocuparon de las normas de procedimiento de la CP, incluidas las modalidades para la participación significativa del público (artículo 15.4a del Acuerdo); las disposiciones financieras necesarias para el funcionamiento y la aplicación del Tratado (artículo 15.4 B); y las normas para la composición y el funcionamiento del Comité de Apoyo a la Aplicación y el Cumplimiento (artículo 18.1). Además, se llevaron a cabo alrededor de 30 eventos paralelos virtuales oficiales como parte de la conferencia.

La reunión finalizó con la aprobación –por parte de los doce Estados Parte– de una Declaración Política en la que reafirman el tratado como una herramienta que promueve el desarrollo sostenible y una herramienta fundamental de gobernanza para el desarrollo de mejores políticas públicas en la región, con miras a garantizar un medio ambiente sano para las generaciones presentes y futuras.

En la Declaración Política adoptada al final de la reunión, los delegados presentes reafirmaron la importancia de la cooperación y el multilateralismo para avanzar y profundizar los esfuerzos como región para lograr el desarrollo sostenible y la protección del medio ambiente. Asimismo, advirtieron que las estrategias para la recuperación económica y social de las consecuencias de la pandemia de Covid-19 y la superación de la crisis ambiental deben considerar la sostenibilidad como uno de sus elementos centrales, y deben guiarse por un objetivo de desarrollo más inclusivo, la aplicación de medidas de protección ambiental y una mayor acción climática.

Igualmente, destacaron el papel de los derechos de acceso a la información, la participación pública y el acceso a la justicia en temas ambientales y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y todos los Objetivos de Desarrollo Sostenible como hojas de ruta clave para lograr la recuperación transformadora y el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe, asegurando que nadie se quede atrás.

Los delegados también aprobaron una serie de decisiones sobre una serie de cuestiones relacionadas con el funcionamiento de la COP, su reglamento y el Comité de Apoyo a la Implementación y Cumplimiento del Acuerdo, incluida una en la que se acordó una reunión extraordinaria en abril de 2023 en Argentina. En tanto, la segunda reunión ordinaria de la COP del Acuerdo de Escazú está programada para abril de 2024.

Tras el evento de alto nivel, Mario Cimoli y Jan Jarab, Representante Regional del ACNUDH para América del Sur, con la presencia virtual de Michelle Bachelet, firmaron un acuerdo de colaboración entre la CEPAL y la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH), a través del cual ambas instituciones se comprometen a promover un enfoque de derechos humanos en la implementación efectiva del Acuerdo de Escazú, sobre la base de su cooperación en los cuatro pilares del Acuerdo: acceso a la información, participación, justicia y protección de los defensores de derechos humanos en temas ambientales.

Todos los documentos relacionados con el Acorde de Escazú y la COP1 se pueden encontrar en la siguiente dirección de correo electrónico: <https://acuerdodeescazu.cepal.org/cop1/es/documentos>

Informe de la quincena sobre salud global y diplomacia en salud en América Latina y el Caribe

CEPAL: Se profundiza la desaceleración de América Latina y el Caribe: se espera un crecimiento regional de 1,8% en promedio para el 2022

La invasión Rusia a Ucrania impuso aún más complejidad a las economías de América Latina y el Caribe y está afectando negativamente el crecimiento global. Se estima un crecimiento global de 3,3%, que significa un punto porcentual menos de lo que se proyectaba antes del inicio del conflicto. En el ámbito regional, además del menor crecimiento se espera un aumento de la inflación e y una parsimoniosa recuperación del empleo.

La CEPAL actualizó sus estimaciones y divulgó una previsión de crecimiento promedio de 1,8% para la región. Según la Comisión, las economías de América del Sur crecerán 1,5%, las de América Central más México un 2,3%, mientras que las del Caribe crecerían un 4,7% (excluyendo Guyana).

Las nuevas cifras fueron entregadas por el Secretario Ejecutivo Interino del organismo, Mario Cimoli, a los embajadores del Grupo de Países de América Latina y el Caribe (GRULAC, por sus siglas en inglés), durante una reunión en el 27 de abril.

De acuerdo con la CEPAL, también se espera que la dinámica del comercio mundial se vea negativamente afectada por el conflicto bélico, lo que provocaría una disminución de la demanda externa de América Latina y el Caribe. En el caso de EE.UU., el crecimiento sería de un 2,8% (1,2 puntos porcentuales por debajo de lo proyectado previo al conflicto). Para China se proyecta un crecimiento de 5% (0,7 puntos porcentuales menos que previo a las hostilidades) y para la UE se espera un crecimiento del 2,8% (1,4 puntos porcentuales menos de lo esperado antes del conflicto).

La guerra en Ucrania también provocó un aumento de precios de las commodities, principalmente de los hidrocarburos, algunos metales, alimentos, y fertilizantes. Este aumento de precios se suma a las alzas de costos observadas debido a disrupciones en las cadenas de suministros y a la exacerbación de las interrupciones del transporte marítimo. Estas alzas han redundado en un impulso de la inflación a nivel mundial, que en algunos países ha alcanzado máximos históricos en 2022. Ante la persistencia y aumento de la inflación se esperan mayores alzas en las tasas de interés de los países desarrollados.

Al igual que en el mundo, la dinámica inflacionaria en América Latina y el Caribe se ha acelerado, advierte la CEPAL. Se estima que la inflación regional, en marzo, fue de 7,5%, y muchos bancos centrales de la región anticipan que la inflación se mantendrá elevada en lo que resta de año, en virtud de la mayor incertidumbre en el contexto externo que se ha visto acentuada por la guerra de Ucrania, en especial los altos precios internacionales de la energía y de los alimentos y las disrupciones en las cadenas globales de suministro, así como elevados costos de transporte que persisten.

En respuesta al alza de la inflación, la política monetaria de los bancos centrales de la región se ha tornado más restrictiva y la mayoría de ellos han subido la tasa de interés de manera significativa, la que en gran parte de los casos ha alcanzado niveles similares a los observados en 2017.

Para 2022 se prevé que el ritmo de creación de empleo se reduzca – en consonancia con la desaceleración en el ritmo de crecimiento de la región. En este sentido, la CEPAL advierte que

la acción conjunta de una mayor participación laboral, y de un lento ritmo de creación de empleos, impulsará un alza en la tasa de desocupación durante el presente año.

ORAS-CONHU: participación en la VI Reunión del Sistema Andino de Integración (SAI) teniendo a la Salud como eje indispensable de desarrollo

La VI Reunión del Sistema Andino de Integración, tuvo lugar en la ciudad de Quito, Ecuador, el 27 de abril. En el evento se promovió el diálogo e intercambio de información sobre las acciones de los órganos del SAI para la recuperación económica y social post pandemia.

La Secretaria Ejecutiva del Organismo Andino de Salud-Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU), María del Carmen Calle Dávila, participó en la VI Reunión, que fue presidida por el canciller Juan Carlos Holguín de Ecuador, país que ejerce la presidencia pro tempore de la Comunidad Andina.

En su intervención, la Secretaria Ejecutiva del ORAS-CONHU señaló que el tema de la salud adquirió un lugar preponderante durante la pandemia de la Covid-19 y que no puede salir del centro de las políticas públicas en la subregión andina. Según la Secretaria, la salud es una condición indispensable para alcanzar sociedades justas e igualitarias y se necesita más inversión para atender los determinantes sociales de la salud, la promoción de la salud y la prevención de la enfermedad. En sus palabras: “Sin presupuesto no hay derechos”, subrayó la Secretaria Ejecutiva de ORAS-CONHU.

La VI Reunión culminó en la Declaración de Quito, en la que se disponen las conclusiones, recomendaciones y compromisos adoptados por los órganos y que será publicada próximamente. Uno de los puntos destacables de la Declaración parece ser la salud como eje indispensable del desarrollo.

La VI Reunión del Sistema Andino de Integración contó con la participación del Secretario General de la CAN, Jorge Hernando Pedraza, así como los titulares de diferentes órganos e instituciones andinas como son el Banco de Desarrollo de América Latina (CAF), el Parlamento Andino, el Tribunal de Justicia, la Universidad Andina Simón Bolívar (Ecuador) y el Fondo Latinoamericano de Reservas; y también estuvo presente el ministro de Producción, Comercio Exterior, Inversiones y Pesca de Ecuador, Julio José Prado.

SEGIB: XI Conferencia Iberoamericana de Ministros de Agricultura – Iberoamérica se compromete con la seguridad alimentaria y la sustentabilidad agrícola

La XI Conferencia Iberoamericana de ministros de Agricultura fue organizada por República Dominicana, en su calidad de Secretaría Pro Tempore de la Conferencia Iberoamericana, y por la Secretaría General Iberoamericana, y tuvo lugar en los días 27 y 28 de abril. La reunión fue inaugurada por el presidente de la nación, Luis Abinader; el Ministro de Agricultura dominicano, Limber Cruz; el canciller dominicano, Roberto Álvarez; y el Secretario General Iberoamericano, Andrés Allamand.

En su discurso, Abinader llamó a los países de Iberoamérica a comprometerse a aunar esfuerzos y explorar oportunidades de colaboración a favor de la agricultura y la producción de alimentos. Por su parte, Allamand destacó la necesidad de invertir en innovación para implementar soluciones sostenibles que reduzcan el impacto ambiental y la desigualdad. Además, saludó el avance que significa que los 22 países de la región acuerden acciones concretas por consenso en un tema tan importante para Iberoamérica.

La XI Conferencia concluyó con la aprobación por consenso de una Declaración que permite avanzar hacia un modelo que responda a las necesidades urgentes de los 60 millones de personas que padecen inseguridad alimentaria en la región, invierte en innovación y tecnología y reduce el impacto ambiental del sector

Los ministros defendieron una reestructuración que impulse una serie de acciones comunes en torno a una hoja de ruta que avance en la consecución de los Objetivos de Desarrollo Sostenible.

El comunicado destaca, entre otros, los siguientes puntos:

- Trabajar para aumentar la capacidad productiva y la diversidad, el acceso a activos productivos, el acceso a desarrollos tecnológicos incluyendo la digitalización y la educación como base para la superación de la exclusión.
- Fomentar la transformación sistémica que aborde desafíos globales como el cambio climático, la desigualdad social y la desigualdad de género, aumentando
- significativamente la inversión en ciencia, tecnología e innovación.
- Establecer convenios de cooperación orientados a resultados entre los Ministerios de
- Agricultura Iberoamericana.
- Impulsar la oferta iberoamericana de Agtech (tecnología aplicada a la agricultura).
- Apoyar los programas de educación alimentaria y nutricional.
- Promover el comercio intrarregional.
- Fortalecer la agricultura familiar.
- Promover la agricultura sostenible y reducir el desperdicio de alimentos.

También se acordó una resolución en apoyo a la seguridad alimentaria y el desarrollo sostenible en Haití, en la que se insta a la comunidad internacional y demás actores políticos a trabajar en la grave situación humanitaria que vive el país. También llama a las instituciones y organizaciones financieras a “abrir canales para el acceso oportuno a los recursos financieros, la transferencia de tecnología y la cooperación Sur-Sur y Sur-Norte”.

ORGANIZACIÓN DOS ESTADOS AMERICANO (OEA)

Secretaría General de la OEA expresa preocupación por salud de presos políticos en Cuba

La Secretaría General de la OEA expresó su preocupación por la condición de los presos políticos menores de edad bajo el régimen cubano y afirmó que sigue acompañando permanente a la situación política y social de Cuba.

La Secretaría General de la OEA condenó enérgicamente la persecución de los jóvenes y sus líderes y expresó su profunda preocupación por los casos de menores de edad presos políticos. Hasta el 3 de mayo, las organizaciones cubanas Justicia 11J y Cubalex documentaron la detención de al menos 56 menores por participar en las manifestaciones del 11 de julio de 2021.

Hasta el momento, 26 menores han sido condenados a prisión o arresto domiciliario y enfrentan penas de hasta 19 años. Trece de ellos fueron condenados por subversión. Al menos 14 menores están en prisión y seis aún esperan juicio. Entre los 14, cabe mencionar los casos de

algunos condenados por subversión, como Kendry Miranda Cárdenas, condenado a 19 años; Rowland Jesús Castillo Castro, condenado a 18 años; Lázaro Noel Urgelles Fajardo, condenado a 14 años; Brandon David Becerra Curbelo, condenado a 13 años; Emiyoslan Román Rodríguez, condenado a 7 años; y Jonathan Torres Farrat, quien aún espera juicio por una sentencia de 8 años. Mientras tanto, el régimen cubano ha amenazado a las madres de los presos políticos menores de edad para que no denunciasen, incluso con posibles acusaciones de subversión.

En ese contexto, la Secretaría General de la OEA destaca que la situación de salud de los presos políticos cubanos sigue siendo muy precaria, sin acceso a medicamentos esenciales y asistencia especializada. A los presos políticos, incluidos los menores de edad, se les negó atención médica. Varios de ellos contrajeron sarna, dengue, hepatitis y Covid-19. A dos menores con enfermedades crónicas se les negó el tratamiento necesario. La negación de atención médica a los presos políticos viola gravemente los derechos humanos más básicos. La Secretaría General de la OEA exige al gobierno cubano brindar de manera urgente medicamentos y tratamiento a los presos políticos.

La Secretaría General de la OEA denuncia la represión generalizada del régimen cubano y la continuación de las violaciones a los derechos humanos. Específicamente en lo que se refiere a la negación de documentación a cubanos y cubanas que fueron forzados a salir de su país, esto vulnera su libertad de circulación. La privación de documentación legal a quienes se consideran opositores al régimen indica una vulneración del derecho al reconocimiento de su personalidad jurídica.

Por ello, la Secretaría General exige una vez más la liberación inmediata de todos los presos políticos que se encuentran encarcelados arbitrariamente, enfatizando que es fundamental vigilar la evolución de su salud e integridad física.

Panamá será sede de Asamblea de Delegadas de la Comisión Interamericana de Mujeres

La OEA y la República de Panamá acordaron realizar la 39ª Asamblea de Delegadas de la Comisión Interamericana de Mujeres (CIM) en Ciudad de Panamá los días 25 y 26 de mayo. El objetivo es seguir avanzando en la agenda de género y derechos de las mujeres en el hemisferio.

El Secretario General de la OEA, Luis Almagro, destacó que la Asamblea de Delegadas prevé adoptar un nuevo Plan Estratégico de la CIM para los próximos años y recordó que la institución hemisférica tiene una historia de lucha por los derechos de las mujeres que comienza con la creación de la Conferencia Interamericana de Mujeres, en 1928: “el único foro político en nuestro hemisferio para avanzar en esta agenda”.

Por su parte, la Ministra de Desarrollo Social de Panamá, María Inés Castillo, dijo que con la realización de la Asamblea de Delegadas en su país, su gobierno buscará colocar las prioridades de las mujeres en los primeros lugares de la agenda de las Américas, en toda su diversidad y agregó que “la OEA es un socio estratégico para lograr” este objetivo.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva,
Tomé Cá e Felix Rosenberg*

A UNIÃO AFRICANA

Resumidamente, a União Africana (UA) foi fundada em 2002 e é a organização que sucedeu à Organização da Unidade Africana (OUA). Ela visa a promoção da democracia, paz, direitos humanos e desenvolvimento económico em África. É composta por 55 Estados-Membros e é uma organização que defende a eliminação do colonialismo, a soberania dos Estados africanos e a integração económica, além da cooperação política e cultural no continente. Tem atuado na mediação e prevenção de conflitos locais. Possui vários órgãos que regulam o funcionamento das entidades e as relações entre os Estados-Membros, como a Assembleia/Conferência, o Conselho Executivo e a Comissão da União Africana (equivalente a um Secretariado). A sua sede é em Addis Abeba, capital da Etiópia.

O Dia de África é uma comemoração anual celebrada pela Organização da Unidade Africana (OUA) a 25 de maio – foi precisamente neste dia, no ano de 1963, que 32 Estados africanos assinaram a Carta fundadora em Adis Abeba.

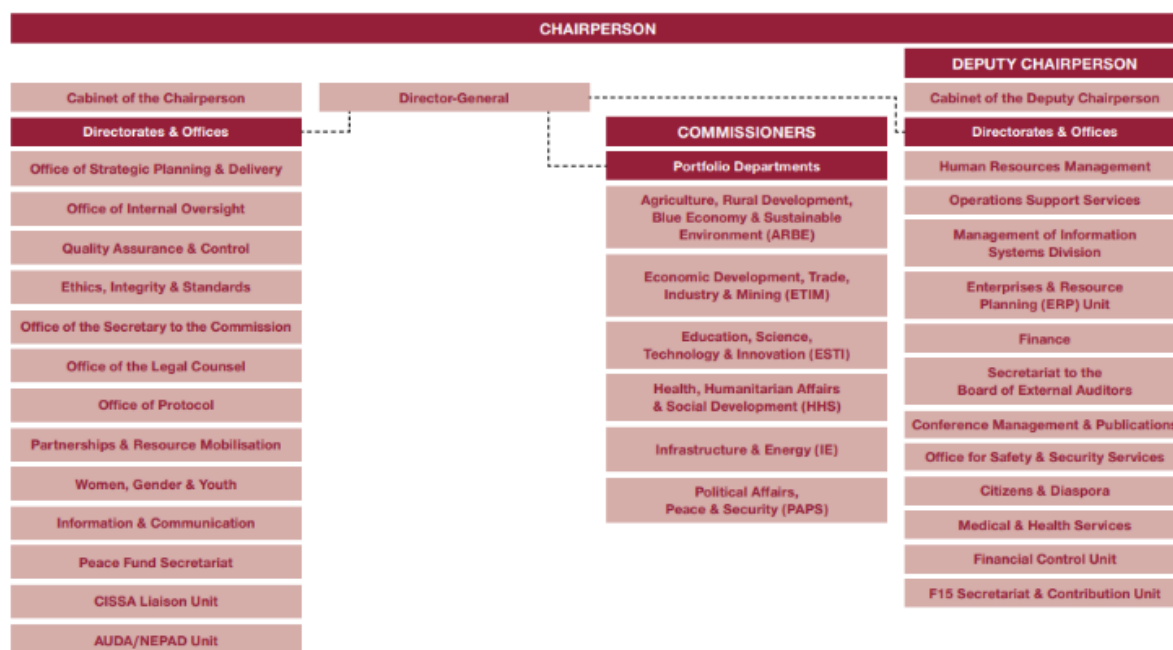
ESTRUTURA DA UNIÃO AFIRCAN⁸⁰

AFRICAN UNION STRUCTURE

ASSEMBLY	The supreme policy and decision-making organ. Composed of all Member State Heads of State and Government.
Executive Council	Coordinates and takes decisions on policies in areas of common interest to Member States. It is responsible to the Assembly. Composed of foreign ministers or such other ministers or authorities as are designated by the governments of Member States.
Specialised Technical Committees (STCs)	The Specialised Technical Committees (STCs) are thematic committees on key AU projects and programmes. STCs are responsible to the Executive Council. Composed of Member State ministers or senior officials.
Permanent Representatives Committee (PRC)	The Permanent Representatives Committee (PRC) is charged with preparing the work of the Executive Council. Composed of Permanent Representatives and other plenipotentiaries of Member States.
Peace & Security Council (PSC)	The AU's organ for the prevention, management and resolution of conflicts. Composed of 15 elected Member States.
African Union Commission (AUC)	The AU's secretariat. Composed of a Chairperson, Deputy Chairperson and six commissioners as well as staff.
Pan-African Parliament (PAP)	Platform for people from all African states to participate in discussions and decision-making on issues facing the continent. Members are designated by the legislatures of their Member States.
Economic, Social & Cultural Council (ECOSOCC)	Advisory organ that provides opportunity for African civil society organisations to contribute to the AU's principles, policies and programmes. Composed of social and professional groups from AU Member States.
Judicial, Human Rights & Legal Organs	Organs are the: African Commission on Human and Peoples' Rights (ACHPR), African Court on Human and Peoples' Rights (AfCHPR), AU Commission on International Law (AUCIL), AU Advisory Board on Corruption (AUABC) and the African Committee of Experts on the Rights and Welfare of the Child (ACERWC).
Financial Institutions	Proposed institutions are the: African Central Bank, African Investment Bank and the African Monetary Fund.
African Peer Review Mechanism (APRM)	Aims to foster the adoption of policies, values, standards and practices of political and economic governance that lead to political stability, accelerated economic integration, economic growth and sustainable development.
Regional Economic Communities (RECs)	Regional groupings of African states that facilitate regional economic integration between members and through the wider African Economic Community (AEC).

⁸⁰ https://au.int/sites/default/files/documents/31829-doc-AU_HBK_2021_-_ENGLISH_web.pdf

AFRICAN UNION COMMISSION STRUCTURE



Regional groups

AU Member States are divided into the following five geographic regions. The groups were defined by the OAU in 1976 (CM/Res.464QCXVI).

Central Africa

Burundi	Chad	Equatorial Guinea
Cameroon	Congo Republic	Gabon
Central African Republic	DR Congo	São Tomé and Príncipe

Eastern Africa

Comoros	Madagascar	South Sudan
Djibouti	Mauritius	Sudan
Eritrea	Rwanda	Tanzania
Ethiopia	Seychelles	Uganda
Kenya	Somalia	

Northern Africa

Algeria	Mauritania	Tunisia
Egypt	Morocco	
Libya	Sahrawi Republic	

Southern Africa

Angola	Malawi	Zambia
Botswana	Mozambique	Zimbabwe
Eswatini	Namibia	
Lesotho	South Africa	

Western Africa

Benin	Ghana	Niger
Burkina Faso	Guinea	Nigeria
Cabo Verde	Guinea-Bissau	Senegal
Côte d'Ivoire	Liberia	Sierra Leone
Gambia	Mali	Togo

1. Comunidade da África Oriental (EAC/CAO)

Criada em 1967 (refundada em 1999)

Estados-Membros (6): Burundi, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda

Objetivos gerais:

Alargar e aprofundar a integração econômica, política, social e cultural

Estrutura:

Conferência de Chefes de Estado e de Governo

Conselho de Ministros

are regional groupings of African states and are the launch of the AU. The RECs have developed their own legal frameworks. Generally, the purpose of the RECs is to coordinate the policies of their member states and to represent their members of the individual regions and to coordinate their policies with the African Union (AU), which was established under the auspices of the RECs. The AU recognises the RECs as building blocks. The AU recognises

Tunisia

and the AU in 2018.

Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)

Criada em 1994 (tratado da COMESA)

Estados-Membros: 21 (586 milhões de habitantes)

Objetivos:

Realizar crescimento e desenvolvimento duráveis
Promover o desenvolvimento em todos os domínios económicos
Cooperar para investimentos estrangeiros, transfronteiriços e locais
Promover a paz, segurança e estabilidade
Contribuir para o fortalecimento das relações entre EM e o mundo.

Estrutura:

Cúpula/Conferência de Chefes de Estado e de Governo

Conselho de Ministros

12 Comitês Técnicos

Secretariado Executivo (Lusaka, Zâmbia)

Estrutura/Principais instituições:

Banco da África Oriental e Austral para comércio e desenvolvimento (Burundi)

Câmara de Compensação (Zimbábue)

Associação de bancos comerciais (Zimbábue)

Instituto do couro e derivados (Etiópia)

Companhia de Seguros (Quênia)

Comissão da Concorrência (Malawi)

Agência Regional de Investimentos (Egito)

Instituto Monetário (Quênia)

Federação das Mulheres de Negócios (Malawi)

Aliança para o comércio das commodities (Zâmbia)

Conselho de Operadores Económicos (Zâmbia)

Reuniões:

Cúpula/Conferência de Chefes de Estado e de Governo (anual)

Conselho de Ministros (2 vezes por ano)

Idiomas:

Árabe

Francês

Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)

Criada em 1984 (Tratado de Libreville, Gabão)

Estados-Membros: 11 (145 milhões de habitantes)

Objetivos:

Fortalecer a integração regional e a cooperação em todas as áreas, incluindo a paz e a segurança, as finanças e a economia

Contribuir para o desenvolvimento global do continente como um todo

Estruturas

Cúpula/Conferência de Chefes de Estado e de Governo

A Comissão (equivalente ao Secretariado Executivo)

Comitês Técnicos Especializados

Comitês Interestados de Peritos

Comitês de Representantes Permanentes Estruturas (instituições)

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Criada em maio de 1975 (Tratado de Lagos)

Estados-Membros: 15 (339,8 milhões de habitantes)

Objetivos:

Promover a cooperação e integração
Manter e fortalecer a estabilidade económica
Estreitar relações entre EM
Contribuir para o progresso e desenvolvimento do continente africano

Estrutura:

Cúpula/Conferência de Chefes de Estado e de Governo

Conselho de Ministros responsáveis pela integração e finanças

Comitês ministeriais especializadas

Comitês técnicos

Estrutura (instituições especializadas):

Comissão (equivalente ao Secretariado Executivo)

Tribunal de Justiça

Parlamento

Banco de Desenvolvimento e Investimento

Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS)

Grupo de Ação Intergovernamental contra o branqueamento de capital e financiamento do terrorismo na África Ocidental

Estrutura (organismos especializados):

Agência Monetária

Agência regional para agricultura e alimentação

Centro regional para energias renováveis e eficácia energética

Sistema de trocas de energia elétrica

Cartão Castanho (Seguro)

Centro para Desenvolvimento de Género

Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)

Criação: 1996

Estados-Membros 8 (230 milhões de habitantes)

Objetivos:

Promover estratégias de desenvolvimento conjuntas

Harmonizar políticas dos Estados-Membros

Alcançar a segurança alimentar

Promover o desenvolvimento sustentável

Promover a paz e estabilidade

Mobilizar recursos para os programas de cooperação regional

Estruturas

Assembleia/ Cúpula de Chefes de Estado e de Governo

Conselho de Ministros

Comitê dos Embaixadores

União Interparlamentar

Fórum de Negócios

Fórum de Parceiros/ amigos de IGAD

Estruturas (outros órgãos)

Mecanismos de Alerta Precoce e de Reação aos Conflitos

Centro de Previsões e Aplicações Climáticas

Centro de Desenvolvimento das zonas pastoris e Pecuária

Iniciativa sobre resiliência à seca

Escola Técnica da Veterinária

Centro de Excelência de Prevenção e Luta contra Extremismo Violento

Escritórios especializados na Somália e Sudão

Reuniões

Assembleia de Chefes de Estado e de Governo (anualmente)

Comitê dos Embaixadores

Idiomas

Árabe

Francês

FUNIONAMENTO DA UNIÃO AFRICANA

Entre os órgãos estatutários mais importantes, destaca-se a Assembleia ou Conferência que é o órgão supremo da União Africana (UA), composto por Chefes de Estado e de Governo de todos os 55 Estados Membros. Cabe à ela determinar as políticas da União Africana, estabelecer as suas prioridades, adotar o seu programa anual e acompanhar a implementação das suas políticas e decisões. Além disso:

- Elege o Presidente e o Vice-presidente da Comissão da União Africana (CUA)
- Nomeia os Comissários da CUA, determina as suas funções e mandatos
- Admite novos membros na UA
- Adota o orçamento da UA
- Toma decisões sobre assuntos importantes da UA
- Altera o Ato Constitutivo em conformidade com os procedimentos estabelecidos
- Interpreta o Ato Constitutivo
- Aprova a estrutura, funções e regulamentos da Comissão da UA
- Determina a estrutura, funções, poderes, composição e organização do Conselho Executivo.

Em matéria de Paz e Segurança, a Assembleia/Conferência delegou os seus poderes ao Conselho de Paz e Segurança (PSC – *Peace and Security Council*) quando o Conselho se tornou operacional em 2004. Foi criado em 2003 para ser o órgão de decisão permanente para a prevenção, gestão e resolução de conflitos.

Em termos de evolução organizacional, a Assembleia da União Africana (UA) substituiu a Assembleia da Organização da Unidade Africana (OUA).

Das iniciativas marcantes dignas de menção, descrevem-se as seguintes:

Agenda 2063: “A África que queremos”

De forma sintética, a *Agenda 2063* apresenta os princípios do pan-africanismo, sendo a grande ambição dos líderes da Organização da União Africana. Deste modo, a *Agenda 2063* foi apresentada em abril de 2015, em Niamey, no Níger, acompanhada com o lema “A África que queremos”.

Nessa Agenda, existem *metas* de curto prazo que têm o propósito de estimular a efetivação das aspirações até 2063, como por exemplo: até 2020 todos os indícios de colonialismo no país africano deveriam ser abolidos e, com isso, os territórios estarão libertos com autodeterminação que tanto almejam. Inclusive em 2020, todas as armas deveriam ser silenciadas.

Em termos de *objetivos*, a *Agenda 2063* é voltada para as 8 áreas prioritárias, consideradas fundamentais para alçar a África a uma nova realidade:

- A identidade e renascimento africano;
- A contínua luta contra o (ne)colonialismo e pelo direito à autodeterminação;
- A integração continental;
- Desenvolvimento e transformação social e econômica;
- A paz e segurança;
- A governança democrática;
- A determinação do futuro do continente;

- O fortalecimento do espaço da África no mundo.

Dando especial atenção aos jovens, às mulheres e aos africanos e africanas na diáspora, a *Agenda 2063* reúne tais *objetivos* em 8 *aspirações primárias* a seguir descritas, com o estabelecimento de metas de curto (10 anos), médio (10-25 anos) e longo (25-50 anos) prazo, para a sua efetivação.

1ª Aspiração: *“Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável.”*

A primeira aspiração aborda questões de erradicação da pobreza e a prosperidade entre os cidadãos africanos. Também, sobre o padrão de vida da população, a qual, almejam ter acesso à educação sem distinção, bem-estar, atividades culturais e políticas, trabalhos dignos e oportunidades, investimento na ciência, a agricultura moderna e tecnológica e desenvolvimento sustentável.

2ª Aspiração: *“Um continente integrado; politicamente unido com base nos ideais do pan-africanismo e na visão do Renascimento da África.”*

Por sua vez, a segunda aspiração tem como matéria a liberdade, a independência política e a econômica. Além disso, desejam que a África seja mais unida, autossuficiente, pacífica, soberana e confiante. Por último, detalha a infraestrutura almejada pelo povo.

3ª Aspiração: *“Uma África de boa governação, democracia, que respeita os direitos humanos, justiça e Estado de Direito.”*

A terceira aspiração aborda o sonho de uma cultura universal com governação digna respeitando os direitos humanos, a justiça e Estado de Direito. A igualdade de gênero, acesso a preços acessíveis e a um poder judiciário imparcial, deixando a corrupção e impunidade ao passado, também é uma das metas para atingir *“a África que queremos.”*

4ª Aspiração: *“Uma África pacífica e segura. “*

Nesta aspiração é desejado que o continente africano tenha mecanismo de resolução pacífica. Na educação será proporcionada a cultura de paz para crianças e jovens. Além disso, a África ficará livre de conflitos armados, terrorismo, intolerâncias e outras práticas violentas.

5ª Aspiração: *“Uma África com uma forte identidade cultural, herança, valor e ética comuns.”*

A quinta aspiração possui uma grande influência da ideologia do Pan-Africanismo e a história da África. Aspiram que haverá respeito pela diversidade religiosa e que os ideais do Pan-Africanismo irão consolidar no território africano. A cultura e patrimônios africanos serão repatriados das antigas metrópoles e salvaguardados. Por outro lado, as mulheres e a juventude terão um papel muito importante para essa mudança.

6ª Aspiração: *“Uma África, onde o desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial do povo Africano, especialmente na mulher e na juventude, e nos cuidados à criança.”*

A penúltima aspiração disserta sobre a participação do povo africano nas atividades políticas, econômicas, ambientais e culturais, com isso, tornará um país inclusivo. Deste modo, crianças serão prioridade e as mulheres terão capacidade de exercer todas as atividades sem exceção, bem como, toda a violência contra esse grupo serão eliminadas.

7ª Aspiração: “África como ator, unida, resistente, forte e influente e parceira a nível mundial.”

A última aspiração finaliza com ideias de influências e parcerias da nação africana com os demais países ao redor do mundo. Assim, ambiciona-se que a África assumirá postos políticos, econômicos, sociais e de segurança a nível mundial e terá relações mais próximas com os órgãos internacionais.

De modo geral, a data encontrada no título da proposta africana (*Agenda 2063*) não é meramente ilustrativa, trazendo consigo um *caráter simbólico* e importante na história do continente, já que em 2063 completar-se-ão 100 anos da criação da Organização da Unidade Africana (OUA), a precursora da União Africana, que a substituiu nos anos iniciais do século XXI. Logo, além das metas de longo prazo trazerem 2063 como o prazo máximo para suas efetivações, a *Agenda 2063* atrela sua existência a dois movimentos importantes para o continente africano. O primeiro é o *Pan-Africanismo*, que ganhou destaque ao longo do século XX, principalmente por influenciar os movimentos de luta pela libertação, independência e emancipação, pelo resgate da história africana anterior à dominação europeia e pelo destaque dado à maior *integração e unidade* do continente. Já o segundo se refere ao *Renascimento Africano*, movimento característico dos anos finais da década de 1990 e das décadas iniciais do século XXI, que, dentre outros pontos, procura por uma nova inserção internacional do continente africano.

Os três documentos principais associados à *Agenda 2063*, são: o Documento Quadro, a Versão Popular, e o Plano de Implementação para a Primeira Década (2014-2023). Como ferramenta de visualização dos progressos alcançados pela *Agenda 2063*, existe ‘*Agenda 2063 Dashboard*’, um website desenvolvido e mantido pela Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD, em inglês), no qual estão disponíveis, *em tempo real*, os resultados atingidos em termos dos objetivos estabelecidos – que podem ser analisados nos âmbitos continental, regional ou nacional⁸¹.

O Plano de Implementação para a Primeira Década (PIPD) da *Agenda 2063* estabeleceu 20 objetivos que se dividem em 39 áreas prioritárias e mais de 260 metas específicas.

Em linhas gerais, ainda que pouco mais de 65% do período previsto para a implementação total do PIPD se tenha passado, o continente parece apresentar certo atraso na implementação das metas, de acordo com os dados disponibilizados no ‘*Agenda 2063 Dashboard*’.

II Relatório continental sobre a implementação da Agenda 2063

A União Africana (AUC) e a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) foram mandatadas pelos órgãos políticos da União Africana para coordenar e preparar relatórios de desempenho bienal a nível continental para monitorizar o progresso em direção aos objetivos e metas da *Agenda 2063*. Este segundo relatório continental, divulgado no passado mês de fevereiro, reúne relatórios de progresso de 38 dos 55 Estados-Membros da União Africana, cobrindo 69% do continente. O relatório analisa os progressos realizados na implementação da *Agenda 2063* em relação às metas estabelecidas para 2021.

A África iniciou a implementação do seu primeiro plano de dez anos (2014-2023), integrando e implementando a *Agenda 2063* em estratégias de desenvolvimento nacional e regional, alcançando um resultado global de 51% em comparação com as metas para 2021.

⁸¹ <https://www.nepad.org/agenda-dashboard>

Globalmente, o continente obteve resultados muito satisfatórios e significativamente melhores do que em 2019⁸².

CARACTERÍSTICAS DOS PROGRAMAS DE SAÚDE DA UNIÃO AFRICANA

Além da Agenda 2063, organização continental tem ainda dois programas de saúde: (a) a Estratégia Africana de Saúde, 2016-2030; (b) a Estratégia de Pesquisa e Inovação da Saúde para a África (HRISA, 2016-2030).

A *Estratégia Africana de Saúde*, (AHS - *Africa Health Strategy*, 2016-2030) traça os principais quadros políticos, mecanismos de prestação de contas como bem como os papéis e responsabilidades em relação à sua implementação. Dada a sua natureza – um instrumento continental destinado a orientar os Estados-Membros, estes últimos ostentam a principal responsabilidade pela sua implementação. Assim, o papel principal para a coordenação e a supervisão da AHS cabe aos Estados-Membros, com facilitação, coordenação e apoio dos órgãos da União Africana, REC, agências das Nações Unidas e outros parceiros.⁸³

A *Estratégia de Pesquisa e Inovação da Saúde para África* (HRISA - *Health Research and Innovation Strategy for Africa*, 2018-2030), adoptada em consonância com a agenda 2063 da União Africana (UA) e os ODS, reconhece a importância do investimento em pesquisa e inovação para confrontar os desafios que o continente africano enfrenta. Esta estratégia é um guia para os Estados-Membros e as CER sobre prioridades para a definição de agenda em pesquisa e inovação em saúde. A estratégia também serve como uma estrutura para o alinhamento das partes interessadas à pesquisa e inovação em saúde na África.⁸⁴

Criação do CDC África

Durante uma Cimeira Especial da União Africana sobre HIV/AIDS, Tuberculose e Malária (STM), realizada em Abuja, em Julho de 2013, os Chefes de Estado e de Governo reconheceram a necessidade da criação de um Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (CACPD) para levar a cabo pesquisas sobre os problemas de saúde prioritários em África e servir como uma plataforma para partilhar conhecimentos e desenvolver capacidades de resposta a ameaças e emergências de saúde pública. Neste contexto, a Conferência solicitou à Comissão para que elaborasse as modalidades de criação de um Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças. A solicitação foi reiterada através da decisão Assembly/AU/Dec.499 (XXII), emanada da 22.ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana (UA), realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro 2014, que reiterou a urgência de criar o Centro. Através da mesma decisão, a Comissão da UA foi ainda solicitada, em colaboração com o Governo da Etiópia e de outros Estados-membros interessados, a apresentar um relatório à Conferência até Janeiro de 2015, que incluía as implicações jurídicas, estruturais e financeiras da criação do Centro. E durante a I Reunião de Ministros Africanos da Saúde, coorganizada pela União Africana e OMS, realizada em Luanda, Angola, nos dias 16 e 17 de abril de 2014, os Ministros comprometeram-se com o seguinte:

⁸² https://au.int/sites/default/files/documents/41480-doc-2nd_Continental_Progress_Report_on_Agenda_2063_English.pdf

⁸³ https://au.int/sites/default/files/documents/30357-doc-final_ahs_strategy_formatted.pdf

⁸⁴ <https://www.nepad.org/file-download/download/public/120033>

- *implementação da Decisão da UA Assembly/AU/Dec.499 (XXII), que salienta a urgência de criação do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (CACPD), reconhecendo ao mesmo tempo os centros de excelência regionais existentes;*
- *criação de um grupo de trabalho multinacional até maio de 2014 para definir as modalidades e elaborar o roteiro para a criação do CACPD, incluindo as implicações, jurídicas, estruturais e financeiras relativas ao Centro.*

Em seguida, os Ministros solicitaram à Comissão e à OMS, em colaboração com os intervenientes relevantes (CDC's da China, EUA e União Europeia) para que prestassem apoio técnico para a criação do CACPD.

O surto do Ébola que eclodiu na África Ocidental chamou a atenção para a necessidade de ações e constitui um estímulo para acelerar a criação do CACPD para a detecção, prevenção e resposta imediata à doenças. Consequentemente, durante a XVI Sessão Extraordinária do Conselho Executivo da União Africana sobre o Ébola, realizada em Adis Abeba, a 8 de setembro de 2014, o Conselho decidiu, entre outras coisas, tomar todas as medidas necessárias para a criação rápida de um Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças, em conformidade com a Decisão *Assembly/ AU/Dec.499 (XXII)* sobre a criação do Centro, assegurar o seu funcionamento, bem como a criação de Centros Colaboradores Regionais até meados de 2015.

Em 31 de janeiro de 2017, a União Africana lançou formalmente o CDC África com a missão e visão seguintes:

- Uma África mais segura, mais saudável, integrada e próspera, onde os Estados-membros têm capacidade para prevenir e detectar doenças, bem como responder em conjunto a crises de importância para a saúde pública.
- A missão do CDC África é abordar as preocupações prioritárias de saúde pública em África, primeiro através da prevenção e, quando necessário, através da detecção e de respostas. Servirá também como uma plataforma para os Estados-Membros partilharem conhecimentos, partilhar lições, capacitar e prestar assistência técnica um ao outro.

Estrutura: O CDC África foi criado como uma instituição especializada da União Africana nos termos do número 2 do Artigo 5º do Ato Constitutivo. Os Princípios Orientadores, Quadro, Objectivos Estratégicos, Estrutura, Mandato e Funções foram definidos nos seus Estatutos próprios.

Centros Colaboradores Regionais (CR): na execução dos seus objetivos estratégicos e atividades, o CDC África é apoiado pelos CR. O recurso aos CR pode tornar realidade o objetivo de um CDC África sem fronteiras, que auxilia o continente no local onde o apoio é necessário, e não a partir de um local centralizado e distante. São 5 Centros Regionais Colaboradores a fim de assegurar que cada sub-região do continente: Norte (Egito), Oeste (Nigéria), Oriental (Quênia), Central (Gabão) e Austral (Zâmbia), seja representada.

Colaboração com a OMS e outros parceiros externos: O CDC África trabalha em estreita colaboração com os Escritórios Regionais da OMS para África e Mediterrâneo Oriental, a fim de maximizar as sinergias para o reforço da prevenção e monitorização local de doenças, melhorar o diagnóstico laboratorial de agentes patogénicos e reforçar a resposta de emergência a surtos. Também trabalha em estreita colaboração com a OMS no apoio aos países que satisfazem os requisitos, bem como mostrar que estão adequadamente preparados para responder às ameaças emergentes de doenças infecciosas. Também coopera com a Rede Africana de

Epidemiologistas de Campo (AFNET), Sociedade Africana de Medicina Laboratorial (ASLM) e Rede Africana de Diagnósticos (ANDI), etc.⁸⁵

A 35.ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (de 5 a 6 de fevereiro de 2022, em Adis Abeba) aprovou a passagem do CDC África para a agência de saúde autónoma da organização continental. A decisão, classificada como "*histórica*" pelo Diretor do CDC África, *John Nkengasong*, significa que a agência de saúde panafricana recebeu plenos poderes para operar de forma autónoma. Significa, entre outras atribuições, que a agência terá agora autonomia legal, institucional e operacional para, designadamente, servir de canal para mobilizar financiamento para construir as capacidades necessárias e adquirir ativos continentais vitais para a prevenção e controlo de doenças.

Até recentemente, o CDC África estava subordinada à Comissão da União Africana, tutelada pela Comissário para os Assuntos Sociais, dificultando a tomada de decisões caso haja necessidade de uma resposta urgente de mobilização de recursos para combater doenças. O CDC África também poderá fortalecer os sistemas nacionais de saúde na África, que começaram durante a pandemia de Covid-19, por via da formação e capacitação em todo o continente, melhorando a qualidade dos ativos e pessoal de saúde pública. O financiamento do CDC África provirá da União Africana, enquanto entidade independente, e o cargo de Diretor será elevado ao de Diretor-Geral que será equiparado a um Comissário da União Africana.

Algumas das preocupações que justificaram a criação do CDC África incluem o rápido crescimento populacional; o crescente e intenso movimento populacional no continente, com maior potencial para patógenos novos se transformarem em pandemias; doenças infecciosas endémicas e emergentes existentes, incluindo o Ébola; resistência antimicrobiana; aumento da incidência de doenças não transmissíveis e lesões; altas taxas de mortalidade materna; e ameaças representadas por toxinas ambientais, como escreveu o seu atual Diretor em 2017 na revista *Lancet*: "*Além dessas preocupações, os países africanos estão sobrecarregados com falta de recursos para a saúde pública, incluindo vigilância, redes de laboratórios, força de trabalho competente e experiência em pesquisa que dificultam a tomada de decisões com base em evidências*", acrescentou Nkengasong na *Lancet*. Durante a pandemia de Covid-19, o CDC África coordenou a estratégia de resposta continental da União Africana. E um dos principais objetivos era criar uma plataforma de suprimentos de insumos que atuasse como um balcão único para a aquisição de equipamentos de proteção individual pelos governos. Numa saudação ao novo estatuto do CDC África, conferido pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, *Chikwe Ihekweazu*, chefe do Centro da Organização Mundial de Saúde (OMS) para informações sobre pandemias e epidemias, escreveu no Twitter: "*Este é um grande momento para a saúde pública na África. Os nossos líderes falaram*"⁸⁶.

Criação da Agência Africana de Medicamentos

Em fevereiro de 2019, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo aprovou o instrumento jurídico para o estabelecimento da Agência Africana de Medicamentos (AMA) e instou os seus Estados Membros a assinarem e a ratificarem o Tratado para que este entre em vigor mais rapidamente possível (Assembly/AU/Dec.735 (XXXII)).

⁸⁵

<https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/4664/EX%20CL%20881%20%28XXVI%29%20 E.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

⁸⁶ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/uniao-africana-confere-autonomia-ao-africa-cdc_n1382722

A aprovação do Tratado para o estabelecimento da AMA estabelece uma via para a União rumo à criação de uma segunda instituição de saúde continental que contribua significativamente para a melhoria da prestação de serviços de saúde em todo o continente e rumo a uma melhor saúde geral dos cidadãos africanos, conforme previsto na Agenda 2063. A AMA será uma entidade com uma função reguladora a nível do continente, e nesta qualidade coordenará os sistemas reguladores em curso, fortalecerá e harmonizará os esforços das Comunidades

Econômicas Regionais (CER) reconhecidas pela União Africana, as Organizações Regionais de Saúde (RHO, em inglês) e os Estados-Membros, fornecerá orientação regulamentar, complementar e aprimorará a colaboração e contribuirá para melhorar o acesso dos pacientes a produtos médicos e tecnologias de saúde de qualidade, seguros e eficazes no continente.

Epidemias e pandemias múltiplas e concomitantes podem ocorrer ao mesmo tempo (COVID-19, Ebola e Zika), resultando em graves pressões nos sistemas de saúde, o que faz com que a colaboração continental seja de suma importância. Por exemplo, após a epidemia de Ebola na África Ocidental, o CDC África foi estabelecido pelos Chefes de Estado e de Governo com alguma urgência em 2015 (Assembly/AU/Dec.554 XXIV). À luz da mais recente pandemia da

COVID-19, o CDC África liderou e coordenou a resposta da União Africana à pandemia e levou a cabo várias ações para auxiliar os Estados Membros da UA. Sendo a AMA uma instituição de saúde complementar à CCD de África, esta deverá desempenhar um papel central através da rápida aprovação e monitorização de ensaios clínicos de vacinas e terapêuticas (*solidarity tests/conjunto de testes*); rastreamento rápido de avaliações conjuntas (incluindo nas CER); coordenar o início e a monitorização de suprimentos médicos primários; incentivar a fabricação local, pesquisa e inovação de produtos médicos.⁸⁷

A partir de 5 de novembro de 2021, a AMA entrou em vigor. Decorridos mais de dois anos após sua introdução, o Tratado foi agora ratificado por 17 Estados-Membros da União Africana – dois a mais do que era necessário – e foi assinado por muitos mais, tornando-se assim a mais recente parceria regional para fortalecer a capacidade de regulação de medicamentos e facilitar a harmonização regulatória em todo o continente africano, a fim de melhorar o acesso a medicamentos seguros, eficazes e com garantia de qualidade. Com suporte garantido de alto nível, a atenção agora deve mudar para questões estratégicas de como operacionalizar a AMA e configurá-la para o sucesso.

Cerca de treze Estados-Membros já manifestaram interesse em acolher a nova Agência Africana de Medicamentos, mas uma decisão da União Africana deve ainda ser tomada no próximo mês sobre onde estabelecer a futura sede da AMA. Essa decisão sobre uma sede prepararia também o caminho para o recrutamento de um Diretor-geral para a nova agência AMA. E se a seleção de Diretor-Geral estiver concluída até ao terceiro ou quarto trimestre de 2022, como previsto, *“a partir daí, a AMA estará pronta para a descolagem”*, afirmou Margareth Ndomondo-Sigonda, Chefe da Unidade de Saúde da Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (AUDA-NEPAD)⁸⁸.

⁸⁷ https://au.int/sites/default/files/documents/40875-doc-Africas_2nd_Continental_Health_Agency-Africa_Medicines_Agency_AMA_English_.pdf

⁸⁸ <https://healthpolicy-watch.news/13-african-nations-bids-new-ama/>

CARACTERÍSTICAS DAS COMUNIDADES ECONÔMICAS SUB-REGIONAIS E SEUS PROGRAMAS DE SAÚDE

As iniciativas de integração sub-regional em África têm uma longa história, que remonta ao estabelecimento da União Aduaneira Sul Africana (SACU) em 1910 e a Comunidade da África Oriental (EAC) em 1919. Desde então, foram formadas várias comunidades económicas sub-regionais em todo o continente, particularmente desde a década de 70. Atualmente, existem 8 agrupamentos económicos sub-regionais em África reconhecidos pela União Africana.

Hoje em dia, não há nenhum país em África que não seja membro de pelo menos uma comunidade sub-regional. Como se nota nos inúmeros acordos sub-regionais, tanto no continente como em todo o mundo, por conseguinte, a questão continua a suscitar grande interesse nas agendas política, económica e social dos países.

Para além dos acordos a nível regional, têm sido feitas tentativas para criar cooperação (e, em última análise, uma integração económica significativa) entre os países africanos a um

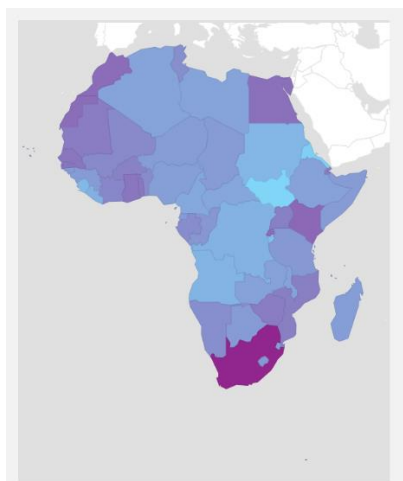
nível continental. Este esforço culminou com a assinatura do Tratado da Comunidade Económica Africana (ou o Tratado de Abuja) em 1991. Este Tratado entrou em vigor em 1994. Entre os objetivos da fase inicial do Tratado figura o de estabelecer uma cooperação económica a nível continental, fortalecendo a cooperação económica existente (e incentivando a formação de novas) comunidades económicas sub-regionais em todo o continente. Consequentemente, como alguns autores observaram, 8 CER dentro do continente foram consideradas como principais blocos de construção de uma iniciativa de integração à escala continental. A intenção e as declarações para formar um certo nível de unidade em todo o continente continua até hoje, como demonstrado na Declaração de Sirte (Líbia) de 1999 (que visava uma rápida implementação do tratado de Abuja) e a de Lomé (Togo), em 2000, que concordou em concretizar esse acordo.

O ímpeto da integração regional retira a sua lógica da teoria do comércio padrão, que estipula que o comércio livre é superior a todas as outras políticas comerciais. Como uma aplicação deste princípio básico, portanto, o comércio livre entre dois ou mais países melhoraria o bem-estar dos países membros.

O estado de integração regional

A importância e os benefícios da integração regional foram há muito acordados pelos líderes africanos. A questão é, em que medida é que este acordo se tornou realidade? A pontuação de África mostra que ainda há espaço considerável para melhorias em todas as cinco dimensões da integração regional:

- *Comercial*
- *Produtiva*
- *Macroeconómica*
- *Infraestrutura*
- *Livre circulação de pessoas*



A União Africana, a Comissão Económica das Nações Unidas para África e o Banco Africano de Desenvolvimento são as instituições responsáveis pela apresentação do Índice de Integração Regional Africana (ARII – *Africa Integration Index*)

O Índice de Integração Regional Africana (ARII) 2019 avalia o estado da integração regional e os esforços feitos pelos países que são membros das 8 Comunidades Económicas Regionais reconhecidas pela União Africana. Compara cada país com outros países da comunidade económica regional relevante e depois com todos os países

Índice de Integração Regional Africana (ARII)

O Índice de Integração Regional Africana (IIRA) 2019 avalia o estado de integração regional e os esforços feitos pelos países que são membros das oito (8) Comunidades Económicas Regionais (CER) reconhecidas pela União Africana. O Índice compara cada país com os outros da CER, e depois com todos os países africanos como um todo.

Porque é que alguns países e CER são mais integrados do que outros? Algumas respostas foram avançadas como proximidades geográficas. As provas mostram que os países com fronteiras comuns em geral aumentam geralmente o seu comércio de mercadorias, de bens e serviços e, frequentemente, reduzem os seus custos de transação. No entanto, ligações históricas, vantagens comparativas, as políticas regionais e a topografia também contribuem de alguma forma. Medindo a integração em cada país e em cada sub-região com base naquelas cinco dimensões, o Índice destaca os domínios onde as políticas dos países ou das respetivas Comunidades funcionam mais eficazmente. Também identifica áreas onde são necessárias melhorias a que os decisores políticos e outros atores podem recorrer para melhorar a atribuição de recursos e tomadas de decisão.

À luz dos recentes desenvolvimentos no continente, as mudanças estão à vista.

A Zona Continental de Comércio Livre (AfCFTA), que entrou em vigor recentemente, tornar-se-á na maior zona de comércio livre do mundo, com um mercado de mais de 1,2 bilhões de pessoas. Durante os próximos cinco anos, estima-se que 90% das tarifas sobre mercadorias serão eliminadas. À medida que os países e regiões tiram partido desse mercado alargado, a área sombreada no gráfico acima deverá expandir-se ainda mais. Espera-se que a produção de bens e serviços para exportação e o investimento em infraestruturas regionais aumentem. Os países também introduzirão melhorias noutros aspectos da integração regional (produção, políticas macroeconómicas, livre circulação de pessoas, educação, saúde, entre outros).

O ARII 2019 é a segunda edição, utilizando os dados mais recentes e fiáveis de 2016 e corrigindo algumas das suas deficiências. A mudança mais significativa é que o Índice de 2019 classifica os países africanos não só no seio da sua Comunidade Regional, mas também no contexto de África. Esta abordagem, que abre o caminho para a consolidação do pan-africanismo, permite que o Índice tenha em conta variáveis continentais tais como o ritmo de ratificação dos instrumentos que estabelecem a Zona Continental de Comércio Livre por países.

O relatório do Índice de Integração Regional em África de 2019 compõe-se de três componentes: os relatórios principal⁸⁹, técnico⁹⁰ e o de nota metodológica⁹¹.

Características dos programas de saúde das Comunidades Econômicas (Sub)Regionais

De forma geral, todas as CER têm saúde nas preocupações de integração regional. A diferença reside no espaço que é conferido à saúde na estrutura de cada Comunidade Econômica (Sub)Regional embora com isso não se possa afirmar categoricamente que o setor saúde tenha menos importância que os demais setores com maior visibilidade. A pandemia da Covid-19 e a resposta necessária de todos os países, trouxe a saúde para um elevado patamar de prioridades nunca antes visto e todas as Comunidades Econômicas (Sub)Regionais do continente africano não fugiram à regra. À semelhança do que aconteceu com a União Africana que estruturou o CDC África antes da eclosão da Covid-19, as Comunidades Econômicas (Sub)Regionais que dispunham de organizações de saúde estruturadas, como a OOAS da CEDEAO (África Ocidental), talvez experimentassem menos dificuldades de organização de resposta.

Veja-se o exemplo da *Comunidade Econômica da África Central*: na sua 8ª Sessão Ordinária, os Ministros da Saúde reunidos por videoconferência, em 2 de junho de 2021, decidiram sobre o acompanhamento da implementação das decisões relativas à operacionalização da *Organização de Saúde da África Central (OSAC)* que vem sendo preparada e protelada desde 2013 quando se estabeleceu o Fundo Comunitário de Saúde para a África Central (FCSAC – *Fonds Communautaire de la Santé pour l’Afrique Centrale*). A sede da Organização de Saúde da África Central (OSAC) será na Guiné Equatorial de acordo com a decisão tomada durante a IV Sessão Ordinária da Reunião de Ministros da Saúde, realizada em 2013 em Malabo.

Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS/CEDEAO)

- Harmonização das políticas;
- Informação Sanitária e Pesquisa para a Saúde;
- Luta contra as doenças;
- Epidemias e outras urgências sanitárias;
- Promoção da saúde;
- Medicamentos, Vacinas e outros produtos médicos;
- Medicina Tradicional;
- Saúde materna, neonatal, infantil, do adolescente, jovem e idoso;
- Infraestruturas e equipamentos de saúde;
- Governança do sistema da saúde;
- Recursos humanos da saúde;
- Assistência técnica aos Estados membros;
- Cooperação técnica e financeira

⁸⁹ <https://www.integrate-africa.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/ARII-Report2019-FIN-R40-11jun20.pdf>

⁹⁰ https://www.integrate-africa.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/ARII2019_technical_report_EN.pdf

⁹¹ https://www.integrate-africa.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/ARII2019_Methodological_Note_final_clean_23may2020.pdf

Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação da CEDEAO (PARI)

O Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação da CEDEAO (PARI - *Programme d'Appui à la Recherche et Innovation*) é um programa competitivo que visa selecionar os melhores projetos apresentados pelos pesquisadores de instituições de ensino, C&T e Inovação através de editais para as candidaturas.

O PARI é parte do Plano de Ação da Política Científica, Tecnológica e de Inovação da CEDEAO (ECOPOST, Eixo Estratégico 3, Atividades 3.2.1 a 3.2.3) e está estreitamente alinhado com o Quadro Estratégico Comunitário (2016-2020) da CEDEAO, a Estratégia da União Africana para a Ciência, Tecnologia e Inovação (STISA – *Science, Technology and Innovation Strategy for Africa* 2024), a Agenda 2063 da União Africana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Este programa está a ser implementado em resposta aos desafios que o sector de pesquisa enfrenta como a obsolescência e deterioração do equipamento e das infraestruturas, baixa produção dos investigadores, fraco desenvolvimento de programas de pesquisa regionais etc.).

A edição de 2020 do PARI selecionou dois consórcios seguintes: (a) um formado pelas universidades do Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Gana e Togo com proposta de um projeto de pesquisa considerado muito inclusivo por associar instituições e pesquisadores de três Estados-Membros de idiomas francês, inglês e português. O consórcio irá trabalhar nos domínios da farmacologia, microbiologia, biologia molecular, virologia e imunologia, promovendo a farmacopeia tradicional africana e contribuindo para o controle da Covid-19 e todas as outras doenças endémicas que ocorrem na região da CEDEAO26; (b) outro formado pelas Universidades Jean-Piaget de Cabo Verde, de Félix Houphouët Boigny da Costa de Marfim e do Gana. O tema de pesquisa deste consórcio: “*Observational Study and Galenic Formulation of Herbal Medicines for the Treatment of Malaria in three Member Countries of the Economic Community of West African States (ECOWAS)*”.

O montante atribuído é de 200.000 dólares americanos para cada consórcio. No segundo consórcio, a pesquisa envolverá também a Guiné Bissau. No entanto, não foi ainda dada a informação sobre que instituições e pesquisadores guineenses farão parte do projeto de pesquisa de um dos consórcios⁹².

A edição de 2021 do PARI está agendada para o início do quarto trimestre deste ano e centrar-se-á nas ciências da terra e da vida ou nas ciências básicas, tecnologia e inovação. A informação sobre os critérios de entrada será oportunamente divulgada à comunidade de investigação na África Ocidental.

Por exemplo, na sua 59^a Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO), reafirmou-se o compromisso de aprofundar o processo de integração na África Ocidental, aprovaram-se as principais recomendações contidas nos diferentes relatórios e, em seguida, apreciaram-se as seguintes questões específicas: a situação da Covid-19 e dos esforços desenvolvidos pelos Estados-Membros e pela *Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS)*. Os Chefes de Estado e de Governo encorajaram a *Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS)* a intensificar os seus

⁹² <https://www.ecowas.int/ecowas-research-and-innovation-support-programme-pari-awards-a-second-researcher-prof-jean-david-nguessan-receives-us200000-on-behalf-of-his-consortium>

esforços no que diz respeito à mobilização de parcerias para a produção local de vacinas na região. A Conferência felicitou o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) pelo lançamento de um mecanismo para ajudar os países africanos, incluindo os Estados-Membros da CEDEAO, a lidar com a pandemia, bem como pelo seu apoio aos países do G5 Sahel, visando o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde. Ela também felicita o BAD pelo apoio de 22 milhões de USD à *Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS)*. Além disso, um apelo foi lançado ao BAD para apoiar o estabelecimento de infraestruturas de saúde de qualidade e o desenvolvimento das indústrias farmacêuticas nos países da CEDEAO, nomeadamente o fabrico de vacinas.⁹³

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

A Política de Saúde da SADC planeia elevar o padrão regional de saúde para todos os cidadãos a um nível aceitável, promovendo, coordenando e apoiando os esforços dos Estados-Membros para melhorar o acesso a intervenções sanitárias de alto impacto. Este Quadro de Política de Saúde foi desenvolvido pelos Ministros da Saúde da SADC e aprovado pelo Conselho de Ministros em setembro de 2000. Propõe políticas, estratégias e prioridades nas seguintes áreas:

- Pesquisa e vigilância sanitária;
- Sistemas de informação sanitária;
- Promoção e educação em matéria de saúde;
- HIV/AIDS e doenças sexualmente transmissíveis;
- Controlo de Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis;
- Deficiências;
- Saúde reprodutiva;
- Desenvolvimento dos recursos humanos na área da saúde;
- Nutrição e segurança alimentar;
- Violência e abuso de drogas

O *Protocolo sobre Saúde* foi aprovado pelos Chefes de Estado da SADC em agosto de 1999 e entrou em vigor em agosto de 2004. Reconhecendo que uma população saudável é um pré-requisito para o desenvolvimento humano sustentável e o aumento da produtividade, o *Protocolo sobre Saúde* promove a cooperação entre os Estados-Membros em questões-chave de saúde. Reconhece que esta cooperação é essencial para o controlo de doenças transmissíveis e não transmissíveis e para abordar preocupações de saúde comuns, incluindo serviços de saúde de emergência, Gestão de Catástrofes, e compra agrupada de Medicamentos Essenciais.⁹⁴

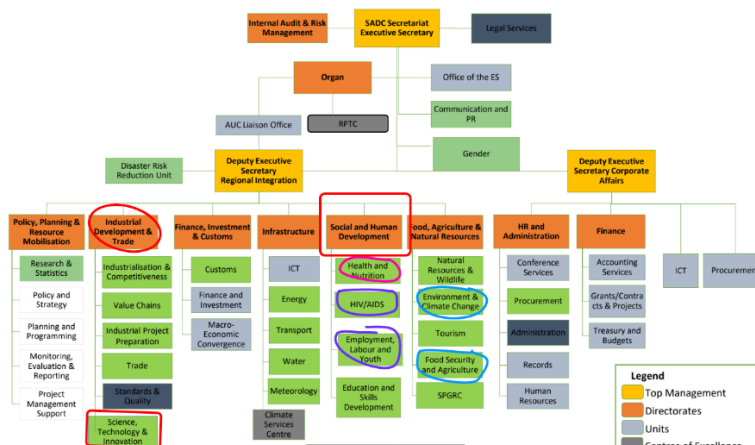
O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP - *The Regional Indicative Strategic Development Plan*⁹⁵) integra a saúde como uma prioridade no contexto do Desenvolvimento Social e Humano, da Pobreza e da Segurança Alimentar. Em particular, a atual pandemia de HIV/AIDS é tecida em todo o plano como uma questão que influencia a maioria dos fatores de desenvolvimento na região. Por esta razão, o HIV/AIDS é também abordado como uma questão transversal autónoma.

⁹³ https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2021/06/2021-06-20-PORT_Final-Communique%CC%81-VF.pdf

⁹⁴ <https://www.sadc.int/themes/health/>

⁹⁵ <https://www.sadc.int/about-sadc/overview/strategic-pl/regional-indicative-strategic-development-plan/>

Os órgãos responsáveis pela saúde e pelas áreas afins estão na estrutura organizacional do Secretariado da SADC:



Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)

A (Sub)Região COMESA caracteriza-se por elevados fardos de doenças transmissíveis e não transmissíveis. Vários fatores impulsionam o peso das doenças na (Sub)Região e na África como um todo. Entre elas estão: orçamentos de saúde inadequados, que muitas vezes estão aquém

do limiar da Declaração de Abuja de 15% dos orçamentos nacionais resultando em sistemas de saúde fracos e frágeis, que não permitem uma atuação proativa, eficiente e prevenção eficaz de doenças, diagnóstico e tratamento precoce de doenças e gestão de surtos de doenças; investigação e desenvolvimento médico limitados; deficiente retenção de pessoal médico qualificado; equipamento médico deficiente; transporte deficiente e infraestruturas de telecomunicações; concentração dos orçamentos nacionais de saúde em diagnóstico e tratamento de doenças transmissíveis conhecidas défices de pessoal formado para o tratamento de DND; acesso limitado à informação; envolvimento inadequado de comunidades; urbanização rápida e os seus assentamentos urbanos não planeados; sobrelotação e habitação desumana; má nutrição; acesso deficiente a água limpa e saneamento; degradação do ambiente; violência baseada no género, práticas sociais/culturais nocivas; guerras e conflitos.

O aumento da circulação pessoas e bens através das fronteiras tem resultado em risco acrescido de infecções por doenças transmissíveis, particularmente as sexualmente transmissíveis, HIV, cólera, malária, hepatite, tuberculose e febre amarela. As epidemias requerem respostas reforçadas e coordenadas de vários países, uma vez que não há um único país com capacidade de diagnosticar e tratar significativamente as epidemias e pandemias.

Preocupado com os efeitos negativos do fardo de doenças para a Integração Económica Regional e Desenvolvimento Sustentável, os Estados-Membros do COMESA através dos capítulo 14 e do artigo 110, e do capítulo 21 e do artigo 123 do Tratado previam a cooperação em matéria de Saúde e Desenvolvimento Social respectivamente. Esta preocupação foi reiterada na *Carta Social do COMESA* e através a decisão do Conselho de Ministros, em 2013, criar um ‘gabinete de saúde no Secretariado’ para promover a implementação de programas de saúde e concentrar-se em questões de saúde que afetam a (Sub)Região para além do HIV AIDS, especialmente, sexual e saúde reprodutiva e outras doenças transmissíveis; e promover a pesquisa e alavancando as melhores práticas, tais como o fabrico de medicamentos essenciais.

O desenvolvimento do Quadro de Saúde do COMESA baseou-se no Tratado, na Carta Social da COMESA e na Decisão do Conselho de Ministros sobre o estabelecimento de um Gabinete de Saúde no Secretariado para reforçar a cooperação dos Estados Membros em matéria de Saúde.

O Quadro procura fornecer orientação estratégica aos Estados-Membros em abordar as prioridades sanitárias e os principais desafios para reduzir o peso persistente da doença, fortalecer os sectores da saúde e utilizá-lo para apresentar os progressos alcançados.

O desenvolvimento do Quadro de Saúde COMESA 2016 - 2030 (CHF) envolveu principalmente a revisão de dados secundários de vários dados regionais, continentais e quadros políticos internacionais com os quais os Estados-Membros se comprometeram. Além disso, os processos envolveu consultas com as partes interessadas, incluindo peritos de Estados-Membros a Comissão da União Africana, Escritório Regional da OMS para África (OMS/AFRO), UNAIDS, UNFPA, UNESCO e ONU Mulheres.⁹⁶

Comunidade da África Oriental (EAC - East African Community)⁹⁷

Empreender uma ação conjunta para a prevenção e controlo de doenças transmissíveis e não transmissíveis e para controlar epidemias e pandemias de doenças transmissíveis e transmitidas por vectores que possam pôr em perigo a saúde e o bem-estar dos residentes da Comunidade e cooperar para facilitar a imunização em massa e outras campanhas comunitárias de saúde pública.

O movimento populacional frequente através das fronteiras dos cinco países representa um maior risco de propagação de doenças de um país para outro. O recente crescimento do comércio regional e das viagens na África Oriental aumentou a probabilidade de as epidemias de doenças envolverem mais do que um país. A resposta a uma tal emergência epidemiológica regional é complexa e envolve agências nacionais, regionais e internacionais. Um fluxo de informação eficiente e rápido através das fronteiras é, portanto, crucial para evitar que tais incidentes se propaguem além fronteiras. O restabelecimento da Comunidade da África Oriental (EAC) em 1999 proporcionou espaço para uma maior colaboração na área de vigilância da doença e do controlo e prevenção da propagação de epidemias. A fim de promover a realização dos objetivos em matéria de cooperação em atividades sanitárias prioritárias identificadas na (Sub)Região, tal como estabelecido no artigo 118º do Tratado para a criação da EAC, foram formados 5 Grupos de Trabalho Técnicos permanentes responsáveis pela abordagem e tratamento das seguintes questões sanitárias:

- Medicamentos e Segurança Alimentar;
- Controlo e prevenção de infeções sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS;
- Controlo e prevenção de doenças transmissíveis e não transmissíveis;
- Pesquisa, política e desenvolvimento de sistemas de saúde;
- Saúde reprodutiva, da criança, do adolescente e nutrição

O Departamento de Saúde da EAC desenvolveu vários quadros e instrumentos para responder aos desafios de saúde (sub)regionais e intervenções prioritárias. Estes incluem:

- O Plano Estratégico Multissectorial HIV AIDS (2008-2013)

⁹⁶ https://www.comesa.int/wp-content/uploads/2020/05/ENG_COMESA-Health-Framework.pdf

⁹⁷ <https://www.eac.int/health>

- Plano Estratégico Regional de Saúde Reprodutiva, EAC Plano de Ação Regional de Fabrico Farmacêutico (2012-2016)
- Projecto de Política Farmacêutica (Sub)Regional
- Projecto de Política (Sub)Regional de Segurança e Qualidade Alimentar
- O Plano Estratégico Regional sobre Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos na África Oriental (2008-2013)
- O Plano de Trabalho Bienal sobre Prevenção e Controlo de Doenças

Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)

A Divisão de Saúde e Desenvolvimento Social

O objetivo da Divisão é de melhorar a qualidade de vida das pessoas da (Sub)Região no sentido de uma maior esperança de vida. A Divisão engloba todas as questões de desenvolvimento humano e a atualização do capital humano na (Sub)Região IGAD, com enfoque na juventude, crianças, mulheres e outras populações vulneráveis. O mandato da Divisão consiste em coordenar, implementar e supervisionar os projetos regionais de saúde para a população vulnerável. Também fornece serviços de saúde e serviços sociais básicos à população mais necessitada (população móvel transfronteiriça, refugiados, retornados, deslocados internos, população pastoril) a fim de melhorar o desenvolvimento para a população da (Sub)Região.

Áreas de intervenção:

- Protocolo IGAD para a Vigilância da Qualidade dos Medicamentos em áreas transfronteiriças selecionadas;
- Inaugurado em 2021, em Adis Abeba, o Centro Regional de Excelência do Câncer. Este centro está estimado em 500 milhões de dólares americanos Estados Unidos e foi estabelecido pela decisão do Conselho de IGAD em 2012. Espera-se que seja um contribuinte-chave na luta global contra o câncer⁹⁸;
- Os Ministros da Saúde dos Estados-Membros da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) aprovaram em março do corrente ano a Declaração sobre Iniciativas de Saúde dos Refugiados e Transfronteiriços ao concluírem a sua 13ª Reunião do Comité Ministerial da Saúde da IGAD em Mombaça no Quênia;

De acordo com as declarações do Secretário Executivo, a 13ª Reunião do Comité Ministerial da Saúde serviu de lançamento de uma base firme para o futuro da política de saúde na (Sub)Região, subscrevendo-se a uma série de políticas e estratégias (Sub)Regionais, bem como as recomendações do respetivo programa.⁹⁹

⁹⁸ <https://igad.int/igad-to-officially-inaugurate-its-regional-cancer-centre-of-excellence/>

⁹⁹ <https://igad.int/igad-health-ministers-commit-to-scale-up-health-services-for-refugees-and-cross-borders/>

Governança em saúde na Europa

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A agenda política da União Europeia (UE) é definida pelo [Conselho Europeu](#), materializada nas conclusões emanadas de suas reuniões e na agenda estratégica. Estas conclusões identificam questões que preocupam a UE e definem medidas a tomar ou objetivos a atingir. Em 2019, o Conselho Europeu acordou sobre uma [agenda da UE para os próximos 5 anos](#) (2019-2024), centrada em 4 prioridades¹⁰⁰¹⁰¹:

1. Proteger os cidadãos e as liberdades;
2. Desenvolver uma base econômica forte e dinâmica;
3. Construir uma Europa com impacto neutro no clima, verde, justa e social;
4. Promover os interesses e valores europeus na cena mundial.

Presidido pelo belga Charles Michel – reeleito este ano -, o Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros para definir orientações gerais. Seus projetos são traduzidos em propostas legislativas pela [Comissão Europeia](#), que são posteriormente alteradas e votadas pelo [Parlamento Europeu](#) e pelo [Conselho da União Europeia](#). Sim, o Conselho Europeu é diferente do Conselho da União Europeia, este composto por ministros dos países membros, a quem cabe apreciar as alterações propostas pelos eurodeputados¹⁰², acelerando ou retardando a análise de um texto legislativo. Em alguns casos, o Conselho pode legislar sozinho, contexto no qual o papel do Parlamento fica limitado à consulta¹⁰³.

O Conselho da União Europeia começou o ano sob a presidência rotativa da França e para o próximo semestre, a presidência estará com a Tchêquia. No início do mandato, o também reeleito presidente francês, Emmanuel Macron, dizia que a presidência francesa da União Europeia (UE) teria como objetivo "avançar em direção a uma Europa poderosa no mundo, totalmente soberana, livre nas suas escolhas e capaz de comandar o próprio destino." O que a guerra na Ucrânia tem revelado, no entanto, é uma Europa dependente em setores estratégicos, como energia, segurança e alimentos, incapaz de promover um acordo que viabilize a paz. A política das sanções contra a Rússia começa a alcançar limites que geram prejuízo a países, assim como os fluxos migratórios sobrecarregam os sistemas de saúde dos países limítrofes. A UE tem papel fundamental para o alcance de uma saída diplomática, e precisa exercê-lo.

De acordo com a [Agência das Nações Unidas para Refugiados](#) (UNHCR), mais de 5,8 milhões de pessoas já cruzaram as fronteiras da Ucrânia, desde 24 de fevereiro. Destas, mais de 3 milhões foram para a Polônia, 880 mil para a Romênia, 739 mil para a Rússia, e aproximadamente 500 mil para Hungria, República da Moldávia e Eslováquia. Em sentido inverso, desde 28 de fevereiro, 1,5 milhão de pessoas retornaram à Ucrânia. A Agência explica que este número não foi deduzido do número total de refugiados, por refletir movimentos

¹⁰⁰ <https://www.consilium.europa.eu/pt/european-council/role-setting-eu-political-agenda/>

¹⁰¹ <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2019/06/20/a-new-strategic-agenda-2019-2024/>

¹⁰² Quando não há aprovação, o Parlamento tem três meses para aceitar a posição do Conselho, alterá-la novamente ou rejeitá-la, caso em que a proposta não é adotada.

¹⁰³ <https://www.rfi.fr/br/europa/20220101-fran%C3%A7a-assume-presid%C3%Aancia-rotativa-da-uni%C3%A3o-europeia-%E2%80%93-entenda-como-funciona>

transfronteiriços, que podem ser pendulares e não indicam necessariamente retornos sustentáveis, pois a situação está em constante mudança, altamente volátil e imprevisível.

A política de saúde pública da UE, evoluiu com tratados firmados ao longo dos anos, tendo ficado centrada em ameaças transfronteiriças e cooperação com organizações internacionais multilaterais e terceiros países. O processo de integração europeu em políticas sociais, é marcado por controvérsias, que no setor da saúde, se agravam devido à existência de grandes diferenças nos sistemas de saúde domésticos¹⁰⁴. A UE não tem mandato para atuar na área da saúde. Os ministérios e sistemas de saúde nacionais são autônomos em suas decisões e ações, fato que pode dificultar a coordenação e harmonização de ações, como visto com a fragmentação de ações no enfrentamento à pandemia de Covid-19. Por outro lado, o bloco dispõe de mecanismos para ajuda e resposta conjunta em cenários de crise, como viabilizado para a compra conjunta de vacinas. Assim, a resposta da UE à crise sanitária, mescla elementos de coordenação e fragmentação.

Observa-se, entretanto, que a pandemia colaborou para intensificar o processo de integração europeu, com a criação de uma União Europeia da Saúde, European Health Union (EHU). Este processo vem se aprofundando com o fortalecimento dos mandatos do Centro de Controle de Doenças Europeu (ECDC na sigla em inglês) e da Agência Europeia de Medicamentos (EMA na sigla em inglês) – para fortalecer seu papel e capacidade de vigilância - e com a criação de uma nova agência da UE para a preparação biomédica, a [Autoridade Europeia de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias](#) (Hera, sigla em inglês para Health Emergency Preparedness and Response Authority).

Mais recentemente, a Comissão Europeia está apresentando um regulamento para criar o [Espaço Europeu de Dados de Saúde \(European Data Health Space, EHDS\)](#), com financiamento pelo programa EU4Health. Primeiro espaço de dados comum da UE em uma área específica a emergir da [Estratégia Europeia de Dados](#), o Espaço digital da saúde envolve regras, normas e práticas comuns, infraestruturas e um quadro de governança. A ideia é que os cidadãos da UE controlem seus dados de saúde e os compartilhem de forma voluntária. Pretende-se ter uma infraestrutura de acesso a dados interoperável para facilitar a análise transfronteiriça segura de dados de saúde até 2025. Para este ano, estão previstas a apresentação de um ato de governança de dados, que apoiará a reutilização de dados públicos sensíveis, como os da saúde. Para o próximo ano, está prevista a proposta legislativa sobre um espaço europeu de dados de saúde.

As propostas da Comissão, debatidas pelo Parlamento e aprovadas pelo Conselho, reformulam o quadro jurídico da UE em relação a ameaças sanitárias transfronteiriças graves e ao papel das agências europeias de saúde, conformando a EHU, cujo desenho proposto inclui Pacote de Resposta, Estratégia Farmacêutica para assegurar disponibilidade de medicamentos e o *Europe Beating Cancer Plan*. A EHU visa preparar para as próximas pandemias, investindo no desenvolvimento e fabricação de vacinas e medicamentos de ponta e capacidade de pesquisa, para fortalecer a autonomia estratégica na área da saúde e o posicionamento estratégico da

¹⁰⁴ Bianculli, A, Ribeiro Hoffmann, A. *Regional Organizations and Social Policy in Europe and Latin America: A Space for Social Citizenship?* Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

indústria europeia de saúde¹⁰⁵. A Comissão propôs um Roteiro para a revisão da legislação farmacêutica geral em 2022 e abriu consulta pública para debate¹⁰⁶.

O Pacote de Resposta pressupõe vigilância permanente e mecanismos rápidos de alerta e resposta. Busca reforçar a coordenação regional, com a revisão dos mandatos do ECDC e da EMA, e com a criação da Hera. Esta última, visa preparar a Europa para o aumento das variantes do coronavírus e outras pandemias, envolvendo pesquisadores, empresas de biotecnologia, fabricantes e autoridades públicas para atuar na detecção, incentivar o desenvolvimento de vacinas novas e adaptadas, aumentar a velocidade do processo de aprovação destas vacinas e garantir a ampliação da capacidade produtiva¹⁰⁷. A Comissão agirá em nome do bloco, numa cooperação público-privada com os Estados-membros, reguladores, empresas e comunidade científica. As Agências trabalharão em conjunto¹⁰⁸.

A Estratégia Farmacêutica, visa modernizar o quadro regulamentar e apoiar a indústria na promoção de pesquisas e tecnologias que atendam às demandas de tratamento, abordando falhas de mercado e melhorando as cadeias de suprimento da Europa¹⁰⁹. Está associada à quatro pilares: garantir medicamentos a preços acessíveis e responder a demandas médicas não atendidas; apoiar a competitividade, a inovação e a sustentabilidade da indústria farmacêutica da UE e o desenvolvimento de medicamentos; reforçar os mecanismos de preparação e resposta a situações de crise, com cadeias de abastecimento diversificadas e seguras para evitar a escassez de medicamentos; garantir uma presença europeia forte no mundo, ao promover um elevado nível das normas de qualidade, eficácia e segurança¹¹⁰.

Enquanto a EHU se consolida, o bloco vem utilizando os programas existentes para responder à crise sanitária, que se agrava com as migrações forçadas pela guerra na Ucrânia. Tendo enfrentado inúmeras crises, a União Europeia [gradualmente implementou mudanças políticas e institucionais](#) para aumentar sua capacidade de lidar com emergências. A palavra de ordem é “resiliência”: a capacidade não apenas de resistir e lidar com desafios, mas também de passar por transições de maneira sustentável, justa e democrática. As ferramentas e regras desenvolvidas para gerenciar crises e fortalecer a resiliência do bloco são: mecanismo de proteção civil; resposta integrada à crise política; preparação e resposta a emergências de saúde; proteção de redes e sistemas de informação; e proteção de infraestrutura crítica.

Independentemente dos períodos de crise, na área da saúde, a [EMA](#), atua na avaliação e supervisão de medicamentos, em benefício da saúde pública e animal na UE, sendo a responsável pela aprovação de tratamentos e vacinas, quanto à segurança e eficácia.

O [ECDC](#), é uma agência da UE que visa fortalecer as defesas da Europa contra doenças infecciosas. As funções principais abrangem vigilância, inteligência epidêmica, resposta, aconselhamento científico, microbiologia, preparação, treinamento em saúde pública, relações internacionais, comunicação em saúde e a revista científica Eurosurveillance. É o ECDC quem monitora e fornece informações sobre a situação epidemiológica da Covid-19. Dentre suas

¹⁰⁵ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-hera-incubator-anticipating-threat-covid-19-variants_en.pdf . Acesso:30/09/21

¹⁰⁶ https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/12963-Revisao-da-legislacao-geral-da-UE-em-materia-de-produtos-farmaceuticos_pt . Acesso:30/09/21

¹⁰⁷ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_641 . Acesso:30/09/21

¹⁰⁸ https://ec.europa.eu/health/security/overview_pt . Acesso:30/09/21

¹⁰⁹ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_2173 . Acesso:30/09/21

¹¹⁰ https://ec.europa.eu/health/human-use/strategy_pt . Acesso:30/09/21

[publicações](#) também se destaca o Relatório de Ameaças de Doenças Transmissíveis (CDTR), boletim semanal para epidemiologistas e profissionais de saúde sobre ameaças ativas à saúde pública. [A última edição](#), que abrange o período de 1 a 7 de maio de 2022, inclui atualizações sobre Covid-19, Influenza, a chegada de pessoas deslocadas da Ucrânia para a UE após a invasão da Ucrânia pela Rússia, hepatite, Ebola, síndrome respiratória do Oriente Médio coronavírus, chikungunya e dengue.

A OMS Europa, trabalha em colaboração com o ECDC. Ultimamente, a preocupação com os impactos à saúde gerados com a guerra da Ucrânia têm sido a tônica principal de suas ações e dos discursos de seu diretor regional, Hans Kluge. A OMS Europa tem importante atuação no apoio logístico e divulgação científica.

No campo da saúde global e da diplomacia da saúde, a UE se posiciona pelo fortalecimento do multilateralismo, espaço no qual busca exercer liderança. Na emergência sanitária do Coronavírus, sua atuação foi marcada pelo apoio à OMS e, em especial, à Conferência de doadores, convocada para financiar o desenvolvimento de diagnósticos, vacinas e tratamentos para a Covid-19. Atualmente, os temas centrais da agenda da saúde global são o tratado contra pandemias - proposto pelo Conselho Europeu -, e pelas negociações em curso na OMC, com vistas à suspensão de direitos patentários de produtos destinados ao tratamento da Covid-19, cuja posição do bloco é contrária.

A atuação da UE na saúde global, se baseia, principalmente, na função de doador e provedor, em detrimento de um papel mais facilitador, parceiro ou normativo – exceto no âmbito da OMS. A pandemia é vista como um divisor de águas que pode levar a um papel político global mais audacioso¹¹¹. Sua capacidade de doação e mobilização de recursos para o programa Covax, tem sido enfatizada, assim como sua posição de maior exportadora mundial de vacinas contra a Covid-19. No entanto, sua efetiva participação se mostrou tímida. Com um estoque de vacinas superior ao da população vacinável, a UE contribui para o enfraquecimento do sistema multilateral. Esse quadro se agrava ao considerar as doações de vacinas (não) realizadas pelo bloco. O mecanismo Covax¹¹² está esvaziado, com um padrão de doações que não se dá pela via multilateral. O multilateralismo é reforçado na retórica e enfraquecido na prática, por iniciativas que não colaboram para o seu fortalecimento, como as doações bilaterais – que geram maiores relações de poder. A UE se anuncia como grande doadora de vacinas, mas as informações sobre as doações não estão disponíveis e a contabilidade do bloco, diz respeito a doações feitas pelos países individualmente.

Nesta semana, [encerrou-se a Conferência sobre o Futuro da Europa](#), uma jornada de um ano de discussões entre cidadãos e políticos, que culminou num relatório com 49 propostas e mais de 300 medidas de acompanhamento das instituições da UE em diversos temas, dentre os quais: alterações climáticas e meio ambiente; saúde; uma economia mais forte, justiça social e empregos; UE no mundo; segurança; transformação digital; democracia europeia; e migração.

O [parlamento europeu decidiu](#) por ampla maioria apoiar as propostas apresentadas pelos cidadãos. Para isto, os eurodeputados aprovaram uma resolução que defende uma revisão dos tratados fundacionais da União Europeia para dar respostas às propostas. Entre as propostas de revisão se destacam a simplificação da arquitetura institucional da UE, uma maior transparência e prestação de contas no processo das tomadas de decisões. As propostas de

¹¹¹ Berger, S. *The role of the European Union in global health: The EU's self-perception(s) within the COVID-19 pandemic*. In: **Health policy**, vol. 125, n. 11. Berlim: Elsevier, 2021.

¹¹² <https://healthpolicy-watch.news/china-vaccine-donations-africa-pandemic/> . Acesso:30/09/21

reforma dos tratados serão elaboradas pelo parlamento e posteriormente, submetidas ao Conselho Europeu, que poderá convocar uma Convenção. Porém, a eventual revisão dos tratados deverá ser ratificada pelos Estados-membros do bloco, sendo que alguns deles a legislação exige a realização de um referendo.

Os desafios da União Europeia estão crescendo. Como se não bastasse a crise sanitária que transbordou para outras, o continente vive uma guerra cujos efeitos também transbordam. Além das gravíssimas consequências humanitárias, ambos episódios trouxeram graves consequências e ameaças econômicas e sociais. Em meio a todo esse caos e tentativa de reorganização, a Conferência sobre o Futuro da Europa, propõe mais mudanças. A história segue seu fluxo.

Oriente Médio e Ásia Pacífico: similaridades os aproximam na nova ordem mundial

Lúcia Marques

INTRODUÇÃO

A Ásia Pacífico (AP) e o Oriente Médio (OM) abrigam 71 países, com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, diferentes realidades geográficas, climáticas, políticas e geopolíticas. É lá que estão os países mais populosos do mundo e alguns dos mais ricos. E também os mais vulneráveis às mudanças climáticas, com temperaturas em elevação, escassez de água ou grandes inundações, degradação do solo, incêndios florestais e êxodo rural. Muitos deles abrigam centenas de refugiados e enfrentam o retrocesso na implementação da Agenda 2030. A insegurança alimentar por conta do aumento da pobreza, dos conflitos – antigos e novos – e dos eventos extremos climáticos começam a se tornar mais críticos com a guerra russo-ucraniana.¹¹³

E têm muitas similaridades, uma vez que abrigam culturas milenares e muitas etnias e, em algum momento de suas histórias, ambas as regiões sofreram influências do colonialismo europeu e do redesenho do mundo pós-Segunda Guerra Mundial. E nos últimos anos vivem a pressão do poderio americano, que se move de acordo com seus interesses. Atualmente, o foco é o Indo-Pacífico e a disputa contra a China. Mesmo com a guerra russo-ucraniana em andamento.

Esses contextos culturais, históricos, geográficos, de segurança e paz e econômicos que estressam governos, atraem interesses, geram conflitos, influenciam políticas públicas e desembocam em crises humanitárias e sofrem as influências da geopolítica e da nova ordem mundial. Escolher o lado errado da história pode ser crítico.

CONTEXTOS

Oriente Médio: tradição de conflito, não de paz

Região estratégica onde o Leste encontra o Oeste, o OM é rico em petróleo, gás, pedras preciosas, terras raras; é centro de peregrinação – berço das três maiores religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo; tem acesso ao mar Mediterrâneo, ao mar do Golfo, à África e ao oceano Índico; despertou e ainda desperta muitos interesses. E muitas rivalidades.

Esse conjunto de riquezas minerais e de tradições religiosas transforma a região num caldeirão de rivalidades e de disputas entre potências: sunitas e xiitas¹¹⁴; árabes e judeus¹¹⁵; presença ou apoio a aliados, sempre militarmente, dos EUA e da Rússia. Mas outras rivalidades contribuem para a atual instabilidade regional. Israel (apoiado pelos EUA) e Irã (rival dos EUA) protagonizam uma guerra indireta. Situações que favoreceram, mais cedo ou mais tarde, o

¹¹³ Ver em [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 06 - 2022](#), p. 133-141

¹¹⁴ Essa rivalidade é tão antiga quanto a própria religião e teve origem após a morte de Maomé (632 d.C.), com a disputa em torno da sua sucessão e seu legado. Sunitas são maioria no mundo islâmico e têm na Arábia Saudita seu maior representante. Xiitas são minoria e são representados pelo Irã.

¹¹⁵ A questão palestina vem de longa data e é complexa. Ambos judeus e palestinos acreditam possuir direitos históricos na região e sobre Jerusalém.

surgimento de grupos fundamentalistas e jihadistas¹¹⁶ como Al Qaeda, Estado Islâmico, Talibã; e de resistência antijudaica, como Hezbollah, Hamas, Houthis.

Outro contexto que precisa ser lembrado é o da Primavera Árabe. Período de transformações que começou na primavera de 2010, com a morte de um vendedor de frutas na Tunísia, e deflagrou onda de protestos e revoluções no Oriente Médio e no norte africano, quando a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições de vida, com consequências importantes até hoje. Alguns protestos terminaram pacificamente, outros se transformaram em longas guerras civis, como na Líbia, na Síria e no Yemen. Infelizmente, os ganhos no campo dos direitos foram poucos ou se reverteram em crises humanitárias. Já são milhões de refugiados e deslocados. Afeganistão, Líbano, Palestina, Gaza e Iraque se somam a esses exemplos de conflitos e caos, envolvendo ditadores se perpetuando e movimentos antissionistas.

Vivenciando esses acontecimentos antigos e novos na região, mais a necessidade urgente de recuperar a economia, melhorar as estruturas sociais – maior fragilidade da pandemia – e, simultaneamente, trabalhar os agravos dos eventos climáticos – claro, com a *ajudinha* da retirada dos EUA do Afeganistão e do Iraque, distensionando as relações –, os países começam a conversar entre si e com seus vizinhos asiáticos para buscar estabilidade regional, melhorar a governança, avançar nas relações comerciais, garantir avanços na saúde, acesso à água e à energia e investir em infraestruturas, principalmente verdes. Nesse cenário geopolítico que vai se configurando com novos atores, várias reuniões e conversas foram estabelecidas.

Ainda é cedo para saber se esses novos arranjos trarão um pouco mais de paz, segurança e retomada econômica para as populações da região. Tarefa hercúlea para uma região que vive em constante insegurança, que tem tradição de conflito e não de paz. Aos grupos fundamentalistas, interessa perpetuar as tensões. As rivalidades entre Arábia Saudita e Irã e entre Israel e Irã podem fragilizar a evolução do novo cenário.

Ásia Pacífico: onde o futuro tecnológico está

Essa grande região, que engloba também as nações da Ásia Central, reúne 59 países; abriga mais da metade da população mundial e concentra algumas das maiores potências econômicas. É berço das três mais antigas civilizações: chinesa, do vale do Indo e aborígenes australianos. São gigantes como a China ou pequenas nações insulares, como Niue¹¹⁷. Apesar da heterogeneidade das economias, diferentes religiões e culturas, pode-se dizer que a região se desenvolveu em harmonia e tolerância – embora a atual onda de ódios e de intolerância étnica e religiosa já esteja chegando à região, fazendo reviver lutas separatistas, como mulçumanos *versus* hindus. Ou a perseguição islamofóbica¹¹⁸ aos Rohingya, minoria mulçumana de Myanmar,

¹¹⁶ Jihad, em árabe, significa *esforço* ou *luta*. No islã, pode significar a luta interna de um indivíduo contra instintos básicos, o esforço para construir uma boa sociedade muçulmana ou uma luta armada contra os infiéis. Os jihadistas acreditam que a luta violenta é necessária para erradicar os adversários do islão e impor a Lei Islâmica, a Sharia.

¹¹⁷ Localizada próxima à Nova Zelândia, é uma das maiores ilhas de coral do mundo. É um dos vulneráveis ao aumento do nível dos oceanos. É membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da OMS Pacífico Ocidental.

¹¹⁸ Saiba mais sobre ISLAMOFOBIA em [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 01 - 2022](#), p. 149-158 (153)

que hoje são apátridas, vivendo em acampamentos em países vizinhos, especialmente em Bangladesh.¹¹⁹

Atualmente esses países vivem o crescimento das tensões americanas sobre a China: pressão militar, articulação com aliados, acusações sobre direitos humanos e sanções econômicas, que no fundo são uma disputa sobre tecnologia e nano tecnologia. Afinal, também é na região que está o futuro da tecnologia verde.

SIMILARIDADES QUE APROXIMAM

Na AP e no OM estão muitos dos países identificados pelo Escritório da ONU - [UN-OHRLLS](#) como [países menos desenvolvidos](#) LDCs (46 países da AP, OM e África), [países em desenvolvimento sem litoral](#) LLDCs (**32 países**¹²⁰) e [pequenos estados insulares em desenvolvimento](#) SIDS (38 países¹²¹). Em ambas as regiões, tanto a Covid-19 como o agravamento das mudanças climáticas trouxeram à tona muitas fragilidades ([Marques, 2020](#)) decorrentes de políticas públicas equivocadas ou da ausência delas, como sistemas de saúde frágeis ou ausentes, situação precária e falta de proteção social aos trabalhadores migrantes e ausência de legislação para o direito das mulheres; trouxe à tona a urgência da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas e do usos das novas tecnologias; exacerbou divergências e, ao mesmo tempo, mostrou a importância da cooperação, da diversificação das cadeias de suprimentos e agroalimentar e do financiamento/investimento em infraestruturas sustentáveis de transportes e de saúde e tecnologias verdes. No Oriente Médio, os conflitos antigos e novos, se somaram às fragilidades e à urgência climática e, por consequência, alguns países vivem crises humanitárias sem precedentes (Síria, Afeganistão, Yemen), o que contribuiu para o aumento do número de refugiados e deslocados, colapsando os sistemas de saúde já precários. E já começam a enfrentar as crises energéticas, econômicas e agroalimentares decorrentes da guerra russo-ucraniana. Saiba mais em [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 06 - 2022](#), p. 133-141.

A pandemia mostrou que os sistemas de saúde devem ir além da cura das doenças, de cuidados hospitalares, primários e comunitários. Deve-se entender e assumir todos os aspectos que envolvem o bem-estar, isto é, a saúde e seus determinantes sociais e econômicos: moradia, alimentação, educação, saneamento, trabalho, meio ambiente, paz e segurança. O atraso social da pandemia nas duas regiões será sentido ainda neste ano de 2022 e além: crianças fora da escola, perda de emprego, inflação, interrupção de tratamento e vacinação para outras doenças etc. Cenários agravados pela piora dos eventos climáticos extremos e conflitos provocados por eles.

¹¹⁹ Nação do sudeste asiático, faz fronteira com Índia, Bangladesh, China, Laos e Tailândia. Com 135 grupos étnicos, o país, majoritariamente budista. Saiba mais em [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 01 - 2022](#), p. 149-158 (151).

¹²⁰ Países com falta de acesso territorial ao mar, com isolamento dos mercados mundiais, altos custos de trânsito, envolvendo complexos processos de travessia de fronteira, terrenos difíceis, etc. Em muitos casos, os vizinhos de trânsito são países em desenvolvimento e muitas vezes enfrentam desafios econômicos semelhantes. Os altos custos de transporte corroem a vantagem competitiva dos LLDCs, desencorajam os investidores. O Kazaquistão tem a maior distância do mar (3.750 km), seguido pelo Afeganistão, Chade, Níger, Zâmbia e Zimbábue, com distâncias da costa marítima mais próxima de 2.000 km.

¹²¹ Países insulares que enfrentam vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais únicas; localizados no Caribe, no Pacífico e no Atlântico, no Oceano Índico e no Mar do Sul da China (AIS). Vivem questões como tamanho populacional, distâncias de rotas comerciais, pequena extensão territorial, ou estão localizados em rota de ciclones e tempestades tropicais. Ex.: Tonga e Ilhas Marshal

A vacinação contra a Covid-19 se mostrou uma ótima arma. E mostra que tornar a vacina acessível a todos os países é urgente. Mas não se trata só de fazer chegar vacinas aos países mais vulneráveis, trata-se de facilitar/criar a infraestrutura para que a vacinação aconteça; muitos países de baixa e média renda não têm tradição de campanhas de imunização em massa, como as realizadas nos países ocidentais, e ainda carecem de sistemas organizados para a entrega em escala de vacinas e de pessoas capacitadas para aplicar as vacinas. Muitos deles vivem a realidade dura dos conflitos, que geram deslocados e refugiados, destruição de infraestruturas de saúde, de alimentação, de energia; outros precisam lidar com doenças como malária, poliomielite, sarampo, cólera e tuberculose. Países do Oriente Médio, da Ásia Pacífico e da África vivem essa realidade.

Ao mesmo tempo, os grupos de países dessas regiões, que enfrentam os mesmos desafios, apesar de suas especificidades, olharam para as fragilidades e deficiências e viram o momento como uma oportunidade para promover mudanças estruturais e uma recuperação pós-covid inclusiva e verde. Começaram a definir prioridades ([Marques, 2021a](#)); a discutir reforço do comércio, integração regional e emergências humanitárias; a buscar juntos soluções para o fortalecimento dos sistemas de saúde, para a recuperação pós-pandemia, para construção de parcerias regionais e a se articular como um bloco de muitas vozes para o fortalecimento das parcerias globais, principalmente para abordar a desigualdade no acesso às vacinas contra a Covid-19, para garantir acesso ao uso de tecnologias e inovação para saúde e para desenvolvimento verde e sustentável, pensar dívidas e financiamentos. Esse movimento está refletido nas reuniões, cúpulas, conferências e nos acordos e declarações conjuntas que aconteceram recentemente.¹²² Destacamos três exemplos: as duas cúpulas realizadas pela China e pela Índia com os países da Ásia Central, que buscam diversificar laços comerciais e diplomáticos¹²³; as cúpulas entre vizinhos do Afeganistão para promover estabilidade e reconstrução e retomada do país diplomática, econômica e politicamente¹²⁴; o curso para capacitação de mulheres refugiadas e deslocadas, no âmbito do projeto para empoderamento das mulheres nos países árabes, organizado pela Organização de Cooperação Islâmica (OIC) e Arábia Saudita.¹²⁵

Ásia Pacífico e Oriente Médio têm aliados no Oriente e no Ocidente, mas a geografia da vizinhança e falta de confiança nos EUA - depois da saída desastrosa do Afeganistão, que se revelou uma catástrofe humanitária e um desastre geopolítico¹²⁶, e da traição à França, quando a surpreendeu com o acordo AUKUS (Austrália, Reino Unido e EUA) envolvendo transferência de tecnologia para construção de submarinos de propulsão nuclear para Austrália, compradora de submarinos franceses - têm falado mais forte. E nesse contexto, podemos incluir países da Ásia Central e da África. As abstenções no âmbito da Assembleia Geral da ONU, no quesito guerra da Ucrânia, são muito significativas¹²⁷, desde a primeira reunião extraordinária em 02 de março, que [condena](#) a invasão russa, com 35 abstenções e 5 votos contra, e em 7 de abril, que [suspende](#) a Rússia do Conselho de Segurança, com 58 abstenções e 24 votos contra. A maioria das abstenções e votos contra veio de países da Ásia Sul, Sudeste e Central, do Oriente Médio e

¹²² [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 02 - 2022](#), p. 137-140; [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 05 - 2022](#), p. 153-162.

¹²³ [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 01 - 2022](#), p. 149-158 (155-156).

¹²⁴ [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 06 - 2022](#), p. 133-142 (142)

¹²⁵ [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 05 - 2022](#), p. 159

¹²⁶ Marques, 2021b. O que está em jogo não é o uso da burca, em [Consolidado 2021](#), p. 137.

¹²⁷ [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 04 - 2022](#), p. 154-162.

do continente africano – nações que integram os LDCs e LLDCs, que não se sentem ouvidos ou representados nos grandes fóruns das Nações Unidas.

E a política americana do governo Joe Biden de enfrentamento à China não contribui para uma mudança de cenário e quase que reforça essa divisão Ocidente X Oriente. Seu projeto de segurança no âmbito da Estratégia para o Indo-Pacífico tem encontrado muita resistência, principalmente por parte das nações da região. “Washington precisa equilibrar sua abordagem de segurança com uma forte agenda econômica para a Ásia e o Pacífico” foi o recado da Ministra de Negócios da Indonésia, atual presidente do G20 e membro da ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático. A ministra acrescentou que a ASEAN - que representa mais de 600 milhões de pessoas, em 10 países – tem capacidade de tentar manter a paz, a estabilidade e a prosperidade diante da rivalidade entre os dois gigantes.

O Indo-Pacífico é uma região que abriga um terço da população mundial; quatro das seis maiores economias e importantes economias em desenvolvimento. É uma região dinâmica e em expansão econômica e de crescimento em infraestruturas, portanto, está bem-posicionada para capturar oportunidades para o crescimento verde. Portanto, todas as questões definidoras do século XXI passam por esta região: a crise climática, a saúde global, o futuro tecnológico. E os EUA estão de olho nisso.

A estratégia de Washington para combater a China no Indo-Pacífico tem duas vertentes: uma, focada na parceria econômica e para o desenvolvimento sustentável, com foco na saúde e tecnologia verde; outra, militar, com foco na paz e segurança, envolvendo o que os EUA chamam de “disputas regionais da China”: Taiwan¹²⁸, Mar Meridional da China, Xinjiang¹²⁹, Tibet, ações nas fronteiras com Índia e Rússia e na Península Coreana.

A vertente econômica para o Indo-Pacífico foi lançada no início de 2022, um mês depois da entrada em vigor do maior acordo comercial do mundo – Iniciativa RCEP – Parceria Estratégica Regional Abrangente – concebida pela China - para livre comércio e cooperação multilateral e que tem a ASEAN e suas 10 nações como parceira, mais Coreia do Sul, Austrália, Japão, China, Tailândia, Nova Zelândia e outros. A estratégia americana tem como objetivo promover o comércio livre, apoiar o desenvolvimento de infraestrutura, reconstrução das cadeias de suprimentos e a expansão das oportunidades econômicas. Reforçar a segurança aprofundando a cooperação com aliados e parceiros para deter a agressão e a coerção. Trabalhar com parceiros com o intuito de fortalecer a resiliência às ameaças transnacionais ao clima e à saúde global, desenvolvendo metas para limitar o aumento da temperatura global a 1,5° C, reduzir as vulnerabilidades aos impactos climáticos e reforçar a segurança da saúde global.

A vertente militar envolve hospedar permanentemente sistemas de mísseis nos países aliados na região (Austrália, Japão, Filipinas, Coreia do Sul e Tailândia) para garantir liberdade dos mares, para **“convencer a China a adotar a definição dos EUA/Ocidente em relação à**

¹²⁸ Marques, L. Efeito borboleta Ucrânia: olho nos movimentos dos EUA no Indo-Pacífico, Mar Meridional da China e Taiwan e interrupção da cadeia de suprimentos de energia e alimento. Em [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 03 - 2022](#), p. 114-124.

¹²⁹ Território autônomo no noroeste da China, lar de muitos grupos de minorias étnicas, como os Uigures. EUA acusam a China de violação de direitos humanos com os Uigures – motivo do boicote diplomático às Olimpíadas de Inverno de Pequim.

liberdade dos mares¹³⁰ (página 2, da análise “[Competição Estratégica EUA-China no Sul e Mares da China Oriental: Antecedentes e Questões para o Congresso](#), de janeiro de 2022). A vertente é resultado de um documento de 197 páginas [Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China](#), que mapeia e analisa capacidades militares (pessoas, equipamentos e infraestruturas) da China, e suas atividades no entorno, de 2020/2021.¹³¹

Essa vertente militar não tem sido bem vista nem dentro nem fora dos EUA. A análise do Congresso americano considera que essas questões podem afetar substancialmente as decisões estratégicas, políticas e interesses econômicos na região do Indo-Pacífico e em outros lugares. Uma análise da [Rand Corporation](#), um think tank americano de política global e militar, sinaliza que há sério risco de fracasso devido à relutância de seus aliados no Indo-Pacífico em sediarem instalações de mísseis de alcance intermediário, pelas políticas domésticas e seus laços econômicos com a China.¹³²

Os EUA ainda estão no passado colonial; demonstram seu poder aplicando sanções e implantando bases militares. China atua fazendo acordos e atraindo parceiros com interesses comuns; vem estabelecendo parcerias estratégicas, com foco no multilateralismo e recuperação econômica igualitária – que é o que todos querem.

Ashok Swain¹³³ resume esse novo cenário: os EUA sonham em recuperar a mesma posição dominante no poder global como a tinha nas duas primeiras décadas após o fim da Guerra Fria. Mas o mundo mudou. A China tornou-se um desafiante poderoso.

Há uma nova forma de atuar globalmente, como apresentou Fiori¹³⁴ no seminário “Agenda Política Global e Saúde: Perspectivas 2022” ([início no tempo 46:30](#)), da série de Seminários Avançados CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde. O professor falou desse novo olhar sobre as diferentes formas de democracia – valores ocidentais x valores orientais. Para melhor compreensão desse cenário, ver [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 02 - 2022](#), p. 137-140.

Acompanhando os novos movimentos, países da Ásia Pacífico e Sudeste aprofundam relações com países do Oriente Médio e da Ásia Central: China, Singapura, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Quirguistão, Paquistão, Qatar, Síria, Irã, entre

¹³⁰ IMPORTANTE: O uso dos mares não é definido pelos EUA. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982 é quem regula os Direitos do Mar e o aproveitamento dos recursos naturais, de solo e subsolo; define mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva, plataforma continental; e declara que os recursos minerais da área internacional dos oceanos são patrimônio comum da humanidade. **EUA não é signatário da CNUDM.**

¹³¹ O Mar Meridional da China, no sudeste da Ásia, é rico em petróleo, gás natural e estratégico como rota de navegação e para a indústria pesqueira, imprescindíveis para a China - e também para Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Camboja e Taiwan. Todos reivindicam áreas que se sobrepõem; os reclamantes se movem para ocupar ou neutralizar uns aos outros há mais de 70 anos. No entanto, as disputas se intensificaram em 2020, quando o governo Trump, aumentou movimentos para cooptar aliados para combater uma China mais assertiva. Desde então, os EUA aumentaram a presença militar na área. Em resposta, a China transformou atóis desabitados e formações rochosas meio submersas em bases militares avançadas.

¹³² <https://www.scmp.com/news/china/military/article/3176676/us-plans-counter-china-risk-because-allies-reluctance>

¹³³ Ashok Swain, professor e pesquisador sobre Paz e Conflitos no Departamento de Pesquisa em Paz e Conflitos da Universidade de Uppsala, Suécia. [EUA consolidando parceria China-Rússia através de histeria de guerra: professor indiano - Teerã Times \(tehrantimes.com\)](#)

¹³⁴ José Luís Fiori, professor de Economia e Política Internacional (UFRJ).

eles. Energia, economia e comércio, infraestrutura, desenvolvimento industrial, modernização agrícola, novas redes de transportes de suprimentos, proteção ambiental e tecnologia da informação, educação e capacitação, tecnologias verdes e aeroespacial, redução da pobreza, segurança, estabilidade regional e antiterrorismo estão no centro dos acordos e parcerias. Sem falar na cooperação em saúde: infraestrutura em saúde e fortalecimento dos sistemas de saúde, ciência e tecnologia, economia em saúde, saúde e vigilância, cooperação para o enfrentamento da pandemia, P&D e produção de vacinas e medicamentos.

De seu lado, China vem se preparando e construindo alianças há pelo menos três décadas: desenvolveu tecnologias, aplica a política de aderir a pactos comerciais e estabeleceu alianças de amizade e parcerias ganha-ganha na região e em outras regiões estratégicas. No início de 2022, a cerimônia de abertura dos Jogos de Pequim foi uma excelente oportunidade para Xi Jinping fortalecer laços estratégicos com vários países, principalmente da Ásia Sudeste, Pacífico e Central e do Oriente Médio. Saúde e mudanças climáticas estão no centro das novas parcerias estabelecidas. Seja no âmbito da Rota da Seda (Belt and Road Iniciativa – BRI), agora mais verde e tendo saúde como prioridade; seja no âmbito da Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) para a implementação acelerada da Agenda 2030, seja no âmbito da iniciativa RCEP; seja através de declarações conjuntas ou através de Memorandos de Entendimento e Planos de Ação, o gigante asiático vem estabelecendo parcerias estratégicas, com foco no multilateralismo e recuperação econômica igualitária.¹³⁵ Um exemplo recente de parceria estratégica com visão de futuro é a adesão da Argentina à Iniciativa Rota da Seda – o país está na região Triângulo do Lítio da América do Sul, com mais da metade das reservas do mundo do metal, chamado de ouro branco, elemento crítico para uso em baterias de veículos elétricos ou para as usinas de energia verde – eólica e solar.

Inicialmente indecisa, Índia demorou um pouco a se posicionar. Em se tratando de geopolítica, a política externa indiana sempre tem sido cautelosa: prefere ver o desenrolar do jogo para se decidir. Aliada dos Estados Unidos e rival da China, Índia tenta se reequilibrar na nova arena global: já não confia tanto nos EUA e precisa das relações comerciais com a China. E segue os passos da China nas relações com a Ásia Central, de olho nas relações comerciais e de infraestruturas de transportes e portos (mesmo caminho feito pela China com sua iniciativa da Rota da Seda) e pensando na segurança e estabilidade regional, uma vez que o Talibã pode desestabilizar a região. Recentemente, ignorou os avisos dos EUA sobre acabar no “lado errado da história”, rejeitando a pressão ocidental para condenar explicitamente a Rússia, seu principal fornecedor de hardware de defesa, que chama de “amigo para todos os tempos”.

ORGANISMOS MULTILATERAIS E BLOCOS ECONÔMICOS QUE ATUAM NAS DUAS REGIÕES

Na AP e no OM, os blocos econômicos, por suas capilaridades, se configuram excelentes fóruns de discussões e se articulam entre si e com fóruns de outras regiões. E já em 2020, em cooperação com as agências e escritórios da ONU e da OMS, começaram a promover debates, produzir conteúdo e orientações e discutir estratégias para enfrentar a Covid-19 e as mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, planejar ações para o pós-covid inclusivo e sustentável.

As duas regiões abrigam três escritórios regionais da OMS, mas isso não significa que todos os países sejam membros. E ainda há exceções como, por exemplo, Israel e Rússia são membros da OMS Europa, assim como os países da Ásia Central.

¹³⁵ Saiba mais em [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 02 - 2022](#), p. 137-140

No âmbito das Nações Unidas, as duas regiões estão cobertas pelas diversas agências, programas, fóruns, escritórios e fundos. No entanto, os arranjos da ONU para as duas regiões vão além dos países da Ásia Pacífico e do Oriente Médio. A maioria das agências e escritórios insere os países árabes do Norte africano no arranjo Grande Oriente Médio. Já os Estados da Ásia Central são inseridos na Grande Ásia e Pacífico. E devemos atentar que, para a maioria do sistema ONU, o Afeganistão, o Paquistão, e muitas vezes o Irã, são considerados países da Grande Ásia Sul, ao lado da Índia, Bangladesh e outros.

Como se pode ver, a complexidade de ambas as regiões já se apresenta pela forma como os organismos internacionais organizam os países: ora geograficamente, ora pelo contexto socio-econômico e de desenvolvimento. Outra coisa que chama atenção é como a saúde é inserida nos arranjos e nas discussões. Nem sempre entra como tema único, mas entra no contexto de seus determinantes: redução da pobreza, água e saneamento, segurança alimentar, segurança e paz, educação, igualdade de gênero, proteção materno-infantil, resiliência climática, capacitação e trabalho. Entender como essas conexões se dão nas duas regiões é importante para compreender como os governos e organizações lidam com o tema da saúde e como se articulam para avançar não só no ODS 3, mas em toda a Agenda 2030.

Escritórios Regionais da OMS

OMS Ásia Sudeste - Com mais de um quarto da população mundial, são apenas 11 Estados-membros. A região é propensa a desastres naturais e surtos de doenças. Uma das prioridades da regional é fortalecer a gestão de riscos de emergência e capacitar sistemas de saúde robustos e resilientes ([WHO Southeast Asia](#)).

OMS Pacífico Ocidental - Com 37 países-membros, é uma região com Estados diferentes em geografia, densidade populacional, níveis de desenvolvimento econômico e social, alguns com sistemas de saúde fortes, outros, fracos. Vai desde a Mongólia, na Ásia Central, até as Ilhas Pitcairn, distante no Oceano Pacífico. A regional trabalha em parceria com o escritório da Ásia Sudeste pelas similaridades nas emergências climáticas e surtos emergentes. ([WHO Western Pacific](#)).

OMS Mediterrâneo Oriental - A regional engloba os países do Oriente Médio e do norte africano, de maioria árabe-muçulmana; é onde estão o maior número de conflitos e grande número de refugiados e deslocados. Atua principalmente na ajuda humanitária, na saúde mental e para erradicação de doenças como pólio e sarampo. Região de muitas línguas, faz um trabalho intenso de tradução de publicações, relatórios, materiais educativos e de campanha, kits de medicamentos e termos médicos, além de capacitar tradutores. Também busca centralizar informações, dados e estatísticas, uma vez que alguns sistemas de governos estão destruídos pelos conflitos. ([WHO EMRO](#))

Escritórios e Agências da ONU

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) - É o fórum central para as discussões que envolvem questões econômicas, ambientais e sociais internacionais, formulando recomendações para os membros do fórum e da ONU. Também é responsável pela implementação dos ODS. E conta com as seguintes comissões: a FAO ([Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura](#)); a OIT ([Organização Internacional do Trabalho](#)); a OMS ([Organização Mundial da Saúde](#)); a UNESCO ([Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura](#)); [Conselho de Direitos Humanos](#). Tem dois escritórios regionais que abrangem 82 países. A Comissão para Ásia e Pacífico (ESCAP), pela sua abrangência – 62 países -, se divide em cinco sub regiões; a Comissão para Asia Ocidental (ESCWA) reúne 20 países

árabes do Oriente Médio e norte africano). ESCAP e ESCWA são excelentes fóruns para reflexões, análise, fontes de dados e de conhecimento para as duas regiões.¹³⁶

- **ESCWA** - Tem como papel promover o desenvolvimento econômico e social da Ásia Ocidental por meio da cooperação e integração regionais e sub-regionais. É composta pelos estados árabes: Argélia, Bahrain, Egito, Iraque, Kuwait, Jordânia, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Qatar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes e Yemen. Camarões e Djibuti como observadores. Funcionando, principalmente como um *Think Tank*, a ESCWA produz conhecimento para fomentar o consenso regional e fornecer conselhos de políticas transformadoras. Além de uma série de trabalhos e relatórios publicados, a capacitação e formação de quadros estão no escopo.
- **ESCAP** - É a plataforma intergovernamental para a região da Ásia-Pacífico e alcança também países persas, russos e árabes da Ásia Central e Ocidental. O escritório promove a cooperação entre seus 53 estados membros e 9 membros associados na busca de soluções para os desafios do desenvolvimento sustentável. Dada a vasta cobertura e diversidade da região da Ásia e do Pacífico, a ESCAP se organiza em cinco sub-regionais para melhor direcionar e entregar programas que abordam prioridades-chaves específicas, incluindo redução da pobreza e desenvolvimento sustentável nas respectivas sub-regiões: **Pacífico** – 21 países membros; combina ações e operações para permitir uma colaboração mais eficaz com parceiros regionais, cujas prioridades são emprego, desenvolvimento sustentável, gestão urbana e turismo, inclusão social e igualdade, ação climática e gestão de recursos; **Leste e Nordeste da Ásia** – Com oito países membros, é onde estão algumas das cidades mais densamente povoadas e com taxas de urbanização acima da média em comparação com a média mundial; **Sul e Sudoeste da Ásia**, com 10 países, busca promover a cooperação regional para o desenvolvimento econômico e social inclusivo e sustentável na sub-região, interligando os países em desenvolvimento e desenvolvidos: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Irã, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka e Turquia. **Ásia do Norte e Central** abrange nove membros: Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Kazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Todos esses países são economias em transição e sete são sem litoral (LLDCs). O Afeganistão participa dos trabalhos como membro do escritório sub-regional da Ásia Central. **Sudeste Asiático** abrange Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã – com exceção do Timor Leste, todos são membros da ASEAN (**Associação das Nações do Sudeste Asiático**). Os onze países formam uma sub-região dinâmica e de rápido crescimento na Ásia-Pacífico. A vasta dotação de recursos naturais, classe média em expansão, população jovem e cada vez mais instruída, economia diversificada e intensas iniciativas de integração regional sustentam a prosperidade e o desenvolvimento socioeconômico da sub-região. No entanto, o progresso ocorreu às custas da saúde, da mão de obra barata dos migrantes, sem proteção social, e dos meios de subsistência das pessoas e do capital natural; que contribuiu para a desigualdade de gênero e renda – grave fragilidade trazida à tona pela pandemia.¹³⁷

Fórum das Ilhas do Pacífico (FORUMSEC) - Tem como membros 18 estados e territórios. Trabalha para enfrentar os desafios únicos da região, incluindo paz e segurança, inclusão social,

¹³⁶ Ver mais em [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 07 - 2022](#), p. 149-162

¹³⁷ MARQUES, Lúcia. [A Covid-19 na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio: fragilidades reveladas, tensões exacerbadas e reposicionamento de aliados estratégicos](#). In: BUSS, Paulo M.; FONSECA, Luiz Eduardo (org.). *Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2020. p. 263-280. ISBN 978-65-5708-029-0. (Série Informação para Ação na Covid-19).

governança, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável/agenda 2030, igualdade de gênero e empoderamento dos jovens. Atua em parceria com o Escritório da ONU para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (OHRLLS), Trabalha para conseguir isso promovendo a cooperação entre governos, a colaboração com outras agências internacionais e representando os interesses de seus membros. A presidência é rotativa - Fiji é o atual presidente.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) – Organização da ONU para alimentação e agricultura. Em sua recente lista de Países com Déficit Alimentar de Baixa Renda (LLDCs) estão 47 Estados, principalmente da região MENA e Ásia Pacífico. Se divide em escritórios regionais para atender as diferentes necessidades e especificidades regionais. [Ásia e Pacífico](#) – São 46 membros, incluindo Afeganistão, Irã e Paquistão e tem foco na agricultura familiar e sistema de agricultura resilientes; junto com Instituto Asiático de Tecnologia, trabalha o [Sistema de Intensificação do Arroz \(SRI\) no Programa bacia do Baixo Mekong](#) (em crise de falta de trigo, o arroz será uma saída). [Ilhas do Pacífico](#) – São 15 países espalhados numa grande área do oceano; tem trabalhado a apropriação das tecnologias digitais nos sistemas agroalimentares para desenvolvimento e intercâmbio rural¹³⁸. Sub região da [Ásia Central](#) - São nove estados membros em transição de economias e em processo de reforma de suas instituições, com alto potencial para desenvolver seus setores agrícolas e alcançar seus objetivos de segurança alimentar, aptos para as tecnologias digitais. [Oriente Próximo e Norte da África](#) – São 18 países membros; trabalha para ajudar os estados a enfrentar esses desafios e apoiar esforços destinados a reduzir a insegurança alimentar; erradicar a fome; aumentar a produtividade da agricultura e melhorar a capacidade das comunidades vulneráveis e capacitá-las a lidar e se recuperar de choques e crises.

Escritório do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Terra e Pequenos Estados em Desenvolvimento de Ilhas Pequenas Ilhas (UN-OHRLLS) - apoia grupos de países vulneráveis: **46 países menos desenvolvidos** LDCs; **32 países em desenvolvimento sem litoral** LLDCs; e **38 pequenos estados insulares em desenvolvimento** (SIDS).

Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – Entre muitas ações, tem foco na [saúde](#) dos migrantes e refugiados. A [Estratégia Saúde Pública 2021-2025](#) promove o direito à saúde e reafirma a importância da saúde pública na preparação e em resposta às emergências de refugiados. Na Ásia Pacífico estão os refugiados e deslocados pelos eventos climáticos e 2,3 milhões de apátridas (Rohingyas). No [Oriente e Médio e Norte da África](#), conflito e crises climáticas geram deslocados e refugiados.

Direitos Palestinos e Questão Palestina – A situação do povo palestino nos Territórios Palestinos (Cisjordânia e Gaza) é tão grave que a ONU tem vários departamentos e agências para lidar com o expansionismo ilegal israelense e décadas de hostilidades, exclusão, segregação, violência, xenofobia. 1 - [UNRWA Agência de Ajuda e Obras das Nações Unidas para refugiados palestinos](#); 2 - [Divisão de Direitos Palestinos do Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz \(DPPA\)](#); 3 - [Home - Questão da Palestina \(un.org\)](#); – 4 - [UNISPAL; Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo](#); 5 - [OCHAoPT](#) – escritório para monitoramento da situação dos palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, sob ocupação israelense, que enfrentam restrições de movimento, divisões políticas palestinas e escaladas de hostilidades.

¹³⁸ [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 06 - 2022](#), p. 133-141

Apesar da anexação da Cisjordânia e da parte oriental de Jerusalém não ser reconhecida internacionalmente, a ocupação segue acontecendo – Israel promove despejo de dezenas de famílias palestinas residentes no entorno da Cidade Velha, na Jerusalém Oriental, e das fazendas no entorno rural, para construção de novos assentamentos judeus. E volta e meia manifestações e embates se transformam em confrontos e guerras. Essa instabilidade e falta de proteção transformou os palestinos em nômades – o que dificulta o estabelecimento de estruturas para o desenvolvimento da economia, comércio etc.

Israel é acusado de cometer crimes contra a humanidade, desrespeitando as leis internacionais. Uma história que teve início nos anos 1967, por ocasião da guerra árabe-israelense, quando Israel promoveu o estabelecimento de assentamentos para ocupar o território palestino conquistado na guerra. Para se garantir como Estado étnico, Israel não pode perder a maioria étnica na região e por isso promove políticas militarizadas de controle populacional e políticas públicas de migração de judeus para Israel. Essa ocupação abre pretexto para que israelenses reivindiquem a anexação oficial de terras da Cisjordânia ao Estado de Israel. De acordo com os tratados formulados pela Quarta Convenção de Genebra, o deslocamento de populações para territórios sob ocupação beligerante é proibido, portanto a comunidade internacional considera ilegal a política de assentamentos.¹³⁹

Blocos Econômicos e Instituições Financeiras

Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) - Reúne 10 Estados-Membros - em diferentes estágios de desenvolvimento - e atua como porta-voz dessas nações, articulando cooperações bilaterais com países da região e fora dela. A presidência troca anualmente e neste 2022 está com o Camboja. O Setor Saúde da ASEAN reúne os ministros da saúde a cada dois anos. Com apoio do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), vêm discutindo caminhos para alcançar a recuperação da economia e, ao mesmo tempo, proteger a biodiversidade, os direitos humanos, das mulheres e crianças, capacitar e fortalecer sistemas sociais da saúde.

Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (APEC) - Reúne 21 países da Ásia, Oceania e Américas; engloba países com maior PIB, maior população e os atuais rivais EUA e CHINA. Em tempos de pandemia e eventos climáticos, o bloco está focado em sustentabilidade, inovação e digitalização, cadeias de suprimentos, recuperação inclusiva, empoderamento das mulheres, desafios das mudanças climáticas. ([Declaração de Líderes de 2021](#)).

Banco Mundial (BM) - O BM integra o Sistema ONU e reúne conhecimento e expertise em vários setores para os desafios globais, regionais e locais, com foco no desenvolvimento. Publica relatórios, reúne dados e avaliações e produz documentos orientadores para os governos. No âmbito da Covid-19, o BM preparou um [documento-quadro](#) para política de refugiados. [Saúde](#) integra suas linhas de ação. Tem uma estratégia específica para [as Ilhas do Pacífico](#), por suas especificidades: 11 países, fisicamente separados dos principais mercados. Assim como para o [Leste Asiático e do Pacífico](#); para o [Sul da Ásia](#); para [Pequenos Estados](#); para os países do [Golfo Pérsico](#); para o [Oriente Médio e norte da África](#) (MENA); para [Ásia Central](#) – trabalha com o ADB no programa [Uma região, uma saúde: Preparando a Ásia Central para](#)

¹³⁹ Jerusalém tem estado no centro da escalada das tensões israelenses-palestinas há anos. É na Cidade Velha que estão os locais mais sagrados das três grandes religiões monoteístas: a Cúpula da Rocha e a Mesquita do Domo Dourado, para muçulmanos; o Monte do Templo e o Muro das Lamentações, para os hebreus; e o Santo Sepulcro, dos cristãos. A vizinha Jordânia é a guardiã do local, que fica aberto para turistas em determinados horários, mas só os muçulmanos podem orar lá. Essas regras foram estabelecidas em 1967 por Israel, Jordânia e autoridades religiosas muçulmanas.

[futuras pandemias](#)). Sobre riscos e desastres, comuns nas duas regiões [Preparando sistemas de saúde para choques](#)

Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) - Organização estabelecida em 68 países, o ADB vai além do financiamento. Através de seu instituto (ADBI) atua como um *Think Tank*, analisa cenários, promove capacitação e estabelece programas de cooperação para saúde, mudanças climáticas e tecnologias verdes. Durante a pandemia, reuniu especialistas de várias áreas para discutir ações estratégicas, caminhos, soluções e alternativas para a Covid-19 e o pós-covid ([ADB, 2021](#))

Cooperação Econômica Regional da Ásia Central (CAREC) - O fórum reúne 11 países e é um programa sub-regional estabelecido pelo ADB para incentivar cooperação entre os países da Ásia Central, Sul da Ásia e parceiros, com foco na redução da pobreza, através de soluções de conhecimento e compartilhamento de experiências e melhores práticas. Neste período pandêmico, a CAREC lançou o estudo Estratégia 2030 para Saúde ([ADB, 2021](#)), que analisa os desafios, o potencial e as oportunidades para promover a cooperação regional em saúde. O estudo recomenda o fortalecimento da segurança sanitária regional; desenvolvimento de sistemas de saúde por meio da cooperação regional; e melhoria dos serviços de saúde para migrantes, populações móveis e comunidades fronteiriças. ([2021](#): 71)

Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) - Atuando em 56 países de comunidades muçulmanas, além de financiamento, o IsDB presta análise e assistência técnica. Entre suas publicações, está o estudo sobre Políticas do Setor Saúde ([IsDB, 2021](#)). A instituição gerencia o fundo especial das caridades do Ramadã, o Zakat. Nos tempos atuais, organizações multilaterais como a ACNUR, UNICEF, PNUD¹⁴⁰ e Cruz Vermelha começaram a fazer uso do Zakat de forma organizada. As finanças islâmicas podem se tornar uma modalidade de financiamento inovadora vital para preencher a lacuna de financiamento dos ODS.

Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) - Instituição multilateral de desenvolvimento que se concentra exclusivamente na transformação de economias rurais e sistemas alimentares. Atua na Ásia Pacífico sobre Desigualdade entre áreas urbanas e rurais [Ásia e região do Pacífico](#) e foco na resiliência. No [Oriente Médio, Norte da África, Europa e Ásia Central](#) trabalha a realidade da fragilidade, migração e escassez de água, choques climáticos, juntamente com os distúrbios econômicos e políticos, que resultam em alguns dos desafios de pobreza mais difíceis e duradouros. Também trabalha biodiversidade e a preservação da natureza, e os sistemas alimentares [O Marco Global da Biodiversidade Pós-2020: Colocando sistemas alimentares e pessoas rurais no Centro de Ação Acelerada \(ifad.org\)](#)

Organização de Cooperação Islâmica (OIC) - Porta voz do mundo muçulmano, reúne 57 estados espalhados por quatro continentes. A OIC mantém relações consultivas e cooperativas com a ONU e outras organizações intergovernamentais para proteger os interesses vitais dos muçulmanos e trabalhar para a solução de conflitos e disputas envolvendo os Estados Membros. As áreas prioritárias incluem questões de paz e segurança, palestina e Al-Quds (Mesquita de Jerusalém), alívio da pobreza, contraterrorismo, investimento e finanças, segurança alimentar, ciência e tecnologia, mudanças climáticas e sustentabilidade, moderação, cultura e harmonia inter-religiosa, empoderamento das mulheres, ação humanitária islâmica, direitos humanos,

¹⁴⁰ [Uma crise em cima de uma crise; a fragilidade dos estados árabes | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento \(undp.org\);](#)
[| de Finanças Islâmicas Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento \(undp.org\)](#)

entre outros. A Saúde integra do departamento para [Science and Technology \(including Environment, Health and Higher Education\)](#).

Organização de Cooperação de Xangai (OCS) - É uma organização internacional intergovernamental permanente, composta por oito Estados-Membros (China, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Paquistão, Tajiquistão e Uzbequistão), quatro Estados Observadores (Afeganistão, Bielorrússia, Irã e Mongólia) e seis Parceiros de Diálogo (Armênia, Azerbaijão, Camboja, Nepal, Sri Lanka e Turquia). Se concentra principalmente em questões de segurança regional, sua luta contra o terrorismo regional, separatismo étnico e extremismo religioso. A SCO é observadora na Assembleia Geral da ONU e se articula com suas agências e escritórios.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA - ENTRE OUTRAS, O RESSURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO

Sanções à Rússia podem ser boas para Índia

Do chá ao café e especiarias, os exportadores indianos têm a ganhar com as sanções ocidentais à Rússia: como fornecedor de trigo para os países compradores do cereal russo e ucraniano – se o calor extremo não “queimar a safra” - e como fornecedor de produtos à Rússia, uma vez que vários países interromperam os embarques após sanções ocidentais. Os exportadores indianos vêem a Guerra como uma chance de “preencher o vazio” com mercadorias e commodities – de alimentos processados, roupas, produtos eletrônicos e máquinas a trigo, milho e outras commodities, como aço.

A Rússia e a Índia também estão elaborando mecanismos de pagamento que podem incluir o sistema monetário rupia-rublo, usado durante a era da Guerra Fria, como alternativa ao Swift para pagamentos. “Há uma enorme oportunidade inexplorada”, disse Vijay Kalantrui, presidente do centro comercial de Mumbai.¹⁴¹ Sinalizando um movimento nessa direção, a União Europeia anunciou na segunda-feira que aceleraria as negociações de livre comércio com a Índia à luz de mudanças no ambiente geopolítico.

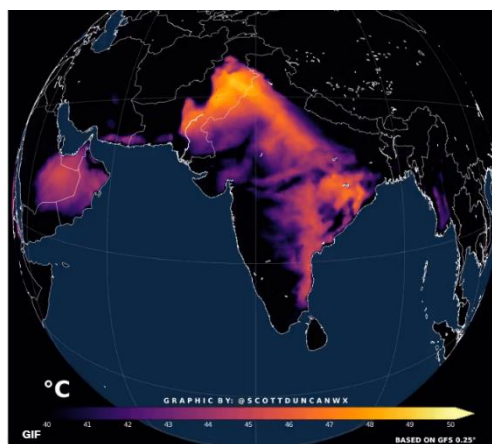
Onda de calor extremo se espalha pela Sudoeste da Ásia: Índia e Paquistão sofrem

Onda de calor está alcançando temperaturas impróprias para a vida humana. O calor queimou campos de trigo da Índia, que é o segundo maior produtor do cereal no mundo, depois da Ucrânia. Isso pode afetar as exportações, a economia, e causar desabastecimento.

¹⁴¹ https://www.scmp.com/week-asia/economics/article/3176056/ukraine-war-tea-coffee-and-spice-why-indian-exporters-stand?utm_medium=email&utm_source=cm&utm_campaign=enlz-today_international&utm_content=20220501&tpcc=enlz-today_international&UUID=76717b2c-da31-4295-91ab-a46f871a89e1&next_article_id=3176167&article_id_list=3176169,3176155,3176056,3176167,3176158,3176064,3176166,3176165&tc=11&CMCampaignID=ca997a64bd3cb528afa596a8824b2c36

As temperaturas no país estão atingindo até 50°C. É a pior onda de calor em 122 anos de medição. E o uso excessivo de eletricidade tem resultado em cortes de energia, uma vez que os estoques de carvão são os mais baixos nos últimos nove anos. Pelo menos 1 bilhão de pessoas correm o risco de serem afetadas pelas ondas de calor, e as consequências vêm sendo sentidas no cotidiano, com recorde na demanda de eletricidade no país, alteração dos horários de serviços públicos e aumento da frequência de focos de incêndio (lixões foram foco de incêndios). O calor provocou antecipação de férias escolares. O clima excessivamente quente ameaça a saúde da população.¹⁴²

A onda de calor atinge também áreas do Paquistão, afetando mais de 1 bilhão de pessoas ao todo. O país registrou em abril ondas de calor acima de 45°C, chegando a 48°C.



Scott Duncan @ScottDuncanWX

Em Bangladesh, as temperaturas também estão muito elevadas, com risco para os trabalhadores. A Malásia também vive o aumento das temperaturas. O país fica na linha do Equador e isso intensifica seu clima bem quente e úmido.

Omã, no extremo oriente da Península Arábica, é um dos países mais ricos do mundo e também um dos mais quentes. As temperaturas já estão alcançando 50°C durante cinco a sete meses do ano. No Iraque, o verão registrou temperaturas na faixa de 48°C, e que podem chegar a 54°C! Arábia Saudita, país desértico, tem clima quente o ano todo, mas os termômetros já marcam 50°C.¹⁴³

Projeto Medicina Tradicional da Índia apoiado pela OMS

Culturas milenares e medicinas tradicionais: Ayurveda, na Índia, e Medicina Tradicional Chinesa, na China, sistemas coreano, japonês e africano – Nigéria, principalmente¹⁴⁴. “A medicina tradicional é muitas vezes a primeira linha de tratamento para milhões em todo o mundo”, disse o diretor da OMS, Tedros Ghebreyesus, na cerimônia de lançamento do projeto no mês passado, apontado como o primeiro posto avançado global para a medicina tradicional, incluindo indiana e chinesa.

O Centro Global de Medicina Tradicional da OMS, em Gujarat, tem sido um impulso para Nova Délhi, que está competindo com Pequim para promover o uso de remédios antigos em

¹⁴² [Índia registra maiores temperaturas em mais de 100 anos - 02/05/2022 - Mundo - Folha \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/folha/2022/05/02/india-registra-maiores-temperaturas-em-mais-de-100-anos-02/05/2022-mundo-folha/)

¹⁴³ [Os países mais quentes do mundo: Índia ferve no calor e entra em crise](#)

¹⁴⁴ Em 2018, a Fiocruz recebeu [visita do Rei de Ifé](#), líder espiritual da Nigéria. A visita teve por objetivo estabelecer parceria entre a instituição e organizações nigerianas para troca de conhecimentos tradicionais, especialmente sobre ervas e medicamentos fitoterápicos, e no aprendizado de estratégias de saúde comunitária. Na ocasião, foi realizado o Colóquio Brasil-Nigéria sobre “Conhecimentos Tradicionais e Saúde” e contou com a participação de cientistas e intelectuais nigerianos. A parceria também envolve o registro da história oral desses conhecimentos tradicionais, que podem se perder no tempo. A pandemia adiou o projeto, que foi retomado no final de 2021, com [outra visita](#) mais técnica. Por carta, o Rei de Ifé reafirma a parceria para pesquisa sobre os medicamentos à base de ervas e raízes. O documento sugere que a Fiocruz ajude a validar, por meio de protocolos, o uso dessa medicina tradicional, utilizada há séculos na região.

todo o mundo. Especialistas dizem que todo o potencial da iniciativa só pode ser realizado se a Índia fizer esforços científicos para estabelecer padrões universais para sua [medicina tradicional](#)

FMI divulga relatório sobre Pandemia, Pobreza e Inequidade: Evidências na Índia.

O [documento](#) aponta que pobreza extrema já era baixa em 2019 e as transferências de alimentos foram fundamentais para garantir que o índice não caísse mais ainda no ano pandêmico de 2020. O artigo apresenta estimativas de extrema pobreza (usando a linha de pobreza de 1,9\$ PPP e 3,2\$ PPP do Banco Mundial) e desigualdade na Índia para cada ano entre 2004/2005 até o ano pandêmico de 2020/2021. Essas estimativas incluem, pela primeira vez, o efeito dos subsídios de alimentos e transferências em espécie sobre a pobreza e a desigualdade. O relatório sinaliza que a pobreza que aumentou desde a introdução da Lei Nacional de Segurança Alimentar, em 2013.

O Laboratório de Ação contra a Pobreza Abdul [Latif Jameel](#)¹⁴⁵ tem estudado o impacto da pandemia sobre os trabalhadores de alguns dos estados mais pobres da Índia. Em um documento sobre jovens trabalhadores migrantes dos estados de Bihar e Jharkhand, os pesquisadores identificaram que a Covid-19 fez homens e mulheres perderem seus empregos. Muitas mulheres perderam a única chance de trabalhar e agora estão de volta para casa com suas famílias e sendo pressionados a se casar – efeito colateral da pandemia em muitos países que não têm políticas de equidade de gênero. O relatório [Women, Business and the Law 2021](#) do Banco Mundial na Tabela 1.2, da página 10, mostra os países que mais evoluíram em políticas para mulheres, igualdade e trabalho. Índia não foi um deles.

Apesar dos elevados crescimentos econômicos que o país vem registrando, o poder aquisitivo não consegue reverter esse crescimento em qualidade de vida e distribuição de renda. O resultado é o elevado índice de pobreza, 35% dos indianos vivem com menos de 1 dólar por dia. Globalmente, o aumento da pobreza em 2020 devido à COVID-19 ainda persiste, e o número de pobres em 2021 passou a ser de 97 milhões de pessoas, 21 milhões a mais se não houvesse a pandemia, [segundo](#) o Banco Mundial.

Ressurgimento do mais mortífero grupo: o Daesh ou ISIS ou Estado Islâmico¹⁴⁶

No último final de semana de abril, o ataque a uma mesquita, em Cabul, capital afegã, que teria matado pelo menos 10 pessoas e ferido até 15 outras, muitas delas com gravidade, foi reivindicado pelo grupo terrorista Estado Islâmico - também conhecido como Daesh¹⁴⁷ ou ISIS¹⁴⁸ - em seu canal Telegram. A explosão é a mais recente de uma série de ataques contra alvos civis na capital e províncias e aconteceu na última semana santa do Ramadã e na véspera do *Eid-ul-Fitr*.¹⁴⁹

¹⁴⁵ <https://edition.cnn.com/2021/07/05/economy/ambani-adani-india-covid-billionaires-intl-hnk/index.html>

¹⁴⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Isl%C3%A2mico_do_Iraque_e_do_Levante

¹⁴⁷ Termo que tem sido usado pelo ocidente como uma forma de desafiar a legitimidade do grupo devido às conotações negativas da palavra

¹⁴⁸ Sigla inglesa do Estado Islâmico do Iraque e da Síria - organização jihadista islamita de orientação salafita e wahabita que surgiu como um levante após a invasão americana no Iraque em 2003.

¹⁴⁹ *Eid al-Fitr* é a celebração muçulmana que marca o fim do jejum do Ramadã, marcada por etapas de oração e festa.

A Missão de Assistência da ONU no Afeganistão ([UNAMA](#)) disse que a explosão na sexta-feira se seguiu a uma onda de recentes ataques mortais em Cabul, Kunduz e Mazar-e-Sharif, que parecem ter como alvo especificamente as comunidades minoritárias Hazara, Xiita e Sufi.¹⁵⁰

Ramiz Alakbarov, coordenador humanitário da ONU no Afeganistão, emitiu uma [declaração](#) condenando o ataque. Os membros do Conselho de Segurança enfatizaram a necessidade de responsabilizar os autores, organizadores, financiadores e patrocinadores desses atos repreensíveis de terrorismo e levá-los à justiça. Os recentes ataques contra civis, visando minorias étnicas e religiosas, representam uma tendência perturbadora no Afeganistão. As autoridades iranianas (mulçumanos xiitas) seguem acompanhando; para eles o ataque mostra claramente as “intenções cruéis de terroristas mercenários estrangeiros que buscam travar uma guerra civil no Afeganistão”.¹⁵¹

Quão grave é a ameaça do ressurgimento do Daesh no nordeste da Síria?¹⁵²

Com o Ocidente agora focado na Ucrânia e os aliados russos do regime sírio preocupados com atividades nas suas fronteiras, autoridades sírias alertam que a ameaça representada pelo Daesh está longe de acabar e que um ressurgimento pode facilmente ocorrer enquanto as costas do mundo são viradas.

Desde sua derrota territorial no Iraque em 2017 e na Síria em 2019, o Daesh parecia estar enfraquecido, seus líderes caçados eram forçados a se esconder. Mas no início deste ano, os remanescentes do grupo lançaram um ataque altamente sofisticado a uma prisão no nordeste da Síria, onde milhares de seus ex-combatentes estavam sendo mantidos sob guarda pelas Forças Democráticas Sírias (SDF), numa tentativa de reestabelecer seu “califado”.

A coalizão liderada pelos EUA interveio usando jatos e drones. Muitos civis usados como escudos humanos pelos terroristas foram mortos. Semanas depois as forças especiais das SDF e dos EUA rastream o líder que, durante a operação militar detonou uma bomba, matando a si mesmo e sua família. O novo líder foi anunciado em uma mensagem de áudio gravada distribuída online em 11 de março. De acordo com fontes de segurança iraquianas e ocidentais citadas pela Reuters, ele é irmão de líder morto. E um dos mentores do “conselho” do califado.¹⁵³

“Derrotamos o Daesh territorialmente, mas a mentalidade permanece”, disse Nouri Mahmoud, porta-voz oficial das YPG, ao Arab News. Segundo ele, enquanto outras facções terroristas continuarem seus ataques e usarem essas áreas (do norte e nordeste) sob ocupação como retaguarda, o Daesh continuará aproveitando oportunidades para se reorganizar, complementa Mahmoud.¹⁵⁴ Muitas das crianças no campo estão agora chegando à adolescência, tendo sido criadas com a ideologia do Daesh transmitida por suas mães – uma

¹⁵⁰ O Afeganistão é um mosaico de etnias que vivem em luta há mais de um século e, por isso mesmo, um desafio para a formação de um governo inclusivo do Talibã, de maioria pashtuns. Nenhum grupo étnico é maioria absoluta, o que contribui para a instabilidade: Pashtuns (40% da população, sunitas), Tadjiques (25% da população, falam persa), Hazaras (10% da população de minoria xiita, descendentes de mongóis/Gengis Khan, e alvo preferido dos ataques do EI), Uzbeques (10% da população, são sunitas e já foram mortais com o Talibã) se somam aos Turcomanos, Quirguizes, Kazaques, Baluchis e Nuristaneses.

¹⁵¹ <https://www.tehrantimes.com/news/471986/Iran-expresses-concern-over-recent-bombings-in-Afghanistan>

¹⁵² [How serious is the threat of Daesh resurgence in northeast Syria? \(arabnews.com\)](https://www.arabnews.com/story/20220311/How-serious-is-the-threat-of-Daesh-resurgence-in-northeast-Syria/)

¹⁵³ <https://www.reuters.com/world/middle-east/exclusive-new-islamic-state-leader-is-brother-slain-caliph-baghdadi-sources-2022-03-11/>

¹⁵⁴ Mais de uma década após a revolta de 2011 contra o regime do presidente Bashar Assad, que empurrou a Síria para um estado de guerra civil, grandes faixas do país caíram nas mãos de grupos armados.

nova geração de militantes ressentida e altamente radicalizada. A história já mostrou que ressentimento e radicalismo são temperos que não dão bom caldo. As forças sírias alertam que esta não é apenas uma questão síria. É uma questão internacional. O Daesh ameaça muitos estados ao redor do mundo.¹⁵⁵

O Estado Islâmico, sucessor do ramo notoriamente sanguinário da Al Qaeda no Iraque, tem suas raízes em uma insurgência islâmica contra as forças dos EUA depois que invadiram o Iraque e derrubaram o ditador muçulmano sunita Saddam Hussein em 2003. O Estado Islâmico em sua forma atual emergiu do caos da guerra civil na vizinha Síria na década passada e assumiu vastas áreas do Iraque e da Síria, em 2014.

Em meio a esse cenário, Turquia planeja repatriamento voluntário de refugiados sírios

O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, anunciou um projeto para construir casas para cerca de [1 milhão de refugiados sírios](#) em áreas do norte da Síria, protegidas pelas forças turcas. A Turquia abriga cerca de 3,7 milhões de refugiados sírios registrados. Diante da piora da situação econômica do país, o governo está pressionado: cresce a hostilidade contra os refugiados. Segundo o ACNUR, a Turquia já construiu mais de 57.000 das 77.000 casas planejadas na província de Idlib, noroeste da Síria – onde a situação é mais crítica, diga-se - e planeja iniciar um novo projeto para construção de mais casas.

Um passo para frente, dez para atrás – está de volta o uso da burca no Afeganistão

O Talibã anunciou que as mulheres afegãs deverão cobrir seus rostos, conforme decreto do líder supremo do grupo, Hibatullah Akhundzada. Um porta-voz do Ministério para a Propagação da Virtude e Prevenção do Vício leu o decreto em uma coletiva de imprensa em Cabul, dizendo que o pai de uma mulher ou um parente masculino mais próximo seria visitado e eventualmente preso ou demitido de seu emprego no governo se ela não cobrisse o rosto fora de casa. Ele acrescentou que a cobertura facial ideal era a burca azul, que se tornou um símbolo global do regime linha-dura anterior do Talibã de 1996 a 2001.¹⁵⁶ A maioria das mulheres no Afeganistão usa lenços na cabeça por motivos religiosos, mas muitas em áreas urbanas como Cabul não cobrem o rosto.

As crescentes restrições às mulheres têm sido alvo de críticas por parte da comunidade internacional e de muitos afegãos. O Secretário Geral da Organização para Cooperação Islâmica, durante a cúpula ocorrida em março, informou que está organizando com a Academia Islâmica Internacional de Fiqh a visita de uma delegação composta por proeminentes estudiosos religiosos, juristas e outras instituições religiosas para se envolver com o Afeganistão em questões de tolerância, moderação, igualdade de acesso à educação e direitos das mulheres. incluindo a preparação de um roteiro para aumentar a participação de todos os afegãos em todos os aspectos da vida da sociedade afegã. [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 05 - 2022](#), p. 153-162 (156).

EUA e China mantém a tensão sob controle – por enquanto

¹⁵⁵ A perda de território no Oriente Médio os levou para a África, onde problemas estruturais de desigualdades são prato cheio para movimentos jihadistas, que exploram ódio e queixas sociais. Instabilidade política e econômica, falta de opção e de oportunidades, pobreza, inexistência de identidade e de pertencimento são fragilidades que facilitam a cooptação de indivíduos ou grupos. Veja [Informe 4 dos Cadernos CRIS-Fiocruz de 2022](#), pag. 154-162.

¹⁵⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/taliba-anuncia-que-mulheres-serao-obrigadas-a-cobrir-rostos-em-publico/>

EUA mantém a ideia de que Taiwan não é um Estado. China não ajuda Rússia militarmente. Taiwan, embora na prática seja um ente político independente, não é reconhecido desta forma pela comunidade internacional. A ampla maioria dos países reconhece a República Popular da China e, por consequência, formalmente concorda com princípio de “uma só China”, que aquele país advoga como exigência fundamental para o estabelecimento de relações com qualquer nação. Por ora, EUA busca apenas validar a participação de Taiwan como observador da OMS, com a justificativa de que a ilha soube controlar a pandemia da COVID-19.

Taiwan ou Taipei - entendendo a complexidade da situação

O status legal de Taiwan provocou uma disputa entre campos políticos rivais na própria ilha autogovernada, durante o fórum para marcar o 70º aniversário do Tratado de Paz Sino-Japonês de 1952.

A discussão – que remonta a décadas – concentra-se na validade da Declaração do Cairo de 1943 e da Proclamação de Potsdam de 1945, e se o Tratado de Paz Sino-Japonês assinado após a rendição do Japão às forças aliadas esclarece o status de Taiwan. A Declaração de Cairo procurou estabelecer metas para a ordem do pós-guerra, incluindo a retirada do Japão de todas as ilhas do Pacífico, que havia tomado ou ocupado desde o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, e a devolução de todos os territórios, incluindo Manchúria, Formosa (Taiwan) e Pescadores (Penghu) à República da China (RC), fundada em 1912, pelo antigo movimento nacionalista chinês ou Kuomintang (KMT), após a derrubada do império Qing. Perto do fim da Guerra Civil Chinesa, em 1949, o Kuomintang foi expulso do continente pelo Partido Comunista Chinês, que mais tarde estabeleceria a República Popular da China (RPC). O KMT fugiu, tornando-se um governo no exílio em Taiwan. O tratado de São Francisco (1952) pôs fim à posição do Japão como potência imperial e Tóquio “renunciou” a todos os direitos, títulos e reivindicações de Taiwan e dos Pescadores. Japão assinou um tratado de paz separado com o governo de Taiwan (RC) sete meses depois.

Em resumo, Taiwan pertencer ou não à China depende do reconhecimento e validade de qual China que assinou os tratados (RC ou RPC), se Japão tinha direito de assinar outro tratado sem a China (RPC) e a precedência entre os tratados. A divisão de interpretações acontece na própria Taiwan.¹⁵⁷

A República da China, para não ser confundida com a República Popular da China, em fóruns internacionais, passou a se auto identificar como Taiwan, nome de sua capital. Em eventos internacionais, com a participação das duas “chinas”, como Olimpíadas por exemplo, Taiwan é identificada com Taipei Chinesa, como acordado na Resolução de Nagoya.¹⁵⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambas as regiões vivem os desdobramentos das fragilidades reveladas, das tensões exacerbadas e do reposicionamento de aliados estratégicos, em decorrência da pandemia e agora em decorrência da “disputa” Oriente *versus* Ocidente. Ásia Pacífico e Oriente Médio têm aliados no Ocidente e no Oriente, mas a geografia da vizinhança e a falta de confiança nos EUA têm falado mais forte.

¹⁵⁷ https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3176637/why-taiwans-legal-status-has-sparked-fresh-row-among-rival?module=top_picks&pgtype=article

¹⁵⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Taip%C3%A9_Chinesa

A situação da maioria dos países já não era boa antes da pandemia, mas a convergência entre Covid-19, conflitos e eventos climáticos foram um somatório crítico que contribuiu para muitos agravos sociais, de pobreza e de fome, desafiando os governos. As três crises trouxeram à tona muitas deficiências decorrentes de políticas públicas equivocadas, negligências ou da ausência delas, como sistemas de saúde frágeis ou inexistentes, situação precária e falta de proteção social aos trabalhadores migrantes e ausência de legislação para o direito das mulheres; trouxe à tona a urgência da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas e do usos das novas tecnologias; exacerbou divergências e, ao mesmo tempo, mostrou a importância da cooperação, da diversificação das cadeias de suprimentos e agroalimentar e do financiamento/investimento em infraestruturas sustentáveis de transportes e de saúde e tecnologias verdes. No Oriente Médio, os conflitos antigos e novos, se somaram às fragilidades e à urgência climática e, por consequência, alguns países vivem crises humanitárias sem precedentes, o que contribuiu para o aumento do número de refugiados e deslocados, colapsando os sistemas de saúde já precários. E já começam a enfrentar as crises energéticas, econômicas e agroalimentares decorrentes da guerra russo-ucraniana.

Ásia Pacífico e Oriente Médio olharam para as fragilidades e viram o momento como uma oportunidade estratégica para promover mudanças estruturais e uma recuperação inclusiva e verde. E, apesar das complexidades que envolvem esse caldeirão de tantas etnias, diferentes geografias, diferentes níveis de desenvolvimento e de economias, perceberam as similaridades em vários aspectos que os aproximam - enfrentam os mesmos desafios, apesar de suas especificidades -, e começaram a buscar juntos soluções para as urgências de agora e para o futuro. Começam a se articular como um bloco de muitas vozes para o fortalecimento das parcerias globais. Esse movimento está refletido nas reuniões, cúpulas, conferências e nos acordos e declarações conjuntas que aconteceram recentemente. As abstenções no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, no quesito guerra russo-ucraniana, são muito significativas. A maioria das abstenções e votos contra veio de países da Ásia Sul, Sudeste e Central, do Oriente Médio e do continente africano – nações que integram os LDCs e LLDCs, que não se sentem ouvidos ou representados nos grandes fóruns das Nações Unidas.

E a política americana do governo Joe Biden de enfrentamento à China não contribuiu para uma mudança de cenário e quase que reforça essa divisão Ocidente X Oriente. A China é importante parceiro dos países da AP, OM e Ásia Central. Os EUA ainda estão no passado colonial; demonstram seu poder aplicando sanções e implantando bases militares. China atua fazendo acordos e atraindo parceiros com interesses comuns; vem estabelecendo parcerias estratégicas, com foco no multilateralismo e recuperação econômica igualitária – que é o que todos querem.

Introdução

Os cadernos produzidos sobre a China para o Observatório são subdivididos em três eixos principais: Diplomático, Sanitário e Socioeconômico. Ocasionalmente, um único texto é submetido, como foi o caso da reunião no Alasca entre os governos da China e dos EUA em março de 2021. O objetivo do caderno de China é ser conciso, raramente passando das 3 páginas, mas informativo, contando normalmente com de 10 a 20 referências.

No eixo diplomático, um Estado que se identifica como um país soberano e em desenvolvimento. A diplomacia exercida em território chinês pode ser entendida historicamente nas disputas internas, nos estágios tecnológicos, no sistema de escrita e na transformação das principais filosofias. A relevância da história chinesa para a história global faz difícil a escolha de um período de “mudança paradigmática” que sumarie a relação da China com o mundo. Do ponto de vista categórico, a China cria um “embaralhamento” das noções territoriais da historiografia ocidental e de como ela é contada hoje. Relevante e recente foi o ano de 1949, com o surgimento de um novo estado, amplamente reconhecido como Nova China.

Nesse momento histórico atual, a diplomacia se caracteriza por uma grande disponibilidade para a formação de acordos bilaterais com outros países, seja no comércio, no desenvolvimento de tecnologias e no estabelecimento de noções próprias de soberania, desenvolvimento e democracia vis-a-vis os usos dessas categorias por agentes que possuem uma influência bem maior na aplicação das regras internacionais.

Em relação ao Hemisfério Ocidental, as relações da China com outros países americanos variam. No exemplo do Brasil, podemos identificar o próprio descobrimento do Brasil, quando a costa brasileira também servia de entreposto português do comércio com Cantão, seu período imperial, notadamente a tentativa de produção de chá no Brasil, e as repúblicas independentes, fosse de Portugal, no caso brasileiro, ou, por exemplo, nas ex-ocupações japonesas e inglesas no caso chinês. Varia também o interesse, a autonomia e a capacidade dos estados americanos de se relacionar com a China.

Sugestão: Busque temas de seu interesse nas comunicações do Ministério das Relações Exteriores da China. Há informes nas seis línguas oficiais das Nações Unidas.

<https://www.fmprc.gov.cn/>

No campo sanitário, fica visível tanto a autossuficiência chinesa, sua relevância nas cadeias globais de produção, seu estágio tecnológico, distinções dos seus sistemas de governança e os imensos esforços que têm sido feitos desde a Pandeia de Covid-19. Antes desse evento, a chamada ascensão chinesa já era vista com atenção e as polarizações sobre o que ocorrerá diante dessa transformação eram variadas. De qualquer forma, os aspectos socioeconômicos da China são cada vez mais determinantes para a compreensão das direções sociais e econômicas de todo o mundo. No presente momento, há uma reafirmação da estratégia de controle rigoroso dos contágios, sendo a cidade de Xangai o maior exemplo da força política da estratégia. As justificativas são a preservação da vida e sua relação com a prosperidade econômica. Em consideração ao debate sobre “cobertura universal” ou “sistema universal” a China é claramente um país de “cobertura universal”, dado seu sistema de seguros

de saúde. Não há um SUS, mas há uma cobertura médica que tem garantido o avanço do país em índices de redução da mortalidade infantil, doenças de populações negligenciadas e procedimentos de alta biotecnologia. As Comissões de Saúde são relevantes. Elas existem em vários níveis de governança, a Comissão Nacional de Saúde possui uma sessão em inglês razoavelmente atualizada, assim como, por exemplo, as comissões das cidades de Pequim e Xangai.

Sugestão: Ler a transcrição, no site do Conselho de Estado, da última coletiva de imprensa sobre o enfrentamento sanitário no país: http://english.scio.gov.cn/pressroom/2022-04/30/content_78196418.htm. ou, leia o artigo de Nísia Trindade publicado na revista semanal do CDC da China: <https://weekly.chinacdc.cn/fileCCDCW/journal/article/ccdcw/2021/7/PDF/SpecialIssue-9.pdf>.

O eixo socioeconômico é, naturalmente, mais difuso. Socialmente, a República Popular da China (中华人民共和国), a civilização chinesa (文化) e o oriente como um todo se confundem territorialmente e possuem grande continuidade, por exemplo, em seus sistemas de escrita. Economicamente, o território chinês apresenta imenso protagonismo histórico tendo ocorrido nele inúmeras invenções tecnológicas que marcam o desenvolvimento das civilizações. Desde o estabelecimento da Nova China, o território vem apresentado um crescimento relevante tanto diante de seus períodos anteriores de crescimento quanto em relação às capacidades produtivas e de demanda do resto do mundo. Esse eixo acompanha resultados econômicos, legais, culturais e de desenvolvimentos tecnológicos não ligados ao setor saúde, como o programa espacial chinês, a criação de uma Código Civil etc.

Sugestão: dê uma olhada o que cada termo em chinês mencionado acima significa:

https://www.archchinese.com/chinese_english_dictionary.html?find=中华人民共和国%20文化

Metodologia

A metodologia por trás do acompanhamento noticioso e da formulação das análises dos cadernos sobre a China:

- São monitoradas notícias sobre a China e documentos de Estado e Governo da China. Entre os sites de Estado estão: **Conselho de Estado, Comissão Nacional de Saúde e Ministério das Relações Exteriores da China.**
- Jornais são monitorados periodicamente, especialmente o Financial Times e o Global Times. Outros veículos são acompanhados e incluem newsletters, canais de redes sociais, sites noticiosos setoriais etc. Entre as publicações especializadas em políticas chinesas estão o site de tradução do legislativo chinês *National People Observer*, e a revista de teoria do Partido Comunista da China “Qiushi”.
- Uma busca ativa é feita pelas palavras “China” em sites brasileiros, notadamente nos domínios Uol.com.br, e Globo.com, Twitter e Google. De forma similar, os caracteres para “Brasil” (巴西) são procurados nos sites chineses mencionados e também na plataforma Baidu.com. Ocasionalmente, outros termos são trabalhados, como “疫苗” (vacinas), COP16, Cosban etc. Textos e materiais indisponíveis em inglês são consultados em mandarim com tradução auxiliada pelo Google.

Disponibilizo aqui um link para as versões em Word dos sete cadernos produzidos neste ano. Habilitei a função de comentário na plataforma dos arquivos e disponibilizo meu e-mail para correspondência: andre.lobato@fiocruz.br.

https://drive.google.com/drive/folders/1YkR_gTgzlLOtOJPqAgdQ3SXcadzzn83J?usp=sharing

Abaixo, o caderno desta semana.

COSBAN À VISTA

Diplomático

- O Itamaraty, no dia 27 de abril, publicou três tuítes informando que foi realizada a V Reunião da Subcomissão Política Brasil-China da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível e Concertação e Cooperação (COSBAN). A reunião foi presidida pela Secretária de Ásia, Pacífico e Rússia do Itamaraty, Márcia Donner Abreu, e pelo vice-ministro das Relações Exteriores da China, Ma Zhaoxu. Em sua página noticiosa, o MRE chinês informou¹⁵⁹ que Ma disse que a relação entre os países demonstra forte “resiliência e vitalidade”. Na mesma nota, o lado chinês citou que Abreu disse que o Brasil dá boas-vindas à Iniciativa Global de Desenvolvimento proposta pela China, apoia a China como sede da 14ª Cúpula dos Brics e trabalhará pelo sucesso da Sexta Reunião Plenária da Cosban.
- Em entrevista a Xinhua, o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia agradeceu à China “pela postura de evitar a escalada” da guerra no país.¹⁶⁰



Sanitário

- Em reunião do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, o secretário-geral do partido, Xi Jinping, reafirmou a estratégia de dinâmica zero de Covid no país. O Conselho de Estado, chefiado pelo premier Li Keqiang, fez uma conferência de imprensa¹⁶¹ reafirmando a estratégia e a ideia de conciliar a proteção da vida com o desenvolvimento econômico. Liang Wannian, chefe do Grupo de Especialistas do

¹⁵⁹ https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbxw/202204/t20220427_10674545.html

¹⁶⁰ https://www-news-cn.translate.goog/world/2022-04/30/c_1128610853.htm? x tr sch=http& x tr sl=zh-CN& x tr tl=en& x tr hl=en-US& x tr pto=wapp

¹⁶¹ http://english.scio.gov.cn/pressroom/2022-04/30/content_78196418.htm.

Grupo Líder de Resposta Epidemiológica da Comissão Nacional de Saúde, divulgou números atualizados de vacinação no país:

“Até 28 de abril, 3,340711 bilhões de doses da vacina COVID-19 foram administradas em toda a China continental. Um total de 1,284935 bilhão de pessoas foi vacinada e 1,249688 bilhão foi totalmente vacinada, representando 91,14% e 88,64% da população total, respectivamente. Um total de 750,189 milhões de pessoas receberam uma injeção de reforço, entre as quais 29,967 milhões receberam mais de uma dose de reforço. Cerca de 227,088 milhões de pessoas com 60 anos ou mais foram vacinadas e 215,155 milhões foram totalmente vacinadas, registrando 86,01% e 81,49% da faixa etária, respectivamente. Um total de 160,425 milhões de pessoas no grupo recebeu uma dose de reforço.”

- Xangai, Pequim e outras cidades ampliam vigilância genética de testes de Covid¹⁶².
- Começam testes clínicos de uma vacina inativada da Sinopharm feita para a variante Omicron¹⁶³.
- O “Fórum Internacional do 50º Aniversário da Descoberta da Artemisina e a Construção de uma Comunidade Global de Saúde para Todas” ocorreu em Pequim para marcar o Dia Mundial da Malária, 25 de Abril. A descoberta foi fundamental para a eliminação da Malária na China.¹⁶⁴

Socioeconômico

- Apesar dos temores e respostas à onda de Omicron deste ano, a economia da China cresceu 4,8% no primeiro quadrimestre.¹⁶⁵ Mas a questão da demanda e a prioridade dada ao enfrentamento sanitário continuam a ser um desafio para especulação sobre os rumos da economia do país.
- A Liga dos Jovens Comunistas da China comemora 100 anos. A participação da juventude no Movimento de Maio, de 1919, é lembrada pela importância dos jovens em definir o futuro da nação.¹⁶⁶¹⁶⁷
- A China lançou um site para sua corte marítima. Em chinês e inglês, servirá para o compartilhamento de informações de adjudicação marítima.¹⁶⁸

¹⁶² <https://www.globaltimes.cn/page/202204/1260698.shtml>

¹⁶³ <https://www.globaltimes.cn/page/202205/1261727.shtml>

¹⁶⁴ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202204/t20220426_10673742.html

¹⁶⁵ https://asia.nikkei.com/Economy/China-GDP-expands-by-4.8-in-Q1-but-COVID-hit-looms?del_type=3&pub_date=20220418111500&seq_num=2

¹⁶⁶ <https://www.globaltimes.cn/page/202204/1259911.shtml>

¹⁶⁷ <http://en.people.cn/n3/2022/0421/c90000-10086913.html>

¹⁶⁸ https://english.court.gov.cn/2022-04/26/content_37550616.htm

Notas sobre os desafios da pós pandemia da COVID-19 nos EUA

Guto Galvão

Os principais jornais já não trazem a COVID-19 em sua primeira página da versão impressa e na versão digital as informações são bem menores e dão lugar a outros problemas como a guerra na Europa e as ameaças ao retrocesso em matéria de direitos sexuais e reprodutivos.

No entanto, começam a aparecer notícias e informações sobre diferentes ângulos do problema e sobre as consequências da Pandemia em diferentes setores.

A pandemia causou um aumento da mortalidade no mundo e nos Estados Unidos fazendo com que o luto pela perda repentina de membros da família aumentasse de maneira relevante e notável. Um grupo de pesquisadores criou um indicador que estima o número médio de indivíduos que experimentaram a morte de um parente próximo (definido como avô, pai, irmão, cônjuge ou filho) para cada morte covid-19. Eles usaram estimativas demográficas e vários cenários da prevalência de infecção e estimaram o indicador denominado “multiplicador de luto da COVID-19”. O artigo [“Tracking the reach of COVID-19 kin loss with a bereavement multiplier applied to the United States”](#) mostra que para cada morte covid-19, aproximadamente nove americanos perderam um avô, pai, irmão, cônjuge ou filho. Essas estimativas aplicadas às 996 mil mortes estimadas por covid-19 aproximadamente 9 milhões de pessoas experimentaram a morte de um parente próximo. Demonstramos que nossas estimativas do multiplicador de luto são estáveis em todas as realidades epidemiológicas, incluindo cenários de infecção, número total de óbitos e distribuição de óbitos, o que significa que os pesquisadores podem estimar a carga de luto ao longo da epidemia em bloqueio com o aumento do número de mortes. Além disso, fornecemos estimativas de multiplicadores de luto por faixa etária, tipos de perda de parentes e raça para iluminar as disparidades prospectivas. O multiplicador de luto é um indicador útil para acompanhar o impacto multiplicativo do COVID-19, pois reverbera entre as famílias americanas e pode ser adaptado a outras causas de morte.

Depois de dois anos de paralisações escolares induzidas pela pandemia a normalidade acadêmica ainda é um sonho para alunos, educadores e pais. As escolas têm enfrentado casos de COVID-19 escassez de pessoal, altas taxas de absenteísmo e quarentenas. Alunos e educadores continuam lutando com desafios à saúde mental, taxas mais altas de violência e mau comportamento, e preocupações com a perda de tempo de ensino. Essas informações estão no relatório do [Centro “Brown Chalkboard” do Instituto Brookings na Universidade Brown](#). Os estudos daquele centro mostram que o impacto cumulativo da pandemia no desempenho acadêmico tem sido notável como as mudanças nas notas de matemática e leitura com uma queda média das notas em relação aquelas do outono de 2019. Ainda mais preocupante são as lacunas entre estudantes de escolas primárias com baixo índice de pobreza e escolas com alto índice de pobreza a qual cresceu cerca de 20% em matemática e 15% em leitura. Esses números são alarmantes e potencialmente desmoralizantes, especialmente dado os esforços dos alunos e educadores para aprender e ensinar em tempos difíceis. Apesar desses números, os autores não acreditam que esses alunos constituam uma "geração perdida." Existem dúvidas e esperanças que a resiliência dos alunos nessas circunstâncias seja suficiente para superar esse momento de enormes desafios, muitos fora de seu controle.

Desde 2020 O “Census Bureau” faz uma pesquisa domiciliar ([Household Pulse Survey](#)) para coletar dados sobre como as famílias estavam enfrentando a crise sem precedentes da

pandemia. Ao final de 39 pesquisas o Census Bureau divulgou os resultados que contatam que a pandemia COVID-19 teve consequências econômicas que causaram dificuldades significativas a milhões de pessoas que perderam seus empregos, 20 milhões de famílias com pouco para comer nos últimos sete dias e 10 milhões de famílias atrasadas no aluguel. O centro CBPP ([Center on Budget and Policy Priorities](#)) mantém análises constantes da situação que continua longe de terminar.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde.

Harim Baek - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Júlia Moraes - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; e membro do Cris/Fiocruz

Luiz Claudio Meirelles – Pesquisador e Coordenador do CESTE, ENSP/Fiocruz

Marciglei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria de Fátima Ramos Moreira – Pesquisadora da ENSP/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - mestranda em *Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI)* pela PUC-Rio e bacharela em *Ciência Política (UNIRIO)*

Patricia Lewis Carpio - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **51** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **7** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Dia 18 de maio – *Situação demográfica e epidemiológica global e regionais (ALC e África)*

Dia 1º de junho – *Sistemas de saúde em transformação*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 08/2022

Período de 26 de abril a 9 de maio de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 12 de maio de 2022.

195 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.